

CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



Conselho Editorial

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa Batista da Silva Leite

Organizadores

Karla Vanessa Batista da Silva Leite
Águida Cristina Santos Almeida

Arte da Capa

Júlia Farias Venancio Caminha

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico]. Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Águida Cristina Santos Almeida (org. Do No. 8) No. 8; EDUFCG; Campina Grande; 2023; p. 256.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

1. Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Almeida, Águida Cristina Santos; Leite, Karla Vanessa Batista da Silva. Conjuntura: uma leitura alternativa.

Apresentação

Há treze anos, o Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) vem realizando uma tarefa importante e difícil: analisar a conjuntura econômica nacional e mundial. Essa missão é difícil, pois exige compreender a economia e a sociedade para além das amarras da teoria econômica ortodoxa, impostas pelo capitalismo neoliberal, que está sempre disposta a nos lembrar da suposta superioridade do mercado e da ineficiência do Estado e das políticas públicas.

No segundo capítulo do seu Tratado da Probabilidade (1923), mais precisamente na última nota de rodapé, Keynes afirma que *“sob a cobertura de um formalismo cuidadoso, é possível fazer afirmações que, se expressas em linguagem clara, seriam imediatamente repudiadas”*. É exatamente assim que, até hoje, funciona o discurso econômico convencional: muito “economês” e muita tecnicidade para fazer parecer necessárias reformas que, se bem compreendidas, seriam rechaçadas pela maioria da população. Foi assim com a reforma da previdência, com a reforma trabalhista, com a política do teto de gastos, com as propostas da “ponte para o futuro” e com tantas outras tentativas de reformar o Estado, pós Golpe Parlamentar de 2016.

Os últimos sete anos não foram fáceis para aqueles que acompanham a conjuntura político-econômica do país. Experimentamos um Golpe Parlamentar que tirou do exercício uma presidente democraticamente eleita, foram aprovadas e implementadas reformas que pioraram as condições no mundo do trabalho, foi aprovada uma emenda constitucional que impôs um forte controle das despesas primárias do Governo Federal e foram privatizadas empresas estatais importantes. Além disso, assistimos a uma forte degradação do meio ambiente, aumento das queimadas e piora nas condições climáticas. Não fosse esse cenário ruim o suficiente, em 2018, elegeu-se um presidente sem compromisso com o país e com traços marcadamente autoritários, que conduziu a pandemia do COVID-19 da forma mais desastrosa possível.

Em meio a todas essas transformações, quase sempre negativas, o ano de 2023 trouxe um pouco de esperança. O Brasil, apesar das graves fissuras e da crise institucional em que está mergulhado, optou por eleger um governo progressista e com um discurso de união. Evidentemente, sabemos o quão difícil é o contexto político e o

pouco espaço que o governo tem para fazer as mudanças necessárias e começar a reconstruir minimamente o país, considerando que as reformas implementadas, nos anos anteriores, limitaram sua atuação. As concessões e acordos políticos que foram sendo construídos nos fazem rediscutir, mesmo em um governo progressista, as pautas que estavam no documento “ponte para o futuro”, elaborado em 2016. Estamos pautando temas como cumprir ou não os pisos constitucionais em educação e saúde, por exemplo, na busca de zerar um déficit fiscal. E os demais déficits e dívidas que temos com a sociedade? Educação, infraestrutura, saúde, saneamento básico, cultura? Essas dívidas também não deveriam ser importantes?

Pensar para além do que se ouve e se lê na mídia corporativa não é fácil. Exige que tenhamos um senso crítico que nos distancie, em grande medida, do que ensinam ser a Ciência Econômica. Para além das perguntas que constam nos manuais de economia – o que, quanto e para quem produzir? –, precisamos nos questionar sobre como a sociedade se organiza para produzir e distribuir os bens e serviços. Por que a riqueza tem que ser distribuída de forma tão desigual? Essas questões só podem ser respondidas, quando a economia é compreendida como uma ciência moral. É isso que essa coletânea de 68 artigos, produzida por jovens estudantes de economia, vem oferecer: uma leitura que foge do convencional e que reflete sobre temas importantes, a partir de uma perspectiva crítica. Que o nosso conhecimento seja usado para transformar o meio em que vivemos!

Boa leitura!

Karla Vanessa B. S. Leite

Prof.^a Associada da UAEF/UFMG

Sumário

O aumento da inflação durante o governo Bolsonaro e seus impactos sociais.....	4
O humor do mercado.....	7
Enquanto a conjuntura socioeconômica é confusa, o maniqueísmo econômico impera.....	10
A crise de fentanil nos Estados Unidos: mais um episódio do ‘fantasma’ da guerra contra as drogas.....	14
Tributação justa: como promover equidade fiscal no Brasil?.....	19
A fragilidade global no estado de confiança e o aumento do temor de uma recessão mundial.....	23
HEGEMONIA E PODER.....	26
Taxa básica de juros e o desemprego.....	29
Impactos da mudança climática na economia.....	32
A velha herança da escravidão moderna.....	34
A corrida em busca da saída do mapa da fome mais uma vez.....	37
Privatização da ELETROBRÁS e os interesses do mercado.....	41
PL 2630/2020: uma ameaça à “liberdade de expressão”?.....	44
Paraná apresenta plano de agricultura de baixa emissão de carbono.....	48
Quando o conflito supera a cooperação, encerra-se a hegemonia.....	50
PPI E e a PETROBRAS.....	53
Transformações pós-pandemia no mercado imobiliário.....	60
Os riscos da inteligência artificial na sociedade atual.....	63
Uma luz no fim do túnel.....	66
Da liberdade de expressão do Léo Lins até o racismo de Vini Jr.....	69
Câncer e economia: o impacto do câncer nos gastos públicos.....	72
O Totoro não teria vez com o agronegócio brasileiro.....	76
Estudar ou trabalhar: seria mesmo uma simples escolha voluntária?.....	80
Desenvolvimento ou conservação?.....	82
Ataque aos povos originários, descaso com a história e a cultura do nosso país..	86
Racismo e desigualdade.....	88
Algumas reflexões no fechamento desse ciclo.....	91
Machismo e desigualdade: um olhar sobre as raízes e os impactos sociais.....	97
Desregulamentação: como alterar as regras do jogo?.....	102
Sobre os governos do PT.....	105
A economia azul e sua importância na América Latina.....	109
A inteligência artificial e seus impactos no mercado de trabalho.....	110
Renegociação de dívidas para um aumento da demanda agregada.....	113
Tributação das exportações de matérias-primas como ferramenta extrafiscal a favor da reindustrialização nacional.....	116
Agricultura brasileira, um modo de ser reformada.....	122

DREX, CBDC e contratos inteligentes.....	127
Crises institucionais nos países do Sahel como sintoma da desestruturação econômica global.....	130
O impacto da alta taxa de juros no brasil.....	134
Desafios e perspectivas com a revisão da política de cotas no brasil.....	138
Responsabilidade fiscal e a agenda pró-cíclica.....	145
Os desafios e benefícios da criação de uma moeda única entre os países do BRICS.....	149
Destruição destrutiva.....	152
O continente africano e seu “ras-le-bol” pela França.....	155
Prometeram o céu, mas é o inferno que está à vista.....	157
Ai de vós.....	161
Cultura do estupro: um espelho das contradições no capitalismo atual.....	169
Desenvolvimento ou conservação?.....	173
A retomada das (boas) relações diplomáticas brasileiras.....	177
Governo Lula 3 e as medidas pró-povo – vamos celebrar!!.....	180
Segunda corrida espacial: a lua como palco de uma dança cósmica de exploração.....	184
Desafios do novo desenvolvimentismo brasileiro.....	189
Sem o marco temporal podemos ter futuros desfiles diferentes.....	191
O hidrogênio verde como oportunidade de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região nordeste.....	195
O centrão e o voto de minerva – a “nova” república.....	200
Chute à escada? foi uma rasteira.....	204
China, Huawei, TSMC E SMIC.....	208
Horizonte inflacionário: a oferta de petróleo no oriente médio.....	212
“É preciso ouvir o grito dos pobres”.....	215
Os desdobramentos do programa remessa conforme no contexto econômico brasileiro.....	216
Uma breve reflexão sobre algoritmos.....	220
Da ideologia meritocrática.....	223
Feminicídio no Brasil: a face extrema do machismo.....	228
Argentina dá resposta no primeiro turno, mas o receio ainda é real.....	231
Ilusão americana.....	236
O acesso à educação e seus obstáculos.....	240
As emissões de carbono e seu impacto no meio ambiente em 2022.....	244
Políticas comerciais protecionistas vs. livre comércio.....	247
1929, 2008, quando será o próximo crash? Crises, enredo semelhante, filmes parecidos?.....	250

O aumento da inflação durante o governo Bolsonaro e seus impactos sociais¹

*Lenilson Guedes Brandão Filho²
Águida Cristina Santos Almeida³*

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um aumento significativo na inflação, especialmente ao longo do mandato do presidente Jair Bolsonaro. A alta nos preços dos alimentos, combustíveis, energia e outros produtos básicos têm impactado fortemente a população, especialmente os mais pobres, que têm sofrido com o aumento dos preços e a queda do poder de compra, já que a renda do trabalho segue em trajetória de queda. A inflação constitui um mal social que pode afetar a economia de um país como um todo, mas seus impactos são especialmente sentidos pela população de baixa renda e os outros grupos sociais que não têm capacidade de proteger a sua renda do processo inflacionário.

Além disso, a situação de vida da população de menor renda é sempre a mais prejudicada, uma vez que o orçamento “apertado” somando a uma alta de preços leva a uma maior insegurança alimentar, menores níveis de educação, etc. É importante que numa situação de alta dos preços, o governo busque entender as causas originárias do quadro de inflação, para que possa adotar medidas proficuas em seu combate. Por exemplo, se a inflação decorre principalmente do aumento dos preços dos alimentos, o governo pode se valer da política de estoques reguladores, controlar as exportações de alimentos, para aumentar a oferta interna. No tocante aos combustíveis, o governo pode interferir na política de preços da Petrobrás, dado o fato de ser uma empresa estatal, e portanto, que deve ter por compromisso no atendimento das demandas populares do povo brasileiro a partir de objetivos econômicos e sociais que suplantem o ganho econômico.

¹Artigo escrito em março de 2023.

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: lenilson.guedes@estudante.ufcg.edu.br

³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/10/inflacao-no-governo-bolsonaro-atinge-o-maior-patamar-para-um-mandato-desde-a-primeira-gestao-de-dilma.ghtml>

⁵Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/economia/alimentos-mais-caros-pressionam-inflacao-dos-mais-pobres/#:~:text=A%20infla%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20mais,Instituto%20de%20Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada>).

Atualmente, com a atual política monetária contracionista exercida pelo Banco Central do Brasil, nota-se que o BC busca controlar uma inflação de demanda através da alta da taxa de juros básica da economia (taxa SELIC), política essa que não se enquadraria como eficaz, uma vez que enfrentamos uma inflação de custos. Contudo, com o uso da política de alta de juros, o BC “sufoca” a economia brasileira e dificulta cada vez mais a geração de empregos e a retomada do crescimento econômico.

Diante disso, a atuação do BC vem agindo na “contramão” do resto do mundo. Atualmente, o Brasil se encontra com a maior taxa de juros real (descontada a inflação) do mundo, de 9,1%. Taxa essa que dificulta o acesso ao crédito e contribui para a manutenção da recessão no país, uma vez que uma alta na taxa SELIC influencia diretamente as demais taxas de juros (cartão de crédito, cheque especial, etc).

Em resumo, o aumento da inflação durante o governo Bolsonaro teve impactos negativos na população em geral, especialmente os mais pobres, e na economia como um todo. Somado a isso, o governo não lançou mão dos instrumentos de política que possuía para buscar a redução de preços em setores de bens fundamentais à subsistência, como é o caso dos alimentos. Programas como o auxílio safrá e os programas de facilitação de acesso ao crédito foram extremamente prejudicados pela gestão de Bolsonaro na presidência da república.

Com o conflito bélico entre Rússia e Ucrânia é possível que o quadro inflacionário se mantenha, exigindo do novo governo esforços ainda maiores na gestão da política econômica que tem o desafio, a um só tempo, de retomar o crescimento econômico, reduzir a inflação e combater o quadro de iniquidade e exclusão social.

O humor do mercado⁴

*Karla Vitória de Queiroz⁵
Águida Cristina Santos Almeida⁶*

Desde que “o mercado se entende por gente”, a preocupação por parte da opinião pública, sobretudo aquela fração que corresponde à imprensa corporativa, busca mostrar como o humor do mercado define a vida cotidiana de uma sociedade, por mais que não sejam tão diretamente estreitas as relações entre os dois, ou seja, o povo em geral e o “tal mercado”. Dessa forma, como pode a personificação de uma instituição ter tomado tanta força, a ponto de estar acima do bem-estar de bilhões de pessoas? São muitos os fatores, desde a história até o modo com a teoria econômica foi sendo construída, que podem explicar o motivo dessa significância que o mercado tomou com o passar do tempo.

Expressões muito utilizadas, como: “Hoje, o mercado acordou mal”, ou “O mercado está sentindo as consequências”, ou ainda “O mercado apresentou reações negativas”, são exemplos do que pode ser chamado de personificação, ou seja, figura de linguagem da Língua Portuguesa que diz sobre a ação de conceder sentimentos a objetos ou tipos irracionais. Essas expressões representam a importância que a mídia atribui diariamente aos “sentimentos” do mercado, de forma que a sociedade acaba sendo influenciada a atribuir muita importância ao que não faz sentido, como se essa instituição resumisse os destinos de toda uma sociedade, presumindo que se o “tal mercado” vai bem, então todos podem viver suas vidas felizes, pois a economia estará ótima.

Quem realmente entende a jogada da mídia corporativa com essas afirmativas, sabe que não é assim. Na verdade, o mercado representa uma minúscula parcela da população que, na maioria das vezes, não leva em consideração a sociedade, que por seu turno, é induzida a ficar preocupada com os “sentimentos” desse ser mítico denominado “mercado”.

Nos noticiários, manchetes como estas são comuns: “Mau humor do mercado é outro sinal da provável derrota de Bolsonaro”⁷, “Lula defende despesas com políticas

⁴Artigo escrito em março de 2023.

⁵Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do PET-Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com.

⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁷<https://www.cartacapital.com.br/politica/mau-humor-do-mercado-e-outro-sinal-da-provavel-derrota-de-bolsonaro/>

sociais e mercado reage mal”⁸ e “O que pensa o mercado financeiro no Brasil, segundo esta pesquisa”⁹. Mais uma vez, a personificação do mercado é parte do cotidiano, já se naturalizou, além de que manchetes como estas demonstram o real “pensamento” do mercado, e seu absoluto desprezo com o destino das pessoas comuns e seu bem-estar, cidadania e dignidade.

Ademais, atualmente, a quebra de bancos ao redor do mundo¹⁰ tem preocupado¹¹, principalmente, as nações periféricas, uma vez que as crises têm um impacto muito maior sobre as suas estruturas econômicas e sociais. Ao ocorrer a quebra de algum banco privado importante para o país, o Estado logo surge com “montanhas” de dinheiro para que esse se recupere e não resulte em consequências desastrosas no mercado de crédito e no sistema bancário. Entretanto, em contrapartida, ao ser necessário um aumento nos chamados “gastos públicos” para que políticas sociais sejam realizadas pensando na população mais carente, é comum emergir as narrativas de que o Estado está quebrado, ou que o aumento dos gastos vai elevar a dívida pública e isso fará mal, novamente, ao “tal mercado” e, portanto, o Estado deve ser impedido de cumprir suas obrigações constitucionais para com o seu povo, para não aborrecer, novamente, o “tal mercado”.¹²

A maneira como o interesse do mercado diverge dos interesses sociais é impressionante. A velha história de que o mercado atende ao bem-estar social da população torna-se uma contradição. A forma como todos idealizam que o mercado começou com pequenas trocas que foram evoluindo e se tornando grandes comércios, é uma versão falsa da história, como apresentado por Karl Polanyi, em sua obra “A grande transformação”, considerada uma das mais relevantes obras do século XX.

O autor estabelece que, ao invés de ter ocorrido uma evolução “natural” que culminou na economia de mercado, como a conhecemos hoje, foi na verdade um processo histórico construído, política e socialmente. Na verdade, embora o mercado existisse há muito tempo, possuía uma atuação muito restrita, sendo uma instituição realmente temida socialmente. Desse modo, as relações econômicas eram regidas,

⁸<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/11/10/Lula-defende-despesas-com-pol%C3%ADticas-sociais-e-mercado-reage-mal>

⁹<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/03/15/O-que-pensa-o-mercado-financeiro-no-Brasil-segundo-esta-pesquisa>

¹⁰<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/o-que-se-sabe-sobre-a-falencia-do-svb-e-seus-efeitos-na-economia.shtml>

¹¹https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/como-crise-do-credit-suisse-manchou-reputacao-de-estabilidade-e-da-suica.shtml?_gl=1*k8pyjv*_ga*MTg5MTE4MTM2Ny4xNjc4MTI4MDI5*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDIwOTcxMi4yLjEuMTY4MDIxMDE2MC45LjAuMA..

¹² <https://www.cartacapital.com.br/mundo/riscos-a-estabilidade-financeira-global-aumentaram-alerta-fmi/>

principalmente por outros princípios que não o da permuta (prevalecente numa economia de mercado), como por exemplo, pelo princípio da reciprocidade, ou da simetria, os quais não eram guiados pelo interesse próprio. E, mesmo quando o interesse estava envolvido, ainda assim a primeira motivação era a reciprocidade.

Dessa forma, o evolucionismo não aparece como uma teoria representativa neste contexto que eclodiu na criação das economias nacionais. O que começou com princípios de atender às necessidades básicas da população, por princípios guiados por motivações sociais mais abrangentes, hoje ocorre de forma totalmente contrária, com a motivação pelo ganho econômico assumindo o centro de todas as relações e motivações, colocando a economia (que era um adendo da sociedade) acima dos interesses sociais. Ainda neste livro, Polanyi traz que o mercantilismo foi o verdadeiro impulsionador do mercado como conhecemos hoje, considerando que os Estados nacionais acabaram tomando as decisões políticas que culminaram na criação das economias nacionais.¹³

Torna-se, assim, evidente como a farsa de uma preocupação advinda do “mercado”, impondo seus interesses sobre os interesses dos demais grupos e classes sociais, é a narrativa que se impõe como verdade absoluta e inquestionável, a ponto de se atribuir os sentimentos e emoções humanas ao “tal mercado”, ao mesmo tempo, que se desumaniza os seres humanos. Desse modo, ao invés de a preocupação estar voltada ao humor do mercado, a real inquietação deveria ser o que cada pessoa terá em sua mesa ao fim do dia, as condições sociais e materiais nas quais as pessoas vivem e trabalham. Ou será que quando o mercado está feliz, cada um que está com fome recebe uma cesta básica?

¹³ POLANYI, Karl. A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época. 1 Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

Enquanto a conjuntura socioeconômica é confusa, o maniqueísmo econômico impera¹⁴

*Rafael Tavares Requeijo¹⁵
Águida Cristina Santos Almeida¹⁶*

No livro *Boa economia*¹⁷ para tempos difíceis, os autores retratam, em alguns capítulos, a problemática de como as simplificações e os silogismos econômicos podem ser impactantes na estrutura social, sendo um indicativo disso o próprio nível de confiança da população na opinião dos economistas, a qual só não é a última no ranking apresentado pelos autores, pois os políticos estão nessa posição. Isso decorre do fato de os economistas que geralmente atuam na opinião pública com a população são aqueles que operam no mercado financeiro, pagos para defenderem os interesses do “mercado”, os quais normalmente entram em choque com o bem comum.

Além disso, mesmo aqueles economistas que são acadêmicos, formulam modelos que estão muito distantes da realidade de uma grande parte das pessoas, não conseguindo se comunicar de forma clara e didática com a sociedade. Portanto, a junção desses fatores corroborou para o distanciamento da economia real em relação aos próprios economistas, conforme explicitado pelos autores no decorrer da obra. Desse modo, a classe dos economistas acaba sendo entendida pela população, com a devida razão, como tecnocratas que tentam prever os cenários econômicos, mas que não têm muito sucesso nisso, isto é, não prestam uma grande contribuição para a vida de uma grande parcela da sociedade, o que é muito preocupante, como é apresentado pelos escritores, pois a economia é uma ciência social aplicada, assim sendo, não poderia estar tão distante do seu objeto de análise.

Semelhante aos economistas citados por Esther e Benerjee, autores da obra em pauta, são aqueles que já estão criando a narrativa de haver uma luta entre o Banco Central e o atual Presidente Lula. Desde a campanha eleitoral Lula apresentou como uma de suas principais pautas de governo proporcionar um cenário que promova crescimento econômico real, no entanto, desde o final do ano passado o Comitê de

¹⁴Artigo escrito em abril de 2023.

¹⁵Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

¹⁶Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

¹⁷ BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. **Boa economia para tempos difíceis**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra; revisão técnica Norberto Monatani Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 397 p. 1

Política Monetária (COPOM) vem decidindo aumentar a taxa de juros básica (Selic), sob o argumento de controlar a inflação. Contudo, tal política vem obtendo êxito (no curto prazo) e agora com os Estados Unidos aumentando sua taxa de juros, o Banco Central do Brasil soma argumentos para não baixar a SELIC, e inclusive, ganha espaço político para ameaçar com novos aumentos, num contexto em que o Brasil já possui a maior taxa de juros real do mundo.

Então Lula surge nesse debate sinalizando que precisa de taxas de juros menores para que políticas de incentivo à demanda efetiva tenham alguma possibilidade de serem bem-sucedidas, com vistas a proporcionar a melhora econômica e social. Porém, o presidente da instituição monetária, Roberto Campos Neto, não tem muitas falas que vão de acordo com esse plano, pois seu principal objetivo é manter a economia nas taxas de inflação que prometeu entregar. Em meio a esse imbróglio alguns veículos midiáticos criam o conflito (quase pessoal) entre Lula (o Presidente da república) e Campos Neto (Presidente do Banco Central), baseado em falas de especialistas do mercado financeiro.

Em meio a esse dilema, os dados registraram que, em 2022, a economia brasileira obteve crescimento do Produto Interno Bruto de 2,9% (menor que a variação de 5%, em 2021), a qual superou algumas previsões, no entanto, ainda traz sinais de incerteza para os prognósticos dos próximos períodos. A variação ascendente do PIB brasileiro foi decorrente de variáveis que não são duradouras, isto é, não foi resultante de um planejamento que tenha como foco em aprimorar essa taxa de crescimento nos próximos anos, são eles: a retomada das atividades presenciais com o arrefecimento dos casos de covid-19¹⁸, o aumento de preço das commodities no mercado internacional e com os fomentos feitos pelo governo federal, sob a estratégia eleitoreira de Bolsonaro. Portanto, como tais elementos são momentâneos, as incertezas se tornam maiores no longo prazo, principalmente, em como se dará o desempenho da economia, considerando que uma não retomada da economia deverá ter um custo político altíssimo.

Quando analisado o mercado de trabalho no Brasil alguns dados dão uma perspectiva positiva, contudo, a realidade é que a precarização das condições de trabalho segue em marcha acelerada. Conforme o último registro do IBGE o

¹⁸ROUBICEK, Marcelo. **Qual a qualidade da recuperação do crescimento brasileiro**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/03/02/Qual-a-qualidade-da-recupera%C3%A7%C3%A3o-do-crescimento-brasileiro>. Acessado em 15/03/2023.

desemprego no Brasil está no nível de 8,6%¹⁹, o qual dá uma sinalização positiva de estar se amenizando em comparação aos valores de 2022. Em contrapartida, o rendimento médio relacionado ao trabalho em 2022 contraposto com 2014, teve queda de 3,6%. Desse modo, mesmo tendo mais pessoas empregadas, é importante ressaltar que a taxa de informalidade permaneceu estável em 38,9%, ou seja, um número considerável de trabalhadores está em empregos precarizados, o que explica a queda dos rendimentos, lembrando que tal processo vem sendo intensificado desde a reforma trabalhista de 2017, aprovada na gestão de Michel Temer.

Enquanto esses dados dão sinais de que se faz necessário políticas que possam reverter os prognósticos de uma estagnação econômica, os economistas do *main stream* preferem debater uma luta entre Lula e o presidente do Banco Central, usando de uma personificação reducionista, para omitir o que verdadeiramente está em questão, o conflito entre os interesses do “tal mercado” (composto por um estreito grupo de abastados) e os interesses da população em geral.

Ao longo do mês de março, muitos textos e vídeos na grande mídia vincularam um suposto conflito entre Lula e o Banco Central, mais especificamente seu presidente, Campos Neto, pois desde o começo do seu pleito, Lula fez muitos questionamentos sobre a desproporcionalidade da taxa básica de juros estar tão alta no Brasil, chegando até a falar que é algo vergonhoso. Em contrapartida, é importante ressaltar que o Brasil tem a maior taxa de juro real do mundo, sendo que a taxa nominal está no patamar atual de 13,75%, ou seja, além de ser um elemento que dificulta o acesso ao crédito para os mais necessitados e premia a burguesia financeira, que detém grandes montantes de títulos públicos, também é algo que gera obstáculos para as políticas públicas dado o impacto fiscal da escalada dos juros, ao acelerar o crescimento da dívida pública, reforçando a defesa por mais austeridade fiscal.

Portanto, mesmo que os especialistas do mercado financeiro continuem falando disparates em vários canais midiáticos, a materialidade da economia real precisa ir além de criar lutas, sobretudo colocadas como se fossem pessoais. Enquanto o atual presidente dá sinais de que tem o plano de estabelecer políticas que tragam alguma possibilidade de crescimento, por meio da retomada do dinamismo da demanda efetiva, o Banco Central independente não dá sinais de que está disposto a cooperar para isso,

¹⁹ Dados retirados do texto da página da Agência de Notícias IBGE, acessado em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36569-com-taxa-de-8-6-d-esemprego-volta-a-crescer-no-trimestre-ate-fevereiro>

com a retórica de que o primordial é combater a inflação a qualquer custo e forçar a manutenção de uma política de austeridade fiscal.

Desse modo, faz-se necessário questionar qual a função social que o BC está cumprindo com tal postura irresponsável, que pode gerar um agravamento ainda maior da situação social e econômica do país, diga-se de passagem, um dos países mais populosos do mundo, ou seja, são milhões de vidas que estão em jogo, dependendo do acerto da política econômica. No entanto, os colegas tecnocratas preferem criar um cenário no qual está ocorrendo um conflito pessoal, só faltando montar o octógono. Conforme tais pensamentos continuam sendo difundidos pelos intérpretes da economia para grande parte da população, a problemática apresentada por Benerjee e Duflo, autores da obra mencionada no presente artigo, acerca da opinião que comumente se tem dos economistas, de suas ideias e reflexões não serem levadas a sério, só vai se prolongar cada vez mais.

A crise de fentanil nos Estados Unidos: mais um episódio do ‘fantasma’ da guerra contra as drogas²⁰

*Iago Ricardo Dos Santos Silva²¹
Águida Cristina Santos Almeida²²*

Em de junho de 1971, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou a chamada “guerra às drogas”, classificando as drogas como inimigas do Estado e utilizando a força militar e policial dos Estados Unidos para executar essa política, perseguindo e atacando os territórios e populações identificados como “inimigos do império”. Mas qual é a problemática de usar estratégias e táticas de guerra para combater um problema de cunho social e de saúde pública?

O que se revelou após a adoção da política de guerra contra as drogas foram as problemáticas de se combater uma questão de saúde pública e social como se fosse um inimigo geopolítico, ao invés de visar o combate e a redução do consumo de substâncias ilícitas, visando o aprimoramento da saúde pública e do bem-estar social no geral. Ao contrário, procurou-se apenas destruir e obliterar aqueles tidos como “inimigos”, assim como se faz nas guerras.

Por fim, assim como em todas as guerras, na guerra interna dos Estados Unidos, no combate às drogas, não houve vencedores, mas pelo contrário, essa "estratégia" foi um “tiro no próprio pé”. Segundo dados do Bureau of Justice Statistics, a população carcerária dos Estados Unidos passou de aproximadamente 330.000 em 1970, para cerca de 1,4 milhão em 1990, grande parte desse aumento da população carcerária se deve a pessoas que foram condenadas por crimes relacionados com drogas, que aumentou de 50 mil para 500 mil entre as décadas de 1970 e 1990.

Esse crescimento do encarceramento não é a única consequência gerada pela guerra às drogas. Segundo os economistas Gary Becker e Kevin Murphy, ambos doutores pela universidade de Chicago, levantaram um paradoxo: quanto mais o governo intensifica a luta contra as drogas, mais altos se tornam os preços para compensar os riscos, o que gera um aumento no lucro para os traficantes, e as

²⁰Artigo escrito em abril de 2023.

²¹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), integrante do PET. E-mail: iago.ricardo@estudante.ufcg.edu.br

²²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴ <https://www.politico.com/news/2023/04/10/gop-bomb-mexico-fentanyl-00091132>

⁵<https://www.politize.com.br/guerra-as-drogas/>

organizações criminosas são as que mais se beneficiam numa guerra mais hostil. Principalmente porque o foco do combate é nos traficantes e não nas organizações criminosas, como gangues, por exemplo. Além disso, os economistas citados ressaltam que a partir do momento em que o Estado criou políticas agressivas de combate às drogas, pode-se esperar reações violentas da parte atingida, resultando no aumento da violência. Conseqüentemente, para a manutenção dessa política será necessário o aumento de impostos.

É importante ressaltar que os referidos economistas são da tradição ortodoxa, de maneira que acreditam que as melhores soluções para quaisquer dilemas sociais e/ou econômicos, devem sempre ocorrer pelo mecanismo do mercado, ao considerarem toda e qualquer questão pelo ponto de vista reducionista de custo e eficiência. Contudo, no âmbito das teorias econômicas heterodoxas, tem-se uma vastidão de vertentes que destoam da perspectiva ortodoxa (Clássica e Neoclássica).

Apesar de os Estados Unidos terem vivido uma experiência com a guerra às drogas no século passado e terem visto que a metodologia de combate foi ineficiente, está provado que não conseguiram tirar nenhuma lição do passado. Recentemente, o Estados Unidos vem encarando outra questão de saúde pública relacionada com as drogas. O problema da vez se chama fentanil, um opioide sintético extremamente poderoso, que é 100 vezes mais eficiente que a morfina, e é utilizado em tratamentos para dor, nos casos em que a morfina perde a efetividade. Porém, para além do uso de caráter medicinal, o fentanil vem sendo usado para uso recreativo.

Segundo dados divulgados pela Drug Enforcement Agency, quase 71.000 americanos morreram em 2021 de overdose ocasionada por opioides sintéticos, como por exemplo, fentanil. Alguns senadores republicanos comparam o número de mortes com esses opioides, com o número de militares dos EUA mortos durante a Guerra do Vietnã, que alcançou 58.220. Essa mesma agência avalia que “uma parte maior” do fentanil que circula pelos Estados Unidos seria distribuído por dois cartéis mexicanos, que recebem componentes da China para seu funcionamento.

Para a resolução dessa epidemia de fentanil que está em curso, uma das propostas que surgiu foi a criminalização de alguns cartéis estrangeiros, para que possam ser considerados organizações terroristas estrangeiras. Tal proposta conta com o apoio de aspirantes à presidência do partido republicano: “Precisamos começar a pensar

nesses grupos mais como o Estado islâmico do que como a máfia”, declarou Waltz, um ex-Boina Verde.

A ideia é de retomar uma guerra às drogas, como ocorreu nos anos de 1970, mas dessa vez ao invés de lutar uma guerra interna com as drogas, seria ampliada para uma guerra externa, com ações militares invasivas no México, uma guerra que seria travada com dois considerados inimigos dos Estados Unidos, que são as drogas e, como os carteis seriam considerados instituições terroristas, teria a guerra contra o terrorismo também.

Ou seja, tudo se encaixando na ideologia americana, em termos de manter de pé a ideologia do inimigo a ser combatido, como estratégia para expandir o seu poder global, adotando uma perspectiva geopolítica. Por incrível que pareça, uma invasão militar ao México não é a ideia mais ousada que surgiu no senado americano, dado que a ideia de bombardear o México, para resolver a crise do fentanil, está atraindo cada vez mais republicanos proeminentes nos Estados Unidos.

Contudo, no atual momento, o governo dos Estados Unidos não está alinhado com essas ideias e se posiciona contrário a enviar forças militares para o México. “O governo não está considerando uma ação militar no México”, disse a porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, Adrienne Watson. Ela complementa falando que se esses cartéis fossem classificados como instituições terroristas não traria nenhuma autoridade adicional”. Em vez disso, Watson e o governo desejam cooperar com o Congresso para a modernização das tecnologias da Alfândega e Proteção de Fronteiras, e tornar o fentanil uma droga de Classe I, o que imporá os regulamentos mais rígidos sobre sua produção e distribuição.

Apesar de o governo não estar considerando as sugestões de retomar a guerra contra as guerras, e propor soluções alternativas, o fato de esse tipo de ideia ter surgido e ser cogitado, mesmo que por alguns integrantes do Congresso, revela a persistência na estratégia. Contudo, vale destacar que a guerra interna às drogas já geraram problemáticas que são sentidas até os dias atuais, como um crescimento exorbitante da população carcerária, impondo elevados custos sociais e econômicos. Quando esse tipo de ataque ocorre para além das fronteiras do Estados Unidos, é possível imaginar que os objetivos políticos vão além do que aqueles relacionados no combate às drogas, envolvendo elementos geopolíticos de grande complexidade.

Existem países que conseguiram lidar de forma mais efetiva com crises relacionadas às drogas, como por exemplo Portugal. No final da década de 1990, Portugal enfrentou uma epidemia de heroína. Nessa época cerca de 1% da população europeia era dependente da heroína, e por ser injetada através de seringas resultou num aumento no número de casos de HIV e hepatite do tipo C, caracterizando um problema de saúde pública.

Diante dessa situação, o governo reuniu um grupo de especialistas para se debruçarem sobre o problema, como por exemplo, psicólogos, psiquiatras, epidemiologistas, juristas, que juntos pensaram em uma solução para essa epidemia. A partir deste diálogo do governo com especialistas, o Governo de Portugal começou um processo de descriminalização das drogas, não liberando o consumo, mas tornando contravenções não sendo mais consideradas um crime. Em resumo, o indivíduo não era preso imediatamente se fosse pego com drogas, mas enviado a um centro de dissuasão da toxicod dependência, onde o consumo era avaliado por especialistas, que decidiam se o uso era nocivo ou não à saúde ou à sociedade.

Já nos anos 2000, essa política demonstrou resultados positivos, considerando que o consumo de drogas pesadas como heroína e cocaína havia sido reduzido consideravelmente. Além disso, 49% dos usuários de heroína se encontravam em tratamento. Qual a diferença da guerra às drogas de Portugal e dos Estados Unidos? Porque em Portugal os efeitos positivos começaram a aparecer em menos de 10 anos de aplicação da política, enquanto nos Estados Unidos os efeitos catastróficos permanecem até os dias atuais? A resposta se encontra no fato de a política adotada por Portugal ter sido focada nas pessoas e não nas drogas, eles compreenderam juntamente com os especialistas, que o consumo de drogas é um problema de saúde que é agravado por questões sociais.

Ao contrário dos Estados Unidos que se recusa a enxergar os usuários como pessoas, e simplesmente só enxergam as drogas, apenas enxergam um inimigo, e assim como eles fazem com todos seus "inimigos" eles declaram guerra. Em resumo, além de os Estados Unidos não tratarem a questão do consumo de drogas como um problema complexo, relacionado a questões sociais e de saúde pública, dão uma conotação política ao problema, utilizando-a para fazer interferências arbitrárias nos territórios que julgarem "necessários". Essas interferências normalmente são motivadas por interesses

que vão muito além, ou sequer, possuem relação direta com o problema que utilizam para justificar seu abuso de poder geopolítico.

Tributação justa: como promover equidade fiscal no Brasil?²³

*Fernando de Lima Dionizio*²⁴
*Águida Cristina Santos Almeida*²⁵

É notório que no Brasil, em conversas informais ou nos mais variados meios de comunicação, quando o assunto é economia ou política, algumas frases sempre se repetem: “No Brasil, paga-se muito imposto!”; “O Brasil tem a maior carga tributária do mundo!”, ou “Se não fosse o tamanho da carga tributária, o Brasil já teria se tornado um país desenvolvido!”. Serás que essas afirmações são procedentes? Segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional a arrecadação de impostos aumentou mais que a geração de riquezas no Brasil em 2021 e o país teve a maior carga tributária em 12 anos. Diante desta situação, nas primeiras semanas do mês de abril de 2023, com o anúncio do governo propondo uma fiscalização mais rigorosa sobre os e-commerce chineses (algo necessário) e até mesmo surgiram especulações sobre o fim da isenção do imposto de importação sobre compras que não ultrapassem 50 dólares, a população foi pega de surpresa e o receio de ter que pagar ainda mais impostos provocou tensões e insatisfação.

O problema é que, segundo o governo federal, comerciantes internacionais e importadores brasileiros usam o benefício da isenção, passando-se por pessoas físicas para se furtar de pagar devidamente os impostos e com isso burlar a legislação tributária. Atualmente, a legislação brasileira permite que compras internacionais com valor de até US\$ 50, feitas entre pessoas físicas, sejam isentas do pagamento de impostos, sendo essa prática caracterizada pelo então ministro da fazenda Fernando Haddad como contrabando digital e, a medida provisória em estudo pelo governo pretende endurecer as regras e a fiscalização de empresas ligadas, para coibir a prática ilegal e como resultado dessa correção estima-se que a arrecadação aumentaria em até 8 bilhões de reais. Um dos argumentos do governo federal em defesa da medida é o incentivo ao consumo de produtos nacionais, fortalecendo o mercado interno, e ao mesmo tempo, gerando receita tributária, que assumirá uma importância ainda maior no âmbito da nova regra fiscal.

²³Artigo escrito em abril de 2023.

²⁴Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também. E-mail: fernando.lima@estudante.ufcg.edu.br;

²⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

O Brasil é conhecido por ter uma carga tributária bastante elevada em relação a outros países, o que impacta diretamente na vida dos brasileiros. Contudo, o maior problema do Brasil não é o tamanho absoluto da carga tributária, mas o seu caráter fortemente regressivo, levando em consideração que a regressividade da carga tributária no Brasil se torna um obstáculo para a redução das desigualdades sociais no país, pois acaba afetando de forma desproporcional as pessoas mais vulneráveis economicamente. Por isso, muitos especialistas defendem a necessidade de uma reforma tributária que promova uma maior progressividade na arrecadação de impostos, de forma a reduzir a desigualdade e promover a justiça fiscal. Além disso, a carga tributária per capita no Brasil fica muito aquém, quando considerada com os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A incidência de impostos no país é regulamentada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece quais tributos podem ser cobrados pela União, pelos estados e pelos municípios. Entre os principais impostos federais, podemos citar o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Além disso, os estados e municípios também têm seus próprios impostos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), e recebem recursos do Governo Federal, por meio dos fundos de transferência da União para estados e municípios. A carga tributária brasileira tem impacto direto no preço final dos produtos e serviços, em razão da pesada oneração de tributos sobre a produção e o consumo, característica que exprime a regressividade. Com isso, onera-se a produção e o consumo, onera-se de modo desigual os grupos sociais mais pobres, dado que a cobrança tributária nesse tipo de operação não discrimina as pessoas em termos de sua renda e patrimônio.

Além disso, a complexidade do sistema tributário brasileiro também é uma das maiores do mundo, o que gera dificuldades para empresas e cidadãos na hora de cumprir com suas obrigações fiscais, gerando ineficiências nos sistemas de produção e consumo, e facilitando as práticas tributárias criminosas. Então, fazer uma reforma tributária observando os problemas relacionados à regressividade e ao engessamento estrutural da carga tributária, é fundamental, considerando a importância da arrecadação de impostos para financiar as atividades do Estado, como investimentos em

infraestrutura, saúde, educação e segurança pública. Porém, é necessário que haja transparência na gestão desses recursos e uma discussão sobre a reforma tributária com a sociedade, para que o sistema seja mais simplificado e justo para todos os cidadãos.

A reforma tributária que vem sendo discutida é um assunto de grande importância para o país, uma vez que o atual sistema tributário é considerado complexo, oneroso, injusto e pouco eficiente. A ideia de uma reforma tributária é simplificar o sistema, tornando-o mais justo e eficaz para os contribuintes e para o próprio Estado. Atualmente, há três propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, a PEC 110/2019 e o Projeto de Lei 3.887/2020. A PEC 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi, prevê a unificação de cinco tributos: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, criando um único imposto sobre bens e serviços (IBS). Já a PEC 110/2019, de autoria do ex-senador Davi Alcolumbre, propõe a fusão de nove tributos: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS, IOF, Cide, Salário-Educação e Cofins-Faturamento, também criando um único imposto sobre bens e serviços. Já o Projeto de Lei 3.887/2020, por sua vez, é a terceira proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. Ele foi apresentado pelo governo federal em julho de 2020 e prevê a criação de um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), que substituiria o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A CBS teria uma alíquota única de 12%, sendo que empresas do Simples Nacional e organizações sem fins lucrativos estariam isentas. O projeto também prevê a criação de um mecanismo de devolução de tributos para pessoas de baixa renda, a fim de compensar o aumento de preços decorrente da nova contribuição. A proposta tem sido alvo de críticas de diversos setores, que argumentam que ela não simplifica o sistema tributário, uma vez que mantém vários impostos e contribuições existentes. Além disso, alguns especialistas consideram que a criação de um novo imposto pode aumentar a carga tributária, principalmente para os setores de serviços e comércio. Por fim, cabe destacar que a discussão acerca da reforma tributária, que se encontra em andamento no congresso, tem enfatizado os aspectos de engessamento e ineficiência da carga tributária Brasileira, mas, em contrapartida, tem ignorado o caráter regressivo da carga tributária. Esse caráter regressivo pode ser considerado como sendo de maior gravidade, considerando sobretudo, as consequências sociais que impõem ao povo

Brasileiro, duramente atingidos pela injustiça tributária mantida no país, asseverando o crônico e estrutural quadro de desigualdade e iniquidade social brasileiro.

A fragilidade global no estado de confiança e o aumento do temor de uma recessão mundial²⁶

*Inácio Cardoso dos Santos Neto²⁷
Águida Cristina Santos Almeida²⁸*

Na matéria “Crise bancária aumenta riscos e diminui perspectivas para economia mundial, diz FMI”, da CNN Brasil, foi notificado que o Fundo Monetário Internacional observa que as expectativas de empresários, que já eram pessimistas, devido a todo o cenário global desfavorável, pioraram ainda mais devido ao temor de uma crise bancária, em função das falências, declaradas em março, do Silicon Valley Bank e do Signature Bank, dois credores regionais dos EUA, e a perda de confiança, num banco ainda maior, que é o Credit Suisse, o qual foi comprado pelo seu rival de mercado, o Banco UBS.

O mesmo grupo jornalístico, em outra matéria, divulgou que o motivo da quebra dos bancos antes mencionados, ocorreu devido a um montante de seus ativos que se encontrava na forma de valores a receber no futuro, juntamente com capital aplicado em títulos públicos dos EUA e, como consequência da elevação da taxa de juros que vem sendo empenhada pelo FED (o banco central dos EUA), os títulos acabaram tendo uma deterioração. Como consequência da dificuldade financeira e falências de instituições financeiras, houve uma corrida para os saques dos valores aplicados, por parte dos depositantes, que gerou uma espécie de esvaziamento do caixa. O estado norte americano tentou auxiliar e prometeu honrar com o crédito dos correntistas, mas a falência foi inevitável.

Nesse caso é possível empregar-se de teorias da ciência econômica, tais como a de Minsky, para interpretar esse fato da conjuntura. O autor desenvolveu o conceito de fragilidade financeira estrutural, como um elemento endógeno do ciclo econômico e o impacto que o lado financeiro da economia, acaba impondo ao lado real. O receio da falência do banco gerar perdas para os que possuem crédito junto a instituição em dificuldade, somado a um contexto de fragilidade financeira, que vem se ampliando, desde o período mais severo da pandemia, resulta numa insegurança mundial em

²⁶Artigo escrito em abril de 2023.

²⁷Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e participante do Programa de Educação e Tutoria de Ciências Econômicas. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

²⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

relação a uma crise financeira, que somado a diversos fatores como elevação das taxas de juros por parte dos bancos centrais de todo mundo, a expectativa de uma recessão econômica pós-pandemia, o conflito bélico no Leste europeu, entre outros, vem gerando nos agentes econômicos um estado de desconfiança e insegurança na tomada de decisões que impactam diretamente o comportamento da economia, sobretudo no tocante a variáveis da esfera real da economia, como por exemplo, o investimento produtivo, as decisões de produção e emprego, que determinam o PIB, a renda e o nível de emprego das economias.

Essa última constatação se configura numa notícia um tanto quanto negativa para países em desenvolvimento que, quer queira ou não, possuem estruturas sociais e econômicas muito mais frágeis para lidarem com quadros mundiais recessivos, quando comparados aos países desenvolvidos. As crises financeiras, que atingem o lado real da economia, acabam por sua vez sendo uma fatalidade maior para Estados e até continentes que estão na periferia do sistema-mundo. Seus resultados últimos, ou seja, das crises econômicas, conseguem ser ainda piores para as populações mais empobrecidas dos países periféricos, que muitas vezes, sequer podem contar com políticas sociais de seus estados, uma vez que nos momentos de crise, de modo extremamente paradoxal e trágico, é comum o Banco Mundial e o FMI, “aconselhar” esses países a fazerem políticas de austeridade fiscal, o que por sua vez, termina de agravar o quadro social e econômico instalado pela crise.

A CNN Brasil, ao final da matéria, conclama uma necessidade dos gestores de política pública para uma melhor fiscalização e controle das ações de instituições financeiras, além da implementação de sistemas de segurança aos depositantes. As soluções em questão, juntamente com um melhor gerenciamento de contratação de passivos, por partes das instituições financeiras despontam como parte das soluções apontadas à redução da ocorrência de falências, que podem culminar em crises financeiras e por conseguinte, gerar ou precipitar crises econômicas. Dessa forma, a economia, de um modo mais geral e global, vez ou outra, vira refém das expectativas econômicas de grandes capitais, geridos em corporações imensas. Os tomadores de decisões dessas corporações, especulam não somente com o cenário global e o momento para realização de investimentos produtivos, mas também com a vida econômica e social de regiões que sentem os efeitos de uma recessão econômica global em um nível extremamente maior.

Para Karl Polanyi, a sociedade, submetida ao mecanismo de mercado, momento no qual a economia se sobrepôs a todas as demais das esferas da vida, é feito histórico do século XIX e destoa de toda história pregressa da humanidade. Assim, o autor em questão demonstra que, em todas as sociedades anteriores ao capitalismo, a economia submetia-se à sociedade e não o contrário. Ou seja, havia-se à valorização do bem comum, a manutenção da vida, entre outros fatores de ordem social (como a magia, a tradição, os costumes, a religião) que se sobressaiam frente a fatores meramente econômicos. Então, devido a inversão criada pelo padrão da permuta, que predomina numa economia de mercado, as contradições e crises apresentadas no presente artigo, tornam-se endógenas a vida social e econômica. Nesse contexto histórico de grande complexidade, os economistas, como parte integrante da construção do conhecimento na área de Humanas, enfrentam um permanente desafio de auxiliar na compreensão da realidade e na construção de cenários e saídas para os dilemas que a dinâmica dos Estados-Economias Nacionais impõe aos povos.

HEGEMONIA E PODER²⁹

Charles Lucio Bezerra da Silva³⁰

Águida Cristina Santos Almeida³¹

As grandes potências têm um comportamento agressivo não porque elas queiram, mas porque elas têm que buscar acumular mais poder se quiserem maximizar suas probabilidades de sobrevivência, porque o sistema internacional cria incentivos poderosos para que os Estados estejam sempre procurando oportunidades de ganhar mais poder às custas dos seus rivais [...] (FIORI *apud* MEARSHEIMER, 2001 p .21).

A hegemonia e consolidação do dólar como moeda de curso internacional se deu no final da segunda Guerra Mundial, no âmbito do acordo de Bretton Woods, durante as negociações à criação de uma nova ordem mundial. Nesse contexto, os Estados Unidos lideraram o processo e conseguiram estabelecer sua moeda nacional como o padrão de referência internacional³², desse modo exercendo as funções de unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor na quase totalidade das transações internacionais.

O cenário de adesão internacional ao dólar, em 1944, fez parte das negociações no âmbito do acordo de Bretton Woods, onde foi defendido que o valor do dólar teria lastro no ouro, ficando conhecido como o padrão ouro-dólar, que vigorou até 1971. Assim, a partir do momento da ruptura, por uma decisão unilateral tomada pelo governo dos Estados Unidos, o lastro em ouro foi abolido, inaugurando o padrão dólar flexível, acompanhado de inúmeras outras mudanças que impactaram os regimes cambiais dos países e as regras que regulamentavam as finanças internacionais.

Assim, desde a instauração do padrão dólar flexível, os Estados Unidos assumiram um poder político incontestável no sistema-mundo, e a hegemonia do dólar contribui imensamente ao exercício desse super poder. Por exemplo, as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos a Estados considerados “inimigos do império”, funcionam como verdadeiras armas de destruição das economias dos países

²⁹Artigo escrito em abril de 2023.

³⁰Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

³¹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³²Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/150305_rtm_v1__n1_port_cap3.pdf

atingidos, com efeitos sociais e econômicos tão nefastos quanto o poder destrutivo das armas. Sendo a Rússia, o mais recente país atingido por essas sanções³³.

Para John Mauldin, presidente da Millennium Wave Advisors, através de um boletim informativo, escreveu que o governo Biden havia cometido um erro ao usar o dólar americano e o sistema de pagamento internacional como “armas”³⁴. Movimento o qual intensificou a busca da China e da Rússia em desenvolver um sistema de pagamentos internacionais alternativo, que permita que transações monetárias internacionais possam ser liquidadas em outras moedas nacionais, em substituição ao dólar. Nisso se destaca a Rússia, que buscou receber pagamento em rublos russos, de outros países, e países como Bangladesh, Cazaquistão e Laos que ampliaram suas negociações com a China, para um aumento no uso do yuan chinês.³⁵

O que explicaria o progresso dessas tentativas de ‘desdolarização’, em especial em relação ao caso russo, pode despontar como um lento processo de mudança estrutural no sistema monetário internacional, frente a necessidade de responder ao uso político do dólar, pelo Estado norte-americano. Tal situação levanta especulações em torno do temor da perda de hegemonia do dólar, que resultaria na incapacidade, pelos Estados Unidos, de usá-lo como ‘arma’ política, contra aqueles que julgam ser inimigos, sobretudo na Ásia³⁶. Mas seriam as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, o único motivo de uma tendência a ‘desdolarização’ da economia mundial?

³³ Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/12/27/paises-e-empresas-buscam-alternativas-ao-uso-do-dolar.ghtml>

³⁴ Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/12/27/paises-e-empresas-buscam-alternativas-ao-uso-do-dolar.ghtml>

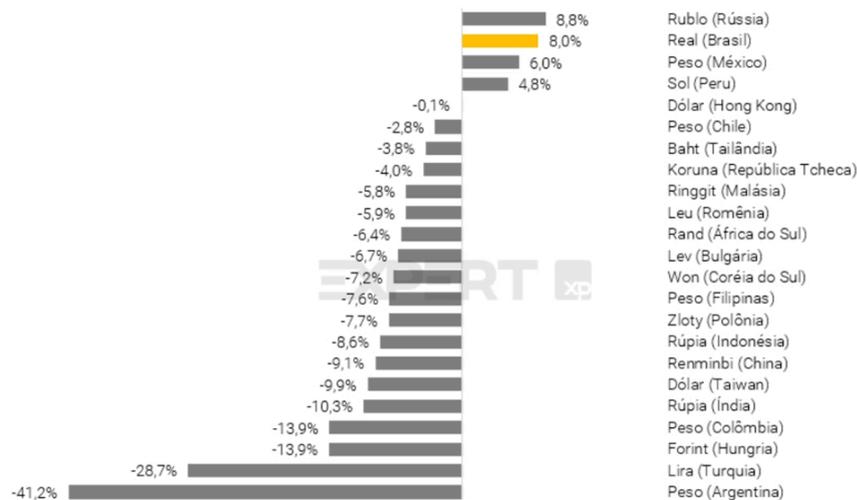
³⁵ Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/12/27/paises-e-empresas-buscam-alternativas-ao-uso-do-dolar.ghtml>

³⁶ Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/12/27/paises-e-empresas-buscam-alternativas-ao-uso-do-dolar.ghtml>

Desempenho de moedas emergentes vs. dólar em 2022



Fonte: Bloomberg, XP Research. Dados até 23/12/2022.

37

O quase monopólio do dólar também cria problemas em países asiáticos e outros países emergentes, impondo limitações estruturais ao desenvolvimento nacional dos países, frente às limitações estruturais no balanço de pagamentos, perante o arranjo financeiro que os Estados Unidos impõem aos países periféricos. Nisso se pode enxergar um avanço lento nesse processo de ‘desdolarização’ liderado pela Rússia, de modo que apesar de todos os esforços que vêm sendo empenhados nessa direção, é improvável que nos prazos curto e médio (pelo menos), a moeda de outro Estado nacional se estabeleça e desafie a hegemonia do dólar, em especial devido ao fato do poder bélico e tecnológico que caracterizam a economia norte-americana.

Além disso, as reservas internacionais das diversas economias nacionais que compõem o sistema-mundo são majoritariamente em dólar, inclusive a China, detentora do maior volume de reservas internacionais do mundo, e a maior parte é em dólar. Assim, os títulos do Tesouro norte-americano ainda representam a maior parte das reservas internacionais do mundo³⁸. Para se uma ideia, a participação do yuan nas transações cambiais representa 7%, enquanto a participação do dólar está em torno de 88%.³⁹

³⁷Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/mercados/real-sobe-em-2022-ante-o-dolar-e-fica-entre-as-melhores-moedas-emergentes-movimento-seguira-em-2023/>

³⁸ Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/12/27/paises-e-empresas-buscam-alternativas-ao-uso-do-dolar.ghtml>

³⁹ Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/12/27/paises-e-empresas-buscam-alternativas-ao-uso-do-dolar.ghtml>

Taxa básica de juros e o desemprego⁴⁰

*Diary de Mélo Santos⁴¹
Ágida Cristina Santos Almeida⁴²*

Desde a ascensão dos Estados Unidos (EUA), no início do século XX, como principal potência bélica e econômica, foram percebidas diversas ondas inflacionárias ao redor do globo, inclusive em solo americano, como o *crash* da bolsa de 1929 ou a crise dos ativos financeiros e em especial a crise do *subprime*, em 2008. Seguindo essa linha de raciocínio, a inflação norte americana tem se mostrado persistente em tempos recentes. E diversos economistas heterodoxos e ortodoxos têm ‘quebrado a cabeça’ buscando realizar diagnósticos e receitar soluções para evitar um maior perigo para a hegemonia estadunidense, principalmente com o avanço China, despontando como potência econômica. Nos últimos dias, a diretora do Federal Reserve (FED) Lisa Cook afirmou que os Estados Unidos estão longe da inflação de 2%, que já teve outrora, e que será necessário mais esforço para alcançar a meta estabelecida⁴³.

Para buscar compreensões acerca das causas da inflação atual, é importante voltar ao ano de 2020, momento em que fomos surpreendidos com a eclosão da pandemia de covid-19, e a inflação nos EUA emergiu, perante o quadro de emergência sanitária, a qual resultou numa crise de subconsumo no país.

No contexto da crise sanitária ocorreu a quebra na cadeia de suprimentos na China, em razão da severa política de contenção do vírus, o que comprometeu a dinâmica de produção e consumo de vários produtos, em escala mundial, dado o impacto da concentração industrial, que o processo de reestruturação produtiva ensejou. Para piorar esse quadro de descontinuidade na cadeia de produção, emergiu o conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, sendo apontados dentre as principais causas dessa inflação, que vem tendo uma abrangência quase mundial. Para se ter uma ideia, a inflação nos Estados Unidos, em 2022, alcançou a maior alta em 40 anos.

⁴⁰Artigo escrito em abril de 2023.

⁴¹Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

⁴²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴³<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/fed-pode-ter-mais-trabalho-a-fazer-para-reduzir-inflacao-nos-eua-avalia-diretora/>

No final de 2022, o preço da gasolina chegou a US\$ 5 o galão, em alguns estados americanos, e as repercussões da guerra entre Rússia e Ucrânia causaram uma inflação de pelo menos 60% no preço do gás. Por seu turno, os entraves presentes na cadeia de suprimentos contribuíram com a inflação de alimentos, enquanto a escassez de semicondutores contribuiu com a alta no preço de carros e eletrodomésticos, já que esse componente de tamanho tão reduzido é de extrema importância para a manufatura⁴⁴.

O FED, Banco Central dos Estados Unidos, que possui como uma das principais ferramentas para o controle da inflação, a calibragem da taxa básica de juros, vem aumentando-a nos últimos meses, visando lidar com o aumento da demanda, em meio a alta de preços, demanda essa que estava reprimida no auge da pandemia, segundo os prognósticos que vêm sendo transmitidos.

No dia 22 de março do corrente ano o FED e seus diretores elevaram os juros em 0,25 ponto percentual, na direção de 4,75% a 5%⁴⁵. Outrossim, é importante destacar que o FED possui dois objetivos institucionais, a saber: o primeiro é manter os preços estáveis e o segundo é buscar o pleno emprego. Porém essas sequências de elevações na taxa básica de juros tendem a impactar negativamente o emprego, tendo em vista o impacto de uma política monetária contracionista sobre a atividade econômica. Desse modo, quando os juros estão em trajetória de alta, a atividade econômica tende à retração, dado o impacto negativo sobre o investimento produtivo e com isso sobre a produção e o emprego.

Recorrentemente parece que os economistas contemporâneos ao nosso tempo caminham na mesma direção de economistas do passado, cometendo os mesmos erros analíticos e de diagnóstico, e não compreendendo a natureza dos inúmeros eventos de natureza endógena que caracterizam a dinâmica social, econômica e estrutural das economias capitalistas, como por exemplo, com as crises.

Além disso, o combate à inflação é importante. Contudo, a estabilidade muitas vezes é desestabilizante socialmente, dado que políticas de combate à inflação tendem a imprimir um viés recessivo às economias, comprimindo a demanda agregada, o ritmo de crescimento econômico, podendo resultar em consequências sociais e econômicas

⁴⁴<https://www.theguardian.com/business/2022/dec/26/inflation-explainer-2023>

⁴⁵<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/fed-eleva-juros-nos-estados-unidos-em-025-ponto-percentual-para-475-a-5/>

bastante adversas, mas muitas vezes desconsideradas/ignoradas quando de sua implementação.

Dentro do arcabouço de política econômica neoliberal, a taxa básica de juros é tratada como o único instrumento para alcançar a estabilidade monetária. Então, no Brasil não tem sido diferente, com o Banco Central brasileiro aumentando a taxa de juros e com isso causando danos ao tecido social, dado que o Brasil possui a maior taxa de juros real, na atualidade. Talvez seja necessária uma mudança de paradigma na teoria econômica, porém não tem sido algo que os economistas se mostram dispostos a se empenhar para alcançar.

É necessário destacar que com o aumento da taxa básica de juros nos EUA, sob o argumento de lidar com a subida dos preços, frente a uma possível inflação de custos, ou seja, em sendo uma inflação com natureza num choque de custos, a subida da taxa de juros poderá ser ineficaz, ou deverá resultar numa profunda recessão para forçar a queda dos preços.

No caso do Brasil, com a subida dos juros nos Estados Unidos, os capitais estrangeiros de curto prazo presentes no Brasil, tendem a se direcionar aos Estados Unidos e isso tende a afetar o câmbio brasileiro, ampliando o grau de desvalorização cambial, que por seu turno gera choque de custos e pressão inflacionária.

Sendo assim, forçaria o Bacen a subir a SELIC, o que por seu turno, vai condenar a economia brasileira a estagnação, inviabilizar a retomada do investimento produtivo e com isso impedir a retomada do crescimento econômico no país. Assim, não serão apenas os estadunidenses que serão prejudicados por essa queda do emprego, mas principalmente os brasileiros, dado o severo quadro de precarização que conforma o mercado de trabalho brasileiro, mas não são considerados quando das decisões políticas, que comumente privilegiam os interesses dos grandes empresários, os quais representam uma parcela minúscula da população total do país.

Impactos da mudança climática na economia⁴⁶

John Wesley Pereira Dantas dos Santos⁴⁷

Karla Vanessa Batista da Silva Leite⁴⁸

A mudança climática é um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade no século XXI. A crescente concentração de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre está provocando alterações significativas nos padrões climáticos e nos ecossistemas do planeta, com consequências negativas para as economias em todo o mundo. Nesse sentido, buscamos discutir os impactos da mudança climática na economia e apresentar algumas estratégias que podem ser adotadas para minimizar seus efeitos.

Segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, as mudanças climáticas podem causar uma perda de 4% da produção econômica mundial até 2050⁴⁹. Os impactos econômicos da mudança climática afetam vários setores da economia, sendo a agricultura um dos mais afetados. A mudança climática tem alterado o regime de chuvas em muitas regiões do planeta, o que tem afetado a produtividade agrícola. A redução da disponibilidade de água e o aumento das temperaturas, podem afetar a produtividade dos cultivos, reduzindo a produção de alimentos e elevando os preços.

Outro setor que está sendo afetado pela mudança climática é o turismo. O aumento das temperaturas e a ocorrência de eventos climáticos extremos, como furacões e inundações, estão afetando a atração turística em muitas regiões do mundo. As mudanças no clima também podem afetar a biodiversidade, causando alterações nos ecossistemas, o que resulta na perda de habitats naturais, degradação dos recursos naturais, além de causar a extinção de várias espécies de animais. Destinos turísticos que dependem de ecossistemas saudáveis como florestas tropicais, recifes e geleiras podem enfrentar uma diminuição da demanda turística devido à deterioração desses ambientes.

Devido a guerra na Ucrânia, e o problema energético que a Europa enfrenta, vale ressaltar que as mudanças climáticas também têm impactos significativos no setor

⁴⁶ Artigo escrito em abril de 2023.

⁴⁷ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET/Economia.

⁴⁸ Professora da Unidade de Economia e Finanças-UAEF e vice-líder do GAACE.

⁴⁹ Email: Wesleyjohnpbb@gmail.com

⁵ Mudanças climáticas: causas e consequências - Brasil Escola (uol.com.br).

energético. A demanda por energia aumenta à medida que as temperaturas se elevam, especialmente em regiões onde o uso de ar-condicionado é comum. Além disso, o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como tempestades, pode afetar a infraestrutura de energia, aumentando os custos de produção e afetando a confiabilidade do fornecimento. Se a temperatura do planeta continuar subindo as mazelas sociais só tenderão a aumentar em todo o mundo, sendo as populações com menos poder aquisitivo as mais afetadas.

Para minimizar os efeitos da mudança climática na economia, são necessárias ações que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e fortaleçam a resiliência das economias aos efeitos inevitáveis da mudança climática. Uma das estratégias mais eficazes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa é a implementação de políticas de precificação do carbono, que incentivam as empresas a reduzir suas emissões e a investir em tecnologias mais limpas.

Além disso, é importante promover o uso de fontes de energia renováveis e o aumento da eficiência energética. Para fortalecer a resiliência da economia aos efeitos da mudança climática, é necessário investir em infraestrutura resistente ao clima, desenvolver planos de contingência e implementar políticas de gestão de risco, que promovam a adaptação às mudanças climáticas. É importante que os governos, as empresas e as comunidades trabalhem juntos para identificar e implementar estratégias de adaptação que reduzam os impactos econômicos da mudança climática.

A velha herança da escravidão moderna⁵⁰

Júlia Farias V. Caminha⁵¹

Águida Cristina Santos Almeida⁵²

Ao contrário do que muitos que se privilegiam com a perpetuação das estruturas da branquitude nos dizem, a escravidão não é uma mancha que suja a memória do nosso passado histórico; a escravidão, é importante ficar claro, está cada vez mais voraz e latente no presente de quem perdura na instabilidade de uma sociedade que mente sobre o seu passado e esconde a vergonha que não sente ao erguer-se sobre a exploração daqueles sem os quais não poderiam perpetuar suas estruturas.

Nas últimas semanas veio à tona um caso em que mais de duzentos homens foram resgatados em situação de trabalho análogo à escravidão, nas vinícolas da Serra Gaúcha. Os trabalhadores resgatados relataram péssimas condições de alojamento, alimentação e episódios de extrema violência sofrida por aqueles que os haviam contratado: choques elétricos, mordidas, agressão com cabos de vassoura e investidas utilizando spray de pimenta. Vindos da Bahia para trabalhar na colheita das uvas, relataram ainda que eram submetidos a multas e descontos nos salários - impedindo-os de deixar o posto devido à dívidas contraídas - trabalhando mais do que o acordado na negociação prévia e sendo forçados a declarar folga em dias que trabalharam das cinco da manhã até às oito da noite, sem pausas⁵³.

Por incrível que possa parecer esse caso chocante não é único e muito menos está entre alguns poucos que ocorrem em lugares muito remotos do país. No dia 11 de abril desse mesmo ano, em outra situação identificada pelas operações de fiscalização do ministério do trabalho⁵⁴ e emprego, 85 trabalhadores nordestinos foram resgatados de trabalho escravo em plantações de cana de açúcar em municípios do estado de São Paulo. Ainda, para somar a esse número já estridente de pessoas escravizadas, a

⁵⁰Artigo escrito em abril de 2023.

⁵¹Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do grupo PET-Economia (Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas). E-mail: juliafarias.uniufcg@gmail.com ;

⁵²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵³Informações encontram-se em:

<https://www.dw.com/pt-br/o-que-se-sabe-sobre-caso-de-trabalho-an%C3%A1logo-%C3%A0-escravid%C3%A3o-no-rs/a-64865707>;

⁵⁴ Informação encontra-se em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/abril/acao-do-mte-resgata-85-trabalhadores-de-plantio-de-cana-de-acucar-em-sao-paulo>

Inspeção do Trabalho resgatou, no final de março, outros 110 trabalhadores na construção de transmissão de energia elétrica e mais 21 na área de garimpo, ambos no estado de Minas Gerais⁵⁵.

No ano passado, por exemplo, foram 2.575 o número de trabalhadores resgatados do trabalho escravo, um terço a mais do que no ano anterior, demonstrando uma tendência no aumento de casos⁵⁶. A questão que não foge da mente é o porquê de ainda persistirem as ocorrências de trabalho escravo no Brasil do século XXI e quais as razões que vêm permitindo sua expansão tão rapidamente.

Algumas das respostas corretas soam óbvias demais para correr o risco de não serem faladas e ocultadas pelo mais recente modismo alienante de negação da realidade: a enorme desigualdade social, que força trabalhadores a condições de sub cidadania para garantir uma subsistência servil, precarização do trabalho, desemprego crescente e latente, pobreza, racismo estrutural, herança cultural da escravidão, deterioração das leis trabalhistas, entre outros.

E o que é também crucial e que não pode ser deixado de lado é a origem de raça, do tipo de trabalho e da região das pessoas em situação de escravização na atualidade. Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho revelou que 82% das pessoas resgatadas do trabalho escravo, entre os anos de 2016 a 2018, eram negras, menos de 10% possuíam o ensino médio completo, 62% eram trabalhadores rurais, florestais e da pesca e 46% tinham o nordeste como região de origem.

Frente às informações expostas, cabe destacar que no primeiro dia de mandato, o ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2019, extinguiu o Ministério do Trabalho, o qual foi absorvido por uma secretaria do Ministério da Economia (tendo sido recriado no início do mandato do presidente Lula, no começo do corrente ano). Ou seja, em um curto período de tempo o que significou a extinção do ministério mais importante à fiscalização das condições de trabalho e de combate ao trabalho escravo foi a intensificação da violência contra a classe trabalhadora e a exploração mais profunda de sua vulnerabilidade.

Entretanto, é sabido que somente a atuação de um Ministério do Trabalho não é suficiente para reverter o crescente quadro de precarização e desalento que aflige a

⁵⁵ Informação encontra-se em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/abril/inspecao-do-trabalho-resgata-111-trabalhadores-em-minas-gerais>

⁵⁶ Informação encontra-se em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/trabalho-escravo-2575-pessoas-foram-resgatadas-em-2022>

classe trabalhadora brasileira de forma permanente e, portanto, devemos começar a pensar em como construir ferramentas de transformação eficientes nesse setor, entendendo a enorme complexidade de atingir esse objetivo.

O perfil das pessoas vítimas desse tipo de violência escravista nos mostra uma enorme ferida aberta, não curada, e por isso que se reflete até o presente na estrutura de trabalho e da sociedade brasileira. É uma velha herança da escravidão moderna que, na verdade, não possui nada de “moderno” ou “novo”, pois somente se perpetua ansiando impor no futuro um passado que ainda não foi superado.

A corrida em busca da saída do mapa da fome mais uma vez⁵⁷

*Janayna Santos Barros⁵⁸
Karla Vanessa B. S. Leite⁵⁹*

Durante toda a história do Brasil, a fome e a insegurança alimentar sempre foram problemas presentes na nossa sociedade. Quando falamos em políticas de combate à fome no Brasil, logo nos vêm à cabeça os governos do PT. Porém, vale frisar que estamos falando de uma corrida antiga, onde outros presidentes também criaram programas para obter algum resultado no combate à fome.

Podemos citar o programa de Alimentação Escolar (PNAE), que foi implementado em 1955 pelo MEC, durante o governo João Fernandes Campos Café Filho; o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi criado em 1994, na gestão Itamar Franco; o programa Comunidade Solidária que teve início no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, além de outros que contribuiriam positivamente nessa luta. A partir de 2003, com a posse do presidente Lula, começa-se a priorizar ainda mais os programas existentes e a criação de novos programas, como exemplos, podemos citar: Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros.

Como consequência da ação planejada e estruturada do Estado, em 2014, o Brasil conseguiu, finalmente, sair do mapa da fome. Essa informação é calculada de acordo com a base de dados adquiridas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e trata de uma ferramenta onde nos é apresentado a quantidade de pessoas que enfrentam insegurança alimentar e a fome no mundo. Além disso, o mapa é capaz de mostrar a quantidade de pessoas que não tem alimentação, não possui alimentação adequada ou ainda que tenha alimentação insuficiente por país. Com base em dados analisados pela ONU, de 2002 a 2013, caiu 82% a quantidade de brasileiros em subalimentação, essa redução estava dentre os objetivos do milênio da ONU.

⁵⁷Artigo escrito em abril de 2023.

⁵⁸Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: janayna.santos@estudante.ufcg.edu.br;

⁵⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml>

⁵<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/08/26/ja-viu-alguem-pedindo-pao-na-porta-da-pa-daria-pergunta-bolsonaro-ao-falar-sobre-fome-no-brasil.ghtml>

⁶<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>

A organização para alimentação e agricultura (FAO), que é umas das agências das Nações Unidas, chegou a comentar que o Brasil seria um exemplo a ser seguido e apontou uma série de pontos que foram apresentados como decisivos para a conquista do feito, como por exemplo, o aumento da oferta de alimentos, aumento da renda dos mais pobres, programas de acesso a renda, garantir alimentação de jovens e crianças, além de uma boa governança e transparência.

Porém, em 2015 (ano que antecedeu o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff), com a ausência da recomposição dos benefícios sociais, uma escalada inflacionária e um corte das políticas de segurança alimentar, que teve início no governo Temer e se intensificaram ainda mais no governo Bolsonaro. Posteriormente, em 2018, o Brasil volta ao mapa da fome como consequência da opção dos governos por adotar uma política de austeridade fiscal. Em 2020, foi registrado que 55,2% da população convivia com algum grau de insegurança alimentar, segundo pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN).

Segundos dados mostrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – tendo sido os dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, e comparados com os dados do ano de 2020, no que se refere à insegurança alimentar, o cenário estava piorando a pelo menos 9 anos. O estudo ainda aponta que cerca de 58,7% da população, aproximadamente 125,2 milhões de brasileiros convive com algum grau de insegurança alimentar. O Norte e o Nordeste contam com as populações mais afetadas pela insegurança alimentar, os índices chegaram a atingir 71,6% no Norte e 68% no Nordeste. Em relação à situação de fome (insegurança alimentar grave), o Norte chegou a 25,7% das famílias e o Nordeste com 21%. Também podemos ver o agravamento na zona rural, onde cerca de 60% dos domicílios foram afetados com algum grau de insegurança alimentar, e até os agricultores que produziam alimento foram atingidos pela fome, alcançando 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores.

Ainda no governo Bolsonaro ele passa a omitir o fato de pessoas estarem nas estatísticas citadas anteriormente, como em uma entrevista à rádio jovem PAN onde cita

607

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas-diz-estudo/>

8

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/08/26/ja-viu-alguem-pedindo-pao-na-porta-da-padaria-pergunta-bolsonaro-ao-falar-sobre-fome-no-brasil.ghtml>

várias falas do tipo “Fome no Brasil? Fome para valer, não existe da forma como é falado” ou até mesmo “Se a gente for em qualquer padaria, não tem ninguém ali pedindo para você comprar um pão para ele. Isso não existe. Eu, falando isso, estou perdendo votos, mas a verdade você não pode deixar de dizer”. Se o governo passa a negar um problema visivelmente existente na sociedade, logo, políticas para combater esse problema não serão implementadas. Se para o presidente a fome não era um problema, ou sequer existia, o primeiro passo é o corte de programas.

Felizmente, em 2023, com a troca de governo, ações de combate à fome vem crescendo cada vez mais. O presidente Lula, em uma reunião com o G7, assinou um documento junto com chefes do executivo de outros 14 países, que visa uma proposta para garantir a segurança alimentar mundial, ofertando alimentos nutritivos baratos e seguros, além de um processo agrícola resiliente, sustentável e inclusivo. Também tivemos um pacto contra a fome que reuniu ministros, políticos, empresários, e lideranças da sociedade civil, que tem como objetivo zerar o número de brasileiros que passam fome, ainda no ano de 2023, associando com uma estratégia de combate ao desperdício.

Atualmente, o Brasil ocupa o 10º lugar no ranking dos países que mais desperdiçam comida no mundo, cerca de 27 milhões de toneladas por ano. Além disso, tivemos a volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), programa criado em 1993 pelo governo Itamar Franco, mas que apenas em 2003, com o presidente Lula, o programa se expandiu. Em 2019, após 26 anos de existência do programa o mesmo foi extinto no governo Bolsonaro. Entretanto, no início de 2023, o CONSEA retornou junto da Câmara Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Podemos concluir, de maneira geral, que a pandemia do COVID-19 piorou as estatísticas no que se refere ao aumento de pessoas com insegurança alimentar ou em situação de fome no Brasil (ou seja, insegurança alimentar grave), mas a causa principal não foi a pandemia em si, dado que as ações e programas já vinham em desmonte desde a gestão de Temer. Podemos observar que foi implementado o auxílio emergencial, que serviu como uma renda mínima para minimizar os impactos causados aos mais vulneráveis, mas em contrapartida, foram feitos cortes nas verbas destinadas aos programas de combate à fome. Além disso, o Brasil estar dentre os países que mais desperdiça alimentos no mundo e dado as estatísticas de insegurança alimentar, isso é

algo preocupante. Visivelmente é necessário um programa eficiente que possa combater esses desperdícios e destinar água e comida de qualidade a famílias necessitadas.

Para além disso, precisamos que as políticas de combate à fome e insegurança alimentar sejam fortalecidas e mais orçamento seja destinado para esse fim. Com ações do governo, já conseguimos, uma vez, sair do mapa da fome. É possível, portanto, alcançar esses resultados, desde que essa se torne uma busca permanente, pois não basta sair do mapa da fome, é preciso permanecer fora, já que isso significa oferecer o mínimo de dignidade a milhões de brasileiros.

Privatização da ELETROBRÁS e os interesses do mercado⁶¹

Matheus Santos de Oliveira⁶²

Karla Vanessa B. S. Leite⁶³

O estudo “*Reclaiming Public Services*” mostra que, até 2017, houve, ao redor do mundo, 835 exemplos de processos de reestatização de serviços públicos, envolvendo mais de 1.600 cidades e 45 países. Dentro desse processo, os setores mais reestatizados foram energia, com 311 casos e, fornecimento de água, com 267 casos, ocorridos majoritariamente no continente europeu, como uma resposta às políticas de austeridade e aos excessos de liberalização desses serviços.

No Brasil, no entanto, esse processo de entrega à iniciativa privada, de empresas operando em setores estratégicos com monopólios naturais, segue a todo vapor e ocorre de forma bastante perversa. As empresas privadas, por terem como objetivo primordial a obtenção de lucro, tendem a aumentar as tarifas desses serviços para manterem as margens de lucro e, dentro desse processo, acabam por jogar sobre o consumidor a responsabilidade de realizar os investimentos mais custosos – através desse aumento tarifário – como a reestruturação do patrimônio físico e manutenção dos equipamentos. Além disso, o empresariado brasileiro tende a optar pela redução de custos para aumentar margem de lucros ao invés de investir em ciência e tecnologia para gerar inovações, fazendo com que estejamos em um espaço de constantes tensões sociais.

A Eletrobrás, dentro do contexto turbulento que foi o governo do ex-presidente Bolsonaro, passou por um processo de desestatização que gerou a emissão de novas ações ao mercado, resultando na perda do controle acionário pela União⁶⁴. Além disso, mesmo que 40% das ações da empresa, que ainda estão nas mãos da União, ela só pode participar das reuniões que decidem o rumo da empresa como se tivesse 10% dessas ações, limitando o poder decisório do governo e, caso o mesmo tenha interesse em reaver as ações anteriormente vendidas, terá de pagar três vezes mais do que o valor de mercado⁶⁵. Caso essa legislação inédita fosse para limitar o poder decisório das

⁶¹Artigo escrito em maio de 2023.

⁶²Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: santos.oliveira@estudante.ufcg.edu.br;

⁶³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: karla.vanessa@professor.ufcg.edu.br.

⁶⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/761755-camara-aprova-mp-que-viabiliza-desestatizacao-da-eletobras/>

⁶⁵<https://www.poder360.com.br/governo/venda-da-eletobras-foi-quase-bandidagem-e-lula-fala-em-rever/>

empresas privadas, dentro do controle da Petrobrás, por exemplo, a mídia tradicional e o mercado acordariam furiosos, sinalizando quedas imensas nas ações da bolsa de valores brasileira que pouco refletem no mercado tradicional.

Ainda nesse processo, o Ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, em 2022, afirmou que havia erros metodológicos nos cálculos que subavaliavam a Estatal, em cerca de R\$ 63 bilhões, levando-a a ser desestatizada por quase metade do que realmente valia. O Ministro afirmou ainda que as tarifas tendem a aumentar 14% para as indústrias e 16% para as residências⁶⁶. Vale lembrar que a empresa responsável por fazer os cálculos e análises da desestatização da Eletrobrás é a PwC, a mesma que fez a auditoria das lojas americanas. Recentemente tal rede de lojas esteve nos noticiários por fraudar os balanços em mais de R\$ 40 bilhões e, pouco antes dessa notícia sair ao mercado, foram distribuídos mais de R\$ 560 milhões em dividendos isentos de imposto de renda.

Influenciada por esse pensamento curto-prazista dos novos acionistas preferenciais da Eletrobrás, a empresa anunciou, em janeiro de 2023, um programa que vai usar o caixa da empresa para realizar recompra de ações, que podem chegar a 10% do total de ações em circulação⁶⁷. Além disso, houve uma mudança na política de distribuição de dividendos, diminuindo a possibilidade de a União recompor, através de compras no mercado, sua participação na empresa, indicando que pode seguir os mesmos passos da Petrobrás ao final do governo Bolsonaro, que vendeu importantes ativos geradores de renda, provocando o aumento do preço dos ativos comercializados (petróleo) e distribuindo mais dividendos do que vinha gerando de receita anual.

No Brasil, o grande empresariado não tem visão de longo prazo e se recusa a investir em projetos estruturantes que visam à melhoria de processos e/ou geração de inovações, buscando muitas vezes se apropriar de empresas públicas em setores estratégicos com grande potencial de lucratividade, como a Eletrobrás. Utilizam, para tal, de argumentos que tais empresas não são economicamente eficientes quando, na verdade, existem diversos exemplos de empresas públicas com uma gestão eficiente e capaz alcançarem excelência em inovações, como a própria Eletrobrás, que foi eleita em 2022 como a terceira empresa mais inovativa do setor elétrico na América Latina⁶⁸. A Petrobrás, por exemplo, que possui parcerias com 100 universidades e centros de

⁶⁶<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/eletrobras-estamos-tratando-de-uma-subavaliacao-de-r-63-bilhoes-diz-ministro-do-tcu/>

⁶⁷ <https://ri.eletrobras.com/informacoes/comunicados-ao-mercado/>

⁶⁸ <https://ri.eletrobras.com/informacoes/central-de-resultados/>

pesquisas brasileiros e 35 parcerias no exterior, sendo que 67 deles realizam atividades relacionadas à Pesquisa & Desenvolvimento, foi capaz de utilizar engenharia reversa a partir de 1994 para gerar inovações como a que levou a exploração do pré-sal (extração de petróleo a mais de 4000 metros)⁶⁹. Também é possível citar a Embraer, que é a terceira maior vendedora de jatos comerciais do mundo, sendo também pioneira no desenvolvimento de carros voadores⁷⁰.

Nesse sentido, enquanto o resto do mundo está abrindo os olhos para os malefícios da privatização dessas empresas em setores estratégicos, o Brasil vai na contramão, mesmo apresentando uma capacidade de gestão mais inovadora, eficiente e socialmente responsável, em um contexto no qual tais empresas poderiam ser utilizadas como eixo importante na retomada de uma estratégia de política industrial. A Eletrobrás é responsável pela geração de 30% da energia elétrica brasileira e possui presença internacional. No último ano, investiu mais de R\$ 5 bilhões em infraestrutura⁷¹. Ou seja, uma empresa robusta como essa não pode ficar nas mãos de grupos empresariais que somente visam os resultados de curto-prazo, pois as consequências tendem a se apresentar com aumentos tarifários e menores retornos à sociedade.

⁶⁹ Silveira, J. D. C. A.; Souza, M. C. M.; Oliveira, M. A. Os principais atores no ecossistema de inovação da Petrobrás, 2020.

⁷⁰

<https://g1.globo.com/inovacao/noticia/2022/05/05/empresa-da-embraer-preve-mais-de-200-carros-voadores-ate-2035-no-rio-de-janeiro.ghtml>

⁷¹ Relatório anual eletrobrás, disponível em: <https://ri.eletobras.com/informacoes/central-de-resultados/>

PL 2630/2020: uma ameaça à “liberdade de expressão”?⁷²

Maria Gabriella da Silva Valentim⁷³
Karla Vanessa B. S. Leite⁷⁴

Recentemente, tem-se espalhado no Brasil um grande mito sobre a regulamentação da internet. Se antes tínhamos o fantasma do comunismo, agora temos o fantasma da regulamentação. Mas, afinal, o que a sociedade brasileira realmente sabe sobre a proposta de regulamentação da internet e das redes sociais? Como essa proposta está sendo difundida? Por que uma parte da sociedade se mostra avessa a tal medida?

Bem, vamos partir do princípio do significado de liberdade de expressão, que é definida, de acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, como *o direito de manifestação do pensamento, possibilidade de o indivíduo emitir suas opiniões e ideias ou expressar atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, sem interferência ou eventual retaliação do governo*⁷⁵. É importante ressaltar, entretanto, que o exercício dessa liberdade não é ilimitado e em casos em que são verificadas as intenções de caluniar, difamar ou injuriar, pode-se haver punições, de acordo com a legislação civil e penal.

Partindo para a atual situação do Brasil, ainda nos encontramos em um estado de forte polarização política, econômica e social, o que favorece e instiga a disseminação de notícias falsas, as tão famosas “fake news”. Essas falsas notícias possuem, basicamente, o intuito de difamar a imagem de outras pessoas, como por exemplo, a das pessoas envolvidas no atual governo. Temos então a brecha perfeita para indagarmos, até onde vai a liberdade de expressão? Quais os seus limites?

Para respondermos tais perguntas, de acordo com Pierpaolo Cruz Bottini⁷⁶, para além dos discursos fáceis, é preciso enfrentar inúmeras questões em aberto e colocar o dedo em algumas feridas para que seja possível fixar parâmetros que definam,

⁷²Artigo escrito em maio de 2023.

⁷³Graduada do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), integrante do Programa de Educação Tutorial - Economia (PET-Economia) e secretária do Centro Acadêmico de Economia da UFCG (CA - Celso Furtado). E-mail: silvagabriella776@gmail.com;

⁷⁴Professora Associada I da UAEF/UFCG. E-mail: karla.vanessa@professor.ufcg.edu.br.

⁷⁵<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/liberdade-de-imprensa-x-liberdade-de-expressao>

⁷⁶Professor livre-docente do Departamento de Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense da Faculdade de Direito da USP. Mestre e doutor pela Universidade de São Paulo. Esteve à frente da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2005/2007) e do Departamento de Modernização Judiciária do mesmo órgão (2003/2005). Foi membro efetivo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e da Comissão de Juristas instituída na Câmara dos Deputados para revisão da lei de drogas (2019). É Coordenador do Observatório de Liberdade de Imprensa do Conselho Federal da OAB (desde 2019).

com segurança, os contornos de um direito essencial ao exercício da democracia⁷⁷. É necessário que se entenda, de uma vez por todas, que a partir do momento em que a discordância vira discurso de ódio, a gente tem que combater.

Outro ponto indispensável nesta discussão são as consequências das fake news, que são criadas e espalhadas diariamente, sob o falso respaldo dessa impunidade fantasiosa da liberdade de expressão. Temos casos e casos de pessoas inocentes, que acabam sendo culpadas e julgadas socialmente por coisas que nem sequer tinham conhecimento do acontecimento; o tribunal da internet nunca esteve tão forte como agora.

Para além de só a internet, o tribunal social também se faz presente, como no caso do homem que morreu após falsamente ter sido acusado de roubo⁷⁸. Outro exemplo é o caso do motorista de aplicativo que atropelou e matou um suposto autor de furto em São Paulo e, logo em seguida, gravou vídeos, publicou em redes sociais e tudo isso com muito orgulho e pompa, afinal, de acordo com ele seria “menos um fazendo o L”. A que ponto chegamos? As pessoas se orgulham de cometerem um assassinato, enxergam-se como justiceiros.

Então, juntando esse cenário de hostilidade extrema, polarização e disseminação de fake news, temos a receita para o caos e a desordem. Quantas pessoas existem por aí achando que podem destilar ódio, incitar ou até mesmo praticar o uso da violência contra as outras? Embasadas, claro, na afirmação de que são livres para tal.

Agora, já compreendendo o contexto do momento que estamos vivendo, é importante fazer um esforço para entender do que se trata a regulamentação da internet e das redes sociais. Afinal, o que é realmente o tão falado “PL das Fake News”? O Projeto de Lei – PL 2630/2020, a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, prevê a transparência das redes sociais e dos serviços de mensagens privadas e a responsabilização das grandes corporações de tecnologia (Big Techs) no combate à desinformação e notícias falsas (*fake news*). Além de ampliar a transparência dos conteúdos patrocinados, a atuação do poder público, e propor a remuneração de conteúdo produzido nessas plataformas⁷⁹.

O PL 2630 é muito importante para mulheres e crianças, por exemplo, já que irá fazer com que se criem obrigações para as grandes corporações de tecnologia (Big

⁷⁷<https://direito.usp.br/noticia/4bdc11296800-os-limites-a-liberdade-de-expressao->

⁷⁸<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/homem-e-espancado-e-morre-apos-falsa-acusacao-de-roubo-e-m-guaruja-sp.shtml>

⁷⁹<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/por-que-o-pl-das-fake-news-e-importante-para-as-mulheres-e-criancas/>

Techs), para atacar os chamados “riscos sistêmicos”, que incluem a propagação de conteúdos ilegais, efeitos negativos reais ou previsíveis no exercício dos direitos fundamentais, no discurso cívico e nos processos eleitorais, bem como na segurança pública e também potenciais efeitos negativos em relação à violência contra a mulher, à proteção da saúde pública e aos menores, e as consequências negativas graves para o bem estar físico e mental das pessoas⁸⁰, além de poder demandar ações específicas para o combate de conteúdos ilegais quando houver risco iminente para a população. O último texto do PL diz, em seu Art. 11º “Os provedores devem atuar diligentemente para prevenir e mitigar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços, envidando esforços para aprimorar o combate à disseminação de conteúdos ilegais gerados por terceiros, que possam configurar: IV – crimes contra crianças e adolescentes (...), V – crime de racismo e VI – violência contra a mulher”.

De acordo com a Nós, mulheres da periferia, só nos quatro meses de 2023, a Plataforma ‘Violência de Gênero Jornalismo’ já registrou 20 ataques⁸¹, sendo a maioria deles considerados ataques de gênero. “Entre eles, 64.4% são ataques à reputação e à moral, usando a aparência, a sexualidade ou traços sexistas de personalidade para agredir. As demais situações envolvem agressões físicas e censura na internet. Só em setembro de 2022, os ataques contra as mulheres jornalistas chegaram a crescer 250%, segundo dados colhidos pela Abraji⁸².

Outro ponto a ser destacado sobre essa discussão, são os grupos neonazistas e fascistas que utilizam da internet e das redes sociais, como o telegram por exemplo, para a disseminação de ideologias extremamente nocivas e perigosas para a sociedade, chegando a ir muito além, ao pôr em prática todas as atrocidades que falam e acreditam. Os crescentes massacres nas creches e escolas que vem acontecendo são prova disso, os autores desses crimes geralmente integram grupos em redes sociais, justamente com temas e conversas sobre massacres.

A falta de regulamentação faz com que tudo pareça ser permitido, impulsionando ainda mais a disseminação dos discursos de ódio e dos atos de violência. Quando grupos tem a total liberdade de planejar massacres, invasões e atos antidemocráticos, por exemplo, não se trata mais de apenas liberdade de expressão, estamos falando de crimes, de assassinatos e atentados contra a democracia e a própria

⁸⁰<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/pl-das-fake-news-leia-a-integra-da-versao-apresentada-pelo-relator.shtml>

⁸¹ <https://violenciagenerojornalismo.org.br/>

⁸²<https://abraji.org.br/noticias/ataques-contra-mulheres-jornalistas-crescem-250-em-setembro>

sociedade. Trocando em miúdos, estamos falando sobre um perigo iminente que deve ser combatido imediatamente.

Mas, ao que tudo indica, nem todos enxergam o problema da mesma forma. Algumas Big Techs têm se mostrado insatisfeitas com relação ao PL 2630, como por exemplo o Google que, de forma bem sutil e estratégica, colocou por algum tempo matérias totalmente sensacionalistas e tendenciosas sobre o PL, bem abaixo do seu buscador na página inicial. O Telegram, por sua vez, declarou abertamente que é contra a aprovação do PL 2630/2020, chegando até a fazer pronunciamentos oficiais e enviar mensagens para os usuários, dizendo o seguinte: "O Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão. O PL 2630/2020 dá ao governo poderes de censura sem supervisão judicial prévia"⁸³. Porém, como já foi falado, o PL determina que as empresas são obrigadas a moderar conteúdos criminosos publicados nas suas redes, como neonazismo, apologia à violência e a organização de ataques (reais) à democracia do Brasil. Todavia, o projeto prevê apenas o que hoje as redes sociais não fazem: moderação de conteúdo. Viu algo ilegal? Modere⁸⁴.

Em suma, no Brasil as redes sociais são um lugar fértil para ameaças à democracia, discurso de ódio, difusão de mentiras e ameaças a indivíduos e grupos. O PL não é uma “ameaça à liberdade de expressão”, é um combate à desinformação. Sendo importante ressaltar, que em outros países já existe esse tipo de regulação, como na China, no Canadá, na Argentina e na Alemanha e em diversos outros países da União Europeia, cada país realizando a regulamentação da maneira que melhor se adequa às suas necessidades e realidade. Logo, a discussão sobre esse projeto de lei e sua aprovação se mostra urgente para nos proporcionar cada vez mais segurança no ambiente virtual.

⁸³<https://t.me/TelegramBR/160>

⁸⁴<https://tecnoblog.net/noticias/2023/05/09/telegram-publica-texto-preguicoso-contr-pl-das-fake-news/>

Paraná apresenta plano de agricultura de baixa emissão de carbono⁸⁵

*Guenold Omoungou Dibangoye⁸⁶
Karla Vanessa B. S. Leite⁸⁷*

O Estado do Paraná apresentou um plano de agricultura de baixa emissão de gases do efeito estufa. É um plano que visa combater a poluição, principalmente a emissão de carbono, de forma a preservar o meio ambiente, com objetivo de impulsionar a agricultura do Estado na escala mundial e promover a ecologia dentro do país. É composto por vários objetivos a serem alcançados até o ano de 2030.

Há vários anos, a luta pela proteção do meio ambiente está no centro de nossos pensamentos e se tornou um dos maiores desafios para vários países do mundo, inclusive o Brasil. Vários países e estados se entregam, lutam para que esse objetivo seja executado e respeitado, como é o caso do estado do Paraná que, ao constituir seu plano agrícola, não esqueceu de um dos objetivos principais da questão ambiental que é a preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, o governo do Paraná, apresentou o Plano de Agricultura de Baixo Carbono do Paraná (PAE ABC+ PR) e uma série de ações que alinham o estado ao plano nacional. De fato, o principal objetivo é desenhar uma agricultura mais sustentável, com baixas emissões de carbono e atentando às mudanças climáticas, porque hoje está claro que várias grandes nações, no sistema capitalista, em suas buscas de lucros vão até ignorar a questão ambiental, tendo como foco maximizar sua produção para auferir lucros cada vez maiores. Todavia, esta maneira de fazer as coisas tem consequências muito graves para o meio ambiente. É o caso de países como China, Estados Unidos e Índia que são hoje os três países mais poluidores do mundo.

É certo que esses são países com PIB muito alto, mas seu impacto no meio ambiente é considerável. A China ocupa o primeiro lugar e é responsável por 32,9% das emissões de CO₂, em grande parte devido à exploração de bens de consumo e à sua forte dependência do carvão. Em seguida, vêm os Estados Unidos, responsáveis por 12,6%. Por último, a Índia é responsável por 7,0%. Tudo isso para dizer que produzir em grandes quantidades requer extrema atenção ao meio ambiente.

⁸⁵ Artigo escrito em maio de 2023.

⁸⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia).

⁸⁷ Professora Associada I da UAEF/UFCG. E-mail: karla.vanessa@professor.ufcg.edu.br.

No plano ideal, a agricultura deveria ser uma atividade mais sustentável, com baixas emissões de carbono e atenta às alterações climáticas, fixando o carbono e alterando o modelo de produção, passando de pastagens desgastadas extensivas de baixa eficiência para implantar projetos mais eficientes. Esse será o desafio à agricultura paranaense.

Finalmente, este plano demonstra o compromisso protagonista desta entidade subnacional, no que tange à mudança climática. O Paraná torna-se então o terceiro estado a aderir à política nacional do ABC+. A meta é atingir 72 milhões de hectares de áreas de uso de tecnologias sustentáveis de produção. Assim, espera-se chegar a um bilhão de toneladas de CO₂ reduzidas até 2030.

Em conclusão, o sistema de produção do homem é um dos principais contribuintes para o aquecimento global, em particular devido às emissões de gases de efeito estufa presos na atmosfera. Portanto, é nossa responsabilidade evitar isso, cuidar do nosso meio ambiente, explorar os recursos de forma racional e ecológica para que as gerações futuras não sejam impactadas. O setor de agronegócio é um dos mais influentes e importantes para o PIB do Brasil, portanto, sua implantação e operação devem ser cuidadosamente planejadas. Devemos garantir que as políticas ambientais sejam respeitadas, porque é a nossa vida que depende disso.

Quando o conflito supera a cooperação, encerra-se a hegemonia⁸⁸

*Emanuel Lucas Guerra Sobral⁸⁹
Águida Cristina Santos Almeida⁹⁰*

Supremacia, preponderância, superioridade, dominação, soberania: todos são sinônimos de hegemonia. Uma hora cansa e já cansou. A história nos mostra a relação que tivemos e temos com as potências, sejam as relações colonialistas com Portugal e a Inglaterra, por exemplo, seja também com os Estados Unidos e sua hegemonia. Hegemonia essa que está sendo impactada e resultando em reações com países que se conformam com o sistema-mundo e, vêm destacando a importância de criar uma estrutura de poder multipolar, como é o caso da Rússia e da China, por exemplo.

Fiori⁹¹, em seu livro “O Poder americano”, publicado no ano de 2004, previu que “[...] o maior desafio ao poder americano deverá vir, no longo prazo, da Ásia e da China”, e é isso que realmente se vê hoje. As relações da China vêm se estreitando com países de diferentes continentes, inclusive da América Latina, tanto a respeito do Brasil, por exemplo, quanto da Argentina, mais recentemente, conforme matéria da Carta Capital⁹².

A matéria trata sobre a Argentina ‘seguir’ o Brasil e deixar de usar o dólar nas importações com a China. Na quarta-feira, dia 26 de abril de 2023, o governo da Argentina informou que deixará de utilizar o dólar nas importações realizadas com a China e que utilizará o *yuan*, moeda chinesa. Tal medida foi anunciada pelo ministro da Economia da Argentina, Sergio Massa, e pelo embaixador da China na Argentina, Zou Xiaoli, na sede do ministério da Economia em Buenos Aires.

Segundo o ministro da Economia da Argentina, a ideia é preservar as reservas internacionais do país. A Argentina deve realizar “um volume de importações em *yuan*s em mais de 1 bilhão de dólares, a partir do mês que vem” e, o governo estima cerca de 790 milhões de dólares de importações, que hoje são pagas na moeda norte-americana passem a ser pagas na moeda chinesa.

⁸⁸Artigo escrito em maio de 2023.

⁸⁹Graduando Emanuel Lucas Guerra Sobral do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e participante do Programa de Educação e Tutorial de Ciências Econômicas. E-mail: emanuel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

⁹⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁹¹FIORI, J. L. O Poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

⁹²

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/argentina-segue-brasil-e-vai-deixar-de-usar-dolar-nas-importacoes-com-a-china/>. Acesso em 03/05/2023.

Além disso, pode-se verificar em outra matéria, também da Carta Capital⁹³ sobre o presidente Lula propondo a criação de uma moeda comum para o BRICS (bloco de países emergentes formado pelos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em uma coletiva de imprensa, ao lado do primeiro-ministro da Espanha, onde utilizou o Euro como exemplo. Disse Lula “Eu sou favorável que a gente crie, no BRICS, uma moeda de negociação entre os nossos países, como os europeus criaram o Euro” e “A gente criou o Banco do BRICS e a gente quer, efetivamente, que o Banco do BRICS se transforme em um grande banco de investimento”. O presidente Lula afirmou ainda, que o Banco do BRICS pode ser maior que o Banco Mundial, porque o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Brasil, foi durante muito tempo, maior que o Banco Mundial.

Parafrazeando Fiori⁹⁴, quando o conflito se sobrepõe à cooperação, há uma quebra da hegemonia. E é justamente isso que se vê claramente no modo com os Estados Unidos vêm exercendo poder hegemônico desde os anos de 1970, quando, unilateralmente, começou a desmontar a estrutura de governança erguida em Bretton Woods, no pós-II Guerra, ou seja, nesse modo nada democrático e benevolente com os quais os Estados Unidos vêm a décadas exercendo seu poder imperial. A crescente competição que está se intensificando com a China, aparece como um dos sintomas da disputa por poder político e econômico em nível geopolítico. No caso da China, essa disputa envolve a luta por manutenção e consolidação da soberania nacional, frente ao poder do “império”.

Enquanto os Estados Unidos têm sido a potência hegemônica dominante no cenário mundial desde o fim da Segunda Guerra, a ascensão da China como uma superpotência econômica está desafiando essa supremacia e, com a crescente influência da China na economia mundial, muitos países vêm estabelecendo relações econômicas e políticas de parceria, inclusive o Brasil, estabelecendo políticas e relações comerciais mais estreitas. Com a quebra da hegemonia americana e a ascensão da China, o papel do Brasil no cenário global é cada vez mais importante.

Mas é necessário ter em mente que, por conta do quadro forte de instabilidade nos níveis interno e externo, previsões de prazo mais estendido ficam bastante comprometidas. Desse modo, no caso do Brasil, especialmente, o curto prazo (que

⁹³

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/lula-propoe-moeda-comum-para-os-brics-e-projeta-nbd-maior-que-banco-mundial/>. Acesso em 03/05/2023

⁹⁴ FIORI, J. L. O Poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

poderia ser tomado como um ano, por exemplo), se torna um longo prazo, por conta das diversas variáveis em jogo, como por exemplo: a crise institucional iniciada desde o golpe parlamentar de 2016 ainda não sanada e a economia segue aguardando uma retomada mais consistente, o que agrava o quadro social de iniquidade.

Ou seja, frente a um cenário político, econômico e social ainda bastante desfavorável, o novo Governo precisa estar atento às mudanças no cenário global, a geopolítica, bem como no tocante à gestão da política econômica, buscando aproveitar as oportunidades que podem surgir e minimizando possíveis impactos negativos. Por fim, como disse Hobsbawm (1998)⁹⁵, “devemos nos lembrar que esperança e previsão, embora inseparáveis, não são a mesma coisa [...] E toda a previsão sobre o mundo real repousa em grande parte em algum tipo de inferência sobre o futuro a partir daquilo que aconteceu no passado, ou seja, a partir da história”.

⁹⁵ HOBBSAWM, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PPI E a PETROBRAS⁹⁶

*Charles Lucio Bezerra da Silva⁹⁷
Karla Vanessa B. S. Leite⁹⁸*

A Petrobrás anunciou no dia 16/05/2023 o fim da política de Preços baseada na Paridade Internacional (PPI). Essa política havia sido adotada em 2016, no governo do Presidente Michel Temer⁹⁹. De acordo com tal diretriz, que definia o preço dos combustíveis no Brasil, acompanhava-se a cotação do barril de petróleo no mercado internacional, onde a negociação é feita em dólar, de modo que o câmbio influenciava em decisões sobre o comportamento da empresa e a dinâmica dos preços domésticos.

Como já foi mencionado, a PPI foi adotada no governo Temer em substituição à política vigente durante o governo Dilma Roussef, que no período eleitoral permitiu o represamento artificial dos preços dos combustíveis, em 2014, evitando o repasse das variações internacionais ao mercado interno, como instrumento de controle inflacionário. Essa ação resultou em prejuízos bilionários para o caixa da estatal¹⁰⁰. Logo após a eleição a medida antes que serviu para conter a inflação, acabou resultando em uma inflação disparada devido a liberação dos preços administrados¹⁰¹. Em contrapartida, no governo Michel Temer, a política foi se alinhando a uma lógica de mercado, na qual os preços dos combustíveis no Brasil passaram a acompanhar a cotação do barril do petróleo no mercado internacional, denominada de PPI.

No que diz respeito ao seguimento da PPI, em 2018, com um preço elevado do petróleo e o real se desvalorizando frente ao dólar, os preços dos combustíveis se elevaram e isso culminou numa greve nacional dos caminhoneiros, que durou 10 dias e acabou derrubando o comando da Petrobras¹⁰². A greve que começou no dia 21/05/2018

⁹⁶Artigo escrito em maio de 2023.

⁹⁷Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

⁹⁸Professora Associada I da UAEF/UFCG. E-mail: karla.vanessa@professor.ufcg.edu.br.

⁹⁹Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

¹⁰⁰ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

¹⁰¹ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

¹⁰² Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

acabou no dia 30/05/2018, no dia 24 a Petrobras anunciou a redução de 10% do preço do diesel em suas refinarias, e um congelamento por 15 dias. Assim, o que Pedro Parente, então presidente da Petrobras, justificou como necessário acabou resultando no seu eventual pedido de demissão no dia 01/06/2018¹⁰³.

No período de pandemia do COVID-19, em 2020, o petróleo sofreu uma queda, atingindo seu nível mais baixo desde o início dos anos 1990¹⁰⁴. Essa queda se deu devido a disputas entre a Arabia Saudita e a Rússia, diante de eventuais reduções de demandas, sobretudo devido à disseminação do covid-19 ao redor do mundo. Dois dias depois, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou a pandemia do covid-19¹⁰⁵, o que teve por resultado uma menor procura por combustíveis, em várias economias, resultando numa queda nos preços, que durou até o mês de maio de 2020, onde houve o começo de um movimento de recuperação. A alta no preço do petróleo que foi motivado pela reabertura econômica ao redor do mundo, o que no ano de 2021, resultou no avanço de 50% do preço do petróleo no mercado internacional¹⁰⁶.

Em 2022, acrescentou-se um novo elemento à dinâmica dos preços dos combustíveis, a saber: a guerra entre Rússia e Ucrânia. Como a Rússia é um dos principais produtores e exportadores de petróleo do mundo¹⁰⁷, o conflito envolvendo essa nação impactou os preços no mundo todo. Apesar do conflito supracitado, no mesmo período, a Petrobras registrou altas em sua margem de lucro e chamou atenção da sociedade a sua generosa política de distribuição de dividendos¹⁰⁸. Cabe salientar que sendo uma empresa de capital misto, as ações estão divididas entre o Estado brasileiro, sendo sócio majoritário com 50,3% das ações, e a participação privada.

¹⁰³ Link para matéria:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/pedro-parente-pede-demissao-da-presidencia-da-petrobras.shtml>

¹⁰⁴ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/20/Por-que-o-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo-atingiu-a-maior-alta-em-7-anos>

¹⁰⁵ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/20/Por-que-o-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo-atingiu-a-maior-alta-em-7-anos>

¹⁰⁶ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/20/Por-que-o-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo-atingiu-a-maior-alta-em-7-anos>

¹⁰⁷ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

¹⁰⁸ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

Como já vimos, a política do PPI tende a resultar numa alta nos preços, em razão do impacto do câmbio, o que resultou em aumentos sequenciais nos preços da gasolina, do diesel, do gás natural veicular e do gás de cozinha, ao longo do mandato de Bolsonaro¹⁰⁹. Com isso, no ano de 2021 os combustíveis foram um dos principais influenciadores do aumento de preços no Brasil, com índices de inflação de 10% pela primeira vez desde 2015. De acordo com o IBGE, em 2021, a alta dos combustíveis foi de 49%¹¹⁰.

O descontentamento social resultante da permanente elevação dos preços dos combustíveis, acabava por refletir em preocupações políticas para com o presidente do país em sua popularidade, mas ao invés da eliminação da política de Paridade de Preço de Importação (PPI), o ex-presidente Jair Bolsonaro adotou uma postura “diversionista” ensaiando uma rixa com a Petrobras (como se nada tivesse a ver ou a fazer, com relação à política de preços da estatal). Assim, passou a fazer duras críticas à empresa e demitiu comandantes da estatal.

Aproximando-se o pleito eleitoral, no qual iria tentar a reeleição, conseguiu obrigar os estados a reduzirem o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), lei que foi apresentada por Jair Bolsonaro e aprovada pelo congresso. A medida tinha como objetivo instituir o recolhimento do imposto em uma única etapa, além de determinar que a alíquota seria a mesma em todos os estados e que as cobranças deveriam ser feitas na forma de um valor fixo a cada litro consumido¹¹¹. Nessa postura adotada por Bolsonaro, impondo um ônus para os estados, vendeu-se a narrativa de que o então presidente tinha conseguido fazer os preços dos combustíveis cair e colocou-se os governadores como os vilões da história, atribuindo-lhes a alta dos preços, embora há muitos anos a alíquota do ICMS cobrada sobre os combustíveis fosse exatamente a mesma.

¹⁰⁹ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/20/Por-que-o-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo-atingiu-a-maior-alta-em-7-anos>

¹¹⁰ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/20/Por-que-o-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo-atingiu-a-maior-alta-em-7-anos>

¹¹¹ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/22/Por-que-Bolsonaro-n%C3%A3o-mexe-nos-pre%C3%A7os-dos-combust%C3%A0veis>

Somente no ano de 2021 os lucros da Petrobras, somaram R\$ 106,7 bilhões e, no ano de 2022, chegaram a R\$ 188,3 bilhões¹¹². Em 2022, até o dia 17 de maio, O presidente Jair Bolsonaro havia trocado duas vezes a presidência da Petrobras. Essas mudanças ocorriam após anúncios de novos aumentos de preços nas refinarias¹¹³. José Mauro Ferreira Coelho foi um dos últimos alvos da pressão de Bolsonaro, que criticou o aumento do diesel em 8,9%, em 9 de maio de 2022¹¹⁴. O mandado durou apenas 40 dias, e posteriormente José Mauro foi substituído por Caio Paes Andrade, que assumiu o comando da empresa em junho de 2022¹¹⁵.

A PPI se manteve sendo única referência para os preços dos combustíveis no mercado interno alinhado com a estratégia por parte de negócios em que se buscava pela maximização da geração de lucros e distribuição de dividendos entre os acionistas. Para se ter uma ideia, entre 2019 e 2022, em somente quatro anos, a Petrobras distribuiu R\$ 332,4 bilhões em dividendos, se caracterizando no contexto global como uma das maiores distribuidoras de dividendos do mundo¹¹⁶. Mas para quem ou para onde foi essa distribuição de dividendos? Por ser uma empresa com capital misto, como já havíamos mencionado, tanto agentes privados como o Estado recebem os dividendos.

No ano de 2021, a União recebeu R\$ 37,3 bilhões dos lucros da empresa¹¹⁷. No primeiro trimestre de 2022, havia uma estimativa de que entraria no caixa do Tesouro Nacional cerca de R\$ 14 bilhões, em uma leva de distribuição de dividendos da Petrobras, onde o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, recebeu em torno de R\$ 3,8 bilhões¹¹⁸. Ainda em 2022, no primeiro trimestre, investidores estrangeiros no Brasil, receberam R\$ 11,9 bilhões, e segundo cálculo feito pelo portal

¹¹² Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-de-a-Petrobras>

¹¹³ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/22/Por-que-Bolsonaro-n%C3%A3o-mexe-nos-pre%C3%A7os-dos-combust%C3%ADveis>

¹¹⁴ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/22/Por-que-Bolsonaro-n%C3%A3o-mexe-nos-pre%C3%A7os-dos-combust%C3%ADveis>

¹¹⁵ Link para matéria:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/04/petrobras-confirma-saida-de-ultimo-presidente-da-era-bolsonaro-int-erino-assume#:~:text=Quarto%20indicado%20pelo%20governo%20Bolsonaro,antecessor%2C%20Jos%C3%A9%20Mauro%20Ferreira%20Coelho.>

¹¹⁶ Link para matéria:

<https://www.cartacapital.com.br/economia/nova-politica-de-precos-da-petrobras-da-novo-papel-a-ppi-mas-nao-a-tira-de-cena/>

¹¹⁷ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/06/7-chaves-para-entender-os-lucros-records-da-Petrobras>

¹¹⁸ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/06/7-chaves-para-entender-os-lucros-records-da-Petrobras>

UOL, parte dos dividendos de R\$ 9,9 bilhões foram para os detentores de papéis ADRS, que são recibos de ações da Petrobras negociados no exterior, e pessoas físicas e jurídicas no Brasil receberam cerca de R\$ 8,3 bilhões.

No período eleitoral, com a sua candidatura à reeleição o então Presidente Bolsonaro exerceu pressão criticando a alta lucratividade da companhia, alegando não ter controle sobre a situação. Nesse contexto de pressão eleitoral, houve um esforço para manter o preço dos combustíveis artificialmente menores, por meio da retirada de impostos federais, o que no curto prazo é uma medida que tem efetividade, mas num prazo mais longo é algo incompatível com as necessidades de equilibrar o orçamento da União e/ou gerar capacidade fiscal para o financiamento das políticas públicas.

Em 2023, após baixas e altas no preço, a Petrobras anunciou o fim da PPI, que também era uma proposta do governo Lula no período eleitoral. Segundo nota emitida pela Petrobras, no dia 16/04, “os reajustes continuarão sendo feitos sem periodicidade definida, evitando o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio”¹¹⁹. A Petrobras não irá, portanto, abandonar por completo o modo de analisar o custo e repassar os preços ao consumidor. O comunicado ainda informa que haverá dois pilares para análise dos custos e a estratégia adotada pela empresa, para definir o custo, sendo eles o “Custo alternativo do cliente”¹²⁰ que seria analisar os preços concorrentes praticados, e o “Valor marginal para a Petrobras”¹²¹, ou seja, definir as possibilidades de rentabilidade da empresa quanto a oferta e demanda, podendo ser algo arriscado dependendo das políticas adotada pela Petrobras.

Mesmo após o fim do PPI, o mercado reagiu bem à notícia, de modo que as ações da Petrobras subiram. Segundo Felipe Isac, sócio da assessoria de investimentos Nexgen Capital¹²², em entrevista à revista Exame, o mercado esperava algo negativo, considerando o que ocorreu em 2014, no governo Dilma Rouseff. Mas o anúncio trouxe

¹¹⁹ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/extra/2023/05/16/Petrobras-encerra-pol%C3%ADtica-de-paridade-e-reduz-pre%C3%A7os>

¹²⁰ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

¹²¹ Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

¹²² Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/extra/2023/05/16/A%C3%A7%C3%B5es-da-Petrobras-sobem-ap%C3%B3s-fim-de-paridade-de-pre%C3%A7os>

uma perspectiva que deu folego por um tempo a medidas que a estatal poderá tomar futuramente.

No que diz respeito ao cenário econômico da empresa, pesquisadores ouvidos pelo Jornal Nexo afirmam que os preços dos combustíveis tendem a ficar mais baixos para os consumidores, em comparação ao que seria o PPI. De acordo com Camila Ludovique, pesquisadora da COPPE/UFRJ (universidade Federal do Rio de Janeiro), há um peso maior em relação a nova política adotada pela empresa frente sobre os cofres da Petrobras. A pesquisadora também destacou a medida como algo positivo: *“oscilamos, nos últimos anos, entre uma estabilidade total [dos preços] e um liberalismo total. Acho que nenhum dos dois funcionaram, e agora estamos tentando equilibrar as duas visões”*¹²³.

Com isso se tem, portanto, uma ideia, que por mais que o PPI fosse uma ótima medida para fazer a estatal lucrar, havia necessidades sociais para qual a estatal deveria estar cumprindo, onde via-se necessário uma preocupação com a influência do preço do petróleo internacional e a sua influência no mercado interno brasileiro. Por mais que a empresa possua capital misto, a União é de longe a maior acionista individual da empresa, com mais de 50% das ações. Desse modo, como a empresa pode indicar a maioria dos representantes do conselho, isso significa que o governo federal poderia trocar o CEO da empresa¹²⁴.

Ainda de acordo com a lei 6404/76, conhecida como lei das S.A., uma lei que prevê que o interesse de todos os acionistas seja preservado, em que o artigo 238 da lei estabelece “A pessoa jurídica que controla a companhia de economia mista tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador (artigo 116 e 117), mas poderá orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação”¹²⁵.

Quando o governo Dilma controlou em 2014 o preço dos combustíveis, mesmo com a Petrobras sofrendo um alto prejuízo e indo contra o interesse do capital privado, aquilo não foi contra o viés jurídico. Nisso se vê uma ideia de que o governo Jair Bolsonaro tinha não apenas a chance, mas o poder de trocar o presidente da Petrobras, e nisso colocar alguém que estivesse alinhado aos seus interesses, o que de forma clara

¹²³ Link para matéria:

<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2023/05/16/Quais-os-impactos-do-fim-da-pol%C3%ADtica-de-paridade-da-Petrobras>

¹²⁴ Link para matéria: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/12/bolsonaro-poder-petrobras.htm>

¹²⁵ Link para matéria: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/12/bolsonaro-poder-petrobras.htm>

era priorizar os lucros para o setor privado, e jogar o peso da desoneração fiscal para um futuro não tão distante. Então, pode-se afirmar que se houve uma preocupação com o mercado interno por parte do governo isso só foi demonstrado perto do período eleitoral com interesses claros, e as mudanças feitas, embora tenham gerado queda nos preços, gerou graves impactos sobre os estados, podendo comprometer a capacidade destes na oferta dos serviços públicos que têm a obrigação de ofertar.

Essa mudança na política do PPI é um grande ganho para o mercado interno, em vista que pode não apenas influenciar no preço dos combustíveis, mas também pode influenciar na redução dos custos de transportes, nos custos dos fretes e demais preços de bens e serviços da economia, ou seja, um efeito que poderá baratear os produtos e serviços do mercado interno. Contudo, é importante destacar que a nova política de preços ainda não anunciada pelo governo, de modo que a Petrobrás segue sendo uma importante fonte de pressão e disputa, impondo um grande desafio ao governo.

Transformações pós-pandemia no mercado imobiliário¹²⁶

*Edilma de Oliveira¹²⁷
Karla Vanessa B. S. Leite¹²⁸*

A pandemia foi uma mudança na vida e no dia a dia das pessoas, empresas e no mundo em geral. Com o setor imobiliário não foi diferente: houve crises para alguns e oportunidades para outros, mas mudanças foram necessárias, principalmente no pós-pandemia. Para uma parcela da população, aquela que não foi obrigada a arriscar a vida, tendo que sair de casa para trabalhar e manter o sustento, e que pôde ficar trabalhando em home office, a nova forma de convivência, lazer, descanso, trabalho e qualidade de vida se configurou em um espaço pequeno; a casa virou, simultaneamente, o ambiente onde tudo acontece, inclusive o trabalho.

Com isso, compradores passaram a rever suas preferências para a escolha de um imóvel considerando, entre outras coisas, tamanho da casa/apartamento, espaços para trabalhar, qualidade do imóvel, localização (bairro e município) e cobertura de aplicativos de entrega. Esses passaram a serem elementos constitutivos de uma nova demanda. Além disso, tornou-se menos indispensável estar perto dos grandes centros de infraestrutura como supermercados, restaurantes e trabalho¹²⁹.

Outro lado a se destacar, é que houve o aumento de investimento no mercado imobiliário. O aumento da tecnologia cresceu durante o período, visitas e assinaturas de contratos passaram a ser *online*, o uso de plataformas e drones cresceu, o que permitiu um acesso rápido e eficaz aos imóveis. Nesse particular, o mercado se reinventou buscando projetos de design onde a questão ambiental estivesse mais presente (parques e pátios ao ar livre), pois a pandemia deixou evidente as questões sustentáveis¹³⁰.

Espaços mais amplos, conforto, cômodos suficientes para instalar a família e o trabalho no mesmo imóvel: tudo isso mexeu com as tendências para o setor. Se antes a movimentação era em busca de ambientes compartilhados e mais compactos, agora as palavras de ordem são espaço e isolamento.

Dados dos últimos anos mostram a situação do setor imobiliário, divulgados no estudo intitulado Indicadores Imobiliários Nacionais, do 4º trimestre de 2021, realizado

¹²⁶ Artigo escrito em maio de 2023.

¹²⁷ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial - Economia (PET-Economia).

¹²⁸ Professora Associada I da UAEF/UFCG. E-mail: karla.vanessa@professor.ufcg.edu.br.

¹²⁹ [Setor imobiliário na pandemia: especialista analisa impactos \(quintoandar.com.br\)](https://www.quintoandar.com.br/setor-imobiliario-na-pandemia-especialista-analisa-impactos)

¹³⁰ [Tendências do mercado imobiliário pós-pandemia \(quintoandar.com.br\)](https://www.quintoandar.com.br/tendencias-do-mercado-imobiliario-pos-pandemia)

pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). O referido estudo indica o maior crescimento nos últimos dez anos, tendo o número de vendas de novos imóveis crescido 12,8% em 2021, em comparação com o ano de 2020. Além disso, os lançamentos registraram aumento de 25,9%, e a oferta final fechou o período com 3,8% de crescimento¹³¹.

Já em 2022, o mercado imobiliário teve desempenho excelente, mesmo diante do cenário econômico difícil, alcançou números e recordes de vendas. De acordo com o censo demográfico em 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi)¹³² fechou o ano com alta de 10,9% — segunda maior taxa desde 2014 (atrás apenas de 2021, quando o percentual foi 18,65%), o que deixa claro o avanço do setor no pós-pandemia.

No ano de 2023, o cenário ainda é favorável. *“os imóveis populares, responsáveis por 70,2% das moradias vendidas no Brasil, pelo programa habitacional Casa Verde e Amarela (CVA), que agora em 2023 volta a se chamar Minha Casa Minha Vida, registrou um total de 91.924 moradias comercializadas”*¹³³. A retomada do programa tende a movimentar o mercado de forma positiva, uma vez que aumenta a oferta por imóveis acessíveis, aumentando a comercialização, gerando empregos e fazendo o setor crescer.

No entanto, mesmo diante de situações favoráveis o mercado sofreu com as paralisações por conta das quarentenas decretadas em diversos Estados, provocando intensa queda de consumo, aumento da taxa de desemprego, diminuição do ritmo ou até paralisação de obras e vendas, desencadeando imediatos reflexos negativos no setor. Esse forte reflexo possibilitou uma diminuição de aluguéis, vacância de locações e redução na compra e vendas de imóveis. Contudo, tais reflexos negativos não tiveram grandes destaques, as companhias mobilizaram inovações para conter a “crise”.¹³⁴

Concluimos, afirmando que diante da pandemia o mercado imobiliário se mostrou resiliente e conseguiu alavancar as obras, foi capaz de se reinventar tecnologicamente, principalmente no meio virtual, trouxe diversos benefícios mesmo diante de um cenário catastrófico, onde a morte de diversas pessoas foi um ponto

¹³¹ [Vendas de novos imóveis cresceram 12,8% em 2021 - CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção](#)

¹³² [As tendências do mercado imobiliário para 2023 | IBRESP](#)

¹³³ [As tendências do mercado imobiliário para 2023 | IBRESP](#)

¹³⁴ [Os impactos da COVID-19 no mercado imobiliário: crise ou oportunidade? \(linkedin.com\)](#)

negativo para o setor. As pesquisas mostram mudanças nos dados dos imóveis e novas moradias no Brasil dos últimos 4 anos de forma favorável¹³⁵.

Cabe destacar ainda, que diante dos resultados favoráveis, num contexto em que o Programa Minha casa, Minha vida foi desmontado nas faixas de renda menores, é provável que o outro lado do desempenho positivo do setor imobiliário, tenha sido uma ampliação na concentração fundiária no Brasil, a qual já é estrondosa.

¹³⁵ [Setor imobiliário pós-pandemia: veja quais serão as principais mudanças \(direcional.com.br\)](https://www.direcional.com.br)

Os riscos da inteligência artificial na sociedade atual¹³⁶

*Fernando de Lima Dionizio¹³⁷
Águida Cristina Santos Almeida¹³⁸*

“O progresso em inteligência artificial é o último evento significativo na história da humanidade. É mais importante do que eletricidade ou fogo”. Esta frase é de autoria de Sundar Pichai, CEO do Google, que destaca a relevância dessa nova tecnologia em nossa sociedade. Entretanto, o que foi pensado e desenvolvido com o intuito de servir à raça humana de modo positivo, pode ser um revés para o desenvolvimento socioeconômico da nossa geração. O contexto da inteligência artificial é marcado pelo avanço rápido e significativo das tecnologias e algoritmos que a sustentam, graças ao aumento no poder de processamento dos computadores e ao acesso a grandes quantidades de dados, a IA (Inteligência Artificial) tem alcançado resultados impressionantes em áreas como reconhecimento de fala, visão computacional, processamento de linguagem natural, entre outras.

Esse avanço tecnológico tem despertado entusiasmo e expectativas em relação às possibilidades que a IA pode trazer para a sociedade, como melhorias na saúde, eficiência em processos industriais, personalização de serviços e muito mais. No entanto, também surgem preocupações e debates acerca dos desafios éticos, econômicos e sociais relacionados à sua implementação e uso.

Então, qual seria “o problema”? Nas últimas décadas, testemunhamos avanços notáveis na área da inteligência artificial, o que têm impulsionado a automação de diversos setores. À medida que máquinas e algoritmos inteligentes ganham espaço, surge uma preocupação latente: caminharemos em direção a uma sociedade onde o pensamento humano se tornará insignificante? Não podemos negar que essa nova tecnologia é uma ferramenta extremamente útil para a sociedade, contudo, à medida que tarefas rotineiras e repetitivas, que precisam das capacidades cognitivas dos humanos para serem executadas, são delegadas a sistemas automatizados, surge a preocupação de que nossas habilidades cognitivas e capacidades criativas estejam em risco de serem

¹³⁶Artigo escrito em maio de 2023.

¹³⁷Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também. E-mail: fernando.lima@estudante.ufcg.edu.br;

¹³⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

suplantadas pela eficiência e precisão das máquinas. A promessa da automação é sedutora: maior produtividade, redução de erros e tarefas tediosas que são retiradas de nossas mãos.

No entanto, precisamos refletir sobre os possíveis impactos desse movimento rumo à completa autonomia das máquinas. Será que estamos nos tornando meros expectadores de um mundo dominado por algoritmos e sistemas automatizados? Ao passo que nos acostumamos com assistentes virtuais que antecipam nossas necessidades, algoritmos de recomendação que moldam nossas preferências e carros autônomos que assumem o controle das ruas, é difícil não questionar a relevância do pensamento humano em um ambiente cada vez mais dominado pela tecnologia. Afinal, onde está nosso lugar em uma sociedade onde decisões importantes são tomadas por algoritmos complexos e inteligentes? Como garantir que nossa criatividade, intuição e habilidades sociais não sejam eclipsadas pelo avanço inexorável da automação?

O filme “A.I. - Inteligência Artificial”, lançado no ano de 2001, nos transporta para um futuro, que nos parece próximo, onde a inteligência artificial está tão avançada que até mesmo robôs com aparência humana são criados para suprir necessidades emocionais e desempenhar papéis familiares. Nessa narrativa acompanhamos o jovem robô David, interpretado por Haley Joel Osment, que busca o amor e a aceitação de sua família humana. Com o desenrolar da história, somos confrontados com questões complexas sobre a própria essência da humanidade e a possibilidade de substituição do pensamento humano pela inteligência artificial.

Esta obra nos convida a refletir sobre até que ponto a automação pode nos levar, desafiando a noção de que o pensamento humano é (ou não é?) insubstituível, onde as máquinas demonstram cada vez mais habilidades cognitivas e emocionais, é difícil não questionar se estamos caminhando para um futuro onde a experiência humana se tornará obsoleta. No entanto, o filme também nos lembra da importância das características humanas, da criatividade e do poder da empatia, mesmo em um mundo onde a automação é predominante, a jornada de David em busca do amor e da conexão humana revela que há elementos que permanecem inalcançáveis para as máquinas.

Nesse contexto, atualmente, torna-se fundamental explorar e refletir sobre o papel da inteligência artificial na sociedade atual. É importante considerar os benefícios que a IA nos proporciona, mas também examinar suas limitações, seus perigos, dados os riscos éticos e sociais já apontados. Muitas vezes, os algoritmos de inteligência

artificial podem reproduzir preconceitos e desigualdades presentes na sociedade, resultando em decisões discriminatórias em áreas como recrutamento de emprego, empréstimos bancários e sistemas de justiça, bem como a dependência excessiva dessa tecnologia, o que pode levar à perda de habilidades humanas essenciais, impactos sociais e econômicos, que com essa nova tecnologia pode aprofundar ainda mais a desigualdade socioeconômica.

O mercado de trabalho está sendo remodelado e os trabalhadores precisam se adaptar para permanecerem relevantes, em um cenário cada vez mais automatizado, além dos desafios éticos, ameaça à privacidade, já identificados, como consequência do avanço da IA. Sendo assim, nasce a necessidade de regulamentação e governança adequada por parte dos Estados Nacionais, estabelecendo diretrizes e obrigações para garantir a transparência, a ética e a responsabilidade no desenvolvimento, implementação e uso da IA protegendo os direitos individuais e coletivos, promovendo a igualdade de acesso e oportunidades, e mitigando os riscos potenciais. A colaboração entre governos, especialistas em IA e setor privado é essencial para criar um ambiente regulatório adequado que possa fomentar a inovação e ao mesmo tempo garantir a segurança, a privacidade e o bem-estar da sociedade como um todo.

Uma luz no fim do túnel¹³⁹

*Vitor Gonzaga Brasileiro¹⁴⁰
Águida Cristina Santos Almeida¹⁴¹*

Na terça-feira, dia 23 de maio, na Câmara dos Deputados, tivemos a aprovação do texto-base do novo arcabouço fiscal. Como proposta para substituir o vigente teto de gastos, marcado por um esgotamento por não conseguir viabilizar a aplicação dos recursos necessários para que o Estado cumpra minimamente suas obrigações constitucionais, como no caso das políticas sociais e dos benefícios previdenciários. Desse modo, o novo arcabouço fiscal promete o aumento dos gastos do governo, a partir do cumprimento das metas de resultado primário.

Se o resultado primário crescer dentro do esperado, o crescimento real da despesa será igual a 70% do crescimento real da receita primária, caso contrário, se o resultado primário crescer abaixo do esperado, o crescimento real da despesa ficará limitada a 50% do crescimento real da arrecadação. Nesse sentido, por exemplo, se a receita subir 2,5%, então a despesa poderá aumentar em até 1,75%, caso a meta seja cumprida, do contrário, se a meta não for alcançada, caso a receita cresça 2,5 %, a despesa só vai poder ser de até 1,25%. Vale ressaltar que, embora a arrecadação do governo cresça muito, o texto impõe que será necessário respeitar um intervalo entre 0,6% e 2,5%, quanto a possibilidade de expansão do gasto público.

Para que o leitor possa entender melhor, abaixo temos um esboço, desconsiderando a inflação, para tentarmos compreender como o novo arcabouço irá funcionar na prática, levando em consideração, hipoteticamente, que:

Tabela 1

Receita de 2023	R\$ 1.000,00
-----------------	--------------

¹³⁹ Artigo escrito em maio de 2023.

¹⁴⁰ Graduando do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE).

¹⁴¹ Professora do Curso de Ciências Econômicas (UFCG), Tutora do PET/Economia e Coordenadora do GAACE.

Cenário 1	
Se a meta fiscal não for alcançada, caso a receita tenha subido 2,5%	R\$ 1.012,50
Cenário 2	
Se a meta fiscal for alcançada, caso a receita tenha subido 2,5%	R\$ 1.017,50

O novo arcabouço fiscal está muito aquém de um ideal de política econômica, pelo fato de o Brasil ter muitos problemas estruturais, uma acentuada desindustrialização, uma taxa de desemprego crítica, índices de subemprego cada vez maiores, grande desigualdade social, inclusive levando em conta que um terço dos trabalhadores vivem com menos de um salário-mínimo, entre outros gargalos.

No entanto, deve-se considerar o grau de dificuldade que é negociar com parlamentares, dentro de uma democracia que por si só é imperfeita, com uma maioria no legislativo que, a priori, é oposição ao governo, e com um percentual aliado que, talvez, seja um tanto idealista e menos pragmático do que, talvez, poderia ser. O PSOL, por exemplo, votou contra o texto-base por, segundo o partido, ter ido contra o programa que elegeu o então presidente Lula, o qual se comprometeu com a geração de emprego e renda, com a retomada de direitos, com a expansão do serviço público e com a preservação do meio ambiente. Porém, o PSOL pode ter desconsiderado a dificuldade que é negociar com grupos de interesses, ou seja, a existência de uma política de coalizão.

Sendo assim, por mais que o novo arcabouço fiscal não seja o melhor dos mundos, e de fato não é, ele ainda nos traz uma luz no fim do túnel pois, mesmo que mínima, ainda nos traz uma perspectiva de crescimento, incluindo uma maior capacidade de cobrir gastos essenciais, como o Bolsa Família, por exemplo, coisa que o atual Teto de Gastos não consegue fazer. Inclusive, o teto de gastos foi descumprido várias vezes, não entrando no mérito de ter sido rompido ou não para fins eleitorais, mas a eclosão de uma pandemia, momento mais crítico do governo anterior, exigiu um vultoso gasto.

Claro, no decorrer do governo Lula, a medida em que a nova política fiscal for dando certo e, com isso, o governo for ganhando mais apoio popular, Lula poderá ter

uma maior margem para a tomada de uma política fiscal um pouco mais ousada. Nesse sentido, o primeiro passo pode ser a aprovação do novo arcabouço fiscal.

Em contrapartida, dado que o êxito do novo arcabouço fiscal repousa sobre muitos “se”, como por exemplo, o crescimento da receita, a melhora na tributação; caso o governo fique impedido de ampliar os gastos públicos, pode perder apoio popular e ser destituído. A polarização política segue forte, o apelo golpista também, e a única coisa que mantém a frente ampla “unida” é a bandeira da democracia. Ou seja, está claro que esse governo de coalizão não terá mandato fácil, porque nem mesmo há certeza de que conseguirá governar até o final do mandato.

Da liberdade de expressão do Léo Lins até o racismo de Vini Jr.¹⁴²

*Iago Ricardo Dos Santos Silva¹⁴³
Águida Cristina Santos Almeida¹⁴⁴*

A liberdade de expressão é um direito garantido pelo artigo 5 da Constituição Brasileira de 1988, que defende a livre manifestação de pensamento e manifestação, desde que não seja anônima. Contudo, o limite ao direito de se expressar livremente termina quando essa liberdade começa a ferir o direito de outra pessoa. Baseado na afirmação anterior, no dia 17/05/2023, o especial de comédia "Perturbador" do "comediante" Léo Lins foi retirado do ar, em cumprimento a uma decisão tomada pela justiça de São Paulo. O comediante logo recorreu ao seu direito de "liberdade de expressão" e alegou estar sendo censurado.

Leo Lins apenas "esqueceu" que feriu com suas "piadas" os direitos das pessoas, tocando em temáticas sensíveis como escravidão, perseguição religiosa, minorias, pessoas idosas e com deficiência. Já na Europa, na Espanha, temos um destaque para o discurso de ódio aberto que vem sendo propagado pelas torcidas de futebol, com o estopim do recente ataque ao jogador brasileiro Vini Jr., que sofreu racismo de forma escancarada. Porém, de forma vergonhosa e imoral, aparentemente, o caso não ganhou a devida repercussão por lá, e por que será? Pela banalização do discurso de ódio causado pela distorção e o mau uso do direito de liberdade de expressão.

A problemática da liberdade de expressão emerge quando é exercida de forma irrestrita, ou seja, é utilizada sem limites, sem a observância de princípios éticos, respeito e empatia como por exemplo no caso do Telegram, na qual o próprio dono, o Pavel Durov, define sua própria rede social como um "mensageiro para o povo". Pois bem, essa ideologia foi comprovada quando em 26 de abril de 2023 o Telegram foi derrubado do Brasil e ficou temporariamente indisponível, porque a empresa se negou a

¹⁴²Artigo escrito em maio de 2023.

¹⁴³Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET Economia-UFCG. E-mail: iago.ricardo@estudante.ufcg.edu.br;

¹⁴⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET/Economia, Coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/05/29/relatos-de-racismo-na-espanha-brasileira-conta-que-taxista-pe-diu-para-tocar-em-seu-cabelo.ghtml>

<https://english.elpais.com/international/2023-05-24/under-elon-musk-twitter-has-approved-83-of-censorship-reqs-by-authoritarian-governments.html>

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/10/quem-e-pavel-durov-o-bilionario-dono-do-telegram.ghtml>

<https://observador.pt/opiniao/o-paradoxo-da-tolerancia/>

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/policia-de-paris-e-criticada-por-autorizar-manifestacao-neonazista/>

entregar dados para a polícia federal acerca de grupos que propagam o discurso de ódio. A partir do momento que se permite que tenhamos a intolerância circulando na sociedade, entramos no chamado paradoxo da tolerância.

O paradoxo da tolerância é uma teoria proposta por Karl Popper, no livro "A sociedade aberta e seus inimigos", no qual defende a ideia de que a sociedade não deve tolerar a intolerância. Ao prevalecer uma tolerância ilimitada, permitimos a existência de grupos que promovam ideias como os discursos de propagação de ódio, perseguição às minorias, praticados livremente. Como foi o caso da polícia francesa que permitiu no dia 8 de maio, uma manifestação neonazista que reuniu 600 pessoas. Essas ideias, segundo Popper, iriam em algum momento ganhar forças no debate político, corrompendo o debate de ideias da sociedade e por fim, desemboca num processo de normalização dessas ideias. Então, essa é a contradição de aceitarmos a liberdade de expressão irrestrita, dado que resulta na aceitação da intolerância gerada por ela mesma, o que nos tornaria uma sociedade intolerante. Ou seja, vê-se claramente que a "liberdade de expressão" só é capaz de funcionar quando regras de ética, respeito, responsabilidade e empatia são respeitadas de forma rigorosa.

Bem além desse paradoxo levantado por Popper, temos outra contradição: Segundo dados levantando pelo portal de informação tecnológico Rest of World, em 2022, o número de censuras do Twitter, coniventes com governos de cunho autoritário era de 50% das solicitações. Porém, desde que Elon Musk assumiu a empresa, uma das referências em defesa do direito de liberdade e expressão, esse número que se esperava uma redução, na verdade saltou para 83%, revelando o verdadeiro alinhamento da defesa da liberdade de expressão. Faltando 2 dias para as eleições da Turquia, contas que faziam oposição ao atual presidente Recep Tayyip Erdogan foram bloqueadas, num exemplo claro da postura antidemocrática de quem defende liberdade de expressão. Então, fica a pergunta: é possível termos liberdade de expressão sem democracia?

Parece que no final das contas, o discurso de liberdade de expressão para todos é só uma falácia, que mais realisticamente significa que as pessoas são livres para falarem o que quiserem, contanto que o Elon Musk e o Pavel Durov concordem, mesmo que sejam falas que infrinjam incontestavelmente os direitos humanos. Karl Popper está certo acerca da ideia de que liberdade de expressão irrestrita torna nossa sociedade intolerante, porque é claro que a falácia da liberdade de expressão está destilando ódio na nossa sociedade e a tornando mais violenta e intolerante.

A partir do momento em que alguém pode subir em um palco e promover o destilamento do seu ódio e preconceito com minorias e se considerando avalizado pela sua liberdade de se expressar, isso causará um processo de normalização nas pessoas, culminando na banalização da violência que assola nossa sociedade. O ocorrido na Espanha, com Vini Jr é um exemplo da banalização do racismo, que não pode sob nenhuma hipótese ser normalizado.

Uma reportagem exibida no Fantástico, no dia 29/05/2023, trouxe o relato da Virtudes Sánchez, uma jornalista espanhola que veio para o Brasil, e afirmou que grande parcela de suas atitudes eram racistas e que só foi capaz de perceber isso quando veio pro Brasil, revelando assim que o pensamento preconceituoso já havia se tornado algo ordinário. Esse efeito é justamente causado quando naturalizamos discursos intolerantes na nossa sociedade e a manutenção desse tipo de comportamento. Com o tempo, vai resultando na banalização da violência, e assim, um pouco mais adiante, perdemos nosso senso de coletividade e por fim nos tornamos humanos desumanizados.

Câncer e economia: o impacto do câncer nos gastos públicos¹⁴⁵

Fábio Campos Rolim Filho¹⁴⁶

Karla Vanessa Batista da Silva Leite¹⁴⁷

“Cerca de 10 milhões de pacientes em todo o planeta se submetem hoje à quimioterapia contra o câncer e serão 15 milhões em 2040. Calcula-se que os pacientes de países de baixa e média renda representarão dois terços do total.” (MOURA, 2023).

Categorizando as despesas por procedimentos em oncologia, que vão desde gastos com ações de prevenção até gastos de atenção complementar, identifica-se o desembolso de R\$ 1,8 bilhão em 2008 e R\$ 3,9 bilhões em 2016, com aumento de 120%. Em média, considerando o recorte temporal, gastou-se 59,90% com procedimentos clínicos e 31,54% com procedimentos cirúrgicos, necessários à longevidade do ciclo de vida dos pacientes¹⁴⁸. Em 2022, para a oncologia, a União repassou R\$ 27 milhões a mais, só para o estado de Minas Gerais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as despesas com saúde representam 8,2% do Produto Interno Bruto (PIB)¹⁴⁹. O custo total do câncer no Brasil alcançou a marca de R\$ 68,2 bilhões em 2017, isso é o que revela um estudo inédito, idealizado pela INTERFARMA (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa).

De acordo com estudo realizado por Isabelle Soerjo, membra da agência internacional para pesquisas do câncer, ao se aprofundar na realidade do paciente, a dificuldade em conseguir um diagnóstico precoce e um tratamento adequado e iniciá-lo é expressiva, em todo o país. Mais de dois terços dos 8,2 milhões de mortes anuais por câncer no mundo ocorrem em países de renda média e baixa - só os Brics concentram 42% desse total, ou seja, quatro em cada dez casos. Os prejuízos às economias desses países somam US\$ 46,3 bilhões (aproximadamente R\$ 150 bilhões) por ano¹⁵⁰.

¹⁴⁵ Artigo escrito em maio de 2023.

¹⁴⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: fabio.campos@estudante.ufcg.edu.br

¹⁴⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, e revisora do presente artigo. E-mail: kvanessaleite@gmail.com.

¹⁴⁸ Disponível em:

<file:///C:/Users/ACER/Downloads/milafromcassia,+6877-Texto+do+artigo-25916-1-2-20210410+-+Editorado+-+Final.pdf> (2021)

¹⁴⁹

<file:///C:/Users/ACER/Downloads/milafromcassia,+6877-Texto+do+artigo-25916-1-2-20210410+-+Editorado+-+Final.pdf> (2021)

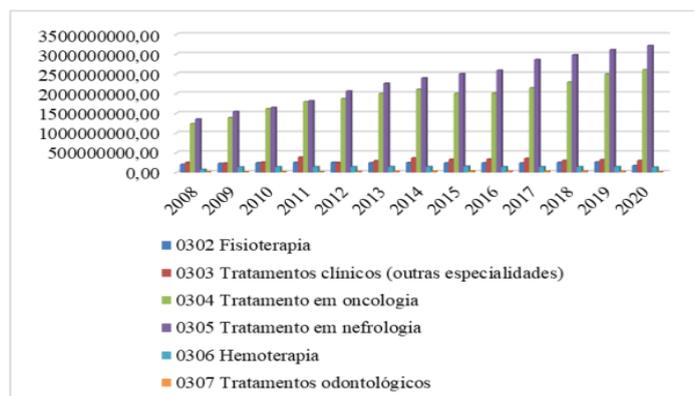
¹⁵⁰ <https://g1.globo.com/economia/noticia/quanto-o-cancer-custa-a-economia-do-brasil.ghtml> (2018)

Os tipos mais comuns de câncer são causados por tabagismo, obesidade e doenças infecciosas e a maior parte das mortes no Brasil ocorre por causa do câncer de pulmão, que tem o cigarro entre as principais causas. Só o custo das mortes por tabagismo foi estimado em US\$ 402 milhões (R\$ 1,3 bilhão) ao ano, de acordo com a Agência Internacional para Pesquisa do Câncer - IARC. A obesidade está presente em 2% dos casos oncológicos masculinos e quase 4% entre os femininos, só a obesidade custa mais de R\$ 400 milhões por ano.

Essas questões têm sido alvo do governo para reverter os maus hábitos que podem desencadear esse quadro biológico complexo, pois não afeta a economia pelo investimento em saúde pública como também pelas perdas na população economicamente ativa. Cada vida perdida para o câncer gera uma perda média de R\$ 176 mil; no caso das mulheres, é ainda mais acentuado que dos homens – R\$ 197 mil.

Um estudo da Heidelberg Institut für Global Health, na Alemanha, menciona que entre 2020 e 2050, as economias mundiais gastarão mais de US\$ 25 bilhões para o tratamento de 29 tipos de tumores em 204 países. O referido estudo revela também que os cinco tipos de cânceres mais caros de se tratar são os de traqueia, brônquios e pulmão (US\$ 3,9 tri.), de cólon e reto (US\$ 2,8 tri.), mama (US\$ 2 tri.)¹⁵¹.

De acordo com a figura 1, podemos ver o valor gasto de 2008 a 2017 com procedimentos clínicos pelo SUS¹⁵².



A de tratamento

estratégia padrão para

câncer localmente avançado é a quimio-radiação concomitante. Apesar desse tratamento, muitos pacientes apresentarão recidiva e alguns também apresentam doença

¹⁵¹ <https://portugues.medscape.com/verartigo/6509289>

¹⁵²

file:///C:/Users/ACER/Downloads/milafromcassia,+6877-Texto+do+artigo-25916-1-2-20210410+-+Editorado+-+Final.pdf

metastática no momento do diagnóstico e são tratados com quimioterapia paliativa¹⁵³. Com isso, o governo brasileiro, através do INCA (Instituto Nacional de Câncer), vem implementando políticas públicas para redução da incidência dos diversos quadros neoplásicos, com a indução ao exercício físico e reeducação alimentar.

Os resultados têm sido positivos, pois “a incidência de câncer de pulmão, por exemplo, tem diminuído, o que é um reflexo de políticas bem-sucedidas de controle do tabagismo. Então podemos dizer que no Brasil, em relação ao câncer por tabagismo, a tendência é melhorar”, avalia Alisson Pearce¹⁵⁴. As políticas a favor da moderação do álcool também mostram resultados favoráveis à redução de quadros oncológicos no fígado, estômago e intestino.

Segundo o INCA, o repasse de verbas tende a aumentar nos próximos anos, porém, juntamente com o SUS, o objetivo é aprimorar o uso das verbas com marketing sobre os elementos que mais desencadeiam esse quadro, como o cigarro, alimentação ultra industrializada e o excesso de bebidas alcoólicas, aumentando os impostos sobre tais produtos. A ideia é criar sanções restritivas para incentivar o desuso das substâncias, como derivados do sódio, tabaco, gordura hidrogenada, insumos da indústria alimentícia que são cancerígenos como alguns agrotóxicos, derivados químicos e saborizadores artificiais¹⁵⁵.

Realizar atividades físicas como parte da rotina diária, começando por aquelas consideradas mais prazerosas, como caminhar, andar de bicicleta, dançar e nadar, contribuirão para a proteção contra o câncer. Caminhar ou ir de bicicleta para o trabalho, subir pelas escadas em vez de usar os elevadores, estabelecer momentos com a família e/ou amigos para atividades ao ar livre e/ou em praças públicas, são algumas opções para começar e/ou aumentar a atividade física no dia a dia. A atividade física promove o equilíbrio dos níveis de hormônios, reduz o tempo de trânsito gastrointestinal, fortalece as defesas do corpo e ajuda a manter o peso corporal adequado. Com isso, contribui para prevenir o câncer de intestino (cólon), endométrio (corpo do útero) e mama¹⁵⁶.

À medida que as pressões financeiras aumentam, há um debate crescente sobre o valor dos gastos com saúde. O tratamento do câncer é particularmente controverso,

¹⁵³file:///C:/Users/ACER/Downloads/milafromcassia,+6877-Texto+do+artigo-25916-1-2-20210410+-+Editorado+-+Final.pdf

¹⁵⁴ Pesquisador da economia da saúde com especialização no tratamento oncológico, site: www.alisonpearce.net

¹⁵⁵ Cartilha do INCA sobre câncer no B:

rasilchrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcgglefindmkaj/https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/sumario-executivo-politicas-e-aco-es-para-prevencao-do-cancer-no-brasil-2reprint.pdf

¹⁵⁶<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/atividade-fisica#:~:text=Existem%20recomenda%C3%A7%C3%B5es%20que%20sugerem%20a,c%C3%A2nc%20e%20para%20a%20sa%C3%BAde.>

tendo em vista que o câncer é a doença mais cara de se tratar e seu tratamento tem sido historicamente um dos principais motores do crescimento dos gastos com saúde¹⁵⁷.

Segundo o Ministério da Saúde, a tendência de crescimento de câncer no Brasil é inquestionável. A diferença no risco absoluto e na sobrevivência por câncer existe entre as diversas regiões brasileiras e, se não houver uma intervenção maciça no controle, esta diferença será maior ainda em termos de acesso aos serviços adequados para tratamento dos pacientes com câncer. Um grande desafio diante do país é a minimização das disparidades na ocorrência de câncer em todas as localidades e em todos os estratos sociais. Em teoria, as soluções para enfrentar a disparidade podem ser objetivas a partir de melhora na educação e na comunicação, com mais investimento econômico para aumento do acesso ao cuidado em todos os níveis¹⁵⁸.

Seguindo as orientações do INCA (Instituto Nacional do Câncer) deve-se seguir hábitos como não fumar, alimentar-se adequadamente, de acordo com uma dieta caloricamente balanceada, regular o peso, praticar atividade física, fazer exames de rotina, como a ultrassom mamária e exame de toque retal, tomar vacina contra HPV e hepatite B, evitar consumo excessivo de bebidas alcoólicas, evitar alimentos de natureza ultra processada (refrigerantes, salgadinhos, saborizantes e temperos prontos), evitar a exposição solar e usar equipamentos adequados, quando a atividade laboral exigir o contato com agentes cancerígenos¹⁵⁹.

Para finalizar, é importante pontuar que se gastos com o tratamento do câncer vêm crescendo, muito mais dramático e comovente é o custo humano dessa realidade, frente às milhões de vidas precocemente ceifadas, ao longo de processos extremamente dolorosos, que tanto os acometidos por essa agressiva doença, quanto seus parentes e todas as demais pessoas afetivamente envolvidas, passam a suportar, desde o momento do diagnóstico, até o desfecho final, com ou sem a cura. Ou seja, se o custo econômico/financeiro com o câncer é passível de conta, o custo humano é imensurável.

¹⁵⁷file:///C:/Users/ACER/Downloads/milafromcassia,+6877-Texto+do+artigo-25916-1-2-20210410+-+Editorado+-+Final.pdf

¹⁵⁸//efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/situacao_cancer_brasil.pdf

¹⁵⁹https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/prevencao-ao-cancer/12-dicas-para-prevenir-o-cancer

O Totoro não teria vez com o agronegócio brasileiro¹⁶⁰

*Águida Cristina Santos Almeida¹⁶¹
Rafael Tavares Requeijo¹⁶²*

Na obra, Meu Amigo Totoro, o diretor Hayao Miyazaki fala sobre a relação dos homens com a natureza por meio da visão de duas meninas, que encontram Totoro, o guardião da floresta, que as ensina sobre a beleza de conviver em harmonia com o meio ambiente. Em contrapartida, quando é observado o setor do agronegócio brasileiro, não há uma relação equilibrada com o ecossistema, como Totoro havia ensinado para as crianças. Na verdade, o que ocorre é o oposto, com um modelo de expansão que desmata e degrada os biomas, além de contaminar os solos e os aquíferos com o uso em larga escala de defensivos e agrotóxicos, os quais também são danosos para a saúde alimentar da população.

Isso se torna evidente quando se analisa dados divulgados na COP-27, que ocorreu ano passado no Egito, mostrando que o Brasil ficou em sexto lugar em emissão de dióxido de carbono na atmosfera, e a contribuição do agronegócio para esse resultado foi de 79%. Além disso, das emissões feitas pela produção agrária, 49% foram atribuídas às queimadas¹⁶³. Então, mesmo que o agronegócio seja relevante para a economia brasileira, principalmente no que diz respeito ao seu papel na formação de saldo superavitário na balança comercial, o mesmo agro também é um agente que gera externalidades negativas em larga escala, assim contribuindo para o Brasil ser um grande poluidor.

O histórico de expansão do setor do agronegócio demonstra que foi feito com base em desmatamento e em retirada da posse de terra dos povos originários. Desde os primeiros ciclos de atividade econômica que foram explorados no Brasil, como o extrativista, o açucareiro e o cafeeiro, o setor agrícola usou a estratégia de produzir monoculturas em larga escala, com o intuito de exportar a totalidade da produção.

Mesmo com o transcorrer da história, essa forma de atuar continua muito semelhante na conjuntura atual, além de ter sido elevado a patamares de maior

¹⁶⁰Artigo escrito em junho de 2023.

¹⁶¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET/Economia e Coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

¹⁶²Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

¹⁶³ DELGADO, Guilherme C. **Significado e dimensões do agronegócio na economia brasileira**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. Maio de 2023

concentração, com o cenário em que menos de 9% das companhias produzem 85%¹⁶⁴ de tudo o que a agropecuária produz. Assim, os novos e pequenos produtores acabam tendo que avançar para regiões que vão gerar impactos no ecossistema, pois a grande maioria das produções da agropecuária já está estrategicamente posicionadas nas fronteiras de territórios de desmatamento da Amazônia e de regiões dos povos originários.

Mesmo o agronegócio sendo classificado como dinâmico por deter competitividade internacional, com safras recordes recorrentes, ainda é um setor que emprega pouco. Conforme o avanço da inclusão de tecnologias, até mesmo das digitais, foi se criando um cenário da existência de uma agricultura de precisão, que corroborou para a criação de novos empregos, conforme é mostrado no texto Indústria 2027¹⁶⁵. Contudo são empregos que demandam altos níveis de capacitação, desse modo, emprega pouco e o pouco que emprega, exige uma mão-de-obra de alta qualificação. Por conseguinte, a estagnação do mercado de trabalho no agronegócio vem à tona quando analisados os últimos censos, que registraram a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho nesse setor, na comparação entre os dados de 2006 e 2019¹⁶⁶.

Outra problemática recorrente que caracteriza o agronegócio é o uso de agrotóxicos que geram impactos ambientais e deterioram a saúde dos consumidores. Mesmo o agronegócio sendo preponderante no Brasil, acaba sendo muito dependente do setor de agrotóxicos/defensivos, que por seu turno são adquiridos majoritariamente por meio de importações. Entre 2018 e 2019, os países do Mercosul importaram aproximadamente 7 toneladas de agrotóxicos¹⁶⁷, os quais são proibidos de serem utilizados na União Europeia. Assim os países da periferia da economia internacional acabam se tornando um paraíso para a comercialização de defensivos que são proibidos nos países ricos.

Ademais, o mais preocupante é que o consumo de alimentos com agrotóxicos é uma das causas mais frequentes de alguns tipos de câncer, principalmente, o câncer de

¹⁶⁴ FAVARETO, Arilson. **Sete mitos mostram que o agro é importante, mas não é tudo**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. Maio de 2023

¹⁶⁵ Instituto Euvaldo Lodi. Núcleo Central. Síntese dos resultados. Volume 1 – Tecnologias disruptivas e indústria: Situação atual e avaliação prospectiva / Instituto Euvaldo Lodi, Luciano Coutinho, João Carlos Ferraz, David Kupfer, Mariano Laplane, Caetano Penna, Fernanda Ultemare, Giovanna Gielfi, Luiz Antonio Elias, Carolina Dias, Jorge Nogueira de Paiva Britto, Julia Ferreira Torracca -- Brasília: IEL/NC, 2018. 162 p. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/industria-2027/publicacoes/>

¹⁶⁶ FAVARETO, Arilson et al. Relatório inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano 2022. 1 ed. São Paulo. Cebrap, 2021. Acessado em: bit.ly/42pt7AD

¹⁶⁷

intestino, que registrou aumento em 117% no número de acometidos por essa enfermidade no Brasil, desde 2008, impactando a saúde pública, marcada pelo subfinanciamento, em razão da prática recorrente de políticas de austeridade fiscal. Além disso, o uso exagerado de agrotóxicos também agrava o quadro de poluição e contaminação do solo e das águas, ampliando a situação de deterioração da saúde da população.

Uma das grandes causas da manutenção do agronegócio tão englobado na estrutura do sistema é a bancada ruralista no Congresso, que abarca mais da metade das cadeiras da casa legislativa e consegue influenciar tudo que é discutido no Congresso. A bancada do agronegócio é tão organizada que tem um grupo de parlamentares que estão alinhados com as pautas que beneficiem os produtores da agricultura, chamada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Durante o governo Bolsonaro a FPA teve ainda mais poder político, pois o presidente da época escolheu como Ministro da Agricultura, a presidente da FPA, que era naquele período Teresa Cristina. Por conseguinte, nos quatro anos de governo Bolsonaro foram aprovados mais 2.100 substâncias para serem usadas nas produções. Tal modelo ainda é perpetuado no governo Lula, com o centrão sendo mantido, além de que o presidente da Câmara, Arthur Lira é membro do FPA.

Desse modo, esse Congresso tomado pelo agronegócio, aprovou o texto do Marco Temporal, com a fala do relator, deputado Arthur Maia, dizendo que o Brasil não pode ser demarcado na sua totalidade como terra indígena e que é necessário proteger a propriedade privada, para promover o desenvolvimento. Sendo que esse “desenvolvimento” pautado pelo relator é baseado em um modelo que sempre foi tratado como o único possível para o Brasil. Não obstante, esse “desenvolvimento” acaba gerando só crescimento, por ignorar a riqueza das cosmovisões dos povos indígenas, e o que podemos aprender com eles, como a perspectiva do bem-viver. Além de negligenciar os impactos ambientais e de saúde pública gerada pela expansão do agronegócio, que acaba se reduzindo a resultados que são importantes para promover o desenvolvimento pautado na materialidade, ignorando as consequências sociais e ambientais dessa estratégia, as quais são imensuráveis e irrecuperáveis, em grande medida.

Portanto, se torna evidente a necessidade de questionar a manutenção de políticas voltadas ao agronegócio, pois mesmo sendo um setor com grande

competitividade na exportação, além de ser relevante para a balança comercial da economia, adota um modelo que acaba gerando consequências nefastas, com efeitos de longo prazo muito danosos para a população. Mas nada é dito sobre como o agronegócio pode internalizar esses impactos para reduzi-los, o que geralmente é difundido é a defesa de mais isenções fiscais, sendo que é um dos setores econômicos que já é pouco tributado.

Desse modo, é preciso difundir alternativas, como a agricultura familiar ou os mecanismos que alterem o modelo do agronegócio, introduzindo elementos ecológicos e sociais no debate, para que possam ser construídas políticas complexas que diminuam os impactos da produção agrária. Assim possibilitando em perspectivas de uma relação mais harmônica com os ecossistemas, tal qual Totoro ensina para as pequenas Mei e Satsuki, que a natureza irá retribuir, na exata proporção com a qual aprendamos a respeitar seus ciclos de regeneração.

Estudar ou trabalhar: seria mesmo uma simples escolha voluntária? ¹⁶⁸

*Edilma de Oliveira*¹⁶⁹
*Karla Vanessa B. S. Leite*¹⁷⁰

A quantidade de estudantes que deveria estar presente no ambiente escolar vem sofrendo forte queda e muitos são os elementos a explicar essa preocupante realidade: a desistência, a falta de interesse, o abandono são alguns elementos a explicarem essa queda e diversos motivos justificam tal desfecho.

Segundo o IBGE o abandono escolar no Brasil “é de um total de 52 milhões de pessoas entre 14 a 29 anos. Em torno de 18%, que equivale a 9,5 milhões de jovens, não completaram o ensino médio — ou por terem abandonado a etapa antes próxima do término ou por nunca terem frequentado a escola. Os dados são referentes a 2022”. Por motivos como, necessidade de trabalhar, gravidez precoce no caso das meninas, ausência de escola na localidade, cuidados domésticos, incompatibilidade de vaga ou turno desejado e problemas de saúde, são algumas das justificativas da interrupção escolar.¹⁷¹

O cenário é que entre os homens de 14 a 29 anos fora da escola, o percentual de abandono em razão da necessidade de trabalhar foi de 51,6% em 2022, seguido pela falta de interesse em estudar 26,9%. Tais dados, considerando a questão regional, traz a seguinte situação: o percentual de abandono no Sul é de 48,3%, no Centro-Oeste, 43,1%, as taxas são maiores e no Nordeste, menor 34,1%. Quanto a falta de interesse em estudar foi o segundo principal motivo informado, sempre acima de 25%, com destaque para o Nordeste, com 31,5%, ademais a faixa de idade é entre 13 e 19 anos, período importante e crucial para o aprendizado¹⁷².

Podemos abordar também, que a desigualdade social, explica essa realidade de que os jovens precisam trabalhar para contribuir com o sustento da família. Normalmente são estudantes que precisam estudar no turno noturno, de modo que já chegam exaustos na escola, com um nível de alimentação inadequado e sem tempo para

¹⁶⁸ Artigo escrito em junho de 2023.

¹⁶⁹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET - Economia

¹⁷⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁷¹ [Trabalho é principal motivo de abandono escolar no Brasil - 07/06/2023 - Educação - Folha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/educacao/07/06/2023/trabalho-e-principal-motivo-de-abandono-escolar-no-brasil)

¹⁷² [Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar | Agência de Notícias \(ibge.gov.br\)](https://www.ibge.gov.br/noticias/necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar)

lazer. Estudantes que sofrem algum tipo de violência ou tem o alcoolismo e dependência química presentes em casa.

Com isso, conclui-se que o abandono escolar e as "justificativas" de cada estudante tem um significado por trás, mesmo sabendo que o seu lugar é na escola, motivos maiores impedem o comparecimento. “Segundo Graciano (2005, apud Brasil, 1988) o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 diz que: A educação é um direito de todos e é dever do Estado e da família. A educação deve ser incentivada e inserida com a colaboração de todos, seja escola, família, e toda a sociedade, com o objetivo de desenvolver e preparar os indivíduos tanto para a qualificação profissional e pessoal, além de guiá-lo para exercer a cidadania.” Com isso, afirmo que o objetivo é apresentar às crianças e adolescentes a importância da formação escolar para a sua vida, incentivando-as e motivando-as a participarem das atividades escolares, mesmo diante de cenários difíceis. Contudo, o fortalecimento da política nacional de educação tem um papel central no enfrentamento desse cenário que pode ser identificado (ao mesmo tempo em que contribui) com a fragilização do tecido social do país¹⁷³.

¹⁷³ [Monografia II Ellen Rízia VERSÃO FINAL CORRIGIDA .pdf \(pucgoias.edu.br\)](#)

Desenvolvimento ou conservação?¹⁷⁴

*Karla Vitória de Queiroz¹⁷⁵
Ágida Cristina Santos Almeida¹⁷⁶*

Mais uma vez, o impasse entre conservação ambiental e o desenvolvimento surge. Dessa vez, o pedido feito pela Petrobras para perfurar o bloco FZA-M-59 na bacia da Foz do Amazonas, considerado o “novo pré-sal” do país, em maio deste ano¹⁷⁷. Diante da grande necessidade de avançar os meios para se arranjar novas fontes à produção de combustíveis fósseis, por exemplo, a Amazônia apresentou condições eficientes do ponto de vista produtivo e, numa primeira análise, mostrou-se que seria difícil alcançar os meios legais à exploração. Mas, pouco tempo depois, já são evidentes os indícios de que a exploração seria viável.

Em maio deste ano, a Petrobras solicitou a perfuração do bloco FZA-M-59 na Amazônia, ao presidente do Ibama, Rodrigo Coutinho. O órgão responsável pelo controle dessas atividades logo se manifestou dizendo que o projeto da Petrobras apresentou “inconsistências preocupantes” para a realização em um local de alta “vulnerabilidade socioambiental”. Três terras indígenas no Oiapoque sofreriam impactos que não foram explicados no projeto apresentado pela petrolífera. Diante destes equívocos, a empresa relatou que recorreria da decisão.

Frente às contestações da Petrobras, Rodrigo Coutinho também afirmou que não pode colocar composição política em decisões que são técnicas, que uma hora pode agradar um grupo de pessoas, mas que também vai desagradar a outros. Ademais, alegou que a negação do pedido não impedia que a empresa revisasse seu projeto e tentasse novamente. E foi o que aconteceu.

Em meados de agosto, a AGU (Advocacia-Geral da União) emitiu um parecer que, teoricamente, ajudaria o governo a seguir com o projeto¹⁷⁸. O parecer avalia que a AAAS (avaliação ambiental de área sedimentar) não é indispensável, então não pode impedir o licenciamento de projetos de exploração de combustível no país. Porém, a

¹⁷⁴Artigo escrito em setembro de 2023.

¹⁷⁵Graduada do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET - Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com

¹⁷⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁷⁷<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/nao-cabe-composicao-politica-em-decisao-tecnica-diz-presidente-do-ibama-sobre-explorar-petroleo-no-amazonas/>

¹⁷⁸<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/parecer-da-agu-abre-caminho-para-governo-avancar-com-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas.shtml>

falta dessa avaliação também foi um dos motivos contestados pelo IBAMA ao negar o pedido em abril, apesar do Ministério do Meio Ambiente declarar que o IBAMA impediu o licenciamento pela falta de esclarecimento sobre inconsistências do projeto, e não pela inexistência da AAAS, apesar de ser importante economicamente e ambientalmente.

Diante disso, a AGU argumenta que o STF possui precedentes que indicam que a viabilidade ambiental pode ser contestada apenas no licenciamento, e não por meio de avaliações, como a AAAS. Nos dias seguintes, a AGU declarou que a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) convidará representantes dos ministérios envolvidos para avaliar a situação e a possibilidade de conciliação.

O enredo acaba por dividir dois lados: o primeiro em defesa do desenvolvimento, que enxerga essa oportunidade na foz do Amazonas como uma chance única, enquanto o lado oposto acredita que esse projeto padecerá de consequências ambientais, além de que essas construções de discurso sobre encontrar uma forma não agressiva seriam apenas um disfarce à distopia que resultaria dessa exploração.

Como confiar uma área tão importante ecologicamente à exploração de combustíveis fósseis? Será que é realmente uma decisão política sensata? Não seria esse licenciamento uma abertura de portas para que a Amazônia se torne cada vez mais atrativa à exploração de outros recursos (apesar de já ser explorada, até mesmo ilegalmente)?

A área na qual a reserva do petróleo foi encontrada, que a Petrobras vislumbra para seu projeto, conta com a presença de unidades de conservação, terras indígenas, mangues, além da biodiversidade marinha. São muitas as espécies em extinção abrigadas nesse local: boto-cinza, boto-vermelho, peixe-boi marinho, baleia-fin, entre outras.

Toda a disputa em torno do tema contribui para que as pressões sobre as instituições aumentem, principalmente quando se fala em uma decisão tão importante. É vital que órgãos como o IBAMA, à frente de uma deliberação como essa, assumam seus postos e tomem suas decisões com base em seus papéis.

O presidente Lula apoiou as pesquisas para identificar se há petróleo no local. Segundo ele: “Nós tínhamos a Petrobras com uma plataforma preparada para fazer

pesquisa nessa região. Houve um estudo do IBAMA que dizia que não era possível, mas esse estudo do IBAMA não é definitivo, porque eles apontam falhas técnicas que a Petrobras tem o direito de corrigir. Estamos discutindo isso”. Além disso, comentou que quer continuar com o sonho de explorar petróleo na região.

Alguns países, que também exploram no local, já estão sinalizando contra a exploração desse petróleo. Isso pelo fato de que seus líderes e população coincidem no argumento de que a exploração não compensa os riscos e os impactos que surgem ao meio ambiente¹⁷⁹. Gustavo Petro, presidente da Colômbia, não assinou contratos novos relacionados ao petróleo desde 2022, quando assumiu o cargo. Segundo ele: “Há um enorme conflito ético [em explorar petróleo na região amazônica], sobretudo de forças progressistas, que deveriam estar ao lado da ciência [...]. A direita tem um fácil escape, que é o negacionismo. Negam a ciência. Para os progressistas, é muito difícil. Gera então outro tipo de negacionismo: falar em transições”. É importante que se tenha cuidado com o que muito vale. Que tipo de cuidado é esse que ameaça desolar a diversidade da maior floresta tropical do mundo?

Como confiar em um projeto que não prevê nem atendimentos de emergência à fauna em caso de derramamento de óleo? São tantos os casos como esse que ocorrem, e mesmo assim as empresas não tomam atitudes necessárias para lidar com riscos reais. E, além disso, depois que o desastre ocorre, insistem em dizer que foi um acidente.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, disse em relação ao projeto enviado pela Petrobras: “O IBAMA não dá licenças políticas. O IBAMA dá licenças técnicas. [...] Não existe conciliação para questões técnicas, não tenho como dizer diferente. Porque não posso colocar numa rodada de conciliação a Anvisa, para decidir, por decisão administrativa, se aquele remédio é tóxico ou não. A mesma coisa são os processos técnicos de licenciamento do IBAMA”.

Cada instituição possui seu dever, suas atribuições. Ou seja, o IBAMA precisa levar em conta suas atribuições, empregando as suas competências para decidir o que fazer, e não agir sob a pressão de outros órgãos para que um projeto com riscos ambientais concretos, siga em frente e aja com descaso em relação às populações indígenas, ao meio ambiente e aos milhares de brasileiros que realmente se importam com o futuro ambiental. É importante que se tenha cuidado com o que muito vale. Que

179

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/08/26/Como-%C3%A9-a-explora%C3%A7%C3%A3o-de-petr%C3%B3leo-nos-pa%C3%ADses-da-Amaz%C3%B4nia>

tipo de cuidado é esse que convém desconsiderar a diversidade da maior floresta tropical do mundo?

No entanto, para um país periférico como o Brasil, qualquer decisão tomada acerca da exploração dessa reserva de petróleo na bacia amazônica, terá implicações sérias e isto se deve ao descaso dos países mais ricos com a questão ambiental. Se estivéssemos em franco processo de transição energética, seria um consenso mundial de que essa ou qualquer outra reserva de petróleo não deveria mais ser explorada.

Contudo, apesar da emergência climática, ainda não estamos em amplo processo de transição energética e, por esse motivo, o petróleo ainda constitui uma commodity de grande valor, não fazendo sentido do ponto de vista econômico a não exploração desse petróleo. Porém, do ponto de vista ambiental, consiste numa tragédia imensa, dada a centralidade dos combustíveis fósseis no processo de aquecimento do planeta.

Então, na verdade, a questão que irá se tornar mais central em torno da exploração dessa reserva de petróleo ficará em torno da luta para que essa exploração e a riqueza dela resultante seja apropriada pelo povo brasileiro, considerando que país periférico, com limitada soberania, desfruta muito pouco dos recursos que dispõe, sobretudo quando se trata de petróleo.

Ataque aos povos originários, descaso com a história e a cultura do nosso país¹⁸⁰

*Janayna Santos Barros²
Águida Cristina Santos Almeida¹⁸¹*

Recentemente fomos capazes de acompanhar um cenário de ataques e retrocessos envolvendo os indígenas. O marco temporal, projeto de lei defendido por ruralistas, sob o qual a demarcação de uma terra indígena só poderá ocorrer caso comprovado que os povos originários habitavam o território até 5 de outubro de 1988, quando a Constituição atual foi promulgada. Além disso, terão que comprovar que na data citada estavam habitando a terra de forma permanente, usando-a para as atividades produtivas e necessárias à preservação dos recursos ambientais e à reprodução física e cultural. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 30/05/2023 e enviado para o Senado. Porém, a votação encontra-se paralisada e o julgamento suspenso, devido a solicitação de vista (mais tempo para análise) do processo, realizada pelo ministro André Mendonça.

O caso ganhou destaque internacional, lideranças de diferentes países se reuniram e fizeram uma campanha contra o projeto, com apenas duas semanas e meia, o abaixo assinado coletou mais de 195 mil assinaturas. A campanha foi lançada por um grupo chamado Supporters for the Amazon (Apoiadores da Amazônia). O texto que foi lançado em forma de manifesto contém o seguinte trecho: “O referido projeto de lei é uma sentença de morte para os povos indígenas do Brasil e constitui um ataque deliberado à integridade territorial, física e cultural dos habitantes originais de seu País, incluindo seu ambiente e recursos naturais, em nome do ‘progresso’. Além das mobilizações internacionais, também está sendo lançado um abaixo assinado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com o objetivo de chamar a atenção das autoridades, afinal de contas, estamos falando de um ataque a pessoas que fizeram e fazem parte da nossa história e cultura, os primeiros habitantes desse território, os quais

¹⁸⁰ Artigo escrito junho de 2023.

¹⁸¹² Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: janayna.santos@estudante.ufcg.edu.br;

³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/marco-temporal-saiba-o-que-esta-em-jogo-em-julgamento-do-caso-no-stf/>

⁵ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/change-org/comunidade-internacional-se-mobiliza-em-abaixo-assinado-contra-o-marco-temporal/>

possuem todas as condições e conhecimentos de retirar a sobrevivência da natureza, sem oferecer nenhum risco a sua sustentabilidade.

Seis deputadas sofreram uma forte repressão ao demonstrar indignação com a aprovação do projeto e realizarem críticas a quem compactuou com ele. O conselho de ética da Câmara dos Deputados, a pedido do PL (Partido liberal), abriu um processo disciplinar contra as deputadas, Célia Xakriabá (Psol-MG), Sâmia Bomfim (Psol-SP), Talíria Petrone (Psol-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Juliana Cardoso (PT-SP), que se posicionaram fortemente contra o projeto e por isso, afirmaram ter sofrido violência política de gênero, mas disseram que não irão se calar.

Afinal, o marco temporal será de fato aprovado? Ainda não temos a resposta, porém, não é a primeira vez que projetos como esse, que afetam comunidades tradicionais, são pautados no Congresso. Em 2018, a corte negou a existência de um marco temporal em relação aos quilombolas, naquele ano então, o supremo considerou como constitucional o decreto que regulamentava a titulação de terras ocupadas por pessoas que descendiam das pessoas escravizadas, sem que precisasse de uma comprovação, utilizando como base a Constituição de 1988.

Para além disso, precisamos nos mobilizar e apoiar os povos indígenas, assim como lideranças de vários outros países estão os apoiando e mostrando indignação. Temos que levar isso até os nossos representantes e assim como em 2018 dizer não a esse marco temporal que fere a integridade e zomba do sofrimento histórico dessas pessoas.

Racismo e desigualdade¹⁸²

John Wesley Pereira Dantas dos Santos¹⁸³

Águida Cristina Santos Almeida¹⁸⁴

O racismo é uma realidade persistente que afeta inúmeras sociedades em todo o mundo, podendo deixar marcas profundas na estrutura social e econômica de uma nação. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil se encontra em segundo lugar no ranking de má distribuição de renda entre a população, sendo assim considerado um dos países mais desiguais do mundo¹⁸⁵. No âmbito desse grave quadro de desigualdade o recorte de raças tem um grande peso, conformando um cenário de racismo estrutural no Brasil, que persiste há séculos. O impacto do racismo se reflete na desigualdade de oportunidades, no acesso desigual a recursos e serviços, e na perpetuação de estereótipos e preconceitos. Neste artigo, examinaremos a relação entre racismo e desigualdade, explorando os desafios socioeconômicos que surgem desse contexto.

As diferenças socioeconômicas entre raças no Brasil são evidentes. Em um país que de acordo com o IBGE tem mais de 56% da população preta e parda, e 75% dos mais pobres são exatamente pretos e pardos, evidencia um grave cenário de racismo estrutural que deve ser combatido¹⁸⁶. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão no mundo, e após fazer isso tardiamente, não criou políticas que garantissem condições dignas, e nem mesmo a inserção desses indivíduos na sociedade. Alguns desses fatores podem ser levados em conta para explicar o conjunto de preconceitos enraizados na sociedade brasileira, que destila ódio contra a população negra até os dias de hoje.

As pessoas pretas e pardas são as mais impactadas pelas decorrências de crises econômicas, o que resulta em desemprego, atividades precarizadas e informais, perda do poder aquisitivo, menores salários e condições de vida mais vulneráveis. O racismo estrutural está presente em praticamente todos os espaços da nossa sociedade, até

¹⁸² Artigo escrito em junho de 2023.

¹⁸³ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: Wesleyjohnpbb@gmail.com;

¹⁸⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁸⁵

<https://portal.unit.br/blog/noticias/brasil-continua-sendo-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo/#:~:text=Um%20relat%C3%B3rio%20sobre%20a%20riqueza,da%20pandemia%20de%20Covid%2D19.>

¹⁸⁶

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao#:~:text=De%20car%C3%A1ter%20estrutural%20e%20sist%C3%AAmico,abaixo%20da%20linha%20da%20pobreza.>

mesmo em instituições ligadas à educação, como nos mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Educação 2019) do IBGE, que cerca de 71,6% dos jovens fora da escola são negros. Nesse mesmo estudo são apresentados dados sobre a desigualdade de acesso à educação nos índices de analfabetismo, onde em 2019, 3,6% das pessoas brancas de 15 anos ou mais eram analfabetas, enquanto entre as pessoas negras esse percentual chega a 8,9%. O cenário fica ainda pior analisando dados do ensino superior, onde 18% dos jovens negros de 18 a 24 anos estão cursando uma universidade, segundo o estudo sobre ação afirmativa e população negra na educação superior realizada pelo IPEA¹⁸⁷.

A diferença salarial entre negros e brancos no Brasil é gritante, segundo o IBGE, o rendimento domiciliar per capita da população branca é quase duas vezes maior do que o da população negra, R\$ 1846 contra 934 respectivamente. Um ponto que chama atenção nessa pesquisa, é que quando comparado com as diferenças de gênero, os negros perdem mais para os brancos do que as mulheres para os homens, o que indica que o diferencial por cor ou raça é maior do que o de gênero no Brasil¹⁸⁸. As taxas de desocupação e subutilização também têm maiores índices entre pretos e pardos. "Apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho, em 2018.

O racismo e a desigualdade são questões profundamente enraizadas na sociedade brasileira, tendo efeitos devastadores sobre a população negra. A história do Brasil foi marcada pela escravidão, logo substituída pelo racismo estrutural, que perpetua segregação em sua estrutura social e econômica. As disparidades salariais e a segregação ocupacional limitam a mobilidade econômica da população negra, resultando em menor composição de riqueza e menor qualidade de vida. Além disso, o racismo institucional permeia as políticas públicas, a justiça criminal e os sistemas de saúde, agravando ainda mais as desigualdades existentes.

Superar o racismo e a desigualdade requer uma abordagem multidimensional. É crucial promover a conscientização, a educação antirracista e a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Além disso, políticas públicas inclusivas e afirmativas são necessárias para nivelar o campo de jogo e garantir a igualdade de oportunidades.

¹⁸⁷ <https://gife.org.br/apesar-do-aumento-de-pessoas-negras-nas-universidades-cenario-ainda-e-de-desigualdade/>

¹⁸⁸

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>

Investimentos em educação de qualidade para todos, programas de inclusão socioeconômica, políticas de ação afirmativa e ações voltadas para o combate à discriminação racial no mercado de trabalho são passos importantes para enfrentar o racismo e a desigualdade de forma efetiva. A superação desses desafios requer a participação de toda a sociedade, incluindo instituições governamentais e não governamentais, setor privado, organizações da sociedade civil como, movimentos sociais, partidos políticos e escolas e universidades. Somente por meio do comprometimento coletivo e da busca por justiça social é que o Brasil poderá caminhar em direção a uma sociedade igualitária e inclusiva, onde o racismo e a desigualdade não sejam mais uma realidade opressora para a população negra.

Algumas reflexões no fechamento desse ciclo...¹⁸⁹

Águida Cristina Santos Almeida¹⁹⁰

Chegando ao final de mais um semestre letivo, momento no qual o GAACE segue dando uma contribuição em termos de construir uma análise de conjuntura numa perspectiva crítica, empregando-se de uma visão ampla, dotada de contexto e com recorte histórico-estrutural. Desse modo, ciente da complexidade que representa uma análise de conjuntura embasada, o GAACE tornou-se um grupo de extensão, almejando consolidar um perfil discursivo mais diverso e interdisciplinar, e essa primeira experiência como um grupo de extensão, permitiu um vislumbre do papel que o grupo pode vir a desempenhar na formação acadêmica e cidadã dos alunos. Tomada pela motivação que a condução do GAACE sempre provoca em mim e pelo acompanhamento dos primeiros meses do governo Lula 3, segue algumas reflexões preliminares.

Antes de ingressar especificamente na análise do governo Lula 3, gostaria de construir uma breve reflexão, tomando por base as ideias de Karl Polanyi, em sua obra *A grande transformação* e contrapô-las com as reflexões do Dardot e do Laval, na obra *A nova razão do mundo*. Segundo Polanyi, a instituição dos mercados nacionais foi ensejada por movimentos e decisões políticas lideradas pelos Estados nacionais, e pelo impacto social da revolução industrial, mecanizando o processo de produção manufatureira.

Ou seja, a consolidação do mercado nacional pelo Estado nacional (tendo a Inglaterra como a primeira experiência histórica), num contexto de revolução tecnológica que mecanizou a produção, por meio de investimentos vultosos e com elevado risco, fez com que o capital industrial sobrepujasse o capital comercial. Nesse contexto, dados os elevados investimentos que passaram a conformar o processo produtivo, era necessário que os capitalistas pudessem contar com um suprimento adequado dos componentes necessários à produção dos bens que são trocados no mercado. Contudo, dentre estes componentes, constam trabalho e terra.

Porém, segundo Polanyi, pensar em trabalho é pensar no próprio ser humano e pensar na terra, é pensar na própria natureza. Ora, nem o ser humano, nem a natureza

¹⁸⁹Artigo escrito junho de 2023.

¹⁹⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia.
E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

são mercadorias, no sentido genuíno da palavra. No caso do trabalho, não há como apartá-lo do ser humano, de modo que o exercício laboral é parte integrante de uma ampla teia social e cultural que sustenta a substância humana e que, juntamente com vários outros elementos que constroem o sentido de propósito, fundamental à existência. Com relação à natureza, essa sequer foi produzida pelos seres humanos, e jamais pode ser tratada como uma mercadoria genuína, dados os riscos que imporia à humanidade.

Contudo, a consolidação do capital industrial exigiu que trabalho, terra e dinheiro, passassem a funcionar como mercadorias, ou seja, passassem a possuir preços e fossem negociadas em mercados distintos. Não obstante, segundo Polanyi, terra, trabalho e dinheiro só podem operar como mercadorias no plano da ficção e por isso, são denominadas de mercadorias fictícias.

Mas, mesmo operando como mercadorias no plano da ficção, os danos sociais e culturais que o avanço dos mercados impõe aos seres humanos, são devastadores, fazendo com que progresso e desintegração social componham partes de um mesmo processo. Com isso, a instauração da economia de mercado, na figura de um mercado “autorregulado”, sob a tutela do Estado liberal, na fase posterior ao mercantilismo, fez surgir um movimento paralelo de autoproteção social, que juntamente com o movimento dos mercados, conformará o que Polanyi denominou de duplo movimento de autodeterminação dos povos.

Polanyi construiu a presente reflexão acompanhando a ascensão e a derrocada da economia liberal, que resultou, depois de 1930, numa extensa intervenção governamental ao funcionamento dos mercados, dando a ideia de que na dinâmica do duplo movimento, a autoproteção social havia se sobressaído, ante os efeitos devastadores dos mercados.

Contudo, a virada neoliberal, iniciada nos anos 1970, sobretudo no plano das ideias, e intensificada a partir dos anos 1980, no plano da condução da política econômica, conduzida pelos governos, que promoveram também um amplo conjunto de reformas institucionais, deu ao movimento dos mercados um ímpeto, acredito eu, nunca imaginado pelo Polanyi. A crise de acumulação dos anos 1970, nos países desenvolvidos, marcada pela queda do crescimento econômico, associada com um quadro inflacionário, teve como narrativa vitoriosa um diagnóstico que atribuiu ao Estado a culpa total por aqueles constrangimentos.

Assim, a narrativa vitoriosa de que o Estado era o “culpado” pela crise, num contexto geopolítico em que o Estados Unidos usou o poder de dólar, para impor sua hegemonia no sistema-mundo, condicionou os passos seguintes, mudando a configuração institucional construída após a II Guerra Mundial, em Bretton Woods. Ao impor a hegemonia do dólar, os Estados Unidos iniciaram a desregulamentação do mercado financeiro e ao buscar mitigar o conflito distributivo entre capital e trabalho, esse mesmo Estado norte-americano começou a permitir o processo de reintegração produtiva, consolidando um processo de globalização ancorado numa lógica neoliberal.

Um dos eixos centrais da ideologia neoliberal que vem sendo implantada desde os anos 1970 ancorou-se no princípio da concorrência social, sendo este tomado como o elemento indutor dos comportamentos de todos os agentes que conformam o tecido social (indivíduos, famílias, governos). Assim, tomando por base uma visão meritocrática da sociedade, as soluções pelo mercado superariam os vícios e ineficiências das soluções tomadas por um Estado paternalista, que deveria ser suplantado pela atuação de um Estado empresarial.

Assim, na esteira de um suposto pragmatismo reformista, travestido pelo véu da técnica, a atuação dos Estados, absolutamente inebriados com a tosca ideologia de que as soluções via mercado sempre são superiores, foram levando-os a se tornarem “Estados neoliberais”, como outrora prescreveu os ordoliberais alemães. Estes, ao compreenderem que não é possível o funcionamento de uma economia de mercado sem que o Estado desempenhe uma intervenção ativa, ou seja, que a ideia de um mercado autorregulado é uma falácia, encontraram uma solução para o problema: entendendo que o Estado precisa interferir, que moldemos o Estado, para que sua intervenção leve o mecanismo de mercado, por meio da implementação do princípio da concorrência social, ao limite do possível.

Então, moldados pela visão pragmática dos ordoliberais alemães, defendida há décadas atrás de seu emprego prático, os Estados foram promovendo reformas institucionais, que priorizavam a implantação do mecanismo de mercado em todos os domínios da existência, tornando-se eles mesmos em “Estados-empresa”. Ou seja, a gestão governamental passou a emular uma gestão meramente empresarial, desprezando as responsabilidades constitucionais e sociais que os Estados são (ou deveriam ser) obrigados a considerar.

Nessa virada ideológica, pós Era de Ouro, os seres humanos foram duramente atingidos, sendo moldados a uma narrativa meritocrática, que os empurrava a se comportarem como uma unidade empresarial, de modo a resumir a vida entre escolhas e tomada de decisões com base em custos e benefícios, para todos os domínios da existência. As reformas trabalhistas, que implodiram os mercados de trabalho e destituíram os trabalhadores de direitos e garantias, tiveram um papel central à construção desse “neosujeito”, como denomina Dardot e Laval, o qual se vale da ideia de uma racionalidade econômica num patamar sequer considerado quando da construção do tal “homem econômico”, produto da ideologia capitalista na era liberal.

Ou seja, sob o capitalismo neoliberal, o sentimento que nos marca é o de que naquele duplo movimento de autodeterminação dos povos identificado por Polanyi, o qual é marcado pelo concomitante movimento dos mercados *versus* o movimento da autoproteção social, esta última definhou, atrofiou, enquanto o movimento dos mercados deu um salto em termos quantitativos e qualitativos, talvez nunca imaginado por Polanyi, ao estudar o movimento das sociedades entre os séculos XIX e XX.

Ao mesmo tempo, vê-se que o projeto neoliberal não conseguiu ser levado ao limite, eximindo o Estado de todas as responsabilidades e levando a lógica mercantil a ser a única condutora das ideias e das ações dos humanos. Ou seja, é claro que o movimento de autoproteção segue de pé, segue resistindo e segundo Polanyi, será desse modo, dado o impacto desintegrador que o avanço dos mercados promove.

Apesar da virada neoliberal, a relevância e a pertinência das ideias de Polanyi prosseguem, apesar do quadro desolador que Dardot e Laval traçam, quando descortinam, amiúde, em que consiste o projeto neoliberal e os impactos desestabilizadores/desintegradores impostos aos seres humanos, os quais cada vez mais estão submetidos a um adoecimento, que embora coletivo, é tratado de forma individualizada. Tomada no nível das ideias, a racionalidade neoliberal sequer considera a ideia de sociedade, sendo esta resumida a uma simples somatória dos indivíduos, como afirmou Margareth Thatcher.

Então, embora os Estados nacionais tenham criado os mercados nacionais, e que isso tenha ensejado o movimento de autoproteção social, parece que a criatura – a “instituição mercado” – passou a condicionar toda a existência, submetendo não somente a existência dos seres humanos, mas a sustentabilidade da biosfera como um todo. Até onde o mecanismo de mercado se imporá, impedindo a construção de uma

ideologia que coloque os mercados a serviço da vida e da sustentabilidade da biosfera e não o contrário? O que falta para entendermos que os mercados precisam operar sob regras que garantam a manutenção da vida, da dignidade humana e da sustentabilidade da biosfera?

As respostas a essas questões surgirão ao longo do século XXI, ao longo do qual, garantiremos nossa existência no planeta, ou caminharemos para um precoce e trágico processo de auto extinção. Eu acredito que as inteligências que nos colocaram num contexto de infundáveis contradições, são capazes de construir mundos melhores, apesar de o quase meio século de experiência neoliberal ser desolador, em termos da paisagem social e ambiental que produziu.

Voltando-se para o caso do Brasil, as reflexões antes trazidas podem auxiliar na construção de compreensões e extrapolações em termos de perspectivas. Apesar de o Brasil ter aprovado uma Constituição Cidadã, em 1988, no período político da luta pela redemocratização do país, a adesão ao receituário neoliberal a partir dos anos 1990, impôs-se de um modo tão hegemônico que comprometeu a implementação do texto constitucional e manteve-se de pé, até mesmo ao longo dos governos de Lula e Dilma, ao longo dos quais se implementou um amplo processo de inclusão social.

A hegemonia neoliberal, impedindo reformas estruturais que mantivessem a viabilidade do processo de inclusão social e de mitigação das desigualdades socioeconômicas que marcam o Brasil, desembocaram na tragédia do golpe parlamentar de 2016, seguido pela implementação das contrarreformas contidas no documento Uma Ponte para o Futuro, que tinha por finalidade impor a sociedade brasileira a implementação de uma agenda de políticas e reformas ultraneoliberais. Com isso, a hegemonia neoliberal foi levada a um outro patamar, tanto em razão da severidade que a agenda assumiu, quanto do ponto de vista da condução da narrativa, de que o Estado tinha quebrado e somente essa agenda permitiria uma saída para a crise.

O resultado da escolha política tomada pela elite, com a ajuda de parlamentares, que se dispuseram a fazer o “serviço sujo”, culminou na ascensão da extrema direita, com a vitória de Bolsonaro em 2018. Assim, o (des)governo de Bolsonaro, aprofundando as crises em curso, num contexto de pandemia, resultou numa das maiores tragédias da nossa história. Apesar da instauração do caos, Bolsonaro não se reelegeu por muito pouco e a frente ampla que uniu partidos e lideranças políticas de diferentes espectros políticos, juntamente com o morticínio da pandemia, contribuíram à

vitória de Lula, que ganhou para o terceiro mandato presidencial, depois de sua dura experiência como perseguido e preso político.

Contudo, mesmo após do acúmulo de tragédias, do fracasso da agenda neoliberal como instrumento gerador de uma retomada consistente da economia, e do pânico que a ascensão da extrema direita gerou, com Bolsonaro ameaçando que iria dar um golpe e fechar o regime, ao longo dos quatro anos que (des)governou esse país, pasmem, depois de tudo a hegemonia neoliberal segue de pé.

O discurso da responsabilidade fiscal como condição primeira da retomada segue fortalecido, mesclado com o discurso que é preciso associar responsabilidade fiscal com responsabilidade social, mas observem qual tipo de responsabilidade é citado primeiro! Então, sob a armadilha perigosa à democracia, que implica a austeridade fiscal, o governo Lula começou aprovando uma nova âncora fiscal, que substituiu o Teto de Gastos, aprovado em 2016, na gestão de Temer. Contudo, a nova âncora fiscal representa um novo teto de gastos, mais ameno, mas que mantém ativo o ideário de que a responsabilidade fiscal segue sendo central na calibragem da política econômica.

Desse modo, o economista Pedro Rossi, da Unicamp, após a aprovação da nova âncora fiscal na Câmara dos Deputados, afirmou em tom de lamentação e preocupação: ganhamos o governo, mas perdemos a narrativa. Segundo Pedro Rossi, as regras do novo arcabouço fiscal, embora menos limitantes que aquelas que conformaram o teto de gastos, ainda mantêm um duro exercício de austeridade ao novo governo, o qual impedirá, por exemplo, que o gasto primário cresça a taxas semelhantes às registradas nos governos Lula e Dilma.

Num contexto de letargia, que conforma o funcionamento da economia, aguardando uma retomada que não aconteceu, desde a crise de 2015-2016, o novo arcabouço fiscal pode comprometer seriamente a margem de manobra do governo Lula 3, na realização das promessas de campanha, que Lula destacou incontáveis vezes. Acontecendo dessa forma, o apelo golpista poderá se impor, e derrubar o governo, numa sociedade ainda muito polarizada, e sem um apoio da alta burguesia, que claramente apoiou Bolsonaro.

Apesar de a vitória de Lula representar uma enorme vitória popular e uma sobrevida a imperfeita e jovem democracia brasileira, o processo de reconstrução que temos pela frente é longo e árduo, de modo que uma situação mais confortável, só será alcançada quando a crise institucional, engendrada pela Lava-Jato e pelo golpe

parlamentar de 2016, for superada e a economia retomar o suficiente para melhorar a situação do mercado de trabalho. A manutenção de ampla política social, ensejada pela aprovação da PEC da transição, deu um respiro ao governo e tem contribuído para um desempenho econômico, que tem superado as expectativas baixistas previstas para este ano.

Apesar da lamentável aprovação do novo arcabouço fiscal, nos termos nos quais foi aprovado, num contexto que o Banco Central “independente” assevera o caráter contracionista da gestão monetária, é seguir acompanhando e torcendo muito para que o governo Lula dê certo, porque como bem disse o historiador da UFRJ, Chico Teixeira, numa live no Canal Brasil 247: o governo de Lula não tem alternativa, precisa dar certo, porque do contrário, a alternativa ao governo Lula, é o fascismo.

Desse modo, a sensação de acompanhar a condução do governo Lula é bem complexa, faz emergir sentimentos divergentes, a depender do referencial de tempo por meio do qual se escolha, para construir a análise. A lembrança do pesadelo que representou a gestão de Bolsonaro, acelerando o desmanche do Estado e das instituições, iniciado na gestão Temer, juntamente com uma gestão genocida da pandemia de covid-19, traz alívio e alento.

Contudo, um olhar para frente, considerando tudo o que está em disputa e tomando como verdadeira a afirmação de Chico Teixeira, traz receios, temores, retira do horizonte a certeza de que o povo brasileiro terá dias melhores, dada a permanência da hegemonia neoliberal, num contexto que as bases de sustentação do governo são frágeis (basta olhar para as posturas do Congresso, e da alta burguesia e o movimento social do bolsonarismo, ainda muito vivo na sociedade). Apesar disso, frente a todos os escândalos que tem vindo à tona, envolvendo a gestão de Bolsonaro, a vitória de Lula abre espaço para sonharmos com dias melhores, mesmo considerando as ponderações levantadas na breve reflexão.

Não percamos de vista que tudo segue em disputa: a narrativa, o orçamento, as instituições, e o modo como essa disputa transcorrer, os contornos que essa disputa assumir, determinará o curso da história brasileira nos anos vindouros. Que na academia, possamos dar nossa contribuição no plano das ideias, não menos importante que a contribuição no plano mais prático e material, os quais resultam da construção de uma determinada visão de mundo, construída no plano das ideias e das narrativas que daí resultam.

Machismo e desigualdade: um olhar sobre as raízes e os impactos sociais¹⁹¹

*Maria Gabriella da Silva Valentim¹⁹²
Ágüida Cristina Santos Almeida¹⁹³*

O patriarcado e sua cultura atrelada ao machismo estrutural continua se fortalecendo com o passar do tempo, inovando e se manifestando de formas diferentes e cada vez mais absurdas e preocupantes, e juntamente a esse cenário, como bem afirma o secretário-geral da ONU, António Guterres, “o progresso nos direitos das mulheres conquistado ao longo de décadas está desaparecendo diante de nossos olhos”¹⁹⁴.

O machismo é uma “ideologia” que tem como base a crença de que os homens são superiores às mulheres, estando presente desde os primórdios em diversas culturas e se manifestando de maneiras diferentes na sociedade, como estereótipos de gênero, discriminação, violência e desigualdade.

No Brasil, quando se fala de machismo a conta não fecha! Uma pesquisa realizada pelo PoderData¹⁹⁵, mostra que 83% dos brasileiros dizem haver machismo no Brasil, mas ao serem questionados com a pergunta: “Você se considera uma pessoa machista?”, apenas 11% dos entrevistados consideraram-se machistas, já os que não se consideraram representam 80% do total de entrevistados. A pesquisa também mostra que 80% dos homens avaliam que há machismo no Brasil, mas só 8% afirmam ser machistas, enquanto outros 84% dizem que não são machistas.

Vale ressaltar que o machismo nada tem a ver somente com a violência e atitudes extremas para com a mulheres, muito pelo contrário, como diz a ONG Think Olga¹⁹⁶, de combate à desigualdade de gênero, existem cerca de quatro tipos de “machismos invisíveis”: bropropriating (quando um homem se apropria da ideia de uma mulher e leva o crédito), mansplaining (quando ele explica coisas óbvias para ela), maninterrupting (quando ele a interrompe a todo instante) e gaslighting (a violência emocional por meio de manipulação psicológica, que leva a mulher e todos ao seu redor

¹⁹¹Artigo escrito em junho de 2023.

¹⁹²Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), integrante do Programa de Educação Tutorial - Economia (PET-Economia) e secretária do Centro Acadêmico de Economia da UFCG (CA - Celso Furtado). E-mail: silvagabriella776@gmail.com;

¹⁹³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁹⁴ <https://www.metropoles.com/mundo/onu-igualdade-de-genero-so-deve-ser-alcancada-daqui-a-300-anos>

¹⁹⁵ <https://www.poder360.com.br/pesquisas/83-dizem-que-ha-machismo-no-brasil-mas-so-12-se-consideram-machistas/>

¹⁹⁶ <https://thinkolga.com/>

a acharem que ela enlouqueceu ou que é incapaz), esse último sendo muito presente em relacionamentos abusivos.

Além de tudo, existe um forte impacto adicional e “invisível” do machismo na vida das mulheres: a carga mental. Um exemplo disso é quando um homem se orgulha de "ajudar muito nas tarefas domésticas". Essa frase por si só revela uma visão machista de que os afazeres domésticos são responsabilidade exclusiva das mulheres, mesmo quando elas também trabalham fora, o que resulta em maior estresse e ansiedade na rotina feminina. Até porque, na maioria esmagadora das famílias, cabe às mulheres o papel de cuidar da casa e dos filhos, uma dinâmica que é ensinada desde a infância. Dentro dessa estrutura patriarcal, as mulheres são encarregadas de planejar tudo, assumindo a responsabilidade pela gestão do lar e pela manutenção da união familiar.

Partindo para o âmbito profissional, a contribuição feminina continua a ser mal remunerada. As mulheres enfrentam disparidades salariais em relação aos homens e continuam sendo sub representadas em cargos de liderança e nas esferas de poder. Um estudo apresentado no seminário Brasileiras¹⁹⁷, revela que tanto homens quanto mulheres concordam que ambos são igualmente capazes de desempenhar diversos papéis sociais. Porém, existe uma divergência significativa em relação às perspectivas de gênero no ambiente de trabalho.

Enquanto 60% das mulheres brasileiras concordam que as mulheres deveriam ocupar, no mínimo, metade dos cargos de chefia nas empresas, três em cada dez homens acreditam que é justificável que as mulheres ocupem menos cargos de liderança do que os homens, baseando-se no argumento chulo e machista de que as mulheres podem engravidar e precisar sair de licença maternidade. Essa percepção reflete um viés de gênero enraizado na sociedade, que limita as oportunidades de ascensão profissional das mulheres. Além das disparidades salariais, essa mentalidade perpetua estereótipos prejudiciais e restringe o acesso das mulheres a posições de poder e tomada de decisões.

No cenário político a situação não apresenta mudança, a presença feminina é baixa, tanto nas candidaturas quanto nos espaços de poder, mesmo havendo mecanismos legais criados para superar essa limitação, e a raiz desse problema se encontra principalmente no machismo e na estrutura patriarcal, que impõem às mulheres um papel ainda de subordinadas na sociedade capitalista, mas também na falta de políticas públicas capazes de mudar essa situação.

¹⁹⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/03/politica/1480721292_567932.html

Isso ocorre devido à ausência das mulheres, especialmente as mulheres negras, nos espaços de tomada de decisão e poder do país. Essa situação é uma grande contradição, considerando que mais da metade da população é composta por mulheres e, dessas, 27% são mulheres negras, mas essa representatividade não é refletida adequadamente no âmbito político, pois a política na maioria das vezes privilegia os interesses de uma minoria que detém o poder econômico do país.

Falando de violência física e sexual contra as mulheres, a cada ano que passa temos um aumento exponencial de denúncias e ocorrências de casos de violência doméstica e de abusos sexuais, além dos índices de feminicídio que continuam aumentando. Segundo um levantamento realizado em 2022, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp)¹⁹⁸, desde o dia 1º de janeiro até 14 de julho, 880 mulheres denunciaram ter sido vítimas de estupro em Mato Grosso do Sul, sendo 258 só em Campo Grande. Tais dados são alarmantes e revoltam a todas e todos que lutam no dia a dia contra qualquer tipo de agressão contra as mulheres.

Em suma, nunca esteve tão evidente o problema geral e estrutural que é o machismo, e o seu combate é um processo contínuo e requer ações em diferentes níveis, desde o individual até o coletivo, através de, por exemplo, educação e conscientização, promovendo uma educação inclusiva, para desconstruir estereótipos de gênero e ensinar o respeito mútuo desde a infância; empoderamento feminino, apoiando programas e iniciativas que fortaleçam as mulheres, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional; mídia e cultura, desafiando a representação estereotipada das mulheres nos meios de comunicação e na cultura, promovendo uma mídia mais inclusiva e diversa.

Outro ponto importante a ser tratado é a conscientização, o engajamento e a participação masculina no combate ao machismo, incentivando uma visão igualitária de gênero e desconstruindo comportamentos machistas. Esse ponto é extremamente relevante e necessário, principalmente após o surgimento de grupos como os Redpill, Incel e MGTOW, que pregam ódio às mulheres e superioridade masculina, usando a narrativa de que as mulheres são as grandes vilãs da sociedade, atrás de direitos, sendo privilegiadas, interesseiras e aproveitadoras. A expertise é tanta, que muitos dos discursos disseminados por esses grupos, são disfarçados como conteúdos de autoajuda,

¹⁹⁸<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/75190-ms-para-acabar-com-a-violencia-contra-as-mulheres-e-preciso-combater-o-machismo-estrutural-a-pobreza-e-a-desigualdade-de-genero-diz-presid-enta-da-fetems-deumeires-morais>

além de cursos que supostamente ensinam os homens a como se portarem, o que na verdade é só mais uma chuva de discurso e atitudes de ódio contra as mulheres.

Frente a isso, o feminismo e as páginas feministas vem sendo de grande ajuda ao combate desses discursos e ideologias de ódio para com as mulheres, algumas personalidades feministas como Hana Khalil tem respondido a altura a essa onda de ódio ostensivo, com posts, textos e discursos extremamente didáticos e conscientizantes acerca do que os homens “integrantes” dos grupos citados acima, gritam a plenos pulmões em podcasts todo santo dia. Mas é uma luta árdua, discriminatória e angustiante, principalmente quando vemos os pensamentos e as atitudes machistas tão explícitas como nunca estiveram.

O (des)governo de Bolsonaro com certeza teve uma enorme influência para o disparate dos índices aqui citados, além de deixar os homens confortáveis a ponto de disparar discursos misóginos e machistas “a torto e a direita”, já que o próprio o fazia, ao lançar para uma deputada que ela não merecia ser estuprada porque era feia, por exemplo, ou quando ele afirmou que a sua filha nasceu de uma “fraquejada”, ou ainda quando desrespeitou grande parte das jornalistas mulheres que o entrevistaram, as rotulando com xingamentos que não terei nem estômago para aqui colocar.

No fim, fica mais do que clara e evidente a ameaça constante e crescente às mulheres, representada pelo machismo, e a necessidade latente do seu combate e neutralização! O machismo deve ser combatido! Ele tira oportunidades, viola direitos, oprime, submete, silencia, escanteia, adocece, abusa, e por fim... O machismo mata!

Desregulamentação: como alterar as regras do jogo?¹⁹⁹

*Diary de Mélo Santos²⁰⁰
Águida Cristina Santos Almeida²⁰¹*

O processo de desregulação é uma regulação visando um ambiente institucional favorável ao capital e aos agentes especulativos no mercado financeiro, e sofre mudanças ao longo da história do capitalismo. Por exemplo, a correlação de forças que alimentaram os anos dourados do capitalismo se exauriu, os problemas estruturais tomaram corpo e com base no contexto histórico e nas circunstâncias da época, o sistema Bretton Woods foi se desmontando no governo de Richard M. Nixon. Antes das mudanças, esse sistema mantinha regulamentações que mantinham os riscos de calotes e crises financeiras bem reduzidos.

Além do desmanche do sistema Bretton Woods, rompendo com o lastro do dólar no ouro, leis que regulamentavam os mercados, como a lei Glass-Steagall foram afrouxadas ou revogadas. Então, essas mudanças na estrutura possibilitaram o surgimento de inovações financeiras, como instrumentos especulativos, a exemplo do surgimento de um ativo denominado subprime, que consiste numa securitização das dívidas de hipotecas americanas. Esse ativo foi uma consequência dessa desregulamentação acelerada que desemboca na crise de 2008, com o calote no setor imobiliário americano. Essa crise financeira transbordou da esfera financeira para a economia real, e então por fim transformou-se numa severa e profunda crise econômica, que atingiu o mundo inteiro.

Na gestão Obama, foi assinada a lei Dodd-Frank em julho de 2010, em resposta à crise. Essa lei restringiu o setor bancário, proibindo transações de risco, criando fiscalizações mais rigorosas, impondo requisitos rigorosos aos bancos. Essa lei dizia que qualquer banco com mais de US\$ 50 bilhões em ativos deveria ser alvo de fiscalização federal intensiva. O setor bancário lutou para que a lei fosse revogada ou pelo menos flexibilizada, porém isso foi realizado apenas durante a gestão Trump. Em 2018, no segundo trimestre, foi assinada uma lei que diluiu a reforma realizada pela gestão anterior. O ajuste nas regulamentações fez com que a fiscalização intensa aos bancos só

¹⁹⁹Artigo escrito em junho de 2023.

²⁰⁰Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

²⁰¹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

fosse realizada em bancos com mais de US\$ 250 bilhões em ativos, o que permitiu que inúmeros bancos ficassem livres do duro regime de fiscalização²⁰².

Nos primeiros meses do ano corrente ocorreu a falência do Silicon Valley Bank (SVB), instituição esta que os executivos pressionaram por um relaxamento do limite de fiscalização. Enfim, coincidentemente ou não, um dos bancos que mais realizou o lobby foi à bancarrota, sofrendo a maior falência desde a crise de 2008 nos EUA.

O SVB teve como fonte recente de crescimento o investimento em criptomoedas. Em 2018, o banco era uma das poucas instituições de crédito que aceitavam depósitos em forma de cripto ativos. Ativos bem voláteis e que demonstram como o banco tomou a postura mais arriscada, dentre as posturas financeiras explicadas por Hyman Minsky, em ordem de menor risco financeiro para o maior, sendo elas a postura hedge, especulativa e ponzi.

Observa-se que após as mudanças institucionais aprovadas na gestão Trump, os bancos muitas vezes adotaram posturas ponzi e tomaram decisões assumindo situações de risco, o que mais tarde resultou em indícios de uma crise financeira advinda da desregulamentação, resultando em maior instabilidade no setor financeiro, gerando o que podemos denominar de momento minsky. O que deve ser realizado para evitar os momentos minskyanos?

A economista Mariana Mazzucato, explica em seu livro “O Valor de Tudo”, os riscos da desregulamentação e faz uma retrospectiva histórica, demonstrando que as regulamentações mais brandas não são indicadas por resultarem em instabilidades na economia. É necessário tomar posições mais conservadoras para não cair em fragilidades financeiras, considerando que crises financeiras tendem a se tornar crises econômicas. Quando essas crises acontecem no EUA, afeta não apenas os americanos, mas todo o sistema econômico internacional, incluindo o Brasil.

Manter as firmas “nos trilhos”, poderia fazer com que um acidente de trem não ocorra, e fazer com que a malha ferroviária permaneça funcionando sem maiores empecilhos. De maneira análoga, o sistema financeiro precisa percorrer os trilhos e não pode cair em calotes, em razão das aplicações em ativos extremamente voláteis, que desembocam naquela catastrófica sequência repetidamente vivida: estouro de bolhas especulativas, dado o efeito manada e o efeito contágio, culminando em crises financeiras que geram crises econômicas, com graves efeitos econômicos e sociais, os

²⁰²<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/quebras-consecutivas-de-bancos-vieram-depois-de-desregulamentacao.shtml>

quais resultam numa socialização das perdas, sobretudo sobre as camadas mais pobres das populações.

Sobre os governos do PT²⁰³

*Águida Cristina Santos Almeida²⁰⁴
Fábio Campos Rolim Filho²⁰⁵*

Após ter realizado reformas estruturais necessárias e continuar com as políticas econômicas que trouxeram de volta a credibilidade do país com o setor externo, o primeiro governo Lula pôde desfrutar de uma melhora nos dados macroeconômicos da economia brasileira, principalmente quando se trata da queda da taxa de inflação, redução da dívida líquida e um consequente saldo positivo no Balanço de Pagamentos, além de uma média anual de 3,5% para o crescimento do PIB no período de 2003 – 2006²⁰⁶.

Em síntese, as políticas econômicas enquanto Lula esteve na presidência da República, foram voltadas para a manutenção do controle da inflação, redução da vulnerabilidade externa e ampliação dos programas sociais. Os dados positivos quando Lula esteve no governo, foram impactados diretamente pela favorável situação econômica internacional, como o aumento da demanda de “commodities”, responsável pelos sucessivos superávits na balança comercial e aumentando, consequentemente, as reservas internacionais²⁰⁷.

Segundo Reis (2016), a popularidade do presidente Lula atingiu 80% de aprovação em 2010, o que lhe deu capital político para indicar o seu sucessor, no caso sucessora, Dilma Rousseff, que se elegeu com 56% dos votos válidos em 2010²⁰⁸. O governo Dilma Rousseff deu sequência à fase anterior e se propôs a manter um regime de política voltado a acelerar o crescimento. Os discursos iniciais da presidente e de seus ministros deixaram evidentes os indícios de existência de uma meta de crescimento e de quais ações fariam uso com foco neste objetivo²⁰⁹.

²⁰³ Artigo escrito em junho de 2023.

²⁰⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET/Economia e Coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

²⁰⁵ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia.

²⁰⁶ Disponível:

file:///C:/Users/PET/Downloads/AN%C3%81LISE%20MACROECON%C3%94MICA%20DOS%20GOVERNOS%20LULA%20E%20DILMA-UM%20ESTUDO%20SOBRE%20O%20CRESCIMENTO%20ECON%C3%94MICO%20.pdf

²⁰⁷ Disponível:

file:///C:/Users/PET/Downloads/AN%C3%81LISE%20MACROECON%C3%94MICA%20DOS%20GOVERNOS%20LULA%20E%20DILMA-UM%20ESTUDO%20SOBRE%20O%20CRESCIMENTO%20ECON%C3%94MICO%20.pdf

²⁰⁸ REIS, João Bosco Mousinho. A Nova Matriz Econômica e a recessão econômica do governo Dilma Rousseff: Erros e consequências sobre o nível de atividade econômica. VIII Congresso de Relaciones Internacionales. La Plata, Argentina. Novembro, 2016.

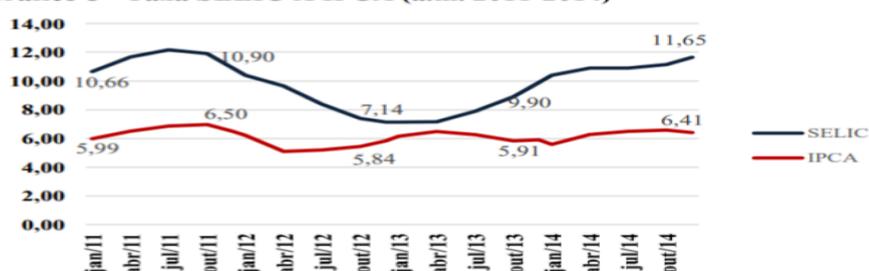
²⁰⁹ file:///C:/Users/PET/Downloads/CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%8ANCIA%20DACRISE%20ECON%C3%94MICA%20BRASILEIRA%20DE%202014%20A%202016.pdf

O governo Dilma adotou uma política econômica expansionista chamada Nova Matriz Econômica, que praticou política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal, com desonerações tributárias e renúncias fiscais, concessão de subsídios e represamento nos preços dos combustíveis, pela Petrobras S/A e as tarifas das companhias de energia, e de outras tarifas públicas²¹⁰.

A nova matriz econômica produziu uma aceleração temporária da economia brasileira no lapso entre o terceiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2014, alcançando um crescimento de 3,01% do PIB em 2013, de acordo com os dados do IPEADATA (2017). A taxa inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano de 2010 em 5,91%, e mostrou que, dificilmente, ocorreria uma convergência para o centro da meta, de 4,50%, durante o mandato de Dilma Rousseff. Em 2011, a inflação efetiva fechou o ano em 6,50% e a Taxa Selic, em dezembro do mesmo ano, estava em 10,90%.

No ano seguinte, a taxa Selic sofreu uma redução considerável e atinge, em dezembro de 2012, 7,14%, enquanto a inflação ficou em 5,84% a.a. Em 2013 e 2014, tanto a taxa Selic quanto o IPCA, apresentaram-se em um ritmo de alta. Os resultados, para 2013, foram de 9,90% para Selic e de 5,91% para a inflação. Em 2014, último ano de mandato do período 2011 – 2014, a taxa básica de juros fechou o ano em 11,65% e o IPCA estava em 6,41% a.a.

Gráfico 8 - Taxa SELIC X IPCA (a.m. 2011-2014)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil.

211

Constata-se que, as políticas adotadas pela presidente em seu primeiro mandato não obtiveram êxito em estimular novos investimentos que gerassem ou mantivessem o nível de renda observado no governo anterior. Pelo contrário, o que se viu neste período foi uma escolha de delegar ao setor privado a tarefa de manter o dinamismo econômico, por meio da generosa política de desonerações tributárias, renúncias fiscais, oferta de crédito barato via BNDES, dentre outras medidas, demandadas na agenda FIESP.

²¹⁰ BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. Estudos Avançados, [s.l.], v. 31, n. 89, p.51-60, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>.

²¹¹ file:///C:/Users/PET/Downloads/A%20crise%20econ%C3%B4mica%20de%202014-2017.pdf

Então, o governo atendeu a demanda, mas o setor privado não correspondeu com a promessa de maior investimento. Contudo, para atender a demanda da agenda FIESP, o governo foi cortando os gastos em investimento público, considerando que o menor crescimento, associado com a ampla política das desonerações e renúncias fiscais, foi gerando impacto fiscal negativo para o governo.

Tabela 2 – Taxa de crescimento do PIB e seus componentes de demanda

	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação
2010						
2011	4,0	4,8	2,2	6,8	4,8	9,4
2012	1,9	3,5	2,3	0,8	0,3	0,7
2013	3,0	3,5	1,5	5,8	2,4	7,2
2014	0,5	2,3	0,8	-4,2	-1,1	-1,9
2015	-3,8	-3,9	-1,1	-13,9	6,3	-14,1
2016E	-3,6	-4,5	-0,7	-10,6	2,9	-11,5

Fonte: IBGE.

212

Apesar de um desempenho econômico menor no governo Dilma Rousseff, com relação aos governos Lula, ela se reelege em 2014, para o segundo mandato, o qual foi precocemente interrompido, por um processo de impeachment, que se configurou num golpe parlamentar, selado no ano de 2016, embora a presidente estivesse afastada desde dezembro de 2015.

Gilmar Mendes foi o relator da prestação das contas de campanha da presidente Dilma, aprovadas com ressalvas em dezembro passado. O julgamento de contas de campanha é atividade jurisdicional, ou seja, uma decisão definitiva. No caso, as “ressalvas” na aprovação não comprometeram a regularidade das contas.

Cientistas políticos e economistas, pro impeachment defenderam que a presidente Dilma tinha assinado decretos suplementares no orçamento que feriam a meta fiscal e, por isso deveriam ser interpretados como crime de responsabilidade fiscal. De acordo com aqueles que identificaram no impeachment da Dilma Rousseff, um crime de responsabilidade fiscal, alegam que nem cassação ou impedimento são instrumentos para resolver, na verdade, a crise econômica em curso – inflação, juros altos ou desemprego – nem tão pouco para resolver crise moral – corrupção ou improbidade. Para aqueles que atribuíram um golpe parlamentar no impeachment da Dilma, alegam que não caberia em hipótese algum crime de responsabilidade fiscal nos

²¹² file:///C:/Users/PET/Downloads/A%20crise%20econ%C3%B4mica%20de%202014-2017.pdf

créditos suplementares abertos pelo governo, considerando ser uma prática fiscal corriqueira, legitimada desde o ano de 1964, no Brasil.

Não obstante, com o golpe parlamentar consolidado, assume Michel Temer, que assumiu com a tarefa de aprovar o conjunto de reformas constantes no documento “Uma ponte para o futuro”. Na verdade, contrarreformas de recorte neoliberal. Assim, na gestão de Michel foram aprovadas: a PEC do teto de gastos, a reforma trabalhista em 2017, privatizações, em suma o declínio da ação estatal e ascensão do capital privado, que resultou na alta dos combustíveis mesmo antes da desestabilização cambial causada pela pandemia de Covid-19 em 2020.

Dilma Rousseff foi alvo de um processo de impeachment duvidoso baseado em reivindicações inconsistentes e ocorrendo em um ambiente político altamente polarizado. Afirmaram que a chamada "pedalada fiscal" usada para justificar o impedimento da presidente prevaleceu em governos passados e não constituiu fundamento válido para afastar uma líder eleita. Sendo assim, o impeachment de Dilma Rousseff foi um exemplo claro de um atentado à democracia que feriu o país ao desestabilizar um governo devidamente eleito e impulsionar uma mudança de rumo político e econômico contrário aos interesses da população.

A economia azul e sua importância na América Latina²¹³

*Guenold Omoungou Dibangoye²¹⁴
Águida Cristina Santos Almeida²¹⁵*

A economia azul descreve o uso sustentável e a conservação dos recursos aquáticos em ambientes marinhos e de água doce. Isso inclui oceanos e mares, costas e lagos, rios e águas subterrâneas. É o maior ecossistema do mundo, cobrindo 70% da superfície da terra. Cerca de 50% do oxigênio que respiramos nos é fornecido por ele. É o maior reservatório natural de carbono.

O conceito de economia azul tem como principal origem o economista belga GUNTER PAULI, que foi o primeiro a escrever sobre esta ideia em 2009, no seu livro intitulado ‘A economia Azul’. Neste modelo econômico que tinha por principal foco o respeito e o cuidado do meio ambiente, falando sobre as 100 inovações que geravam mais de 100 milhões de empregos de maneira sustentável. Segundo ele, a economia verde criou um sistema de produção com preços altos, que apenas a elite tem acesso aos produtos orgânicos. Então este livro surgiu como uma alternativa a esta desigualdade. É neste sentido que PAULI, empresário e fundador da Zero Emission Research Initiative (ZERI) diz que: “tudo que é verde é caro, é inacessível. Como vamos ter uma economia onde só os ricos conseguem pagar para fazer algo bem-feito?”.

Isso para dizer que as desigualdades neste plano não têm que existir, e, é importante que nós trabalhemos com os recursos que nós dispomos, quando sabemos que 70% da população habita a beira-mar e muitas vezes não aproveita disso. A maioria deles usa o mar como depósito de lixo. Hábitos deploráveis e intoleráveis quando vemos que tem muitas famílias que dependem do mar para viver. Então, não usar corretamente este bem precioso seria como tirar a vida dessas pessoas, pois o mar representa um elemento da natureza muito importante nas nossas vidas. É uma oportunidade imensa tê-lo, mas é constatado que muitas pessoas não percebem isto. É nessa ótica que PAULI afirma que “as pessoas não percebem a oportunidade que têm”.

Segundo ele, é possível suprir muitas necessidades do ser humano graças a tudo que O MAR oferece. É possível regenerar manguezais, regenerar florestas de algas para obter energias, ter águas potáveis, etc. Na Argentina, por exemplo, foi elaborado

²¹³ Artigo redigido em junho de 2023.

²¹⁴ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia.

²¹⁵ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET/Economia e Coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

um projeto em Mar del Plata, focado na criação de larvas de moscas como alimento para piscicultura, geradas a partir de resíduos de matadouros.

A economia Azul é importante para a América Latina e o mundo. Pois a terra não pode sobreviver sem os oceanos e mares saudáveis, assim como uma pessoa não pode viver sem coração e pulmões saudáveis. Esta analogia vem mostrar a interdependência que existe entre o ser humano, a Terra, os oceanos e mares saudáveis, pois os mares absorvem 30% do CO₂ mundial, enquanto o fitoplâncton marinho gera 50% do oxigênio necessário para a sobrevivência. Isso deixa claro que os mares são elementos naturais necessários para o bem-estar social, quando sabemos que 40% da população mundial, ou 3,1 bilhões de pessoas vivem a menos de 100 km do oceano ou do mar, em 150 países litorâneos e insulares, segundo dados da ONU.

Em relação à América Latina, com aproximadamente 240 mil km de litoral, totaliza 27% da população que depende diretamente ou indiretamente do oceano e suas riquezas. Os países conseguiram aumentar as taxas de emprego e saneamento, reduzindo a pobreza, a desnutrição e a poluição por meio de atividades como pesca sustentável, produção de energia renovável ou ecoturismo. Assim, podemos deduzir que o social e o ambiental não podem andar separados.

Em conclusão, a economia azul é o maior ecossistema do mundo, ocupando 70% da superfície do planeta. O conceito nasceu com o economista belga GUNTER PAULI que foi o primeiro a escrever sobre esta ideia, com o objetivo de criar uma alternativa à economia verde, que, segundo ele, criou um sistema de produção de preços altos, que apenas a elite da população tem acesso. Para ele, a Economia Azul é um sistema muito importante para a América Latina e o mundo. Para a América Latina, são 27% da população que depende direta ou indiretamente do oceano e suas riquezas. Ela permite várias inovações, atividades permitindo suprir várias necessidades humanas. No lado mundial, a economia azul vem simplesmente mostrar que assim como uma pessoa não pode viver sem coração e pulmões saudáveis, a Terra não pode sobreviver sem oceanos e mares saudáveis, pois representam o coração e os pulmões do Planeta.

A inteligência artificial e seus impactos no mercado de trabalho²¹⁶

*Lenilson Guedes Brandão Filho²¹⁷
Águida Cristina Santos Almeida²¹⁸*

Não é novidade que a inteligência artificial pode substituir os seres humanos em diversas áreas e atividades. Nos últimos anos, a pesquisa e desenvolvimento aplicada no melhoramento e aperfeiçoamento de inteligências artificiais cresceu 450%, isso mostra quão rápido e “perigoso” o avanço da inteligência artificial pode se tornar em um futuro próximo. Em 2023, o banco Goldman Sachs publicou um relatório mostrando que a IA poderia substituir até 300 milhões de empregos em tempo integral.

Além disso, em uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria PwC mostrou que aproximadamente 1/3 dos trabalhadores demonstraram preocupação em ter seus empregos substituídos por uma inteligência artificial. Diante disso, cabe o seguinte questionamento: a utilização da IA como substituta da mão de obra humana beneficiará a todos ou somente a uma minoria abastada? A resposta é simples e direta. A substituição da mão de obra beneficia – e muito – ao empregador, mas não ao empregado. A dispensa de pagamentos adicionais em razão de horas extras, pagamento de FGTS (no caso do Brasil) e dos demais direitos dos trabalhadores é a principal “vantagem” para aqueles que buscam tal substituição.

Ferramentas como o “chat GPT” mostraram como a inteligência artificial pode ser extremamente parecida com a reação humana. No estado de Minas Gerais, uma moça de 24 anos teve seu trabalho de conclusão de curso anulado devido ao uso de IA para a produção de seu trabalho. Diante do citado, cabe ressaltar como as IA’s vêm se tornando extremamente poderosas e seu uso no mercado de trabalho pode afetar negativamente – sobretudo – as economias emergentes, uma vez que a substituição da mão de obra pode ocorrer mais rápido do que o esperado por especialistas da área, e são economias que já possuem excedentes de força de trabalho.

²¹⁶ Artigo escrito em junho de 2023.

²¹⁷ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: lenilson.guedes@estudante.ufcg.edu.br

²¹⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn4rvelpmejo>

⁵ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/inteligencia-artificial-e-o-impacto-nos-empregos-e-profissoes>

Na China, onde já se encontram formas muito mais avançadas de inteligência artificial, uma IA apresentou um telejornal. A “jornalista” (rosto criado por computador) foi a âncora do jornal e noticiou os principais acontecimentos do momento. A empresa responsável pela criação da jornalista, com uso de IA fez com que ela noticiasse 24 horas por dia e sem pausas. Esse acontecimento evidencia o interesse por trás de tal substituição. Ao empregar robôs no lugar de humanos, o trabalho se torna incessante, tornando o uso de inteligências artificiais muito mais atrativas para os empregadores. Esse pode ser, portanto, o início de uma era extremamente difícil para os seres humanos que vivem do seu trabalho, ou seja, trabalhadores, que formam o percentual significativo da humanidade. A troca da mão de obra humana por tecnologias de IA pode representar o fim dos empregos com garantia de direitos, que já estão escassos, dada a sequência de reformas trabalhistas que a era neoliberal trouxe para o mundo inteiro. Como as máquinas não cobram direitos de seus empregadores e do Estado, deve “cair como uma luva” dentro da racionalidade neoliberal.

Logo, a inteligência artificial tem pleno potencial de, infelizmente, se tornar uma “pedra no sapato” dos assalariados e demais seres humanos que vivem da atividade laboral, que teriam seus empregos e/ou funções cedidos à máquinas que operam com inteligência artificial. Portanto, O avanço dessa tecnologia deve ser acompanhado de políticas públicas que regulem o uso da mão de obra e garantam aos empregados condições de continuar exercendo suas funções de maneira satisfatória.

Renegociação de dívidas para um aumento da demanda agregada²¹⁹

*Emanuel Lucas Guerra Sobral²²⁰
Águida Cristina Santos Almeida²²¹*

Nos últimos anos, a dívida da população brasileira tornou-se uma questão cada vez mais relevante e preocupante. O crescimento alarmante do endividamento das famílias despertou diversos debates sobre hábitos de consumo, sobre a propensão a consumir e poupar das famílias e, dentro desse contexto, é interessante imaginar como Keynes, um dos principais teóricos da economia moderna, enxergaria a situação do cenário brasileiro atual.

Keynes defendia que a demanda efetiva desempenha um papel fundamental dentro da economia e defendia que em períodos de recessão, os governos deveriam intervir na economia para estimular consumo e investimento a fim de reverter a queda na produção e o aumento do desemprego²²². De acordo com o princípio da demanda efetiva, em uma economia capitalista é o gasto que determina a renda, o produto e o emprego e não o contrário, conforme preconiza a lei de Say.

Dentro da perspectiva de Keynes, para que haja crescimento econômico, é necessário que haja gasto (seja em investimento, consumo, gastos do governo, exportações). Contudo, para que os empresários ampliem suas decisões de gasto, é necessário que haja uma expectativa de crescimento da demanda agregada, seja pela ampliação do gasto público, seja pela expectativa de ampliação das exportações, por exemplo. Assim, quando os agentes (empresas e famílias) estão sobrecarregados com dívidas e têm dificuldade em quitá-las, isso leva a restrições financeiras que afetam o poder de compra. A propensão a consumir, a propensão a investir, já que uma parcela maior da renda é destinada ao pagamento de dívidas e, se uma grande parcela da população se encontra nessa situação, a demanda agregada tende a se restringir.

A questão é: O que fazer em uma economia em que a população se endivida para pagar contas básicas, como alimentação? É o “endividamento de sobrevivência”, como citado na matéria da Carta Capital²²³, onde, no Brasil atual, mulheres pobres se

²¹⁹Artigo escrito em junho de 2023.

²²⁰Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação e Tutorial de Ciências Econômicas. E-mail: emanuel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

²²¹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²²²KEYNES, John Maynard. A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Editora Atlas, 1936.

²²³ <https://www.cartacapital.com.br/economia/divida-para-comer/>. Acesso em 19/06/2023.

endividam para pagar as contas básicas da família. A coordenadora do Instituto Equit, que há mais de duas décadas estuda gênero e desigualdade lançou o relatório “endividar-se para viver: o cotidiano das mulheres na pandemia”, alertou que “Diante do aumento da informalidade e da precarização dos trabalhos, além da oferta crescente de crédito, este cenário tende a piorar, deixando as mulheres cada vez mais envolvidas neste ciclo vicioso.”. “Antes, os brasileiros se endividavam para comprar carro e casa, mas atualmente, fazem dívidas para conseguir comer e pagar as contas”, resume a pesquisadora.

O endividamento dos brasileiros cresceu pela terceira vez e bateu recorde em setembro de 2022²²⁴, alcançando 53,1% de renda comprometida, segundo apontamento do Banco Central²²⁵, representando o maior patamar da série histórica do BC iniciada em janeiro de 2005. Apesar desse cenário, a procura por crédito continua em alta, no ano de 2022, a concessão de crédito subiu 25,4%. Quase 40% dos brasileiros estavam com o nome sujo em setembro de 2022²²⁶, segundo dados de um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), que salientam também, que este é o maior patamar registrado na pesquisa. Os dados apontam que a população leva em média cerca de 10 meses para sair da inadimplência e que a dívida média é de R\$ 3.688,96, com atraso de 3 meses a 1 ano.

O plano então é buscar a renegociação das dívidas, pois oferece a oportunidade de reduzir encargos, estender prazos de pagamento e até perdoar parte da dívida, aliviando o peso dos devedores, e com isso restaurar a capacidade de consumo dos devedores. Isso libera recursos adicionais para o consumo, o que estimula a demanda e impulsiona a atividade econômica. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antes mesmo de ser eleito, prometeu renegociar as dívidas de 80 milhões de brasileiros, ao longo da campanha eleitoral²²⁷ em 2022 e hoje se vê o programa “Desenrola” em andamento,

²²⁴

<https://www.cartacapital.com.br/economia/endividamento-dos-brasileiros-cresce-pela-terceira-vez-e-bate-recorde-em-setembro/>. Acesso em 19/06/2023.

²²⁵

<https://www.cartacapital.com.br/economia/endividamento-das-familias-renova-recorde-e-chega-a-531-aponta-bc/>. Acesso em 19/06/2023.

²²⁶

<https://www.cartacapital.com.br/economia/com-divida-media-de-r-36-mil-negativados-levam-cerca-de-10-meses-para-limpar-o-nome/>. Acesso em 19/06/2023.

²²⁷

<https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-promete-renegociar-as-dividas-de-80-milhoes-de-brasileiros-temos-que-chamar-os-empresarios-e-negociar/>. Acesso em 19/06/2023.

programa que começará em julho, que valerá para as dívidas contraídas até o ano passado²²⁸.

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad afirma que “O programa depende da adesão dos credores, uma vez que a dívida é privada”. No começo de junho de 2023, os bancos Bradesco, Santander e Itaú aderiram ao programa de renegociação de dívidas do governo²²⁹. Poderão participar do “Desenrola”, que começa a valer em julho de 2023, devedores, credores e agentes financeiros. A medida deve beneficiar cerca de 30 milhões de CPFs negativados e segundo dados da Serasa Experian, hoje, no Brasil, tem-se mais de 70 milhões de inadimplentes.

Apesar dos preocupantes números de endividamento e inadimplência no país, existe sim esperança no horizonte com a implementação do programa “Desenrola”. Embora o caminho para superar o endividamento seja desafiador, a implementação de um programa de renegociação auxiliará as famílias na quitação de suas dívidas, criando espaço para a expansão do consumo, que estimulará o crescimento da demanda, resultando em dinamismo econômico. E, por fim, cabe levantar algumas observações.

No âmbito da racionalidade neoliberal, o endividamento das famílias é estrutural e parte de uma estratégia, considerando que a restrição a serviços públicos, e precarização nas condições de trabalho, forçam as famílias a se endividarem para gerar um provimento adequado à subsistência. Outrora, além das políticas públicas de renegociação das dívidas, são fundamentais as políticas que recomponham a renda das famílias, como políticas de recomposição da renda, de promoção de emprego, sobretudo emprego com carteira assinada, bem como aprofundar as políticas de transferência de renda.

Para finalizar cabe ressaltar que para as empresas o que importa é a criação adequada de um sistema de financiamento. Considerando que no capitalismo é válido o princípio da demanda efetiva, de modo que não é a poupança que determina o investimento, ou seja, condições adequadas de financiamento, associadas com a retomada da economia, naturalmente levará os empresários a ampliarem os gastos em investimento, que juntamente com o gasto público e a retomada do gasto público em investimento, levará a uma retomada mais robusta da economia, aguardada desde 2017.

228

<https://www.cartacapital.com.br/economia/desenrola-programa-para-refinanciar-dividas-de-ate-r-5-mil-comeca-em-julho/>. Acesso em 19/06/2023.

229

<https://www.cartacapital.com.br/economia/bradesco-santander-e-itaui-aderem-ao-novo-programa-de-renegociacao-de-dividas-do-governo/>. Acesso em 19/06/2023.

Tributação das exportações de matérias-primas como ferramenta extrafiscal a favor da reindustrialização nacional²³⁰

*Arnaldo Oliveira da Silva Néto²³¹
Águida Cristina Santos Almeida²³²*

Em sua essência, a raiz econômica brasileira foi baseada em atividades primário-exportadoras, notadamente relacionadas ao pau-brasil, açúcar, ouro, algodão, café e borracha, não apenas quando o país esteve sob domínio colonial português, com os respectivos impeditivos impostos à manufatura local, mas essa condição econômica ultrapassou a Independência Política, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889, tornando-se inerente à formação socioeconômica nacional. Esse aspecto traduz uma estrutura econômica viciada nas “rendas ricardianas”, proporcionadas pela imensidão de riquezas naturais que o país dispõe, em seu vasto território, e que foi historicamente incorporado ao espírito motriz do empreendedor nacional.

O círculo vicioso dos rendimentos decrescentes, decorrentes das atividades agrícolas e de extrativismo só foi rompido com a introdução progressiva das atividades de rendimentos crescentes no território brasileiro, por meio das políticas industriais de substituição de importações a partir dos anos 1930²³³. Neste ciclo econômico, pode-se considerar que o Brasil se tornou, de fato, uma nação moderna predominantemente capitalista, seguindo os fundamentos e condições estabelecidos por Werner Sombart: (i) existência do empreendedor; (ii) existência do Estado moderno e; (iii) existência do processo de manufatura²³⁴. O progresso industrial e as sinergias por ele proporcionadas, que acarretaram o aumento do progresso técnico das atividades de rendimentos decrescentes e constantes, colocou o Brasil em uma posição economicamente privilegiada, no rol dos países do resto, que partiram de economias pré-capitalistas deterioradas e primárias para economias capitalistas emergentes em poucas décadas.

Apesar das deficiências apresentadas pelo modelo de industrialização concebida no Brasil, bem como, nos demais países latino-americanos, com déficits no balanço de

²³⁰Artigo escrito em JUNHO de 2023.

²³¹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e Grupo de Pesquisa Estudos de Direito Tributário e suas Repercussões Socioeconômicas (GPEDTRS). E-mail: arnaldo.oliveira@academico.ufpb.br;

²³²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²³³FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

²³⁴REINERT, Erick S. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Tradução: Caetano Penna. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

pagamentos, dependência dos investimentos estrangeiros diretos (IED), baixo desempenho exportador e limitada transferência de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das nações industrializadas, o progresso das atividades de rendimentos crescentes inaugurou uma nova realidade econômica no país, impondo novos desafios institucionais e sociais²³⁵. Neste cerne, o Código Tributário Nacional-CTN, sancionado em 1966, teve papéis legal e institucional fundamentais para ordenar as atividades econômicas, bem como, fortalecer a capacidade fiscal do Estado brasileiro, em um cenário de pujança econômica e necessidade de alavancar os investimentos. Não obstante, o Brasil apresentou um expressivo crescimento econômico, impulsionado pela ação do multiplicador keynesiano do investimento público.

A até então inovação institucional representada pelo CTN, não acompanhou a realidade de deterioração da economia brasileira, enfrentada entre as décadas de 1980 e 1990, com a crise do balanço de pagamentos, hiperinflação e abertura econômica generalizada. Enquanto a estrutura da tributação permanecia paralisada, a economia brasileira tornou-se uma máquina destruidora de indústrias. Portanto, não é justo responsabilizar apenas as políticas econômicas e a realidade internacional do período, como motivações da desindustrialização e primitivização da economia nacional. O matusalênico sistema tributário nacional (Art. 2º, CTN) também deve ter sua respectiva quota de responsabilidade na ruína das atividades com rendimentos crescentes.

Por que corresponsabilizar o sistema tributário nacional pelo processo de desindustrialização pós-década de 1980? Pela configuração legal desenhada pelo CTN em 1966, e as pontuais reformas subsequentes, as atividades econômicas de cadeias produtivas longas e sinérgicas, como a industrial e de serviços avançados, são alvos de uma sucessiva incidência tributária agonizante, notadamente presentes os Impostos sobre a Produção e a Circulação, como o IPI, ICMS, ISS, sendo os dois últimos as principais fontes tributárias dos Estados e Municípios, respectivamente. Prova disso, a carga tributária que incide sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) representa 43% do total, e sobre a folha de pagamento, 27,5%, enquanto que a incidência tributária sobre o patrimônio (IPVA, IPTU e ITR) representa apenas 4,5% do total, e sobre a renda (IR), cerca de 22,5%, com o agravante de que a tributação sobre o patrimônio e renda acentua a desigualdade de renda no país, e portanto, ocasiona uma redução do consumo de bens industrializados pelas classes média e baixa. Comparativamente, nos países da

²³⁵ AMSDEN, Alice. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. Tradução: Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2009.

OCDE, a tributação sobre o consumo representa 33% do montante total, enquanto sobre a propriedade e renda representam 39%²³⁶. Observa-se que o modelo de tributação nacional, da forma que se apresenta, representa um desejo, economicamente suicida, de aniquilar as atividades de rendimentos crescentes, de cadeia produtiva longa, e o consumo das famílias.

Não obstante, o Brasil recai na armadilha das rendas ricardianas, pois, se há uma oneração tributária excessiva das cadeias produtivas manufatureiras, e uma subtributação da propriedade e da renda, as atividades de rendimentos decrescentes tornam-se ainda mais atrativas, considerando a abundância de recursos naturais que o país dispõe, tendo como agravante da contemporaneidade, a obtenção de renda especulativa nos mercados financeiros. Exemplificando essa “dívida malthusiana”, a Constituição Federal de 1988 instituiu a prática internacional de desonerar a exportação de produtos e serviços.

Excepcionalmente, a União institui o IE com objetivos extrafiscais, ou seja, com intuito desestimular a exportação de determinado bem ou serviço, em geral, por razão de escassez interna. Em um primeiro momento, a desoneração das exportações pode parecer um alívio à manufatura brasileira, entretanto, à realidade se demonstrou diferente, pois as atividades malthusianas, em um país com abundância de recursos naturais, possuem uma vantagem inicial frente às atividades schumpeterianas, fator intensificado pela histórica presença das atividades primárias no topo da economia brasileira. Essa característica, aliada à elevada carga tributária que incide sobre as atividades de cadeia produtiva longa, estimulou o retorno das forças produtivas da indústria para a agricultura e mineração, fontes de rendas ricardianas, bem como, a dispersão de capitais no mercado especulativo.

Observando a pauta exportadora nacional, é notória a primitivização da economia brasileira, acompanhada por uma deterioração dos termos de troca. Apesar do superávit da balança comercial registrado no ano de 2022, em US\$ 61.525,3 milhões, qualitativamente, as exportações são dominadas por bens primários, frutos das atividades de rendimentos decrescentes, enquanto as importações são dominadas por produtos manufaturados. No referido ano, os produtos mais exportados foram soja (14% do total exportado), óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus (13%) e

236

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/05/por-que-a-formula-de-cobranca-de-impostos-do-brasil-piora-a-desigualdade-social>

minério de ferro e seus concentrados (8,7%), também recebendo destaque milho não moído, exceto milho doce (3,6%), carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (3,5%) e açúcares e melaços (3,3%). Na ótica da importação, receberam destaque os adubos ou fertilizantes químicos (9,1%), óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (8,6%), demais produtos – indústria de transformação (4,3%), válvulas e tubos termiônicos, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (4,2%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (3,6%) e partes e acessórios dos veículos automotivos (2,8%)²³⁷.

Contrariamente, ainda em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, e 58,7% da população convivia com algum grau de insegurança alimentar²³⁸. Apesar de parecer contraditório, um país exportador de *commodities* agrícolas enfrentar a fome, este fenômeno não é surpresa para Reinert²³⁹: “é óbvio que a falta de alimentos e as crises de fome ocorrem principalmente nos países que se especializam na produção de produtos alimentícios. Quanto menor o peso da agricultura como percentagem do PIB, menores são as probabilidades de crises de fome.”

Depender demasiadamente das exportações de matérias primas, e das atividades de rendimentos decrescentes, fragiliza a economia nacional, pois essas atividades possuem como características a competição perfeita, preços extremamente flutuantes, trabalho geralmente não qualificado, são criadoras de estruturas de classe “feudais”, os salários são flexíveis, as mudanças técnicas tendem a diminuir os preços aos consumidores e são criadoras de poucas sinergias. Enquanto as atividades industriais e de serviços avançados apresentam rendimentos crescentes, competição imperfeita dinâmica, preços estáveis, trabalho geralmente qualificado, são criadoras de uma classe média, os salários são inflexíveis, as mudanças técnicas levam a maiores salários para o produtor e são criadoras de grandes sinergias²⁴⁰. O Brasil, renegando os benefícios destas, está se condenando ao retorno a sua condição colonial, com uma economia dependente da volatilidade do preço de *commodities* e a população sobrevivendo por

²³⁷ <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

²³⁸

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>

²³⁹ REINERT (2016, p. 208).

²⁴⁰ REINERT, 2016.

meio de relações de trabalho de subsistência, no setor de serviços domésticos, de rendimentos constantes, ou seja, é um quase retorno a era rudimentar pré-capitalista.

Diante da atual condição econômica na qual o Brasil se encontra, é inevitável a necessidade da transformação do sistema tributário nacional em prol do desenvolvimento das atividades de rendimentos crescentes, combinadas com uma grande divisão do trabalho, a fórmula ideal para o enriquecimento de uma nação, de acordo com Antonio Serra (1613). Mas de que forma a tributação pode induzir o desenvolvimento das atividades schumpeterianas? A resposta está contida na capacidade extrafiscal que os tributos dispõem, ou seja, por meio da extrafiscalidade, o Estado brasileiro tem a capacidade de induzir o desestímulo à concentração de capitais nas atividades de rendimentos decrescentes e constantes, ao mesmo tempo em que pode estimular a distribuição de capitais nas atividades de rendimentos crescentes, reduzindo a carga tributária que incide sobre o consumo e as cadeias produtivas longas.

O imposto de exportação, direcionado aos produtos primários, foi historicamente utilizado pelas nações precursoras da revolução industrial, como a Inglaterra, com o objetivo de estimular a permanência de matérias primas em território nacional, à disposição da indústria local, bem como, transferir capitais da renda da terra ao setor manufatureiro²⁴¹. Diante de uma possível reforma tributária, o Brasil está diante de uma oportunidade singular de emular as estratégias de desenvolvimento industrial adotadas pelos países com as economias mais avançadas, tributando as exportações de produtos primários, com objetivos extrafiscais de manter as matérias primas em território nacional, para que sejam beneficiadas internamente, e redirecionar o capital das atividades de rendimentos decrescentes, que navega nas rendas ricardianas, às atividades de rendimentos crescentes.

Outro benefício derivado da tributação das exportações de *commodities* é o aumento da capacidade financeira do Estado para realizar os investimentos necessários para o progresso industrial e tecnológico, em infraestrutura de transportes, de energia, comunicação, defesa nacional e crédito industrial. Acerca do tema, em 2022 foi proposto o Projeto de Lei 1586/22, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de “determinar a cobrança de Imposto de Exportação sobre um conjunto de alimentos estratégicos para a dieta básica dos brasileiros quando houver algum risco ao abastecimento interno²⁴²”. Apesar de ser uma iniciativa parlamentar externa à discussão

²⁴¹ REINERT, 2016.

²⁴² <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2327070>

da reforma tributária, e de caráter excepcional, condicionada à situação de fome, é fundamental que a discussão chegue às Casas Legislativas, ao Poder Executivo, à imprensa e ao cidadão comum.

Não se pode imaginar que o retorno ao capitalismo moderno, que vinha sendo ensaiado a partir dos anos 1930, será uma tarefa fácil, considerando a complexidade econômica nacional, e o vício profundo nas rendas ricardianas, entretanto, a soberania nacional e o desenvolvimento dependem do retorno do protagonismo das atividades econômicas de rendimentos crescentes, e por consequência, o enfraquecimento qualitativo das atividades de rendimentos decrescentes sobre o produto nacional e da pauta exportadora. O imposto de exportação é a ferramenta extrafiscal necessária que o país pode dispor para que a tributação faça uma reparação histórica às injustiças cometidas pelo próprio CTN à manufatura brasileira.

Agricultura brasileira, um modo de ser reformada²⁴³

*Inácio Cardoso dos Santos Neto²⁴⁴
Águida Cristina Santos Almeida²⁴⁵*

Na matéria do Estadão, “Desafios do desenvolvimento brasileiro: crescimento econômico”, feita pelo doutor Pedro Cavalcante, há uma análise do crescimento tímido do PIB anual e também, do PIB *per capita* do Brasil no período dessa última década. O autor da matéria demonstra que o país praticamente não cresceu na última década, com a renda *per capita* atualmente um pouco abaixo do mensurado em 2010, enquanto os Estados Unidos cresceram 56% e a China 110% no mesmo período. Ou seja, no caso do Brasil, o processo de convergência, em que uma nação se aproxima do nível de riqueza acumulada das economias mais desenvolvidas, está bem distante.

O diagnóstico apontado na mesma matéria se deve ao baixo patamar em termos da formação bruta de capital fixo - FBCF, baixa produtividade do trabalho, causados, sobretudo, pelos intensos processos de desindustrialização e comoditização da economia, em curso no país, que nos afasta cada vez mais das atividades atreladas a produtos e serviços de maior valor agregado, atividades econômicas com maior teor de tecnologia, e por fim, a problemática histórica e não resolvida da distribuição e desigualdade.

O problema da desindustrialização, em especial, do afastamento das atividades com maior densidade tecnológica, é uma tendência observada e antiga. Uma matéria da Folha de São Paulo demonstrou que somados os cinco segmentos da indústria mais sofisticada, possuíam nos anos 1980 uma participação de 9,75% no PIB. Em 2016, essa fatia havia recuado para apenas 5,8% do PIB. Os segmentos mais sofisticados reúnem a indústria de eletrônica e informática, máquinas e equipamentos, química, automobilística e farmacêutica.

Segundo Nali de Souza, quando em dada região, a massa demográfica se sobrepõe ao crescimento econômico produtivo há aí uma região de subdesenvolvimento. Em outras palavras, subdesenvolvimento é um tipo de crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico, devido a sua

²⁴³Artigo escrito em Julho de 2023.

²⁴⁴Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do PET-Economia. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

²⁴⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

irregularidade e concentração da renda e da riqueza, implicando num número grande de pessoas pobres e na miséria em relação à população total.

Esse é um processo no qual se constata em diversos países da a periferia do capitalismo e se coloca como um dos grandes desafios para economias em desenvolvimento como é o caso do Brasil. O problema distributivo, agravado em regiões de miséria, é acompanhado, geralmente, por uma economia dualista onde se encontram “algumas ilhas de produção tecnológica em um mar de atraso”. Essa na verdade é uma ilustração feita por Sir William Arthur Lewis, que constata que economias de países subdesenvolvidos apresentam justamente a característica de algumas poucas atividades com um setor moderno, regido pelas leis de capital, e um mar de atividades de setores atrasados onde a produtividade marginal do trabalho é baixa, ocorrendo o que é chamado de subemprego.

É do conhecimento daqueles que se pautam na história do nosso país, reconhecer que tudo o que foi colocado até o presente momento remonta a uma herança que perpetuou por séculos na formação econômica do Brasil. O fato de que o Brasil se manteve por muito tempo sob a égide de uma economia voltada ao modelo primário-exportador, que tinha seus tentáculos nas tomadas de decisões de políticas e que foi um dos grandes problemas para o atraso industrial no país.

Tais questões, como pudemos verificar nas matérias mencionadas, ainda se colocam presentes como uma problemática a ser revista para um aumento das atividades industriais e, sobretudo, daquelas com maior nível de sofisticação tecnológica, guardadas outras demais questões. A questão agrária em nosso país teve efeitos além dos econômicos e desenvolvimentistas, isso porque, historicamente, se baseou em trabalho escravo e desumano que contribuiu para que até hoje se mantivesse um problema de racismo estrutural no Brasil, sem contar a concentração de renda e as desigualdades sociais, concentração de terras que levava a expulsão do povo do campo, coronelismo, enviesamento político, destruição dos bens comuns da natureza, e muito mais.

Débora Nunes, em sua matéria disponibilizada na revista *LE MONDE diplomatique Brasil* sob o título “Não há democracia sem reforma agrária” nos ajuda a lançar luz sobre como a questão agrária no Brasil ainda é uma problemática distante de ser superada para além da questão econômica. A autora inicia chamando atenção para a concentração de terras por parte de uma minoria privilegiada, a manutenção de

latifúndios, formas de trabalho desumanas e etc. Esse conjunto de características se faz presente, sobretudo nas monoculturas agrícolas.

Segundo a autora do artigo, o agronegócio lidera a ocorrência de trabalho escravo. A lista divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstra que operações realizadas entre 2016 e 2022, identificaram 289 empresas com atitudes escravistas, entre elas 209 ligadas às atividades rurais. E, dos quinze empregadores com mais trabalhadores em situação degradante, treze são do agronegócio. Além disso, ainda no campo trabalhista, segundo a PNAD, ao fim de 2022, o setor agropecuário eliminou em torno de 318 mil postos de trabalho, em razão da troca de trabalhadores por máquinas, no campo.

A questão do agronegócio também está ligada com a base de latifúndio e capital financeiro que não data de hoje. Esse sistema, por meio da agroexportação de commodities e de concessões do Estado brasileiro, acumula lucros imensos ao passo em que os índices de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, apenas cresceu, entre 2016 e 2022. Nesse quesito, os lucros do agronegócio se ancoram em isenções de imposto, a exemplo da Lei Kandir – que livra de ICMS atividades que produzam para exportação, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados ou serviços – o perdão de dívidas, privilégios sobre investimentos e crédito, além do acúmulo de saldo devedor de quase 1 trilhão de reais, com o Estado.

O agro também pode contar com a bancada ruralista que procura, dentro do sistema legislativo, favorecer os interesses do Agro é extremamente impulsionada por lobistas com atuação multinacional. Além disso, com o intuito de escapar de taxas como o Imposto Territorial Rural (ITR), IR e taxa de exportações, a junção de subtributação com sonegação, enriquecem os ruralistas enquanto é prejudicial para todo o conjunto da sociedade. Nesse ponto nem sequer estão sendo destacados o uso maciço de agrotóxicos, por parte do setor em questão que, devido a forte influência na estrutura do Estado brasileiro, consegue a manutenção do uso de tais substâncias que em outros países já foram banidos por lei.

Do outro lado da questão está a agricultura familiar que precisa resistir a toda ofensiva do grande capital no campo. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 2016, 77% dos estabelecimentos rurais, são classificados como da agricultura familiar e correspondem a 23% da área total de todos os estabelecimentos rurais. Esse mesmo segmento dinamiza a economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20

mil habitantes e é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país.

Segundo o IBGE, em 2017, dos 15 milhões de postos de trabalho ocupados por trabalhadores rurais, mais de 10 milhões são da agricultura familiar, ou seja, é duas vezes mais que o agronegócio. Sem contar que, a agricultura familiar garante também os alimentos que chegam na mesa do povo brasileiro. Para se ter noção, conta com 48% do valor da produção de café e banana, quase 80% da produção de mandioca, 69% de abacaxi, 42% de feijão, 60% da produção de leite e rebanho suíno, 50% de aves e 30% de bovinos e tem a oferta de ao menos 70% dos produtos orgânicos do país.

Não obstante a importância econômica e social, essa agricultura familiar não é priorizada na destinação de recursos públicos ou ainda, nas políticas públicas. Sem contar que é essa mesma parcela que lida com terra e recursos insuficientes no campo, o que reforça a grave necessidade de uma reforma agrária efetiva e ampla que possibilite reformar a antiquada e retrógrada estrutura agrícola em nosso país.

Essa reforma agrária em questão, de acordo com a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra) constitui um conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, com o fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade, visando estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra.

Como consequência, uma efetiva reforma agrária: favoreceria a produção de alimentos básicos; contribuiria no combate à fome e à pobreza; na interiorização dos serviços públicos básicos; na redução da migração campo-cidade; na diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; no bem-estar do trabalhador rural, ou seja, no desenvolvimento econômico do país. Juntamente com a Reforma Agrária Popular, que é uma formulação coletiva que propõe que camponeses possam resistir às ofensivas do agronegócio, tendo como base a produção de alimentos saudáveis, preservação dos bens comuns da natureza e a contribuição para a resolução de problemas estruturais, visam ambas viabilizar um movimento necessário em nosso país para fazer frente aos grilhões da hegemonia agropecuarista, ideológica e concentradora.

Para além de tudo isso, visa desconstruir a perspectiva gerada pela ideia neoliberal que em última instância observa a terra como mercadoria, atualizando a lógica capitalista, que emerge com a criação da economia de mercado. A reforma agrária coloca-se como uma das possibilidades necessárias para pôr de volta o

entendimento de que a terra é um bem comum e, portanto, deve cumprir sua função social e não estar restrita a atender às regalias do grande capital, que conforma um grupo ínfimo de pessoas.

DREX, CBDC e contratos inteligentes²⁴⁶

*Diuary de Mélo Santos²⁴⁷
Águida Cristina Santos Almeida²⁴⁸*

A moeda digital brasileira aponta como um dos principais temas nos noticiários, desde o seu lançamento, a moeda digital recém-criada constitui uma CBDC (Central Bank Digital Currency) desenvolvida pelo Banco Central do Brasil, sendo o real eletrônico utilizado para pagamentos de forma online. O Drex faz parte da família do pix, propondo-se a operar como uma plataforma em que uma série de transações poderá ser realizada de modo inteligente²⁴⁹, vai ter o mesmo valor da moeda impressa e é importante frisar que não é um cripto ativo.

Vai haver na plataforma do Drex negociações via contrato com garantias entre as duas partes, sendo testado inicialmente para empresas e pessoas jurídicas com início no segundo semestre de 2023 até o início de 2025, segundo o calendário definido pelo Bacen. Então, após esse teste, para confirmar se a plataforma pode ser usada em grande escala, com garantia de segurança e privacidade para as partes envolvidas, a plataforma será disponibilizada para as pessoas físicas²⁵⁰.

O Drex oferece a possibilidade de transformar o real físico em um tokens, que têm como objetivo serem usados em negociações de grande porte, como por exemplos, as transações no mercado imobiliário, se tornando confiável como o pix, perante a opinião da população.

Com essa inovação nas transações digitais, o Brasil está passos à frente de países que ainda estão iniciando a discussão a respeito do uso da moeda nacional na versão digital. O Drex e o pix são diferentes, sendo o primeiro uma CBDC e o pix um meio de pagamento digital. Ou seja, o drex vai buscar oferecer uma maneira de comprar um imóvel sem precisar ir a um cartório, por exemplo, mas por meio dos contratos da plataforma, sendo que esses contratos possuem a mesma lógica de um documento tradicional. Não obstante, cabe esclarecer que isso não vai fazer com que os cartórios

²⁴⁶Artigo escrito em agosto de 2023.

²⁴⁷Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

²⁴⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁴⁹Contratos inteligentes, também conhecidos como *smart contracts*, são programas de computador que executam regras estabelecidas previamente entre as partes de modo automático.

²⁵⁰https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/drex-da-familia-do-pix-comeca-a-ser-testado-veja-como-vai-funcionar.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

deixem de ser necessários, já que permanecerão sendo necessários à confirmação da titularidade de um bem, bem como de pendências relacionadas. A negociação de veículos seguirá a mesma lógica descrita anteriormente, porém mantendo o departamento estadual de trânsito como intermediário.

Além disso, a transferência de moeda digital pode ser realizada para de uma pessoa para outra, com uma cláusula que exija o consumo em bens ou serviços pré-determinados, como em atividades culturais como peças teatrais, cinema ou até apresentações de artistas e bandas. Assim, caso não seja utilizado nesta finalidade o dinheiro ficará bloqueado.

Os contratos inteligentes por meio do Drex ainda poderão ser realizados com remessas internacionais, empréstimos, contratações de serviços e até mesmo investimentos, colocando mecanismos que facilitem negociações entre países que possuam CBDCs²⁵¹. Com a inovação desse setor será possível realizar um contrato de academia de acordo com o progresso do cliente, com metas pré-estabelecidas como o ganho de 5kg de massa magra na academia e caso isso não seja cumprido haverá desconto na mensalidade do cliente. As possibilidades que serão abertas são inúmeras, podendo gerar dinamismo em muitos setores estagnados pela falta de inovação, já que pode criar novos produtos e serviços condicionados por contratos inteligentes que elevarão o consumo e conseqüentemente a demanda agregada como os novos contratos de academia.

É possível observar que o Brasil está na vanguarda do debate, proposta e ação das soluções monetárias digitais, de forma que a adoção dessa nova moeda poderá possibilitar uma janela de possibilidades para os usuários e diferentes setores do mercado. Além disso, no âmbito internacional as transações por meio dos CBDCs vão reduzir os intermediários nas transações entre países, o que facilitará o comércio internacional e diluirá a centralidade de instituições hegemônicas nas transações internacionais.

Porém, esse horizonte ainda se encontra distante, o que temos para o hoje no plano concreto de realização em curso são os contratos inteligentes e a facilitação de grandes transações usando a nova moeda digital, o que se vislumbra no futuro como as transações internacionais utilizando CBDC ainda é apenas uma ideia ou um pensamento.

²⁵¹https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-na-pratica-como-o-drex-pode-afetar-a-compra-do-carro-d-e-um-imovel-e-outros-negocios.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

Crises institucionais nos países do Sahel como sintoma da desestruturação econômica global²⁵²

*Arnaldo Oliveira da Silva Néto²⁵³
Águida Cristina Santos Almeida²⁵⁴*

Desde o ano de 2020, seis governos civis foram derrubados por golpes militares no continente africano, principalmente na região conhecida como Sahel, faixa geográfica localizada entre o deserto do Saara e as florestas tropicais do Congo. Países como o Mali, Guiné, Guiné-Bissau, Sudão, Burkina Faso, e mais recentemente, o Níger, foram alvos de golpes militares, bem-sucedidos ou frustrados. A antiga colônia francesa de Burkina Faso, então chamada de Haute-Volta, chegou a enfrentar dois golpes de Estado consecutivos no ano de 2022²⁵⁵. Agravando o quadro de completa instabilidade política e institucional, o Sahel enfrenta, desde 2011, uma onda de violência *jihadista* islâmica, por grupos ligados a al-Qaeda e Estado Islâmico, nos quais são promovidos massacres, sequestros em massa e deslocamentos de civis²⁵⁶.

Não obstante, é importante compreender que a instabilidade institucional presente nos países da África Subsaariana não é um fenômeno ocasional, mas o reflexo de problemas históricos de uma região que é palco de disputa geopolítica entre as potências economicamente dominantes. Após a década de 1960, durante o processo de descolonização do continente africano, os países recém-independentes, institucionalmente imaturos, foram lançados às disputas geopolíticas da Guerra Fria, sofrendo interferências políticas, econômicas e militares dos Estados Unidos e da União Soviética. Mesmo após o fim do mundo bipolar, com a queda da União Soviética, o continente não esteve imune a forte influência de Estados e multinacionais estrangeiras em seu território, disputando pelo domínio econômico sobre as riquezas naturais locais, como ouro, diamantes, petróleo, urânio e madeira²⁵⁷.

²⁵²Artigo escrito em AGOSTO de 2023.

²⁵³Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e Grupo de Pesquisa Estudos de Direito Tributário e suas Repercussões Socioeconômicas (GPEDTRS). E-mail: arnaldo.oliveira@academico.ufpb.br;

²⁵⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET-Economia, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁵⁵

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/burkina-fasso-vive-temor-de-golpe-sobre-golpe-8-meses-apos-to-mada-de-poder.shtml>

²⁵⁶

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/29/cinturao-golpista-com-niger-africa-subsaariana-sofre-seis-golpes-de-estado-em-tres-anos.ghtml>

²⁵⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw0wkp593p6o>

Estados Unidos, Rússia, China e países europeus disputam por influência e domínio dos recursos naturais no Sahel, utilizando a pobreza extrema da população daqueles países, bem como, a fragilidade dos Estados nacionais e do aparato institucional, como instrumentos geopolíticos para conquistar a simpatia dos governantes autocratas. Exemplificando, recentemente, durante a 2ª Cúpula Rússia-África, o presidente russo Vladimir Putin anunciou a doação de 50 mil toneladas de grãos a seis países africanos, nos quais possuem íntima relação com o governo de Moscou²⁵⁸. Em paralelo, a atuação do grupo miliciano Wagner, nos golpes de Estado ocorridos no Sahel, vem recebendo destaque internacional, devido a tamanha vulnerabilidade daqueles países diante de um grupo paramilitar privado. O surgimento de “pan-Estados clandestinos”, ou “Wagnerlândias”, reflete as relações entre os autocratas e o referido grupo de mercenários, estes fornecendo apoio e suporte militar àqueles, garantindo-lhes a manutenção do poder, em troca de pagamentos, direitos de exploração mineral e tolerância para o cometimento de graves violações dos direitos humanos, como execuções, estupros e tráfico humano²⁵⁹.

Entretanto, dentre a grave crise institucional dos países do Sahel, também estendida para outros países africanos, as razões econômica e de desenvolvimento socioeconômico são deliberadamente omitidas nas discussões em torno das soluções propostas para a pacificação e estabilização institucional da região. Não é possível ignorar o fato de que aqueles países são considerados os mais pobres do mundo, tampouco, desconsiderar que, enquanto os países centrais promovem a quarta revolução industrial, os Estados do Sahel sequer experimentaram a primeira revolução industrial. São países sem experiência manufatureira, em um estado pré-capitalista, com economias predominantemente de subsistência, porém, inseridas em relações econômicas com países de capitalismo avançado²⁶⁰.

Desde o final da década de 1980, a Teoria do Comércio Internacional, de David Ricardo, vem dominando as relações econômicas entre os países, norteadas pela globalização e especialização produtiva dos territórios, de acordo com as suas respectivas vantagens comparativas²⁶¹. Nesse contexto, restou aos países da África

²⁵⁸

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2023/07/28/putin-anuncia-doacao-de-cereais-para-paises-africanos>

²⁵⁹ <https://jornal.usp.br/radio-usp/golpe-militar-no-niger-pode-transformar-o-pais-numa-wagnerlandia/>

²⁶⁰ AMSDEN, Alice. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia.

Tradução: Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2009.

²⁶¹ <https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000200004>

Subsaariana a especialização na produção de matérias primas, condenando-os a permanência no pré-capitalismo e na pobreza extrema, pois, ainda que alguns não acreditem, uma unidade de urânio não é equivalente a uma unidade de semicondutor, como supôs Ricardo²⁶². Sem bases econômicas sólidas, capitalistas e modernas, as nações africanas abaixo do deserto do Saara dificilmente conseguem manter uma estabilidade institucional, e principalmente, a democracia. Assim, são submetidas ao jogo geopolítico das potências centrais, subordinadas a interesses econômicos de empresas multinacionais e dominadas por autocratas sanguinários, *jihadistas* e milicianos do grupo Wagner. Considerando os graves desafios que as democracias avançadas enfrentam na atualidade, um futuro democrático e próspero para os países do Sahel se torna ainda mais distante. Nesta sopa de interesses e adversidades, a população é lançada à pobreza extrema, fome, desemprego, violência e desilusão.

A dignidade da pessoa humana, preconizada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, torna-se apenas um sonho distante aos milhões de habitantes da região do Sahel, considerando a realidade de onde vivem. Muitos destes, fugindo da fome, miséria e violência, de nações de economias rudimentares, lançam-se ao Mar Mediterrâneo, na busca pela sobrevivência no continente europeu, alguns, não conseguem alcançar esse sonho²⁶³. Ademais, é sempre importante e essencial recordar aquilo que foi acordado pelas nações soberanas, na sucessão do maior desastre da humanidade, que foi a Segunda Guerra Mundial:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

²⁶² REINERT, Erick S. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Tradução: Caetano Penna. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

²⁶³ <https://news.un.org/pt/story/2022/04/1787722>

<https://www.dw.com/pt-br/mais-de-400-morreram-ao-tentar-atraversar-o-mediterr%C3%A2neo-desde-o-in%C3%A1Dcio-de-2023/a-65297184>

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.²⁶⁴

²⁶⁴ <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

O impacto da alta taxa de juros no Brasil²⁶⁵

*Fábio Campos R. Filho²⁶⁶
Águida Cristina de Santos Almeida²⁶⁷*

Segundo o economista Luís Carlos Bresser-Pereira²⁶⁸, a taxa de juros no Brasil tem sido mantida exageradamente elevada pelo Banco Central e está hoje em níveis inaceitáveis. Contudo, o discurso oficial do então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em defesa da estratégia alçada pela instituição, alega que a subida da inflação é a razão pela qual as taxas de juros no mundo não param de subir. Não obstante, o Brasil possui a maior taxa de juros real do mundo, e o diferencial dos juros do Brasil com a taxa de referência, que é a taxa dos Estados Unidos também está muito alto. Nenhum dos países dotados de recursos e economias estruturadas possui uma taxa de juros sequer próxima da que prevalece no Brasil e que o Banco Central vem mantendo por longo período. Além disso, muitos países reconheceram o caráter excepcionalíssimo do surto inflacionário recente, explicado pela pandemia e pelo conflito bélico em curso na Europa, e não por excesso de demanda²⁶⁹, causa essa que poderia justificar o uso mais intensivo da taxa de juros como instrumento de contenção da inflação.

Segundo Roberto Campos Neto²⁷⁰, em um material dirigido à comissão de assuntos econômicos do senado federal (CAE), o Banco Central tem como objetivo utilizar a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) para a estabilização de preços, visando o cumprimento do regime de metas de inflação. A política macroprudencial (medidas adotadas pelo Banco Central visando limitar o risco sistêmico) tem como objetivo garantir o bom funcionamento do sistema financeiro, e as intervenções cambiais servem para suavizar as flutuações excessivas e evitar quaisquer disfuncionalidades no padrão monetário²⁷¹. Logo, percebe-se nas apresentações do presidente do Banco Central ao Senado Federal a ausência de compromisso com o dinamismo da economia interna e conseqüentemente com a população em geral.

²⁶⁵ Artigo escrito em agosto de 2023

²⁶⁶ Discente de economia da Universidade Federal de Campina Grande, integrante do GAACE e do PET-Economia.
Email: fabio.campos@estudante.ufcg.edu.br

²⁶⁷ Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Coordenadora do GAACE e Tutora do PET-Economia.
Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

²⁶⁸ economista e cientista político

²⁶⁹ <https://static.poder360.com.br/2023/02/manifesto-queda-selic.pdf>

²⁷⁰ Atual presidente do banco central do Brasil.

²⁷¹ https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/CAE_25.4.23.pdf

Considerando que uma retomada da economia impactará positivamente o mercado de trabalho, o que resultará na inclusão social de milhões de brasileiros/as que hoje não têm acesso a renda e/ou estão em subempregados/as.

O comitê de desenvolvimento econômico social sustentável vinculado à Presidência da República, o qual é composto por 51 integrantes, dentre eles Luiza Trajano, dona da rede de lojas Magazine Luiza; Adalberto de Souza Galvão sindicalista da construção pesada; Cláudio Medeiros que é membro do conselho de construção civil da FIESP, escreveu uma carta aberta ao Banco Central suplicando pela redução da taxa básica de juros, pautando a retomada da atividade econômica do país, que resultará na geração de emprego e renda, significando uma política monetária adequada para a atualidade²⁷².

O regime de metas de inflação e controle inflacionário foi adotado quase que em massa pelos países ocidentais no início do século XXI, dada a retomada do monetarismo no debate e práticas políticas, que foi ocupando o lugar do keynesianismo, sob o argumento de estabelecer diferentes níveis de tolerância para as diversas situações da demanda e da oferta dos mercados internos. Esse sistema de controle visa apenas o controle dos preços no curto prazo. Na gestão fiscal estabeleceu-se forte controle sobre os gastos públicos primários, tornando cada vez mais contingenciado tais gastos, causando a limitação na atuação direta do Estado, já que submete o poder executivo a rígidas regras fiscais legisladas no âmbito do poder legislativo.

Nota-se que depois de ter atingido o menor nível histórico, no contexto pandêmico, ao patamar de 2% ao ano em agosto de 2020, a Selic vem num ciclo de elevação desde então, colocando o Brasil na primeira posição do ranking mundial de taxa de juros.

²⁷² <https://static.poder360.com.br/2023/06/Manifestacoes-COPOM.pdf>



273

Segundo a macroeconomia idealizada por John Maynard Keynes²⁷⁴, uma economia monetária moderna carece de adequadas condições de financiamento, dado que prevalece o princípio da demanda efetiva, sob o qual é o gasto que determina a renda. Ou seja, numa economia capitalista não prevalece a lei de Say, sob a qual a oferta cria sua própria demanda, e a poupança antecede o investimento. Então, considerando como válido o princípio da demanda efetiva e não a lei de Say, o Estado deve adotar medidas para manter a demanda agregada em nível de pleno emprego. Deve usar sua capacidade de atuação para promover o desenvolvimento socioeconômico, através de suas autarquias, estatais e instituições legislativas.

Além do mais, deixar o desenvolvimento à mercê do âmbito privado em uma nação subdesenvolvida, que não consolidou seu tecido industrial, com as frações agrária e financeira do capital sobrerrepresentadas na estrutura de poder, perpetuará a condição dos atrasos tecnológico, social e econômico. Isto porque, as referidas frações do capital mencionadas, sejam estas nacionais ou estrangeiras, seguirão usando as condições econômicas e políticas internas da nação para benefício próprio, visando lucrar de maneira subversiva e contra o desenvolvimento social do país. Nesse caso, o Estado tem o dever com o desenvolvimento nacional, proteger de modo tributário e legislativo a atividade econômica e proporcionar o avanço tecnológico, econômico, social e, regular o sistema financeiro de modo a priorizar o desenvolvimento interno.

Engana-se o diretor do Banco Central ao dispensar o ferramental estatal, enaltecendo apenas uma forma econométrica e/ou meramente técnica de controle da atividade econômica, implicando numa forma restritiva de gerir a política monetária com consequências contra a massa populacional, ao mesmo tempo em que a

²⁷³ disponível em <https://sindifisco.org.br/noticias/selic-deve-fechar-2023-em-1175-avaliam-economistas>

²⁷⁴ Economista estadunidense considerado o pai da macroeconomia moderna

manutenção da taxa de juros em elevados patamares gera impactos negativos na rolagem da dívida pública. Além disso, tal medida pode resultar na elevação de preços, dado o impacto nos custos que o alto juro resulta e ao frear o desempenho da economia pode custar milhões de postos de trabalho, comprometendo um melhor funcionamento da economia e a inclusão social de milhões de brasileiros, via melhora no mercado de trabalho.

Desafios e perspectivas com a revisão da política de cotas no Brasil²⁷⁵

*Emanuel Lucas Guerra Sobral²⁷⁶
Águida Cristina Santos Almeida²⁷⁷*

A marca da escravidão no tecido histórico do Brasil é inegável. Durante séculos o Brasil foi um país escravocrata e mesmo após a abolição (ressaltando que o Brasil foi o último país a deixar de ser escravocrata), a população preta continuou deixada à margem, discriminada, sem alento e, os vestígios dessa herança, desse legado, se entranharam na nossa sociedade, criando profundas raízes e uma estrutura social, econômica e política que desafia a noção de uma sociedade equitativa. Somente a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a aprovação da Constituição de 1988 é que houve a criação de leis e programas de combate ao racismo estrutural, com iniciativas mais concretas de inclusão social da população preta, por meio de ações afirmativas focadas na correção das feridas sociais que recortam o Brasil desde sempre

Vale lembrar que a política de cotas é recente, mas as lutas com ações afirmativas não são, dada que a população maculada pelo histórico de escravidão sempre lutou por justiça e reparação. A legislação que estabeleceu a política de cotas é a Lei nº 12.711/2012, foi sancionada em agosto de 2012. A política emergiu como uma tentativa de reparação histórica, a fim de enfrentar a desigualdade racial e a discriminação racial que persiste até hoje. Tal política trouxe à tona as vozes por muito tempo silenciadas, criando oportunidades negadas a esses grupos historicamente marginalizados. Vale ressaltar de antemão, que a política de cotas constitui um primeiro passo na luta para a equidade racial, pois há muito o que ser feito ainda.

Quanto à legislação em si, a lei estabeleceu que as universidades federais e instituições federais de ensino devem reservar, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, e a outra metade das vagas seguem para ampla concorrência. No âmbito do percentual destinado às cotas (dos 50%), metade é para estudantes de escola pública com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa, (vale ressaltar que houve modificações nessa regra, no contexto da revisão) e nas duas situações, há a reserva de vagas para

²⁷⁵Artigo escrito em Agosto de 2023.

²⁷⁶Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação e Tutorial de Ciências Econômicas. E-mail: emanuel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

²⁷⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

autodeclarados pretos, pardos, indígenas. Em 2017 as pessoas com deficiência passaram a ter acesso às cotas.

Dentro da pauta da política de cotas no Brasil, destacam-se alguns pontos, como o debate sobre a política, quanto às perspectivas e argumentos da sociedade (seja contra ou em favor da política), a análise dos resultados da política, sua eficácia, seus impactos na educação e no mercado de trabalho, os desafios e perspectivas futuras da política de cotas e a discussão sobre a necessidade de políticas complementares e, é claro, a revisão da Lei de Política de Cotas, que havia completado 10 anos, no ano de 2022.

A pauta da política de cotas deve ser discutida a todo momento, dado ser uma pauta que não pode ficar esquecida, sobretudo porque sempre existirão grupos sociais e interesses com perspectivas e argumentos contrários à política, utilizando-se do mito da democracia racial e do mito da igualdade de oportunidade entre as classes, argumentos esses trazidos por diversas pessoas públicas que querem acabar com a política de cotas, os quais representam os interesses de diferentes grupos sociais.

As pessoas que são contra a política de cotas afirmam que a política fere o princípio da igualdade e, se cabe ao destaque, deve-se perguntar onde que está essa igualdade. Como ferir o princípio da igualdade, se não há igualdade? É necessário entender que se trata da correção de uma concreta discriminação histórica e estrutural, que impede a inclusão de um grande contingente de jovens nas universidades públicas e de uma consequente melhoria na qualidade de vida. São muitos os nomes de pessoas públicas anticotas, é o que mostra a pesquisa “*Quem são os anticotas do Brasil?*”, lançada pelo **Observatório da Branquitude** e destacada em matéria pela Carta Capital em 2022²⁷⁸.

Alguns exemplos: Professora Dayane Pimentel, cujo objetivo era eliminar as cotas raciais, mantendo apenas a reserva de vagas social e para as pessoas com deficiência; Jaziel Pereira de Sousa (conhecido como Dr. Jaziel) que anexou uma nova proposição, reforçando o pedido pelo fim das cotas raciais nas instituições federais (para o deputado Jaziel Pereira de Sousa, a cruzada anticotas é mascarada pela suposta defesa de valores conservadores, patriotas e cristãos); Kim Kataguirí e a proposta de exclusão de todos os critérios, menos para pessoas de baixa renda. Esses são só alguns dos vários parlamentares com propostas anticotas, sem contar no próprio ex-presidente inelegível

278

<https://www.cartacapital.com.br/politica/novatos-de-direita-e-em-busca-da-reeleicao-quem-sao-os-anti-cotas-no-congresso/>

em investigação, o que explica muito quanto a não-revisão da política no ano de 2022. Para **Carol Canegal Pozzana**, cientista social pela PUC-Rio e pesquisadora do Observatório da Branquitude, a visão dos parlamentares é fruto de uma espécie de **negacionismo racial**, que reafirma que raça não existe. A mesma destaca “É um processo de atualização do mito da democracia racial”, “uma gramática da branquitude que é monocular, fragmentada e que acaba por focalizar em favor pela perpetuação de privilégios e interesses próprios.”

O papel das cotas na promoção da igualdade social e racial inclui as oportunidades educacionais e profissionais para os grupos historicamente marginalizados, além de combater a exclusão social e racial no ensino superior, objetiva trazer mais diversidade, representatividade às universidades e posteriormente ao mercado de trabalho. É a reparação de uma dívida histórica marcada pela desigualdade e pelo racismo, problemas que assumiram um caráter estrutural.

Destacando alguns dados estatísticos sobre a eficácia das políticas de cotas, segundo dados divulgados pela pesquisa “Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros, a qual o poder360²⁷⁹ teve acesso. Entre os anos de 2013-2019, o número de estudantes que vieram do ensino público, pardos, pretos, indígenas e de baixa renda teve aumento de 205% de ingresso no ensino superior. Comparando o referido percentual com o período anterior a existência da lei de cotas, ou seja, antes de 2012, apenas 6% dos estudantes que ingressaram na universidade por meio de uma política de reserva de vagas, sendo que em 2019 houve um aumento percentual para 35%. Segundo levantamento feito pelo G1²⁸⁰, com as universidades Uerj, UFRJ e Unirio, quanto aos resultados das ações afirmativas, se destaca que desde que a lei de cotas foi aplicada no estado, em 2014, o número de alunos pretos e pardos matriculados na UFRJ cresceu 71%. Na Uerj o sistema de cotas é adotado há 18 anos, começou a ser aplicado em 2003, e entre 2003-2020, de todos os alunos ingressantes, 30% (27,3 mil) eram cotistas. Na Unirio, entre 2013-2020, houve 3.421 matrículas realizadas.

Além do ingresso à universidade por meio da ação afirmativa conformada pela política de cotas, também é fundamental a aprovação de medidas voltadas à

²⁷⁹

<https://www.poder360.com.br/educacao/ingresso-de-negros-em-universidades-aumenta-205-com-lei-de-cotas/#:~:text=Em%202019%2C%20o%20percentual%20saltou,o%20valor%20foi%20de%209%25>

²⁸⁰

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/07/numero-de-alunos-pretos-e-pardos-na-ufrj-cresceu-71p-ercent-desde-a-adocao-das-cotas-aponta-levantamento.ghtml>

permanência do aluno cotista na universidade, até a efetiva conclusão do curso, valendo lembrar que a estrutura que os estudantes necessitam vai além do suporte material, incluindo a necessidade de apoio para superar isolacionismo e racismo, sobretudo nos cursos mais elitizados. “A faculdade não está pronta para lidar com a questão de permanência dos alunos, e permanência não é somente dar auxílios. É saúde mental e várias outras questões”, destaca Larissa Alexandre, uma estudante²⁸¹.

Dados do relatório da pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas nas Universidades Federais, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais – Defensoria Pública da União e da associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN²⁸², traz diversos dados e estatísticas sobre a implementação da política de cotas raciais nas universidades federais, incluindo a questão da permanência dos alunos. Observou-se um aumento significativo no ingresso, no que diz à **rede privada**, saindo de 5.954.021 de matrículas em 2009 e 8.603.824 em 2019, enquanto em relação às conclusões, 959.197 em 2009 e 1.250.076 em 2019. Quanto às universidades federais, no intervalo 2013-2019, o número de cotistas que se encontravam matriculados nos diferentes cursos era de 164.156 e desses, 56.109 se formaram – **94.693** evadiram. **O que se faz entender que não basta criar ações que facilitem o ingresso na universidade**, por isso a pauta da política de cotas deve ser contínua, com monitoramento de sua efetividade como prevista na revisão.

Além da complexidade de adaptação à política com base nas diferentes realidades regionais do nosso país, já que o Brasil é um país muito diverso, com realidades sociais, culturais e econômicas muito distintas, o que pode dificultar realmente a efetividade da política de cotas nos diferentes territórios regionais. Um exemplo é comparar a Bahia, um estado majoritariamente preto e o Rio Grande do Sul, um estado majoritariamente branco. Isso também sem falar que a população preta e parda é maioria no Brasil, segundo levantamento do IBGE, destacado pela agência Brasil em 2019²⁸³, onde os negros e pardos representam 55,8% da população brasileira.

Muitas foram as propostas da revisão da política de cotas e, como já foi dito, é uma pauta que não pode deixar de ser trabalhada, visto que sempre haverá resistência,

²⁸¹

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-faculdade-nao-esta-pronta-para-lidar-com-a-permanencia-dos-alunos-c/>

²⁸² https://ufsb.edu.br/proaf/images/editais/Relatório_Versão_Final.pdf

²⁸³

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadore-s-informais-no-pais>

oposição e muita falácia dos grupos que desejam manter a perpetuação de privilégios e interesses próprios – a pauta da branquitude. Falácia essa que não se pode deixar de ser destacada, conforme aponta a letra da música “Ignorância” da Bea Duarte, que diz: “Não sou capaz de acreditar, na primeira coisa que eu ouvi falar, eu sempre quero pesquisar, talvez seja a minha sina.”²⁸⁴. Que sejamos mais assim, conforme aponta a letra da canção, ou seja, questionadores.

Entrando no assunto que diz respeito às novas perspectivas, se destaca que a Legislação que rege a política de cotas, que completou seus 10 anos em 2022, ano no qual deveria ter ocorrido a revisão da mesma, mas que fora deixada de lado, tendo ocorrido essa revisão agora no ano de 2023, no mês de agosto em curso. Tendo sido aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei com a revisão da Lei de Cotas, de número 5384/20, segue para avaliação no Senado Federal²⁸⁵. Entre as mudanças previstas no projeto de lei, destacam-se:

- **Redução da renda mínima**, onde metade das vagas reservadas aos cotistas será destinada aos estudantes com renda familiar de até um salário mínimo (R\$ 1.320,00, no ano corrente) por pessoa (atualmente a renda exigida é de um salário e meio per capita);
- **Inclusão de estudantes Quilombolas** nas cotas das universidades e institutos federais de ensino;
- Quanto ao **preenchimento das vagas**, onde os candidatos cotistas vão concorrer às vagas de ampla concorrência e, se a nota não for suficiente para ingressar, por meio desta modalidade, irão concorrer às vagas destinadas aos subgrupos;
- Quanto aos **auxílios estudantis**, onde os estudantes que optarem pelas cotas terão prioridade para recebimento de bolsa de permanência e quaisquer outros tipos de auxílio estudantil;
- Pelo projeto de lei, as instituições também deverão promover ações afirmativas para inclusão de negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos programas de **pós-graduação** – de acordo com o Ministério da Igualdade Racial, mais da metade dos programas de pós-graduação das universidades públicas já tinham algum tipo de ação afirmativa no processo seletivo, mas agora é projeto de lei;

²⁸⁴ Ignorância – Bea Duarte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9NsLIVEo1FA>

²⁸⁵ <https://www.cartacapital.com.br/politica/lei-de-cotas-entenda-as-mudancas-aprovadas-na-camara/>

- Outra das pautas é a questão da **revisão da lei**, onde há a cada dez anos a política deverá passar por uma avaliação, com monitoramento anual.

A diretora de Políticas de Ações Afirmativas, Anna Venturini destaca: “A inclusão da pós-graduação é um avanço significativo, especialmente porque a redação não prevê necessariamente a modalidade de cotas. O projeto de lei reconhece a autonomia inerente aos programas de pós-graduação e estabelece como regra a proposta de ações afirmativas com flexibilidade para que cada programa possa propor e executar suas políticas afirmativas de maneira a atender às suas especificidades e às diferenças em seus processos seletivos”.

Os desafios posteriores da política de cotas devem ser abordados de forma conjunta e contínua para garantir sua efetividade e constante aprimoramento e, além das ações já implementadas, também devem ser trazidas para a pauta **políticas complementares**, como investimentos em educação de qualidade, já que a falta de acesso a uma educação de qualidade é um dos principais fatores que perpetuam as desigualdades sociais. Deve-se incluir ainda a criação de campanhas de conscientização acerca do racismo estrutural, como a implementação de políticas mais assertivas para o mercado de trabalho, visando trazer representatividade dos grupos deixados à margem em espaços públicos, políticos e também na docência – deixando claro que não basta somente ampliar o número de pessoas pretas nos espaços de poder, também é necessário dotá-las de consciência de raça, para que possam agir como agentes ativos da transformação estrutural.

A evolução da política de cotas, da sua legislação e das realidades observadas são questões importantíssimas e que devem ser permanentemente discutidos. Deve-se entender que lutas com ações afirmativas vieram muito antes da Lei de Cotas, de 2012, e que essa política constitui um importante passo para alcançar uma equidade racial em nosso país. Diversas outras ações são pensadas, como por exemplo, o investimento na educação de professores de ensino fundamental e médio com cursos sobre a pauta do racismo, da política de cotas em si, para que haja a construção de visões de mundo mais conscientes e de **uma educação que não contribua na construção de pessoas racistas, mas ao contrário, que a educação possa formar pessoas antirracistas**. Como já disse Paulo Freire, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem

ela tampouco a sociedade muda.”²⁸⁶, “Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra.”²⁸⁷.

Finaliza-se com falas de Kabengele Munanga, um antropólogo congolês-brasileiro, feitas em entrevista da Folha de São Paulo²⁸⁸, que defende que o combate ao racismo estrutural depende de uma educação cidadã antirracista, afirmando que há três caminhos possíveis, sendo eles as leis, a educação antirracista e as ações afirmativas. O mesmo destaca que o racismo tem uma constituição difícil de ser transformada, dado que se aloja na estrutura que se manifesta nas instituições e afirma que esse racismo é o maior problema, pois não temos ferramentas, uma receita pronta para lutar contra esse mal. Lança ainda a seguinte questão: “como modificar a estrutura de uma sociedade capitalista?” Não é pelo discurso, afirma. As cotas são para reduzir um abismo de 400 anos de escravidão e não se reduz um abismo de 400 anos em 20 ou 10 anos. As políticas têm de continuar, pois se não continuarem, quem vai perder vai ser a sociedade brasileira. Felizmente o projeto de lei para a revisão aponta diversas questões relevantes para a melhora da política de cotas no Brasil, mas devemos continuar discutindo suas melhorias.

²⁸⁶ FREIRE, Paulo; *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

²⁸⁷ FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

²⁸⁸

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-racismo-diz-kabengel-e-munanga.shtml>

Responsabilidade fiscal e a agenda pró-cíclica²⁸⁹

*Charles Lucio Bezerra da Silva²⁹⁰
Águida Cristina Santos Almeida²⁹¹*

Se você fizer uma pesquisa rápida no google sobre o que é responsabilidade fiscal, tem-se por definição que seria à prática de administrar as finanças públicas de forma prudente e sustentável, de modo a garantir que os recursos do governo sejam geridos de maneira responsável para evitar déficits excessivos, endividamento descontrolado e instabilidade econômica. Promovendo a implementação de políticas e medidas que buscam equilibrar as receitas e despesas do governo, mantendo um controle rigoroso sobre o gasto público e a gestão da dívida, agenda esta que vem de heranças históricas da escola clássica de economia, das ideias dos teóricos Adam Smith e David Ricardo, que defendiam a importância do equilíbrio fiscal e a contenção do gasto público de modo a evitar o excesso de endividamento e os possíveis impactos negativos na economia.

Tais ideias foram sendo renovadas ao longo do tempo por outras escolas de economia, como por exemplo, a escola monetarista de Milton Friedman, que defendia a importância do controle e da oferta de dinheiro na estabilidade econômica, argumentando que as políticas fiscais irresponsáveis poderiam conduzir uma economia à inflação e desequilíbrios. Mas quais efeitos as políticas de austeridade têm sobre a economia, a sociedade e porque há uma inclinação para a gestão de política econômica de um modo pró-cíclico?

No livro *Economia para poucos*, organizado pelos economistas Pedro Rossi, Esther Dweck e Ana Luiza Matos de Oliveira tem-se que a austeridade se sustenta por argumentos sem base empírica, ou mesmo baseados em estudos controversos. Desse modo, o papel de uma agenda pró-cíclica no Brasil resulta no comprometimento do futuro das próximas gerações, dado que contribui para agravar a desigualdade social, isso considerando que o Brasil é um dos países que mais possuem desigualdade no mundo, de modo que regras de políticas fiscais austeras, associadas a uma tributação

²⁸⁹Artigo escrito em agosto de 2023.

²⁹⁰Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

²⁹¹. Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

regressiva comprometem o papel redistributivo da política fiscal. Em especial, ao longo dos governos do PT (Lula 1 e 2, e Dilma 1), o Brasil foi um dos países que mais reduziu a desigualdade na América Latina através de programas de transferência de renda e outros gastos sociais, atenuando o impacto da carga tributária perversa, dado seu elevado grau de regressividade.

Com isso, negar que a gestão de política fiscal insulada na austeridade não tem impacto econômico e/ou social nocivo à sociedade, é igual a concordar/relativizar com uma estrutura social desigual e segregada, com uma população cada vez mais destituída de acesso a direitos sociais básicos.

O argumento ideológico do “Estado ingovernável”²⁹² começou a dominar o debate econômico, desde os anos 1980, com economistas e intelectuais a serviço dos mercados financeiros, afirmando repetidamente que “o Estado brasileiro não está preparado para o produto interno bruto”²⁹³ ou para as “necessidades sociais brasileiras”²⁹⁴, que “a democracia não cabe no orçamento”²⁹⁵. Essas ideias acabam por dar base à aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95)²⁹⁶, que muito além das medidas de ajuste fiscal é considerado um projeto de desconstrução do contrato social de 1988: a Cidadania social²⁹⁷, salvaguardada na Constituição.

No referido livro é defendido pelos autores que o uso excessivo da austeridade pode ser considerada um erro macroeconômico porque impede a política fiscal de agir de forma anticíclica, compromete a implantação da Constituição e a consolidação de uma rede universal de serviço público de qualidade, gera um impacto deprimido na demanda agregada, dentre outras consequências. Por exemplo, sob a regra do teto de gastos, recém substituído pela nova âncora fiscal, o tamanho do gasto público primário no PIB cairia ao longo do tempo, para qualquer taxa de crescimento prevista. Isto inviabiliza qualquer plano de consolidação/ampliação dos direitos sociais e, além disso, prejudica o investimento e o bom funcionamento dos serviços públicos. Portanto, considera-se a emenda constitucional 95, um projeto nacional de Estado mínimo no Brasil, é incompatível com as garantias dos direitos sociais e com a Constituição

²⁹² Frase retirada da conclusão do livro “Economia para poucos”, disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>

²⁹³ Frase retirada da conclusão do livro “Economia para poucos”, disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>

²⁹⁴ Frase retirada da conclusão do livro “Economia para poucos”, disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>

²⁹⁵ Frase retirada da conclusão do livro “Economia para poucos”, disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>

²⁹⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

²⁹⁷ Disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>

Federal de 1988. Esta situação é particularmente grave no caso do Brasil, onde os gastos sociais são um potente instrumento de inclusão social, juntamente com os gastos em saúde, educação e seguridade públicas.

No livro *Curto-Circuito*, escrito pela economista Laura Carvalho, o primeiro capítulo trata sobre a função estabilizadora do Estado. A função estabilizadora passou a ser exercida mais ativamente nos pós II Guerra, período no qual as ideias de Keynes ganharam prestígio. Porém, o keynesianismo foi sendo abandonado pelo monetarismo, que integra o rol das teorias neoclássicas, na teoria econômica. Carvalho pormenoriza no livro a ação desestabilizadora do Estado, no caso brasileiro, em decorrência do aumento de gastos públicos em período eleitoral, com vultosas desonerações e subsídios concedidos a empresários de diversos setores, ações que acabam sendo sucedidas por ajustes fiscais, de modo a reduzir as despesas não obrigatórias e limitam o tamanho de crescimento dos gastos públicos. Nessa perspectiva considera-se que tal conduta caminha na direção contrária ao Estado estabilizador, que não age em função do ciclo político, mas em função do ciclo econômico, de modo que em períodos de crises e recessões o Estado deveria promover uma expansão dos gastos públicos de modo a estimular a economia, com a finalidade de os trabalhadores não perderem seus empregos e para que se mantenha o nível de renda da economia, enquanto que nas fases expansivas do ciclo econômico, o Estado promova uma política fiscal de modo mais comedido.

Em 2023 foram defendidas novas diretrizes fiscais recém aprovadas com o novo arcabouço fiscal, o projeto (PLP 93/23) que fundamenta o novo regime fiscal para substituir o teto de gastos, projeto que prevê a meta de resultado primário, definida pela lei de diretrizes orçamentárias, ou LDO. Sob o novo arcabouço fiscal há a garantia de que os gastos irão crescer acima da inflação em um percentual mínimo anual de 0,6%. Ou seja, mesmo se houver uma redução na dinâmica do crescimento ou mesmo uma queda na arrecadação, as despesas crescerão acima da inflação, ou seja, acumulando ganho real²⁹⁸, enquanto que na regra do teto de gastos o aumento real era nulo. Uma política anticíclica, como vimos anteriormente, consta da ação do governo para conter uma crise ou esfriar a economia quando ela está aquecida demais, usando o manejo das políticas econômicas para essa finalidade. Contudo, no âmbito do teto de gastos não era

²⁹⁸ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/06/teto-de-gastos-x-novo-arcabouco-entenda-as-principais-diferencas-e-nre-as-regras-fiscais>

possível ao Estado tal manejo, de modo que se a economia estivesse em crise e houvesse necessidade do governo estimulá-la via ampliação dos gastos, não poderia fazê-lo já que a regra proibia um crescimento de despesas acima da inflação. Por seu turno, o novo arcabouço fiscal prevê o crescimento real de no mínimo 0,6% em períodos de crise e 2,5% em períodos de crescimento econômico, impedindo que o gasto cresça demais, nas fases de melhor desempenho econômico e, por outro lado, nas fases de desempenho econômico ruim, o piso de 0,6% impede que a evolução do gasto acompanhe a queda na arrecadação.

Ainda no âmbito do novo arcabouço fiscal, caso se alcance a meta fiscal estipulada de um ano ao outro, os gastos públicos ficam limitados a 70% do crescimento da arrecadação, regra esta que manterá a possibilidade de gastar sempre abaixo do potencial de arrecadação, justamente para forçar um superávit primário. Determinando o crescimento potencial sobre os gastos sobre uma margem limite, se a arrecadação subir 2%, a despesa poderá aumentar até 1,4%, havendo o cumprimento da meta fiscal primária, ou seja, o patamar dos gastos públicos ficará restringido à margem de 70% do crescimento da arrecadação. De acordo com o economista Andre Roncaglia isso “ameniza a força do ciclo durante seu crescimento”²⁹⁹. Ainda no texto aprovado ficou de fora apenas os reajustes do salário-mínimo (aprovado em Lei própria no mês de agosto em curso), e recentemente foi retirado do texto o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)³⁰⁰

Tem-se como conclusão de que há avanços entre o novo arcabouço fiscal, quando comparado com o teto de gastos, já que saímos de uma perspectiva de 0% de crescimento real, isto é, de um congelamento dos gastos públicos por 20 anos, para um cenário no qual o gasto público voltará a experimentar ganho real (ainda que muito pequeno). Contudo, sob o novo arcabouço fiscal perdura a agenda neoliberal, considerando que o novo arcabouço fiscal mantém uma lógica austera na gestão da política fiscal. Daqui para frente vamos acompanhar a aprovação da reforma tributária e a capacidade de retomada da economia, funcionando sob as novas regras fiscais.

²⁹⁹ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/06/teto-de-gastos-x-novo-arcabouco-entenda-as-principais-diferencas-e-entre-as-regras-fiscais>

³⁰⁰ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/989991-camara-conclui-votacao-do-arcabouco-fiscal-e-preserva-fundeb-e-fcdf>

Os desafios e benefícios da criação de uma moeda única entre os países do BRICS³⁰¹

*Fernando de Lima Dionizio³⁰²
Ágida Cristina Santos Almeida³⁰³*

A criação de uma moeda única entre os países dos BRICS tem sido discutida e debatida nos últimos anos. Embora ainda seja uma ideia teoricamente distante de ser concretizada, há um interesse crescente em explorar essa possibilidade. Recentemente o atual Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como o presidente da Rússia, Vladimir Putin, têm defendido a criação de uma moeda única para o comércio entre os países membros do BRICS, argumentando que isso reduziria a dependência do dólar americano. Durante uma visita à Espanha em abril, Lula mencionou em seu discurso que apoiava a ideia de estabelecer, nos países do BRICS, uma moeda destinada às negociações de forma semelhante ao que os países europeus fizeram com o euro. Teoricamente, essa ideia possui muitos “prós”, mas, especialistas afirmam que a criação de um sistema monetário unificado seria um processo complexo e desafiador.

Um dos principais desafios seria a harmonização das políticas monetárias dos países do BRICS, considerando que cada país tem sua própria política monetária e taxas de câmbio, o que tornaria necessário um alinhamento e coordenação para a criação de uma moeda única. Outro impasse seria garantir a estabilidade econômica dos países do BRICS antes de adotar uma moeda única, visto que existem enormes disparidades econômicas entre as economias participantes do Banco BRICS, como por exemplo: os níveis de Produto Interno Bruto (PIB), das reservas internacionais, das taxas de juros e dentre outros. Desse modo, seria necessário seguir o exemplo dos países integrantes da zona do Euro, estabelecendo mecanismos de governança e tomada de decisões conjuntas a fim de garantir o bom funcionamento da moeda e a resolução de eventuais conflitos.

O sucesso dessa ideia teria um impacto significativo na economia global, o que poderia afetar as relações comerciais e financeiras com outros países e instituições

³⁰¹Artigo escrito em agosto de 2023.

³⁰²Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: fernando.lima@estudante.ufcg.edu.br;

³⁰³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Conforme declarado pela ministra de Relações Exteriores da África do Sul, Naledi Pandor, durante uma coletiva de imprensa no início de agosto, os BRICS representam aproximadamente 42% da população mundial, abrangendo quase 30% da área territorial global, com cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) global e uma fatia de aproximadamente 20% do comércio internacional, esses números indicam que os países que compõem o bloco BRICS exercem uma influência significativa na atividade econômica global quando considerada a paridade de poder de compra.

A criação da moeda comum do BRICS figura como um ótimo argumento para defender a necessidade de as vozes desses países serem ouvidas e respeitadas na governança econômica, financeira e na política global, mas, seguindo o exemplo da criação do Euro vemos que esse é um processo de muita complexidade e que até hoje não têm todos os atributos necessários para competir com o dólar, mesmo sendo um bloco composto por economias robustas e consolidadas, e que, infelizmente, não podemos enxergar essas características no BRICS.

Disso resulta que pensar em competição com o dólar americano é algo utópico, sendo que esta moeda é amplamente aceita e utilizada como moeda de reserva em todo o mundo, possuindo uma posição dominante nos mercados financeiros globais, o que torna difícil para outras moedas competirem com ela em termos de aceitação e confiança. Os Estados Unidos possuem um mercado financeiro altamente desenvolvido e sofisticado, o que contribui para a força do dólar, a infraestrutura financeira e a liquidez dos mercados americanos são fatores que atraem investidores e fortalecem a posição da moeda, bem como o poderio bélico do estado norte americano, que é o maior do mundo.

Diante da possibilidade de fracasso da criação dessa moeda surge uma alternativa na área de relações comerciais com moedas locais, defendida pelo atual Presidente do Brasil, em sua visita à China em abril, Lula expressou a ideia de que atualmente os países têm que buscar o dólar para facilitar suas exportações, quando na realidade poderiam realizar transações comerciais utilizando sua própria moeda. No final de março, Brasil e China fecharam um acordo para deixar de usar o dólar nas operações comerciais entre os dois países, passando a operar em real e yuan, mecanismo esse que deveria ter começado a valer no mês julho do ano presente.

De fato, é preciso uma redução da dependência do dólar, a criação da moeda comum entre os países do BRICS ou a preferência pelas transações feitas por moedas locais entre os países poderia reduzir a dependência do dólar americano nas transações comerciais e financeiras, isso poderia fortalecer a autonomia econômica dos países membros e reduzir a exposição a flutuações cambiais, tornando mais acessível o comércio entre os países do BRICS, eliminando a necessidade de conversões cambiais e reduzindo os custos associados a transações internacionais, impulsionando o comércio intra-bloco e fortalecendo as relações econômicas entre os países membros, incentivando investimentos e facilitando o acesso a financiamentos, promovendo a integração econômica regional. Contudo, vale ressaltar que esses benefícios estão no campo teórico e dependem da implementação efetiva e bem sucedida dessa moeda única.

Embora a implementação dessas políticas entre os países do bloco possa trazer benefícios, é importante reconhecer os desafios e dificuldades envolvidos. A estabilidade econômica, a confiança dos investidores e a infraestrutura financeira são fatores cruciais que precisam ser abordados para que uma moeda comum dos BRICS possa competir efetivamente no cenário global.

Destruição destrutiva³⁰⁴

*Iago Ricardo dos Santos Silva³⁰⁵
Águida Cristina Santos Almeida³⁰⁶*

Joseph Schumpeter no seu livro “Capitalismo, Socialismo e democracia”, no capítulo 7, discute acerca do processo que ele chama de destruição criativa, por enxergar o capitalismo como um processo evolutivo, e o que mantém em funcionamento o capitalismo seria a introdução de novos bens de consumo, novos métodos de produção, novos mercados e esse processo de aprimoramentos constantes causados pelo processo de inovação e mudança tecnológica. Schumpeter chega a conclusão que o capitalismo precisa destruir os processos “antigos” e ineficientes para criar “coisas novas”, mas será que o processo de inovação tecnológica está realmente evoluindo a sociedade humana? Ou, na realidade, lentamente está a destruindo?

No Livro A Gestão da Inovação (2006), Tigre dedica um tópico do primeiro capítulo, a visão dos economistas clássicos com relação à tecnologia. Nesse caso Adam Smith e David Ricardo, que viveram durante a primeira revolução industrial, chegaram a conclusões semelhantes sobre a inovação tecnológica, de que ela seria benéfica para todos, pois no longo prazo, com o aumento da produção teria redução dos preços. Ricardo reconhecia que a substituição de trabalho humano por máquinas gerava desemprego. Essa relação gerou o movimento Ludista, que acreditava que a culpa da falta de emprego era das máquinas, pois quando as máquinas quebravam, era necessário voltar a produção artesanal e por isso tinham que contratar trabalhadores no lugar das máquinas quebradas. Então a solução para o desemprego seria quebrar as máquinas.

Esse foi apenas um sintoma da primeira revolução industrial, contudo, já passamos pela segunda revolução industrial no século XIX que possibilitou o

³⁰⁴Artigo escrito em agosto de 2023.

³⁰⁵Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), Membro do PET E-mail: iagoricardo@estudante.ufcg.edu.br;

³⁰⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

4-<https://blocktrends.com.br/openai-google-microsoft-e-anthropic-formam-conselho-de-ia/>

5-<https://gizmodo.uol.com.br/chatgpt-openai-usou-trabalhadores-queenianos-para-filtrar-conteudo-no-chatbot/>

6-SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. [s.l.: s.n.].

7-PAULO BASTOS TIGRE. Gestão da inovação : a economia da tecnologia no Brasil. Rio De Janeiro (Rj): Elsevier, 2006.

8-MARX, K.; REGINALDO SANT'ANNA. O capital / 4, Livro Terceiro : O processo global da produção capitalista. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

9-<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/08/19/elon-musk-quer-deixar-marte-habitavel-com-exploes-s-atomicas-no-planeta.htm>

10-<https://g1.globo.com/inovacao/noticia/2023/01/03/elon-musk-quer-levar-pessoas-ao-redor-da-lua-o-que-se-sab-e-sobre-futuras-viagens-da-spacex.ghtml>

desenvolvimento das indústrias química, elétrica, de petróleo e do aço, desenvolveu tecnologias como o telefone e o telégrafo. Passamos pela terceira revolução, marcada pela internet, que modificou a comunicação humana para sempre; estamos agora na quarta revolução marcada pela nanotecnologia e a internet das coisas. O filósofo húngaro Karl Polanyi no seu livro ‘A grande transformação’, argumenta que os processos disruptivos do avanço do mercado sempre causam degradações sociais irreparáveis, dessa mesma forma é possível observar no decorrer das revoluções industriais o processo de devastação social.

Na revolução industrial em curso, um exemplo recente é o processo de ‘uberização’ do trabalho, que continua se expandido, marcado por uma inovação no modelo de trabalho que se caracteriza teoricamente pelo regime de horário mais “flexível” e a falta de um vínculo empregatício entre o trabalhador e a empresa. A empresa que popularizou o regime é o aplicativo Uber, por isso o termo, na teoria. Ou seja, é fruto de um processo inovativo, um progresso, mas na prática, resulta numa crescente da precarização do trabalho, considerando que nesse regime o empregado não tem nenhuma segurança, nenhum direito trabalhista, caindo sobre si toda a responsabilidade, de modo que na prática seria um subemprego, marcado pela ausência de direitos e garantias sociais e excesso de responsabilidades.

Nessa fase que estamos vivendo da quarta revolução industrial, a revolução da inteligência artificial, constitui a revolução que tem um maior potencial disruptivo entre todas que já ocorreram, pois parece que sob essa revolução a máquina irá produzir músicas e poesias e o ser humano irá trabalhar no lugar da máquina. O próximo passo seria a regulamentação de drones para serem usados nas entregas, e a Amazon está de olho nessa possibilidade desde o ano de 2013. Porém, se os drones passarem a ser utilizados para realizar as entregas, como ficarão os entregadores que já são categorizados como subempregados? Qual seria a solução para esse problema social? Simples, eles podem virar “analistas” de imagens geradas por IA, pessoas que selecionam as imagens geradas pelas inteligências artificiais entre seguras, as quais serão mantidas para o público e as não seguras, com a finalidade de melhorar a filtragem da IA.

O uso de trabalho humano precarizado de países pobres para filtrar os conteúdos linguísticos produzidos por IA já vem acontecendo, como é o caso da OpenIA, a proprietária do chat GPT, que usa trabalhadores do Quênia e pagam salários

que variam entre 1,32\$ a 2\$ dólares a hora. Com o avanço da tecnologia, o trabalhador não terá opção a não ser vender sua força de trabalho para um emprego mais precarizado ainda.

Mas quem vai decidir o futuro da humanidade com relação a IA? Não será a sociedade, mas sim as Big techs, OpenAI, Google, Microsoft e Anthropic, as quais criaram o chamado conselho da IA. No fim das contas são apenas empresas, e sempre buscam o lucro. Então, é provável que o medo de um processo disruptivo oriundo do avanço da IA, que pode levar ao fim da humanidade, seja superado pelo medo de perder o lucro advindo dessa nova tecnologia. Aplicando o conceito de Superlucro, proposto por Karl Marx no livro o “Capital”, a empresa que controlar essa nova tecnologia vai aumentar significativamente os lucros e sair na frente das demais, obrigando-as a adotarem essa tecnologia para se manterem competitivas no mercado. Dito isso, nenhuma dessas empresas vai tomar a decisão do ponto de vista racional, não irão pensar na humanidade e sim na possibilidade de ganhos com essa tecnologia. Não obstante, o futuro da humanidade deveria ser decidido por “Humanos” (no sentido de pensar no coletivo, visto que os impactos gerados pela IA irão recair sobre todos) não por empresas.

Mas sempre foi assim! Por exemplo, o Elon Musk é favorável ao bombardeamento nuclear de Marte na tentativa de tornar o planeta habitável para a humanidade, bem como apoia o recente projeto de viabilizar viagens turísticas à lua. Tudo isso para não repensar a forma de produção atual, pois parece muito mais fácil gastar bilhões para bombardear Marte e ter uma mínima chance da humanidade poder habitá-lo, do que investir alguns milhões para encontrar novas formas de produzir e salvar a Terra. Não se pode negar que a inovação tecnológica mudou a humanidade, mas é preciso pensar que os processos disruptivos dessas inovações sempre vieram juntos, principalmente na parte social e ambiental. A tecnologia veio para ajudar o ser humano não para destruí-lo, pelo menos é assim que eu acho que deveria ser.

O continente africano e seu “ras-le-bol” pela França³⁰⁷

*Guenold Omoungou Dibangoye³⁰⁸
Águida Cristina Santos Almeida³⁰⁹*

A França, país colonizador de cerca de 28 países africanos, está sendo expulso do continente africano. São vários os países revoltados, que almejam uma só coisa: Expulsar, romper todos os contratos e cortar todos os laços que existem com a França, sejam de ordem política, econômica e social. Ou seja, a hegemonia do grande colonizador está acabando, pois, como colonizador a França exerce um papel de predador ao longo da história de alguns países africanos.

Embora a França constituísse um elemento chave na criação, no desenvolvimento e na autonomia de muitos países, aconteceu que ela não conseguiu manter esta hierarquia de país chave para esses países vítimas da sua dominação. Não se manteve na realização dos seus contratos, de suas obrigações e promessas realizadas, e foi ainda mais até interferir na organização política, constitucional desses países, roubando as riquezas e sabotando as organizações governamentais com objetivos relacionados ao seu próprio enriquecimento, não cumprindo exatamente o papel que havia sinalizado, cumprindo e exercendo na verdade uma violenta relação colonial.

Atualmente, através de revoltas, conflitos civis, e até de golpes, é com todo o coração e alma que o povo africano ligado aos países colonizados pela França está gritando “abat la France”, que em português significa abater a França, para expressar toda indignação e sofrimento que este país colonizador, com seu projeto de saque e dominação ocasionou. A revolta é iminente, e a ruptura está sendo realizada. São vários países hoje querendo superar a fome e a pobreza, apesar de serem países extremamente ricos, tanto em riquezas naturais, quanto com suas populações. Contudo, a colonização cria uma situação paradoxal, quando sabemos que simplesmente o uso e exploração dessas riquezas permitiria o cumprimento das necessidades básicas do povo.

A revolta foi iniciada há pouco tempo, sendo a mais flagrante a que aconteceu no Mali, que é um país da África Ocidental que, através de um golpe, conseguiu se

³⁰⁷Artigo escrito em agosto de 2023. Ras-le-bol: significa Farto.

³⁰⁸ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: Guenoldomoungou@gmail.com.

³⁰⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

revoltar e assim recuperar sua soberania, pondo fim às ditaduras impostas pelo grande colonizador europeu. Este golpe foi de uma imensa satisfação para o povo do Mali, pois só assim conseguiram desfazer-se e mais ainda cortar as relações e retomar a direção e o comando do país.

A França foi expulsa de lá, com todas as suas tropas, exércitos e direções diplomáticas, por meio de um intenso conflito entre os dois países. A França se sentiu atingida, pois perdeu o controle que tinha sobre essa nação, resolveu proibir autorização de vistos em destino a este país, colocou o país na zona vermelha dentre a lista dos países africanos que submete. O Mali buscou associação com a Rússia com vistas a conseguir apoio na sua jornada por independência.

Através desse ato heroico que fez o Mali, outros países também viram nisso uma solução para sair deste sistema ditatorial longo. Assim, após o Mali seguiram dois golpes, um no Burkina Faso e o outro no Níger, com o mesmo principal objetivo, ou seja, libertar-se do jugo colonial da França com o apoio da Rússia para promover a reconstrução dos seus países. Hoje, são vários países africanos que acreditam nessa possibilidade, e estão lutando pela dissolução do vínculo colonial, o que alimenta a esperança num futuro melhor.

Em conclusão, é importante entender que a superação da relação colonial é condição fundamental na busca por um maior desenvolvimento e os países africanos submetidos pela França vêm demonstrando que estão prontos para lutar (inclusive, por meio de golpes e conflitos civis) para se libertarem do jugo imposto pela França e conquistarem soberania nacional. Todavia, é lamentável que hoje em dia, em pleno século 21, ainda existam países com ideologias e práticas coloniais, tentando impedir o desenvolvimento de alguns em detrimento dos seus próprios interesses, como é o caso da França. Mas, a busca por desenvolvimento, democracia, e pela conquista de melhores condições de vida, já começou, e não espero que não cesse, pois nenhum país merece sofrer consequências negativas em razão da cobiça e saqueamento das suas próprias riquezas, por nações que se julgam superiores.

Prometeram o céu, mas é o inferno que está à vista³¹⁰

Águida Cristina Santos Almeida³¹¹

A virada do capitalismo regulado, com o uso de políticas keynesianas pelo Estado, ancoradas em contratos sociais que garantiram direitos sociais e uma ampla rede de proteção social, foi dando lugar a um capitalismo neoliberal, que foi substituindo as políticas keynesianas de sustentação de estímulo à demanda agregada, pelo uso de políticas fiscais insuladas na austeridade e de políticas monetárias focadas na estabilidade monetária a qualquer custo social, num contexto de ampla desregulamentação financeira, sob a qual as taxas de câmbio viraram reféns. Isso ocorreu a partir dos anos 1980, de modo que já são mais de 40 anos desse experimento que vem sendo nefasto aos países e populações do globo, sobretudo no Ocidente.

Desde a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, para o mandato 2017-2020, que vão ficando cada vez mais visíveis as duras consequências políticas, sociais e econômicas do experimento neoliberal, tendo em vista que a promessa vendida pelos idealistas da panaceia neoliberal, de que as soluções de mercado estendidas a todos os domínios da existência, substituindo os Estados incompetentes e caros, trariam a mais plena abundância e liberdade à humanidade, virou um pesadelo horrendo, conforme aponta Dardot e Laval no livro *A Nova Razão do Mundo* (2016).

Na verdade, já está claro o que o neoliberalismo está entregando, pois do ponto de vista econômico e social, as assimetrias entre os países e entre as populações dentro dos países vêm se ampliando rapidamente, conforme atesta a pesquisa de Piketty, no livro *Capital e Ideologia* e as pesquisas de instituições como a Oxfam. E do ponto de vista político, a promessa de liberdade vem derretendo como as geleiras do Ártico, com a ascensão da extrema direita, que denota claramente não constituir um fato episódico superado, mas ao contrário, cada vez mais vem ocupando espaço na política, em vários países, e consolidando a criação de visões de mundo ancoradas no medo e no ódio, que desembocam no que há de mais nefasto que a humanidade já produziu um dia, conforme o laboratório da história atesta na experiência fascista da primeira metade do século XX. Segundo Polanyi, na obra *A Grande Transformação*, o fascismo era o

³¹⁰Artigo escrito agosto de 2023.

³¹¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia.
E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

sintoma de uma economia de mercado que insistia em não funcionar, ao alimentar a ilusão de um mercado “autorregulado”, sob o qual a natureza e o trabalho humano passaram a ser tratados como meras mercadorias a serem compradas e vendidas em meras transações comerciais.

Essa história parece estar se repetindo, no momento em que a lógica neoliberal nega a sociedade, substituída pelo indivíduo e suas escolhas individuais, tomadas com base nas soluções de mercado, para todo e qualquer domínio da existência e incluindo o Estado nessa engrenagem, já que o mesmo deve ser gerido como uma empresa. É lógico que isso não daria certo, e que o neoliberalismo não entregaria prosperidade e liberdade, até porque o relatório da comissão encarregada de diagnosticar a crise de acumulação dos anos 1970, concluiu que o problema naquele contexto era de que havia um excesso de democracia, ou seja, que o “povo estava mandando demais”. Desse diagnóstico seguiu-se a panaceia neoliberal e o profundo processo de despolitização que vem sendo implementado há mais de 40 anos.

Assim, primeiro ficou claro que a promessa da prosperidade não seria cumprida, quando ainda nos anos 1990 os indicadores sociais e econômicos começam a exibir retrocessos, e os inúmeros estudos sobre desigualdade ao longo dessas duas décadas do século XXI vão registrando os reveses, transformando os tais objetivos do milênio numa grande piada, muito bem pontuada por Eric Reinert, quando os denomina de colonialismo de bem-estar social.

Quanto ao descumprimento da promessa de liberdade, esse vem sendo duro e se descortinando num contexto que parece pegar o mundo de surpresa, dado que o processo de despolitização é tão profundo e extenso, que a virada da política à extrema direita, implodindo a direita tradicional, segue transcorrendo, apesar das discontinuidades, que alimentam um ideal de “normalidade”. Para se ter uma ideia, mesmo depois de derrotado em seu projeto de reeleição e indiciado por inúmeros crimes, Donald Trump segue sendo um forte candidato para as eleições presidenciais que ocorrerão no próximo ano nos Estados Unidos.

E o cenário é tão assustador que a equipe de campanha de Donald Trump arrecadou US\$ 7,1 milhões (R\$ 35 milhões, aproximadamente), desde que a foto da ficha policial de Trump foi postada. Essa ficha policial decorreu da acusação de que Trump tentou manipular o resultado da eleição presidencial em 2020, na Geórgia. Essa acusação recente soma-se a outras três e ainda assim Trump tem uma intenção de voto

invejável para o pleito do ano que vem, caso fique elegível e vença a disputa no partido republicano. Nas últimas três semanas, a campanha de Trump já arrecadou quase US\$ 20 milhões (98 milhões de reais, aproximadamente), momento no qual surgiu uma acusação em Washington e a mais recente fotografia de identificação judicial em Atlanta.

Como um líder populista nato de extrema direita, Trump fez a seguinte declaração: “o Estado paralelo tenta fazer do presidente Trump o inimigo público número um por ousar desafiar a classe dirigente corrupta de Washington”³¹². Semelhante ao neoliberalismo que promete prosperidade e liberdade e só entrega caos, os líderes populistas de extrema direita se colocam perante o povo como políticos antissistema, que irão enfrentar os cartéis, a corrupção e fazer justiça ao povo. Contudo, no poder, entregam o que resta do Estado ao poder privado, e vão distraíndo o povo basicamente pelo misto da disseminação de fake news e estratégias de manipulação dos sentimentos de ressentimento, desesperança, medo e ódio que predominam no imaginário e no coração do povo, duramente golpeado pelas políticas neoliberais.

Conforme sabemos, a Argentina se encontra em período eleitoral, passando por uma profunda crise de balanço de pagamentos, e tem um candidato de extrema direita para chamar de seu, de nome Javier Milei³¹³, com chance real de vencer as eleições em outubro. Em texto escrito para a Carta Capital, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, trouxe o seguinte relato, retirado de uma matéria do jornal O Globo: “Todos os dias, o jovem argentino Amaru Carrasco, de 24 anos, trabalha das 6 da tarde à meia-noite na rua, com uma bicicleta que comprou usada, como entregador. Amaru estudou alguns anos de jornalismo, mas não terminou o curso numa faculdade particular de Buenos Aires, entre outros motivos, pelo alto custo da mensalidade. O jovem mora, com a mãe, no bairro de San Cristóbal, região de classe média da capital argentina. Quando é perguntado se não tem medo de votar no candidato de extrema-direita Javier Milei nas eleições presidenciais deste ano, responde com outras perguntas: ‘Medo de quê? Não tenho proteção nenhuma do Estado, nem férias, nem décimo terceiro. Sofro a violência na rua todos os dias, já roubaram minha bicicleta duas vezes. Tenho medo é de continuar assim e de que nada mude. O que mais pode piorar para pessoas como eu?’”

³¹²

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/equipe-de-campanha-de-trump-diz-que-arrecadou-us-71-milhoes-apos-fo-to-de-sua-ficha-policial/>

³¹³<https://www.cartacapital.com.br/mundo/os-devaneios-de-javier-milei/?fbclid=IwAR3DYx6bhkl73Tf0xWszhUck252ccMvxZL0n81ujQLQqjifkKifctg7DpXg>

Ou seja, Javier, assim como Trump, Bolsonaro e tantos outros líderes populistas de extrema direita, expressam o medo, a desesperança, o desespero, o ódio, daqueles que foram deixados a mercê, visão esta compartilhada por diferentes cientistas políticos e filósofos, registradas em incontáveis análises e reflexões que vêm sendo publicadas em jornais, revistas científicas e livros. Uma pequena amostra segue nas matérias para as quais os links constam na presente nota³¹⁴.

Ou seja, já há entendimento suficiente de que o experimento neoliberal precisa ser substituído por algo melhor, que possa de modo minimamente efetivo e rápido melhorar a vida das pessoas, o mais breve possível, dado que essa é a única condição para mandar a extrema direita para os escombros da história. É preciso a retomada de amplas políticas de proteção social e melhora nas condições de emprego e renda, condição única para destruir essa virada à extrema direita. Do contrário, a humanidade caminhará para repetir a tragédia do fascismo, majorada pelo potencial dos algoritmos, que possuem um imenso poder de manipular as mentes e os corações de milhões de pessoas, em questão de segundos.

Tomando a história como o laboratório mais seguro para imaginar cenários futuros, a permanência da negação da sociedade e da política encaminhará a humanidade para uma experiência extrema de destruição e sofrimento, que vai sendo postergada pelos interregnos de descontinuidade nos quais líderes de extrema direita conseguem chegar no poder pelo voto (até que em algum momento conseguem fechar o regime como aconteceu na Hungria e na Turquia, por exemplo). Então, perante a conjuntura na qual estamos mergulhados, que a história possa ser o nosso guia, pois só assim não repetiremos os erros do passado e poderemos sonhar, ancorados em bases políticas, econômicas e sociais, mais sólidas com os ideais de liberdade e prosperidade vendidos de modo falso e vulgar no âmbito do projeto neoliberal.

314

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/transformacao-da-politica-em-guerra-cultural-e-legado-do-bolsonarismo-mesmo-sem-bolsonaro.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa
https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/ditadura-do-algoritmo-corroi-a-democracia-diz-filosofo-estrela-de-harvard.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

Ai de vós³¹⁵

*Inácio Cardoso dos Santos Neto*³¹⁶
*Águida Cristina Santos Almeida*³¹⁷

De forma definitivamente triste e desonrosa, um quadro específico da figura cristã evangélica no Brasil tem sido pintado nos últimos anos. Esse quadro conta com inúmeras peripécias de uma obra teatral dramática ou mais assemelhada a um show de horrores, sendo elas os envolvimento desastrosos de evangélicos com as esferas políticas e sociais, a exemplo de tentativas de favorecimento político e fiscal, casos de envolvimento em crimes, a ampla fama de ludibriação em troca de ofertas, uma mancha de discriminação violenta contra a comunidade LGBTQIA+, intolerância religiosa e outras situações que gera um odor desagradável a todos.

O cenário desagradável do cristianismo com a sociedade, infelizmente não data de hoje. É do conhecimento da população mundial que a época das trevas tem uma marca social e política triste e assombrosa, isso porque a vinculação do poder político com o religioso daquela época promoveu uma série de atrocidades, entre elas o assassinato perverso (de diversas formas malignamente criativas) por motivos diversos de pessoas que não se encaixassem nas normas da Igreja Católica Romana, somado também as indulgências praticadas na época e formas de penitências, envolvendo entre algumas delas o recebimento de valores para o escape do purgatório. E a lista segue, as sangrentas cruzadas, que mais carregavam a morte e a mensagem dos homens do que a mensagem de vida de Deus.

Após a reforma protestante, o cristianismo evangélico, em especial, tem um retorno e fortificação tanto de uma perspectiva epistemológica, como no sentido da ética e moral, contando com um acesso mais divulgado dos textos das escrituras sagradas para os fiéis (contando também com a inovação da máquina de cópias) que antes era vetado para os mosteiros e religiosos profissionais da época. Na recuperação de muitos conceitos doutrinários, houve também a iniciação à perspectiva de “visão de mundo” ou “cosmovisão” em que se integrava, intelectualmente, diversas áreas da vida, com a perspectiva religiosa incluindo a defesa da separação do Estado com a Religião,

³¹⁵Artigo escrito em agosto de 2023.

³¹⁶Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

³¹⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

sobretudo em João Calvino - importante figura para a reforma protestante em Genebra e outras localidades da Europa. Avançando na história do cristianismo evangélico, em especial, na chamada “época dos puritanos” tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos da América, havia uma preocupação séria (em alguns casos extrema) com a obediência aos textos sagrados de forma individual, na unidade familiar e na sociedade, de forma que era possível observar uma crença acompanhada da conduta em muitos aspectos.

Porém, havia ainda problemáticas sérias em determinados segmentos e estes se encontravam, em especial, na falta de misericórdia com outros, o que figurava por exemplo o chamado “caça às bruxas”, bastante conhecido no cinema, literatura e história, ficando icônico o caso da cidade de Salém, Massachusetts (EUA), em que as diretrizes do Estado estavam ainda baseadas numa falta de entendimento e compreensão do diferente. A obediência comportamental rígida por vezes esquecia a atitude misericordiosa e pacífica com o outro.

A deficiência histórica de convergir o dogma cristão com a realidade da vida prática, quer na vida privada, quer na esfera pública, infelizmente ainda permanece. Segundo a matéria da Folha, o conhecido pastor Silas Malafaia, no dia 19 de Agosto deste ano, na “Marcha pra Jesus”, realizada no Rio de Janeiro, fez a seguinte fala: “esta nação pertence a Jesus, não pertence a Alexandre de Moraes, não pertence a governante nenhum”. Além disso, a matéria explicita outras declarações do então pastor concomitantemente de alguns fiéis acusando o STF e mais especialmente, o ministro Alexandre de Moraes, de usar uma “ditadura da toga” e de que nada tem sido feito por parte da mídia e do Senado em relação a isso. Tais acusações envolvem recriminações por supostos bloqueios nas redes sociais de páginas de empresas e de pessoas, além do que ele afirma que “há fiéis amigos deles que estão presos sem nenhuma prova de participação” (no ocorrido do dia 8 de Janeiro em Brasília).

As acusações, no entanto, podem ter um ponto mais profundo do que isso, afinal, como declara a matéria da Folha, o ministro em questão é “ferrenho inimigo” do ex-presidente Jair Bolsonaro. Essa última figura, no entanto, tem lugar especial não somente no coração e na fala do Pastor Silas Malafaia, como também no seu púlpito, uma vez que, como demonstra a notícia do Uol, foi dado, ao invés do culto de ceia, lugar para a apuração de votos da corrida presidencial, em que concorriam Lula e Bolsonaro, sendo não essa a única em vez em que o ex presidente ganha espaço no

púlpito do referido pastor, tendo em vista que a vitória de Bolsonaro, foi celebrada com alegria em sua igreja, após a apuração de votos de 2018, sendo divulgada em vídeo, em redes sociais como a do Instagram. Por falar em rede social, o Pastor Silas Malafaia é uma das figuras evangélicas com maior número de seguidores, o que demonstra o seu nível de influência. Curiosamente, o sacramento da ceia é para os cristãos um dos ritos deixados por Jesus, no Novo Testamento, de imensa importância, tanto na perspectiva católica, como na evangélica e demais perspectivas cristãs. Simboliza nada menos que uma crença fundamental e de extrema importância e centralidade da fé cristã, a saber, o simbolismo de que o corpo e o sangue de Jesus foram dados em lugar dos pecadores que crescem no poder de seu sacrifício expiatório.

Ainda na esfera política, segundo a matéria de 18 de maio deste ano da Revista Fórum, também da matéria de 12 de Abril do canal Brasil 247 e da matéria de 7 de Julho da Extra, há um empenho por parte da “bancada evangélica” no congresso em conquistar regalias fiscais e tributárias favoráveis ÀS as denominações e em alguns casos mais abomináveis, a isenção de impostos em carros e barcos. Na primeira das matérias, nos é informado que a bancada evangélica articula uma PEC de aumento dos privilégios tributários dos quais as mesmas igrejas já dispõem, dentre os quais; constam isenções de ICMS, IPI e ISS, que na prática reduzem desde gastos com luz elétrica, até a aquisição sem pagamento de impostos de carros e aviões e é encabeçada pelo deputado Federal Marcelo Crivella (Republicanos).

Na segunda matéria, a bancada evangélica afirma que há uma perseguição ao segmento religioso por parte do presidente atual pelo fato de que, a isenção tributária concedida a pastores evangélicos, que foi publicada pela Receita Federal às vésperas da campanha eleitoral de 2022, está passando por uma revisão interna do Fisco devido a suspeitas de ter sido concedida de forma atípica e está sob revisão do TCU também. A última notícia colocada, nos informa que Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) trouxe uma ampliação na isenção de impostos para entidades religiosas, numa PEC da reforma tributária, permitindo que qualquer organização ligada a igrejas também não pague tributos. Essa medida foi contestada pelo deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) que argumentou que o texto abre brecha para que grandes organizações evangélicas sejam beneficiadas, entre outras palavras afirmou que “conglomerados de Silas Malafaia, de Edir Macedo, vão estar todas livres de tributação. Houve uma ampliação nessa aglutinativa”.

Num aspecto social a coisa não muda muito, uma vez que, infelizmente há ainda uma presença intolerante para com os diferentes da religião cristã, em especial, os da comunidade LGBTQIA+ e de outras religiões. Seleccionando dois casos envolvendo o sobrenome “Valadão” que podem ser utilizados para demonstrar essa problemática. No primeiro caso, matéria de várias notícias e disponibilizado no canal do Youtube da Carta Capital, o pastor André Valadão, falando a respeito da comunidade LGBTQIA+ e a exposição de crianças a nudez, afirmou com palavras bem descuidadas o que pareceu um tipo de chamamento da parte de Deus para alguma aniquilação dos que assim procedem. Isso aconteceu porque na fala, ao fazer uma alusão ao pacto de aliança feito entre Deus e Noé ser estabelecido com um arco-íris nos céus, o relato do livro de Gênesis diz que não retornaria a destruir a terra com água novamente, o pastor afirma que Deus não iria mais destruir, mas que agora “estaria com vocês”. O pastor Pedro Pamplona, pastor da Igreja Batista Filadélfia (Fortaleza - CE) e de cunho teológico tradicional é de que, supondo que o dado pastor André Valadão realmente não tinha o intuito de tencionar um discurso de ódio, como afirmou depois em suas redes sociais, a sua fala na pregação em questão foi no mínimo, não clara e bem descuidada, descumprindo uma premissa importante para os pregadores, a tarefa de deixar claro o que quer dizer e de que forma isso deveria ser aplicado.

No outro caso, segundo a matéria da revista Fórum, de 20 de maio do ano passado, o pastor Felipe Valadão (da mesma família de André Valadão) afirmou, na comemoração aos 189 anos do município de Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que foi realizada com dinheiro público, as seguintes palavras: “Prepara para ver muito centro de umbanda sendo fechado na cidade [...] de ontem para hoje tinham quatro despachos aqui na frente do palco. Avisa aí para esses “endemoniados” de Itaboraí: o tempo da bagunça espiritual acabou, meu filho. A igreja está na rua. A igreja está de pé”. A Comissão de Povos Tradicionais de Terreiros de Itaboraí divulgou uma nota de protesto informando que “O pastor agride de maneira vil, desrespeitosa e ameaçadora à comunidade religiosa do candomblé e da umbanda nesta cidade”. A entidade questionou, ainda, “o motivo de uma manifestação festiva, popular e laica ter em sua programação discursos de cunho religioso”. “O Deus que conhecemos não compactua com sua megalomania, loucura e arrogância”, ressalta. Há ainda, uma procuração junto ao MP, nesse mesmo caso, pelo fato do uso do dinheiro público da

prefeitura para o determinado evento e em sua fala afirmou que “o ódio religioso promovido e financiado por Itaboraí precisa ser investigado.”

O ponto em questão é de extrema relevância tendo em vista que uma parte da comunidade cristã realmente já possui demasiada aversão à comunidade minoritária LGBTQIA+ e também a outras religiões, sobretudo as de origem de matriz africana, sendo extremamente importante uma mudança pensamentos, sentimentos, condutas e ações para com esses, para que não sejam também, juntamente com o restante da sociedade, perturbadores e infrigidores do direito à liberdade desses mesmos grupos.

Como se não bastasse o âmbito conjunto do que até agora foi demonstrado, ainda é notório o problema ocorrido no aspecto eclesiástico que provavelmente favorece e fortalece tudo isso. A fama de vincular igrejas, evangélicos e pastores ao charlatanismo e uso de má fé para a apropriação de dinheiro, infelizmente “não é sem pé nem cabeça”. Não difícil é encontrar a denominada “teologia da prosperidade” em diversas igrejas ao longo de todo território brasileiro. Tal teologia tem a fama de ter sido gestada pelo televangelista israelense-candense, Benny Hinn, o qual trouxe diferentes ênfases no que diz respeito ao sobrenaturalismo.

Hoje, no Brasil, essa teologia encharca as igrejas neopentecostais, mas pode ser encontrada em outras denominações. Em um resumo, tal teologia enfatiza bastante as “bençãos do Senhor” ligadas a bens materiais, curas, milagres, libertação e suspensão de dificuldades, guerra espiritual do povo de Deus contra as potestades demoníacas, utilização maciça de casos milagrosos do Antigo e do Novo Testamento para fundamentação de tais coisas e um uso exacerbado de objetos e roupas como sacramentais, conferindo a tais objetos um poder de realização de feitos sobrenaturais.

É comum também, dessa mesma teologia, conferir aos líderes, como pastores e obreiros uma centralização de poder nas tomadas de decisões da igreja e do que é falado nos púlpitos e uma caricaturação dos mesmos líderes, vistos quase como incontestáveis, extremamente reveladores e “poderosos”, colocando-os quase que como uma incontestável “boca” de Deus para o seu povo, o que facilita o não questionamento do que é falado e demandado nos ensinamentos proferidos, entre elas a barganha charlatona de benção de Deus (ou castigo) por ofertas.

De tais denominações se tem figuras amplamente conhecidas como Edir Macedo, Valdemiro Santiago, R.R.Souares, entre outros. Denominações evangélicas mais tradicionais como as reformadas, congregacionais, tradicionais históricas e algumas

pentecostais, geralmente tem uma lista longa de críticas, não somente aos líderes de tais denominações, mas à teologia da prosperidade como um todo, e que poderiam ser resumidas em que boa parte dela foge ao ideário bíblico, sobretudo quando considerado o novo testamento.

Para se ter uma ideia do quão pode chegar uma teologia da prosperidade, Renato Vargens, em seu livro *Reforma Agora*, denuncia um caso onde ouviu de um líder neopentecostal que se denomina apóstolo de Deus e o tal afirmou ter tido uma visão onde ele foi até aos céus e estava conversando com o próprio Deus Pai e em determinado momento, Jesus chegou na presença e ia falar com Deus Pai, também porém recebeu um aviso de que agora não deveria falar com Ele, pois o próprio Deus estava conversando com o apóstolo naquele momento. Tal afirmação contém, para os cristãos evangélicos, uma blasfêmia imensa, por ter se colocado tão importante quanto ou até mais, do que a segunda pessoa da Trindade.

Saindo do campo do uso malicioso de preceitos teológicos, no campo da política; muitos líderes neopentecostais e seus respectivos seguidores, obtiveram e obtêm uma vinculação forte ao bolsonarismo desde a ascensão do candidato em 2018 e até mesmo depois de sua saída do governo. Essa vinculação forte é curiosamente feia, uma vez que, os religiosos contribuíram, em alguma medida, na divulgação e disseminação de fake news em redes sociais e no “boca a boca”. Não à toa, a matéria da Folha intitulada “Transformação da política em guerra cultural é legado do bolsonarismo mesmo sem Bolsonaro” informa que “Bolsonaro conseguiu colocar seus adversários políticos na condição de inimigos da identidade cristã brasileira. Tanto que Lula era acusado de ser satanista e de querer fechar igrejas”.

Essas e outras formas de fake news foram disseminadas. Essa é uma faceta do problema mais geral. O que pode ser dito, e nesse caso abrange para além dos evangélicos neopentecostais, é que ocorreu e ocorre (de forma menor ao que ocorreu na época entre 2018-21) um “namoro” entre Bolsonaro e evangélicos, muito forte. Os sintomas desse namoro são, além da disseminação de fake news, uma paixão sem reflexão pelo bolsonarismo e pelo conservadorismo. Sem reflexão porque não leva em consideração várias falas e atos do ex-presidente que são bastante complicadas, a exemplo de comentários honrosos à Ditadura Militar e de emblemáticos torturadores, como é o caso do Ustra, atitudes desrespeitosas com mulheres, casos de corrupção,

desrespeito e falta de responsabilidade com a vida e com a saúde populacional na época da pandemia, dentre outros incontáveis crimes.

O caso é tão estranho que recentemente o influente pastor Yago Martins, publicou um livro chamado “A religião do Bolsonarismo” onde indica um nível de idolatria ao ex-presidente e juntamente com isso a representação conservadora do que ele representa. Esse mesmo pastor, em suas redes sociais, sinalizou que em 2022, votaria nulo no segundo turno onde participaram como concorrentes à presidência, Lula e Bolsonaro. Não foram poucas as críticas, a queda de seguidores e o aumento de reclamações para com esse mesmo pastor. Muitas delas alegando que o dito pastor era de esquerda, omissivo e conivente com uma pauta progressista, sendo chamado até mesmo de comunista/socialista. Esse clima durou desde o ano de 2022 até o momento posterior do resultado das eleições, no qual culpavam o devido pastor por sua “omissão”. Esse retrato demonstra o quadro de alienação e cegueira coletiva que marca uma parcela dos evangélicos no cenário brasileiro.

O registro de todas essas práticas, juntamente com outras não citadas, destoam, não pouco, do pensamento bíblico. Para os crentes no *sola scriptura*, as escrituras sagradas são a única regra de fé e prática do cristão de forma que qualquer coisa que fuja de seus ensinamentos, deve ser evitado e abandonado. O nível de acusações que a escritura sagrada pode trazer aos comportamentos aqui citados é avassalador. Em lugar nenhum das escrituras há o ensinamento sequer incentivo aos cristãos ou as igrejas a se esvaírem de tributações. Muito pelo contrário, no Novo Testamento, Jesus, por duas vezes informa que o tributo ao governo de sua época deveria ser pago devidamente, uma vez após realizar o milagre de tirar o valor a ser pago pelo tributo da boca de um peixe³¹⁸ e a segunda, quando interrogado de forma maligna sobre o pagamento de imposto a César (governante romano da época) ou ao templo, Jesus afirma em sua célebre frase, “dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus³¹⁹”. Aqui nem estão sendo citados os mesmos ensinamentos de que os cristãos devem pagar tributos no resto do Novo Testamento, como no caso da carta aos Romanos, escrita pelo apóstolo Paulo e a carta de Pedro, escrita pelo apóstolo Pedro.

Fora isso, não são poucos os casos em que Jesus aproxima-se para pessoas marginalizadas socialmente como a mulher Samaritana, publicanos (judeus que trabalhavam para o império romano e eram tidos como traidores e ladrões, tendo como

³¹⁸ Mt 17.24-27

³¹⁹ Mt 22.21

um dos maiores casos, a visita de Jesus a casa de um ladrão de baixa estatura chamado Zaqueu³²⁰), pecadores entre outros. Há um caso específico que é muito curioso onde os discípulos de Jesus afirmam que pessoas na região da Samaria não haviam dado ouvidos a sua evangelização e após isso perguntam a Jesus se ele desejava que, eles (discípulos), orassem a Deus Pai para que Ele mandasse fogo dos céus e os destruíssem. Em resposta a isso, Jesus os repreende e afirma: “Porque o Filho do homem não veio para destruir as almas dos homens, mas para salvá-las. E foram para outra aldeia.³²¹” Observe, Jesus não convocou ninguém a destruir àqueles que não aceitaram o seu ensino e naquela época, Samaria era uma localidade de religião mista e a atitude de Jesus foi repreender os que queriam destruir a esses diferentes.

Poderiam ser citadas outras várias passagens bíblicas para ancorar a crítica de tais comportamentos, no entanto, se é permitido, façamos aqui uma “paródia” do capítulo 23 do livro de Mateus, onde Jesus profere um sermão duríssimo aos escribas e fariseus, que eram religiosos da época e eram conhecidos socialmente por serem muito religiosos, piedosos porém, aos olhos de Jesus, eram justamente esses que em muito descumpriam o que Deus desejava de fato, como a falta de amor, misericórdia, criação de ordenanças que vinham deles mesmos e não de Deus. Esse capítulo é conhecido pelo fato de Jesus iniciar as sentenças com “Ai de vós fariseus hipócritas” e daqui podemos prosseguir afirmando, ai de vós que usam meu nome para legitimar loucuras políticas, ai de vós evangélicos e hipócritas que lutam mais por isenção tributária do que políticas benevolentes aos mais pobres, ai de vós evangélicos e cristãos hipócritas que levam a minha palavra para ataques golpistas ao congresso quando nela está escrita “[...] aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus³²²”, ai de vós cristãos e evangélicos hipócritas que não emulam a minha misericórdia e são instrumentos de violência para com outros, ai de vós cristãos e fariseus hipócritas que deliberaram suas mentes e corações rapidamente a um “Messias” que não me honra. “Muitos naquele dia me dirão Senhor, Senhor em teu nome não fizemos o que desejas? ao que vos direi, “Nunca vos conheci. apartai-vos de mim vós que praticais o mal.” pois, “Nem todo que me diz, Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus.³²³”. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!

³²⁰ Lc 19.1-10

³²¹ Lc 9.56

³²² Rm 13. 2

³²³ Mt 7.21-23

Cultura do estupro: um espelho das contradições no capitalismo atual³²⁴

*Maria Gabriella da Silva Valentim³²⁵
Águida Cristina Santos Almeida³²⁶*

A estrutura de classe da sociedade capitalista abriga um incentivo ao estupro³²⁷, ao passo que os homens de classes sociais mais abastadas ficam quase que imunes dos processos judiciais, justamente por cometerem suas agressões com uma autoridade incontestada, a mesma que usam em todas as outras esferas de suas vidas. O capitalismo perpetua o patriarcado, a misoginia, o machismo e toda uma gama de preconceitos e agressões.

No ambiente de trabalho, por exemplo, a existência do assédio moral e sexual contra as mulheres nunca foi um segredo, afinal, exercer a dominação puramente econômica sobre suas “subordinadas” não é suficiente, é apenas, em muitos casos, o primeiro passo da tentativa da reafirmação de “autoridade sexual” vinda de empregadores, gerentes, supervisores etc. A coerção sexual reforça, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade das mulheres à exploração econômica.

Mas isso não é tudo, visto que os próprios homens da classe trabalhadora, independentemente de etnia, acreditam que tem o direito de dominar mulheres, apenas e unicamente endossados pela crença nos privilégios advindos da sua masculinidade, porque é isso que o estupro significa, dominação, o estuprador se satisfaz ao exercer seu “poder” sobre suas vítimas, onde, tal crença de poder, deriva da tão difundida ideologia da supremacia masculina.

O cenário que temos é uma estrutura que encoraja os homens a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual. Como disse Angela Davis, a proliferação da violência sexual é a face brutal de uma intensificação generalizada do sexismo, que necessariamente acompanha essa agressão econômica³²⁸. O fato é, a ameaça de estupro sempre existirá enquanto a opressão contra as mulheres continuar sendo uma perna essencial do capitalismo.

³²⁴Artigo escrito em setembro de 2023.

³²⁵Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), integrante do Programa de Educação Tutorial - Economia (PET-Economia) e secretária do Centro Acadêmico de Economia da UFCG (CA - Celso Furtado). E-mail: silvagabriella776@gmail.com;

³²⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³²⁷ <https://pcb.org.br/portal2/14312>

³²⁸ <https://pcb.org.br/portal2/14312>

Atrelada a essa estrutura machista e misógina que endossa e perpetua a cultura do estupro, temos a culpabilização da vítima. Há uma tendência social de constantemente culpabilizar as vítimas de estupro, o que acontece muitas vezes partindo de “princípios morais e de bons costumes”, com o velho discurso de que a mulher não teria sido estuprada se tivesse um comportamento diferente, usasse outras roupas, frequentasse ambientes diferentes etc. Em uma pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)³²⁹, o Datafolha constatou que mais de 33% (um terço da população brasileira) das pessoas responsabilizam a mulher em caso de estupro.

Partindo desse ponto da culpabilização da vítima, fica clara a forma como as mulheres ainda são vistas na sociedade atual, e nos leva a mais um agravante: “a cultura da não denúncia”. Essa reação da sociedade aos casos de estupro juntamente com o medo que as vítimas sentem de seus agressores, desencoraja as mulheres de fazerem a denúncia de estupros e outros tipos de violências sofridas. E essa cultura da não denúncia juntamente à cultura do estupro partem do mesmo ponto: o machismo.

O machismo é uma forma de sexismo onde a discriminação sofrida tem como preceito o sexo ou gênero das pessoas. Segundo Bruna Cristina Jaquetto Pereira³³⁰, o machismo é a ideia de que existem distinções entre homens e mulheres, o que, por consequência, diferencia os dois grupos e torna os homens superiores³³¹. E é justamente essa estrutura machista que torna possível a existência da objetificação da mulher, que está enraizada na sociedade brasileira e perpetua a cultura do estupro. Partindo daí, temos um imaginário comum por trás dessa ação que é quase cinematográfica, onde se assume que o estuprador é um monstro, uma pessoa mentalmente desequilibrada ou alguém que já está marginalizado pela sociedade e que não possui tanta noção do que está fazendo.

Porém, a vida real está longe do que aparece nos filmes. Segundo dados levantados em nota técnica do IPEA de 2014³³², mais de 50% dos estupros sofridos por crianças e adolescentes foram praticados por pessoas conhecidas, como pais, padrastos, namorados e amigos. Entre adultos, os estupros praticados por conhecidos são quase 40% dos casos³³³.

³²⁹ <https://www.politize.com.br/cultura-do-estupro-como-assim/>

³³⁰ Bruna Cristina Jaquetto Pereira é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Sociologia pela mesma instituição e graduada em Relações Internacionais pela UNESP.

³³¹ <https://www.politize.com.br/cultura-do-estupro-como-assim/>

³³² https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf

³³³ <https://www.politize.com.br/cultura-do-estupro-como-assim/>

Apesar de casos nos quais a violência é explícita gerarem alguma simpatia pelas mulheres vítimas, também essa violência pode ser maleável enquanto prova. O caso de uma menina de 16 anos violada e machucada por 33 homens, filmada, fotografada e exposta na internet não gerou comoção de todos, ao contrário, resultou em discursos que culpabilizavam a vítima em relação ao que ela vestia, com quem se relacionava e se estava ou não alcoolizada ou drogada. Além disso, quando a empatia existe, ela frequentemente se direciona para os pais que tiveram que ver suas filhas passarem por isso. Não se trata de um entendimento de que o estupro é em si grave, ou seja, o sofrimento das mulheres não é partilhado.

Vê-se então como é crucial e urgente para as mulheres articularem argumentos que expliquem por que é tão sério viver constantemente com o medo e a ameaça de ser violada a todo momento. Apesar de ser amplamente conhecida a persistência desses abusos, frequentemente assistimos a um embate de narrativas toda vez que um caso desse tipo ganha visibilidade pública. Portanto, parece ser sempre necessário abordá-los de maneira distinta daquela como são retratados em alguns meios de comunicação, analisando em profundidade como e por que meninas e mulheres se tornam vítimas não apenas de indivíduos, mas de um coletivo que compartilha valores e práticas associados à masculinidade.

Em suma, o sistema patriarcal traz consigo a tentativa de definir a submissão feminina como natural, além de científica e moralmente legitimada, instituindo a divisão entre esfera privada e pública e estabelecendo posições e espaços diferenciados para os gêneros que reconhece, quais sejam apenas, o masculino e o feminino, resguardando a dominação, exploração e opressão do primeiro sobre o segundo e excluindo todas as outras identidades que não se encaixam nesse padrão.

O patriarcado e o sistema capitalista de produção da vida se retroalimentam, estando profundamente imbricados e conferindo vantagens mútuas entre si, diz Heleieth Saffioti³³⁴. Para Pateman³³⁵, as teorias contratualistas que fundamentam o capitalismo e organizam politicamente os homens em status jurídico de liberdade e igualdade formais é concomitante ao contrato sexual, o qual assegura o direito de todos os homens sobre todas as mulheres e, conseqüentemente, sua exclusão da vida política como sujeito

³³⁴ Heleieth Lara Bongiovani Saffioti foi uma socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira.

³³⁵ Carole Pateman é uma filósofa britânica que trabalha com teoria política e feminismo. Nasceu em Sussex. Adquiriu doutorado pela Universidade de Oxford em 1990 e foi a primeira mulher a integrar o cargo de presidência da Associação Internacional de Ciência Política.

autônomo. A cultura do estupro abarca mecanismos de controle, culminando em práticas sociais que não só violentam a dignidade sexual das mulheres, mas também em discursos que justificam e, muitas vezes, incentivam a violência sexual.

O estupro está vinculado à cultura machista e misógina, que entende que os homens têm direito de ferir as mulheres, as culpando pelas violências que são cometidas pelos próprios homens, e tal atrocidade não pode nunca ser considerado desejo sexual, dado que trata de um ato de humilhar, de possuir, de machucar a mulher. Como disse a vítima do caso³³⁶ citado no presente artigo, “eu queria que as pessoas soubessem que não é culpa [...] não tem como você culpar uma pessoa por ser roubado, não tem como você culpar a vítima de roubo. Não tem como, não é possível. Eu te roubei, a culpa é minha, não é sua. Não foi você que chegou e falou "toma", fui eu que peguei [...]”, ela disse ainda “realmente pensei que seria julgada mal. Não dói o útero, e sim a alma [...] eu não queria que outra pessoa se sentisse assim”.

³³⁶<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/05/eu-me-sinto-um-lixo-hoje-diz-adolescente-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-5811637.htm>

Desenvolvimento ou conservação?³³⁷

*Karla Vitória de Queiroz³³⁸
Ágida Cristina Santos Almeida³³⁹*

Mais uma vez, o impasse entre conservação ambiental e o desenvolvimento surge. Dessa vez, o pedido feito pela Petrobras para perfurar o bloco FZA-M-59 na bacia da Foz do Amazonas, considerado o “novo pré-sal” do país, em maio deste ano, é a questão.³⁴⁰ Diante da grande necessidade de avançar os meios para se arranjar novas fontes à produção de combustíveis, por exemplo, a Amazônia apresentou condições eficientes do ponto de vista produtivo e, numa primeira análise, mostrou-se que seria difícil alcançar os meios legais para a exploração. Mas, pouco tempo depois, já são evidentes os indícios de que a exploração seria viável.

Em maio deste ano, a Petrobras solicitou a perfuração do bloco FZA-M-59 na Amazônia, ao presidente do Ibama, Rodrigo Coutinho. O órgão responsável pelo controle dessas atividades logo se manifestou dizendo que o projeto da Petrobras apresentou “inconsistências preocupantes” para a realização em um local de alta “vulnerabilidade socioambiental”. Três terras indígenas no Oiapoque sofreriam impactos que não foram explicados no projeto apresentado pela petrolífera. Diante destes equívocos, a empresa relatou que recorreria da decisão.

Frente às contestações da Petrobras, Rodrigo Coutinho também afirmou que não pode colocar composição política em decisões que são técnicas, que uma hora pode agradar um grupo de pessoas, mas que também vai desagradar a outros. Ademais, alegou que a negação do pedido não impedia que a empresa revisasse seu projeto e tentasse novamente. E foi o que aconteceu.

Em meados de agosto, a AGU (Advocacia-Geral da União) emitiu um parecer que, teoricamente, ajudaria o governo a seguir com o projeto³⁴¹. O parecer avalia que a AAAS (avaliação ambiental de área sedimentar) não é indispensável, então não pode impedir o licenciamento de projetos de exploração de combustível no país. Porém, a

³³⁷Artigo escrito em setembro de 2023.

³³⁸Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET - Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com

³³⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁴⁰<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/nao-cabe-composicao-politica-em-decisao-tecnica-diz-presidente-do-ibama-sobre-explorar-petroleo-no-amazonas/>

³⁴¹<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/parecer-da-agu-abre-caminho-para-governo-avancar-com-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas.shtml>

falta dessa avaliação também foi um dos motivos contestados pelo IBAMA ao negar o pedido em abril, apesar do Ministério do Meio Ambiente declarar que o IBAMA impediu o licenciamento pela falta de esclarecimento sobre inconsistências do projeto, e não pela inexistência da AAAS, apesar de ser importante economicamente e ambientalmente.

Diante disso, a AGU argumenta que o STF possui precedentes que indicam que a viabilidade ambiental pode ser contestada apenas no licenciamento, e não por meio de avaliações, como a AAAS. Nos próximos dias, a AGU declarou que a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) convidará representantes dos ministérios envolvidos para avaliar a situação e a possibilidade de conciliação.

O enredo acaba por dividir dois lados: o primeiro em defesa do desenvolvimento, que enxerga essa oportunidade na foz do Amazonas como uma chance única, enquanto o lado oposto acredita que esse projeto padecerá de consequências ambientais, além de que essas construções de discurso sobre encontrar uma forma não agressiva seriam apenas um disfarce à distopia que resultaria dessa exploração.

Como confiar uma área tão importante ecologicamente à exploração de combustíveis fósseis? Será que é realmente uma decisão política sensata? Não seria esse licenciamento uma abertura de portas para que a Amazônia se torne cada vez mais atrativa para a exploração de outros recursos (apesar de já ser explorada, até mesmo ilegalmente)?

A área na qual a reserva do petróleo foi encontrada, que a Petrobras vislumbra para seu projeto, conta com a presença de unidades de conservação, terras indígenas, mangues, além da biodiversidade marinha. São muitas as espécies em extinção abrigadas nesse local: boto-cinza, boto-vermelho, peixe-boi marinho, baleia-fin, entre outras.

Toda a disputa em torno do tema contribui para que as pressões sobre as instituições aumentem, principalmente quando se fala em uma decisão tão importante. É vital que órgãos como o IBAMA, à frente de uma deliberação como essa, assumam seus postos e tomem suas decisões com base em seus papéis.

O presidente Lula apoiou as pesquisas para identificar se há petróleo no local. Segundo ele: “Nós tínhamos a Petrobras com uma plataforma preparada para fazer

pesquisa nessa região. Houve um estudo do IBAMA que dizia que não era possível, mas esse estudo do IBAMA não é definitivo, porque eles apontam falhas técnicas que a Petrobras tem o direito de corrigir. Estamos discutindo isso”. Além disso, comentou que quer continuar com o sonho de explorar petróleo na região.

Alguns países, que também exploram no local, já estão sinalizando contra a exploração desse petróleo. Isso pelo fato de que seus líderes e população coincidem no argumento de que a exploração não compensa os impactos que surgem ao meio ambiente³⁴². Gustavo Petro, presidente da Colômbia, não assinou contratos novos relacionados ao petróleo desde 2022, quando assumiu o cargo. Segundo ele: “Há um enorme conflito ético [em explorar petróleo na região amazônica], sobretudo de forças progressistas, que deveriam estar ao lado da ciência [...]. A direita tem um fácil escape, que é o negacionismo. Negam a ciência. Para os progressistas, é muito difícil. Gera então outro tipo de negacionismo: falar em transições”. É importante que se tenha cuidado com o que muito vale. Que tipo de cuidado é esse que ameaça desolar a diversidade da maior floresta tropical do mundo?

Como confiar em um projeto que não prevê nem atendimentos de emergência à fauna em caso de derramamento de óleo? São tantos os casos como esse que ocorrem, e mesmo assim as empresas não tomam atitudes necessárias para lidar com riscos reais. E, além disso, depois que o desastre ocorre, insistem em dizer que foi um acidente.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, disse em relação ao projeto enviado pela Petrobras: “O IBAMA não dá licenças políticas. O IBAMA dá licenças técnicas. [...] Não existe conciliação para questões técnicas, não tenho como dizer diferente. Porque não posso colocar numa rodada de conciliação a Anvisa, para decidir, por decisão administrativa, se aquele remédio é tóxico ou não. A mesma coisa são os processos técnicos de licenciamento do IBAMA”.

Cada instituição possui seu dever, suas atribuições. Ou seja, o IBAMA precisa levar em conta suas atribuições, empregando as suas competências para decidir o que fazer, e não agir sob a pressão de outros órgãos para que um projeto com riscos ambientais concretos siga em frente e aja com descaso em relação às populações indígenas, ao meio ambiente e aos milhares de brasileiros que realmente se importam com o futuro ambiental. É importante que se tenha cuidado com o que muito vale. Que

342

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/08/26/Como-%C3%A9-a-explora%C3%A7%C3%A3o-de-petr%C3%B3leo-nos-pa%C3%ADses-da-Amaz%C3%B4nia>

tipo de cuidado é esse que convém desconsiderar a diversidade da maior floresta tropical do mundo?

No entanto, para um país periférico como o Brasil, qualquer decisão tomada acerca da exploração dessa reserva de petróleo na bacia amazônica, terá implicações sérias e isto se deve ao descaso dos países mais ricos com a questão ambiental. Se estivéssemos em franco processo de transição energética, seria um consenso mundial de que essa ou qualquer outra reserva de petróleo não deveria ser explorada.

Contudo, apesar da emergência climática, ainda não estamos em amplo processo de transição energética e, por esse motivo, o petróleo ainda constitui uma commodity de grande valor, não fazendo sentido do ponto de vista econômico a não exploração desse petróleo. Porém, do ponto de vista ambiental, consiste numa tragédia imensa, dada a centralidade dos combustíveis fósseis no processo de aquecimento do planeta.

Então, na verdade, a questão que irá se tornar mais central em torno da exploração dessa reserva de petróleo ficará em torno da luta para que essa exploração e a riqueza dela resultante seja apropriada pelo povo brasileiro, considerando que país periférico, com limitada soberania, desfruta muito pouco dos recursos que dispõe, sobretudo quando se trata de petróleo.

A retomada das (boas) relações diplomáticas brasileiras³⁴³

*Lenilson Guedes Brandão Filho³⁴⁴
Águida Cristina Santos Almeida³⁴⁵*

Durante muitos anos, mais precisamente durante a última gestão da presidência da república, o Estado brasileiro foi desviado de sua boa prática internacional no que tange às relações diplomáticas. Em nossa Constituição existe uma série de objetivos nos quais o Estado deve ser guiado para a condução de sua política externa, tais como: a resolução pacífica dos conflitos, a autodeterminação dos povos e a não-interferência. Contudo, apesar de claro em nossa Constituição, o ex-presidente Jair Bolsonaro não conduziu nossas relações diplomáticas conforme dita a nossa Constituição. Diversas foram as vezes em que atacou diversos países por meras divergências ideológicas e/ou políticas.

Com isso, a diplomacia brasileira – respeitada mundialmente pela boa condução de seus deveres, desde o período da redemocratização do país – sofreu fortes ataques oriundos de chefes de Estado e políticos mundo afora. Um caso claro que deve ser destacado foi a má conduta de Bolsonaro com relação ao então chefe de Estado da França, Emanuel Macron, no episódio em que Bolsonaro retaliou o presidente francês acusando-o de “ensejar um ataque à Amazônia e relativizar a soberania nacional brasileira” após o presidente francês cobrar do então presidente brasileiro políticas de proteção ao meio ambiente. Além disso, promoveu ataques à primeira-dama francesa, transformando a cena em vexame internacional.

Ademais, durante a pandemia de 2020, Bolsonaro deferiu ataques ao nosso maior parceiro comercial: a China. Proferindo palavras que se mostrariam, posteriormente, como vergonha nacional. Inclusive, durante a pandemia, Bolsonaro atacou a vacina desenvolvida pelo instituto Butantã, em parceria com a China. Tal

³⁴³Artigo escrito em setembro de 2023.

³⁴⁴Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: lenilson.guedes@estudante.ufcg.edu.br

³⁴⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/discurso-de-lula-na-onu-foi-severo-bem-articulado-e-sem-monotonia-di-z-rubens-ricupero/>

⁵Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/02/com-intensa-agenda-internacional-lula-recupera-espaco-do-pais-na-politica-externa-mas-patina-sobre-guerra-na-ucrania-avaliam-especialistas.ghtmlpobres/#:~:text=A%20infla%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20mais,Instituto%20de%20Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada>.

atitude mostra a verdadeira face da política de Bolsonaro: a governança guiada pelo ódio.

Diante disso, após diversas falas que prejudicaram a imagem do Brasil em relação a diferentes países do globo, urgia que uma nova política externa fosse adotada visando a recuperação da boa relação do Brasil com os demais Estados. Então, trazendo a discussão para o cenário atual, pode-se afirmar que a atual gestão está “limpando a casa”, isto é, restabelecendo as relações, recompondo a visão do Brasil perante o mundo e fazendo o jogo da “boa vizinhança”. Após nove meses de mandato, o atual presidente Luís Inácio Lula da Silva já passou por mais de 12 países e permanece no exterior para posteriores encontros com chefes de governo e outras figuras políticas. Tem buscado fortalecer e ampliar o BRICS e passou a presidir o G-20.

Cumprindo agenda na ONU, Lula realizou seu primeiro discurso e mostrou para o mundo que o Brasil voltou a ter compromisso com a busca pela igualdade e pela paz. O discurso do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva na Assembleia Geral da ONU foi marcante e merece reconhecimento. Lula demonstrou sua habilidade excepcional de comunicação ao abordar questões cruciais que afetam não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro. Sua mensagem de solidariedade, inclusão e cooperação global soou como uma marca da volta da diplomacia e dos “apertos de mão” como solução dos problemas, enfatizando a importância da unidade para enfrentar desafios globais como a fome, as mudanças climáticas e a desigualdade.

Nesse contexto, a atual gestão brasileira está demonstrando um claro compromisso em restaurar as relações diplomáticas do país após anos de turbulência, vexames e contendas internacionais. A nova abordagem do governo brasileiro finalmente está voltando a ser o que já foi, ou seja, demonstrando respeito e compromisso na busca pela paz, à cooperação global e no respeito à soberania dos diferentes povos e nações, que estão novamente no centro das políticas externas do Brasil. Esse retorno à diplomacia construtiva e ao diálogo aberto com a comunidade internacional é um passo fundamental à recuperação da boa imagem do Brasil no cenário global. O Brasil está, mais uma vez, abrindo as portas para a colaboração e o entendimento mútuo com outros países, fortalecendo assim seu papel como ator responsável nas relações internacionais, num contexto que Lula se consolida como uma das maiores lideranças mundiais.

Portanto, é de suma importância ressaltar que o atual momento construído pelo Brasil (o Presidente Lula e a diplomacia brasileira), no tocante à política externa, se traduz em um ponto de inflexão que marca a nova imagem do Brasil. Voltamos a ser o país de todos e para todos. Voltamos a ser o país que se preocupa com a fome. Voltamos a ser o país dos brasileiros, e não só dos mais abastados. A diplomacia retoma seu papel de ser o palco principal das negociações e dos grandes debates internacionais, com isso, traz de volta a esperança de termos novamente a consolidação de importantes acordos para o Brasil e não só com os países historicamente alinhados politicamente, mas ampliando a base de diálogo e cooperação, inclusive com o maior parceiro comercial do Brasil que é a China, diretamente atacada na gestão Bolsonaro. A política externa está sendo tratada novamente com seriedade.

Governo Lula 3 e as medidas pró-povo – vamos celebrar!!³⁴⁶

Águida Cristina Santos Almeida³⁴⁷

Como bem se sabe, o Governo Lula 3 está sustentado numa base política de frente ampla, a qual é aglutinada basicamente pela bandeira da democracia, considerando que enquanto gestão da economia somente os partidos progressistas compartilham de uma condução que contemple o povo, sobretudo os mais vulneráveis, quando da execução do orçamento público. Além de uma frente ampla que discorda em boa parte dos temas fundamentais que devem nortear a ação política, o governo Lula 3 conta com um perfil de Congresso bastante conservador e não conta com o apoio da burguesia, que gastou uma fortuna para reeleger Bolsonaro.

Ou seja, o governo Lula 3 padece de um contexto político muito mais desafiador quando dos governos Lula 1 e 2, e do ponto de vista social, o bolsonarismo é uma realidade posta, sem prazo para ser diluído e transformado numa força social promissora e positiva aos destinos do Brasil. Para completar o cenário de adversidades, cabe adicionar a racionalidade neoliberal que segue controlando as mentes, e a aprovação da nova âncora fiscal, sob a qual a austeridade fiscal tem espaço privilegiado, associada com a escandalosa gestão de Campos Neto no Banco Central, que mantém o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial de juros, contribuindo para inviabilizar o mandato de Lula.

Não obstante, em meio a tantos desafios e adversidades, o povo brasileiro voltou a ter o que comemorar na condução política econômica do país, deixando claro que por mais que os governos de todos os espectros políticos estejam comprometidos e/ou enredados com a cilada da agenda neoliberal, governos de direcionamento mais progressista contemplarão medidas que chegarão ao povo, sejam os trabalhadores ou a população mais vulnerável social e economicamente, que comumente não consegue se inserir no mercado de trabalho, ou quando consegue, essa inserção se dá de modo extremamente desfavorável.

Desse modo, o presente artigo de opinião tem por finalidade registrar algumas medidas pró-povo aprovadas até o momento pelo atual governo, considerando que desde o impedimento da presidente Dilma Rousseff o povo brasileiro vem acumulando

³⁴⁶Artigo escrito setembro de 2023.

³⁴⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia.
E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

uma série de reveses, com perdas de direitos e garantias e a quase implosão do mercado de trabalho, que atualmente possui quase metade da população ocupada na informalidade.

Assim, acredito ser pertinente deixar registradas as conquistas que começam a emergir no horizonte, alimentando a esperança, em meio à apreensão ainda patente. Em primeiro lugar, gostaria de registrar a aprovação da medida que voltou a garantir poder de compra ao salário mínimo, conquista que já aconteceu e foi destruída, em 2019, quando Bolsonaro assumiu a presidência. A nova regra foi aprovada em medida provisória no mês de agosto e sob esta, o salário mínimo voltou a ser corrigido pela inflação do ano anterior, mais a média de crescimento dos dois anos anteriores. No texto da medida provisória mencionada foi inserido ainda o aumento da faixa de renda isenta no imposto de renda, que aumentou de R\$ 1903 para R\$ 2.640, com expectativa de alcançar R\$ 5.000 até o final do mandato do presidente Lula³⁴⁸.

Em segundo lugar, gostaria de destacar o lançamento do programa Brasil Sem Fome³⁴⁹, no final de agosto, com o propósito de retirar o Brasil do Mapa da Fome, mais uma vez, considerando que o país tinha saído dessa condição em 2014, para retornar quatro anos mais tarde, ou seja, logo após o impeachment da Presidente Dilma Rouseff. O programa contará com 80 ações e será gerido por uma Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), composta por 24 ministérios sob a liderança da pasta de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O programa tem como propósito garantir acesso à renda, à cidadania e redução da pobreza.

No lançamento do referido Programa o Presidente Lula fez a seguinte fala “Não tem nada mais sagrado do que uma mãe colocar sua família em torno de uma mesa e poder servir uma comida farta, para a pessoa comer até encher o bucho, para a pessoa comer até dizer que não quer mais todo santo dia. Porque aí as pessoas não vão mais ficar doentes, as pessoas vão ter muito mais saúde, as pessoas vão poder trabalhar, viver mais dignamente. O Brasil Sem Fome é isso. não é só a comida, é a qualidade de vida que a gente tem de dar ao povo”. Considerando que o presidente Lula, na infância, juntamente com sua mãe e irmãos, viveram a mazela da fome na “pele”, custa crer que o

³⁴⁸ Senado aprova MP com aumento do salário mínimo e correção do IR:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-mp-com-aumento-do-salario-minimo-e-correcao-do-ir/>

³⁴⁹ Lula assina decreto para a criação do plano Brasil Sem Fome

<https://jornalggn.com.br/cidadania/lula-assina-decreto-para-a-criacao-do-plano-brasil-sem-fome/>

mesmo possa usar de modo leviano esse tipo de sofrimento, como é comum em políticos populistas, sem nenhuma conexão com o povo.

Em terceiro lugar, gostaria de destacar que esse ano o presidente Lula já demarcou algumas terras indígenas, medida essencial não somente à proteção desses povos originários, mas, sobretudo à preservação ambiental, tão urgente e necessária nos tempos atuais. No mês de setembro foi assinada a demarcação de duas terras indígenas: Rio Gregório: área dos povos Katukina e Yawanawá, localizada no Acre e Acapuri de Cima: área do povo Kokama, localizada no estado do Amazonas. No mês de abril foram demarcadas outras seis terras indígenas que há anos aguardavam a demarcação, depois de cinco anos sem nenhuma demarcação ter sido feita. Além disso, foram destinados recursos do Fundo Amazônia para áreas em degradação ambiental, atingidas pelo desmatamento (R\$ 600 milhões)³⁵⁰.

Não menos importante é destacar que o governo está na disputa pela tributação dos mais ricos; pela redução dos juros no rotativo do cartão de crédito, com um grupo de trabalho em ação na busca por essa medida tão fundamental, considerando que os juros do rotativo do cartão de crédito passam de 400% ao ano no Brasil e com um grupo de trabalho em ação para aprovar, junto às empresas de aplicativos, melhorias aos trabalhadores uberizados vinculados às plataformas digitais.

Mas, seguindo com as conquistas já seladas, gostaria de destacar ainda a revisão de Lei de Cotas, incluindo os quilombolas e estendendo às cotas à pós-graduação. A revisão da Lei estava prevista para o ano de 2022, quando do aniversário de dez anos da aprovação da mesma. Contudo, a revisão da Lei precisou esperar pelo novo governo para que ocorresse e fosse ampliada e melhorada³⁵¹.

Para finalizar gostaria ainda de destacar duas importantes medidas: a permanente inclusão de famílias no Programa Bolsa Família ao longo do ano e o relançamento do novo PAC, que prevê a retomada do investimento público, principal motor do

³⁵⁰ Lula assina demarcação de duas terras indígenas:

<https://www.nexojornal.com.br/extra/2023/09/05/Lula-assina-demarca%C3%A7%C3%A3o-de-duas-terras-ind%C3%ADgenas>

Lula promete demarcar terras indígenas e áreas de proteção ambiental:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lula-promete-demarcar-terras-indigenas-e-areas-de-protECAo-ambiental/>

³⁵¹ Lei de Cotas: os principais desafios dos próximos 10 anos:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/08/13/Lei-de-Cotas-os-principais-desafios-dos-pr%C3%B3ximos-10-anos>

Câmara aprova revisão de lei de cotas e inclui quilombolas e pós-graduação:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-revisao-de-lei-de-cotas-e-inclui-quilombolas-e-pos-graduaCAo/>

crescimento econômico e gerador de milhões de empregos. Com relação ao programa Bolsa Família, somente no mês de setembro foram incluídas 550 mil novas famílias³⁵². Desde março quando o programa foi relançado foram incluídas 2,15 milhões de famílias e na totalidade o programa possui 21,47 milhões de famílias beneficiadas. É fundamental destacar que no âmbito do Programa estão famílias em condição de pobreza, com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, que estejam frequentando a escola e com o cartão de vacina atualizado.

Com relação ao PAC, o governo relançou o programa com uma expectativa de gastar R\$ 1,7 trilhão em áreas econômicas e sociais essenciais ao desenvolvimento do país e à retomada do crescimento econômico, sendo a maior parte desses gastos oriunda do governo, seja do orçamento da União ou das estatais³⁵³.

Enquanto o presidente Lula e parcela dos membros do Congresso Federal “remam contra a maré” de Arthur Lira e da corja que ele representa (seja esta corja oriunda de políticos do centrão ou de membros da burguesia), para promover alguma melhora nas condições de vida do povo brasileiro e para viabilizar as condições de uma retomada da economia, o mercado financeiro detona a avaliação do governo, numa pesquisa recente feita pela Quaest, com argumentos levianos de uma suposta incerteza quanto ao rumo da situação fiscal³⁵⁴.

Perante todo o sofrimento imposto ao povo brasileiro desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, é assustador ter a clareza do absoluto descolamento do mercado financeiro da sociedade e do imenso desafio aos políticos que entendem o que está em jogo, ou seja, a vida e sobrevivência de milhões e milhões de pessoas. É tenso demais saber que para manter a governabilidade, um governo que entende tudo que está em questão, precisa renunciar a muitas frentes da batalha e ceder de uma forma desonrosa, para que no final das contas a vida do povo possa melhorar um ‘bocadinho’, um ‘tantinho’. Parafraseando Gonzaguinha: ‘E vamos à luta’.

352

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/bolsa-familia-e-auxilio-gas-comecam-a-ser-pagos-nesta-segunda-feira-18-veja-calendario.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

353 Lula lança novo PAC com investimento previsto de R\$ 1,7 tri

<https://www.nexojornal.com.br/extra/2023/08/11/Lula-lan%C3%A7a-novo-PAC-com-investimento-previsto-de-R-17-tri>

354 A avaliação do mercado financeiro dos 8 primeiros meses de governo Lula, segundo pesquisa:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-avaliacao-do-mercado-financeiro-dos-8-primeiros-meses-de-governo-lula-segundo-pesquisa/>

Segunda corrida espacial: a lua como palco de uma dança cósmica de exploração³⁵⁵

*Helen Amanda Da Silva Barbosa³⁵⁶
Águida Cristina Santos Almeida³⁵⁷*

Na imensidão do cosmos, o satélite natural da Terra (a Lua) torna-se protagonista principal na emocionante era das descobertas científicas, que impulsiona a “segunda corrida espacial”, esta nova corrida espacial não é apenas um eco da competição histórica da Guerra Fria, mas sim, uma busca por descobertas científicas, conquistas tecnológicas e oportunidades económicas que poderiam mudar o curso da história humana. Neste artigo, mergulharemos nesse fascinante espetáculo cósmico, no qual a Lua desempenha um papel central. Vamos explorar os motivos que impulsionam essa corrida, as missões que visam a Lua e, o mais importante, o impacto que essa dança cósmica pode ter em nossa compreensão do universo e em nossos esforços para garantir um futuro sustentável e energético para o nosso planeta.

Para começar, é importante voltar para o período no qual o mundo estava no ápice das tensões políticas, pois foi nesse período que um dos maiores marcos da humanidade aconteceu, sendo ele, as primeiras viagens à Lua. Que dentro desse cenário, a Lua foi palco de uma dança dramática de caráter geopolítico, ou seja, as primeiras viagens à Lua foram impulsionadas pela demonstração de poder tecnológico e militar das principais potências da época EUA e URSS, que estavam inseridas no contexto histórico da Guerra Fria, pós Segunda Guerra Mundial.

Após a Guerra Fria, os esforços para continuar enviando equipes se tornaram cada vez mais inviáveis, primeiramente, porque o objetivo de mostrar poder já tinha sido cumprido e secundamente, é muito caro o custeio de todo o processo que leva ao lançamento de naves à Lua. Então, durante décadas pouco se pensou em voltar à Lua. Porém, o avanço da tecnologia, possibilitou pesquisadores avançarem em suas pesquisas e encontraram no nosso satélite natural diversas informações que podem mudar o mundo como conhecemos hoje e que trouxe à tona novos planos em voltar à Lua.

³⁵⁵Artigo escrito em setembro de 2023.

³⁵⁶Graduanda do curso de Ciências Económicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Económica (GAACE). E-mail: helenamanda122@gmail.com.

³⁵⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Enquanto a humanidade volta seu olhar novamente para o universo, a Lua assume o papel de um protagonista essencial, palco de uma verdadeira dança cósmica de exploração. Ou seja, as novas viagens à lua são almeçadas pelos distintos interesses, entre eles destaca-se a exploração de recursos especiais (como água e hélio-3), e a criação de uma base de exploração do sistema solar. Já que nosso sistema solar é contemplado com riquezas e materiais preciosos, como ouro e platina, sendo assim, uma futura mineração espacial já é algo considerado pela comunidade científica e por líderes de grandes potências económicas, como pode ser visto na matéria da revista Forbes “Mineração espacial: cientistas descobrem dois asteróides cujos metais preciosos excederiam as reservas globais”.

Mas como a Lua impactaria nessa exploração? É de entendimento das grandes agências espaciais que a Lua é indispensável para obter sucesso nesse tipo de exploração, pois a lua não possui uma atração gravitacional tão forte como a terra, desta forma, é mais fácil lançar foguetes da lua, pois precisaria de menos força, ou seja, menos combustível para lançar um foguete no espaço. Além disso, a lua fica bem na borda externa da gravidade da terra, o que significa que é fácil escapar completamente da atração gravitacional da terra, sem contar com o arrasto e o atrito com o ar que é inexistente na lua, por causa da falta de atmosfera no satélite natural da terra, sendo assim, essas características reduzem drasticamente os custos da exploração do sistema solar. Além disso, foi recentemente confirmado por pesquisadores chineses que a lua é berço de hélio-3, elemento que segundo alguns cientistas pode solucionar o problema energético do planeta.

O hélio-3 é uma forma isotópica não radioativa do hélio com dois prótons e um neutrão no núcleo atômico, que se forma por meio de reações nucleares em processos estelares e cósmicos. Na Terra o hélio-3 é produzido como subproduto da manutenção de armas nucleares o que rende quantidades insignificantes de hélio-3. Sendo assim, na Terra não se dispõe desse elemento naturalmente, porque o planeta não obtém um ambiente propício para a formação deste elemento, mas a situação muda de rumo se considerarmos o satélite natural da Terra que não dispõe de uma atmosfera como a do nosso planeta, sendo assim, a radiação ultravioleta advinda do sol choca-se diretamente com o solo lunar que absorve a radiação e o hélio-3. O hélio-3 pode ser usado como combustível nos reatores de fusão nuclear, pois se trata de uma forma estável de hélio

que pode ser aquecida a temperaturas extremamente altas com relativa facilidade, o que é essencial para iniciar e manter reações de fusão.

Segundo o Instituto de Física da USP: “A fusão nuclear é um processo em que dois núcleos se combinam para formar um único núcleo, mais pesado”, esse processo libera uma quantidade significativa de energia, de acordo com a famosa equação $E = mc^2$ de Albert Einstein, onde E representa energia, m representa massa e c é a velocidade da luz. É exemplo da fusão nuclear o processo que acontece no núcleo do sol onde o hidrogênio é convertido em hélio. A principal vantagem da fusão nuclear é que ela não gera resíduos radioativos de longa duração e usa combustível abundante na Terra, como o hidrogênio, como também não produz emissões de gases de efeito estufa e, portanto, não contribui para as mudanças climáticas. Então se os desafios para estabelecer a fusão nuclear forem solucionados, teríamos o potencial de fornecer uma fonte quase inesgotável de energia, pois a quantidade de hidrogênio presente na Terra é vasta, e a energia liberada por meio da fusão nuclear é muito maior do que a energia consumida pela humanidade.

Falando em desafios, segundo Sérgio Sacani³⁵⁸; o processo de extração do hélio-3 seria através de mineração, o qual não seria uma tarefa fácil, pois vai precisar processar as rochas lunares, tirar o gás e guardá-lo, e esse processo gera toda uma curva de aprendizado e uma tecnologia que carece ser desenvolvida para essa finalidade. Porém, esse processo de extração pode ser facilitado, uma vez que os pesquisadores descobriram bolhas de hélio-3 em amostras trazidas pela missão espacial Chang'e-5 em 2020, esse fato reacendeu a expectativa dos pesquisadores de extrair esse elemento mais facilmente.

Outrossim, atualmente temos apenas alguns países que conseguiram os meios materiais e o poderio tecnológico para participar dessa dança cósmica de exploração, o que significa que poucos países conseguiram o feito de pousar na lua, sendo eles: os EUA, URSS, China, Índia e Jaxa (Agência Japonesa de Exploração Aeroespacial) busca tornar o Japão o quinto país a pousar na Lua. Porém, dentre esses países, duas das maiores potências mundiais se destacam nessa corrida espacial para disputar o papel principal nessa dança, sendo elas os EUA e a China, primeira e segunda maiores economias do mundo respectivamente.

³⁵⁸ Youtuber, formado em geofísica pela USP, mestre em Engenharia do Petróleo e doutor em Geociências pela UNICAMP.

Sendo assim, segundo o jornal Estadão, depois da missão Artemis I, que foi bem-sucedida, os EUA pretendem voltar à Lua em dezembro de 2024 na missão Artemis II fazendo o primeiro voo tripulado do programa, onde pretendem testar a cápsula Orion com tripulação a bordo e levar astronautas em órbita lunar para estudar e se familiarizar com a Lua. Seguidamente, caso a missão Artemis II obtenha sucesso, será encaminhada a missão Artemis III, onde já se especula a data de lançamento entre 2025 e 2026. A missão Artemis III tem como objetivo levar astronautas à superfície da Lua e pousar no Polo Sul da Lua onde foi comprovado cientificamente que existe a presença de água em forma de gelo. Uma vez na Lua, os astronautas conduziram experimentos científicos, coletaram amostras e exploraram a superfície lunar. O objetivo é expandir nosso conhecimento sobre a Lua e testar tecnologias para futuras missões. A prevista missão Artemis III faz parte dos esforços da NASA para estabelecer uma presença sustentável na Lua. A missão ajudará a desenvolver a experiência e a infraestrutura necessárias para missões mais longas e construção de uma base lunar. Durante a missão, a NASA testará tecnologias-chave, incluindo o módulo de pouso, que será uma versão da Starship da SpaceX, e trajes espaciais para exploração lunar.

Já por outro lado está a China, um país em desenvolvimento que ao longo dos anos passou por um processo de evolução estrutural e tecnológica de se admirar, e seu programa espacial veio começar a ser representativo de fato no século XXI com a missão Shenzhou-1, que pretendia levar uma tripulação para o espaço. Conquista que aconteceu com sucesso em 2003 com a missão Shenzhou-5, seguidamente pela missão Shenzhou-6 e Shenzhou-7. Que também tiveram sucesso em levar equipes ao espaço.

Mas foi em 2007 que a China mudou de patamar e mostrou ao mundo do que seu programa espacial era capaz com a missão Chang'e-1, a qual lançou uma sonda que entrou em órbita lunar no dia 05 de novembro de 2007. Após um ano de seu lançamento foi divulgado o mapa completo em 3D de alta resolução da superfície do nosso satélite, o mais detalhado e acurado mapa já feito da superfície lunar até então, proveniente de dados recolhidos pela sonda entre novembro de 2007 e junho de 2008.

As missões Chang'e-2 e Chang'e-3 fizeram feitos impressionantes, mas não se comparam com a missão Chang'e-4, ela pousou na cratera lunar Von Karman no dia 3 de janeiro de 2019 e instalou o Rover Yutu-2 para explorar a bacia do Polo Sul-Aitken, a maior e mais velha cratera do "lado oculto da Lua", sendo a primeira sonda a pousar suavemente no "lado oculto da Lua". Além disso, recentemente em 23 de novembro de

2020 a missão Chang'e-5 que também foi bem-sucedida, depois de mais de 20 dias em órbita da Lua, a sonda trouxe de volta à Terra cerca de dois quilos de amostras do solo lunar. Mas não só isto, as pesquisas dessas amostras tiveram os resultados esperados, já que através dessas amostras, pesquisadores chineses descobriram bolhas de hélio-3 deixando assim um rastro de boas expectativas à comunidade científica. Ora, também é importante destacar que já é de conhecimento dos pesquisadores chineses por onde essas bolhas de hélio-3 estão distribuídas pelo território lunar, “território visível” e “território oculto”, tornando assim mais fácil a mineração desse elemento indispensável à revolução energética do planeta e colocando a agência espacial da China CNSA (Administração Espacial Navio da China) no mesmo patamar de outras grandes agências de exploração espacial.

Além dos grandes marcos já alcançados, a China tem uma boa expectativa para o futuro, fazendo parte de alguns dos seus planos colocar seus primeiros astronautas na Lua e enviar sondas para coletar amostras de Marte e das luas de Júpiter, até 2030. No entanto, há grandes desafios a serem superados, desde a tecnologia de mineração lunar até a cooperação internacional. Deste modo, à medida que os donos do poder e do dinheiro seguem essa exploração desenfreada que já excede os limites do nosso planeta natal, seguimos essa jornada em rumo a um futuro desconhecido temeroso para uns e emocionante para outros, onde a Lua mais uma vez desempenha o papel de protagonista em uma nova corrida espacial, sendo dessa vez em busca da exploração de elementos preciosos e na compreensão da humanidade acerca dos mistérios do universo.

Desafios do novo desenvolvimentismo brasileiro³⁵⁹

*Júlia Farias V Caminha*³⁶⁰
*Águida Cristina Santos Almeida*³⁶¹

Após o intenso afornte neoliberal iniciado nos anos 1980, o Brasil viveu durante as primeiras duas décadas do século XXI a esperança de uma retomada desenvolvimentista. É nesse sentido que uma nova abordagem sobre como proferir avanços no que se chama “desenvolvimento econômico” que o Novo Desenvolvimentismo ganha espaço³⁶², uma nova teoria do desenvolvimento que resgata a centralidade do Estado na promoção das regras e estruturas que possibilitem políticas em prol do desenvolvimento das economias periféricas em seu projeto de expansão e de conquista de espaço no cenário mundial, no entanto, sem “radicalizar-se” para uma doutrina que nega a importância do mercado, da competição e, principalmente, do setor externo da economia, como fontes e ferramentas essenciais à sobrevivência das economias subdesenvolvidas modernas.

Segundo o economista e cientista político Luiz Carlos Bresser-Pereira, o novo desenvolvimentismo não é exatamente uma teoria, mas sim uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada especialmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. Para ele, essas estratégias permitem que os países subdesenvolvidos tracem planos de ação que os possibilitem ser autossuficientes, indo além das pressões neoimperialistas que os países desenvolvidos os impõem, tais como a liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos e o crescimento advindo da poupança externa. Além do mais, duas questões são fundamentais para entender e agir em prol de solucionar uma demanda estruturalmente decrescente, a tendência de os salários aumentarem abaixo da produtividade e a tendência à sobrevalorização cambial.

Na América Latina, quando as regras implementadas do Consenso de Washington foram escancaradas em sua ineficiência em traçar um caminho de independência para as economias periféricas e com o desenvolvimento de economias como a chinesa, indiana e indonésia que adotaram estratégias de crescimento, não somente diferentes, mas de

³⁵⁹Artigo escrito em setembro de 2023.

³⁶⁰Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do PET-Economia. E-mail: juliafarias.uniufcg@gmail.com;

³⁶¹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁶² Bresser-Pereira, Luiz. DO ANTIGO AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA, *The Oxford Handbook of Latin American Economics*, Oxford University, vol.1, p. 108-129, 11 de novembro de 2010. Niederle, Paulo. et al. ESTADO, DESENVOLVIMENTO E NEODESENVOLVIMENTISMO. In: Niederle, Paulo

negação às políticas propostas dos países desenvolvidos para a periferia mundial, foi que começou a se enxergar mudanças na representação política dos interesses nacionais, tendo governos de esquerda e nacionalistas assumido o comando das decisões em torno da dinâmica político-econômico de suas respectivas nações.

É nesse panorama que vimos que no Brasil o período mais agudo para a projeção das estratégias neodesenvolvimentistas – sinônimo de novo desenvolvimentismo – se deu durante os governos do Partido dos Trabalhadores, em especial nos dois primeiros governos Lula. Entretanto, muito embora as expectativas tenham sido grandes, agora em 2023 podemos afirmar com toda a convicção que quaisquer que tenham sido as políticas e estratégias postas em prática durante esse período, pouca foi a durabilidade das limitadas mudanças da governança em direção a um Brasil gerido por uma lógica desenvolvimentista. Atualmente é quase impraticável negar o quanto a doutrina neoliberal, embora frágil teoricamente, foi resistente às mais diversas conjunturas e perdurou dentro da sociedade e do Estado brasileiro, sendo ainda sua superação o maior desafio a ser driblado e superado para que haja uma transição real entre os paradigmas utilizados na gerência da economia nacional.

Talvez uma questão que nos ajude a compreender os porquês desse fato seja a relação entre a ideologia neoliberal e o neodesenvolvimentismo, em especial no que concerne às funções do mercado e do Estado, pois enquanto a doutrina neodesenvolvimentista enxerga a necessidade de um Estado forte para permitir a consolidação de um mercado nacional forte, sem que haja contradições ou relações absolutamente antagônicas entre essas duas estruturas – Estado e mercado (que na verdade, coordenam o processo de acumulação de capital). Por seu turno, a doutrina neoliberal é uma ideologia essencialmente contra o Estado. O neoliberalismo é um modelo fundamentalista de mercado, ou seja, crê que o mercado é o mecanismo mais perfeito de coordenação das atividades econômicas e que intervir em seu *modus operandi* significa destruir sua habilidade de ajustar corretamente o mundo econômico. Desse modo, age para fortalecer a independência do mercado ao mesmo tempo em que atua no enfraquecimento do Estado enquanto agente de coordenação econômica, investidor em infraestrutura e até mesmo enquanto provedor de serviços sociais. O mais irônico de tudo é que foi justamente a ação dos Estados que permitiu, em grande medida, a construção dessa “engrenagem” que virou um monstro a assombrá-los e ameaçar as democracias liberais.

É sobre esse núcleo de enfraquecimento sistemático e persistente do Estado, enquanto instituição político-econômico e social, descaracterizando seus espaços e potencialidades no dinamismo dos setores de toda a economia política, que o novo desenvolvimentismo não conseguiu agir de modo a recuperar os danos já proferidos durante as décadas de hegemonia da ortodoxia convencional. Até mesmo porque os Estados se ‘embriagaram’ com a racionalidade neoliberal e foram se moldando a ‘Estados empresariais’.

Foi nesse aspecto que os governos mais desenvolvimentistas após o declínio neoliberal não conseguiram agir. Segundo Moraes e Saad-Filho o primeiro governo Lula foi pouco ou quase nada disruptivo em relação à macroeconomia utilizada por seus antecessores, enquanto em seu segundo mandato, embora tenha conseguido incorporar medidas de visão neodesenvolvimentista, como a geração e distribuição de renda, manteve intacto o núcleo das medidas macroeconômicas engendradas pelo receituário neoliberal e consumadas na política do tripé macroeconômico, formada pelo regime de câmbio flexível (que retirou do Estado boa parte do controle sobre o câmbio X a meta fiscal primária, que consolidou a austeridade como instrumento da política fiscal X o regime de metas de inflação, que colocou o controle da inflação como missão única do Banco Central).

Desse modo, se traduziu em uma política híbrida entre essas duas doutrinas antagônicas em que, hoje sabemos, a que estava a mais tempo atuando nos mecanismos estatais e na condução dos interesses sociais (ou seja, as políticas de recorte neoliberal) e teve mais vigor em garantir a continuidade de suas políticas insensatas. Além disso, o neoliberalismo segue cada vez mais latente no Estado brasileiro. Sem perspectivas de uma ruptura permanente com a doutrina que suga a vitalidade e a potência do único agente capaz de coordenar e impor limites às vontades insaciáveis do mercado, as barreiras ao desenvolvimento nacional, em especial a atuação dos “anti-Estado” dentro da política estatal, seguem como uma necessidade de ruína.

Sem o marco temporal podemos ter futuros desfiles diferentes³⁶³

*Rafael Tavares Requeijo³⁶⁴
Águida Cristina Santos Almeida³⁶⁵*

No carnaval de 2023, a escola de Samba Barroca Zona Sul desfilou homenageando o povo indígena Guaicuru, o intrigante foi que o total de componentes da escola, que eram 2000 pessoas, era maior do que total que a população dos Guaicurus restou nos últimos anos, isto é, depois de muita invasão, exploração, destruição e de muitos massacres, o que restou de toda uma identidade indígena foi menor do que o contingente de uma escola de samba. Na conjuntura socioeconômica brasileira esse processo que dizimou os Guaicurus e muitos outros povos originários parece que não tem fim, pois mesmo após de ter sofrido tantas mazelas, a classe do agronegócio usa das instituições (como já foi feito em muitos contextos históricos) para retirar o mínimo que os povos originários ainda tinham, que é o acesso às terras de seus ancestrais, com o pretexto de que o Brasil precisa assegurar a produtividade da terra para promover o crescimento e o superávit da balança comercial.

O marco temporal é a regra responsável por estipular que as terras indígenas que terão demarcação garantida serão somente aquelas que já estavam demarcadas no dia da promulgação da constituição de 1988. Desse modo, é uma tese que não considera os vários processos pelos quais as terras indígenas foram usurpadas, além de ignorar que a população originária é constantemente segregada pela estrutura econômica que foi construída no Brasil, com suas bases escravocratas, produtivistas, extrativistas e mercantilistas.

Com a decisão de tornar o Marco Temporal inconstitucional, o STF concede uma oportunidade muito importante para que muitas terras indígenas possam ser demarcadas, as quais estavam bloqueadas durante a tramitação do Marco. Conforme dados da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) existem 736 terras indígenas registradas no território brasileiro, no entanto, dentro desse montante há 247 que ainda estão em etapas iniciais de demarcação, além de que ainda existem 490

³⁶³,Artigo escrito em setembro de 2023.

³⁶⁴Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia.

³⁶⁵Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE, tutora do PET-Economia. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

pedidos que não tiveram suas análises terminadas³⁶⁶. Mas com o Marco Temporal sendo retirado ‘de cena’, a perspectiva é que será retomada a responsabilidade da União de demarcar e promover a proteção das terras indígenas, que já consta na Constituição Federal.

Em contrapartida, o setor do agronegócio já dá sinais de que sua produtividade que “salva” a economia brasileira será afetada por não haver Marco Temporal. Logo após a decisão do STF representantes dos produtores agrícolas foram na grande mídia defender que sem a regra do Marco haverá um caos no ramo agrário do país³⁶⁷, por conta de gerar insegurança jurídica e ferir o direito de propriedade privada. O grande receio do agronegócio é que os indígenas possam reivindicar qualquer terra com o uso da perícia de antropólogos alegando posse imemorial³⁶⁸, mas o STF já contradisse essa possibilidade, apontando que será buscado que os indígenas possam ter um maior vínculo e a ocupação tradicional³⁶⁹.

Outra narrativa que os agroexportadores divulgaram é a de que vão perder R\$ 210 bilhões no próximo ano caso o Marco Temporal não seja aprovado, desse modo, fica latente que a frente agrária perpetua o mesmo pensamento de quando o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados, com o foco de defender o direito de propriedade privada e a manutenção dos níveis de produtividade e os resultados para o saldo da balança comercial.

Outro aspecto disso é que na percepção dos donos de terras agrícolas, o maior problema da terra estar na posse dos indígenas seria a falta da produtividade do seu uso, por não terem o domínio da plantação comercial. Não obstante, a produtividade ainda será perpetuada, só que agora não será mais quantificada por seus montantes para o saldo de exportação, mas sim pelos seus benefícios hídricos, de biodiversidade e de absorção de carbono que aquela área proverá ao longo dos anos quando os povos

³⁶⁶ VICK, Mariana. **Além do veto ao marco temporal**: o que falta para demarcar. Jornal Nexo. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2023/09/21/AI%C3%A9m-do-veto-ao-marco-temporal-o-que-falta-para-demarcar>. Acessado em: 25/09/2023.

³⁶⁷ BRIGATTI, Fernanda. **Agro projeta prejuízo bilionário com fim do marco temporal**. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/09/agro-projeta-prejuizo-bilionario-com-fim-do-marco-temporal.shtml>. Acessado em: 25/09/2023

³⁶⁸ TOLEDO, Marcelo. **Ruralistas falam em ‘consequências drásticas’ após derrubada do marco temporal**. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/09/ruralistas-falam-em-consequencias-drasticas-apos-derrubada-do-marco-temporal.shtml>. Acessado em 25/09/2023

³⁶⁹ GABRIEL, João. OLIVEIRA, Thaise. HOLANDA, Marianna e WATANABE, Phillipe. **Derrubada de marco temporal no STF joga pressão sobre Senado**. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/09/derrubada-de-marco-temporal-no-stf-joga-pressao-sobre-senado.shtml>. Acessado em: 25/09/2023

originários promoverem a retomada da vegetação e das práticas sustentáveis em seus territórios que foram devastados.

Portanto, a queda da tese do Marco Temporal na votação do STF é um passo muito importante (lembrando que ainda haverá uma votação sobre o projeto de lei do marco temporal na CCJ do Senado, que pode reverter a decisão do STF) para que os povos originários tenham acesso aos territórios que costumavam conviver com a natureza e que promoviam a defesa dela. Essa temática é urgente, tendo em vista que conforme o avançar da crise climática e com a ineficiência dos instrumentos do capitalismo em amenizá-la, se torna evidente a importância da conservação florestal, o que torna os povos originários como estratégicos para essa transição focada no convívio equilibrado com os ecossistemas, no entanto, ainda muito a que ser feito, pois mesmo com 13% do território brasileiro sendo indígena, apenas 36,7% da sua população vive nessas regiões.

Desse modo fica claro como os avanços dos empreendimentos nas florestas impactou em grande escala as cosmovisões desses povos, as quais permitem uma convivência harmônica com a natureza, principalmente, por terem uma relação de mutualidade com o ecossistema (os indígenas protegem 80% da biodiversidade das matas³⁷⁰), e não uma relação de depredação/parasitismo que as economias tem com seus biomas, movidas pelo tal ‘desenvolvimento’, ‘crescimento econômico’, os quais promovem um ataque à natureza e uma ameaça ao equilíbrio do planeta. É preciso defender ao máximo suas raízes por conta de precisarmos delas para construir políticas ambientais complexas que englobem as necessidades dos países da periferia, o que possibilitaria no longo prazo um cenário de futuros desfiles de carnaval no qual a escola que homenageia o povo indígena seja menor que o total da população dessa etnia tem no nosso território, além de contar uma história de sucesso, na qual, possam ter o acesso à terra garantido, preservando-se enquanto povo e preservando a natureza, e não de luta contra a opressão, que persiste dos primórdios da colonização até os dias atuais, ou seja, há quinhentos anos.

³⁷⁰ SURUÍ. Txai. **Decisão sobre marco temporal é vitória de todo o planeta**. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/txai-surui/2023/09/decisao-sobre-marco-temporal-e-vitoria-de-todo-o-planeta.shtml>. Acessado em: 25/09/2023

O hidrogênio verde como oportunidade de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região nordeste³⁷¹

*Águida Cristina Santos Almeida³⁷²
Arnaldo Oliveira da Silva Néto³⁷³*

O hidrogênio verde (H2V) é produzido por meio da eletrólise da água, em um processo que consiste na separação da molécula de água (H₂O) em hidrogênio (H₂) e oxigênio (O₂), quando submetida a passagem de uma corrente elétrica na solução aquosa, tendo como fonte primária de eletricidade para este processo, as fontes renováveis de energia, como eólica e solar. Portanto, o H2V é um produto combustível ambientalmente sustentável, registrando baixíssima emissão de carbono durante seu processo produtivo³⁷⁴.

Na última década, o hidrogênio verde vem recebendo destaque no setor energético, na imprensa e entre os Estados nacionais, devido a sua potencialidade de se converter em um combustível verde alternativo às fontes fósseis, como gasolina e diesel. Entretanto, a potencialidade do H2V não se restringe à função de combustível no setor dos transportes, também é destacado como potencial fonte energética para as indústrias intensivas no uso de energia, como a siderurgia e química, bem como, como fonte de matéria-prima para outros segmentos industriais. Países como a Alemanha e Japão vêm investindo no H2V em seus territórios e em países terceiros, como caminho para garantir um fornecimento energético limpo e seguro às suas economias³⁷⁵. O Japão, por exemplo, já é dotado de um porto especializado na comercialização de hidrogênio verde, além de empresas especializadas na produção do produto em escala comercial. O país pretende, até 2030, investir cerca de US\$ 40 bilhões no setor³⁷⁶.

Apesar de ainda ser considerado caro de se produzir e comercializar, quando comparado às fontes de energia fósseis, com o avançar do desenvolvimento tecnológico

³⁷¹Artigo escrito em SETEMBRO de 2023.

³⁷²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁷³Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Grupo de Pesquisa Estudos de Direito Tributário e suas Repercussões Socioeconômicas (GPEDTRS). E-mail: arnaldo.oliveira@academico.ufpb.br;

³⁷⁴ https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/educacaoambiental/conceitos/hidrogenio_verde/

³⁷⁵

https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-569/Hidrogenio%CC%82nio_23Fev2021NT%20%282%29.pdf

³⁷⁶

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/inovacao-e-tecnologia/senai-rn-participa-de-missao-no-japao-com-foco-em-hidrogenio-verde-e-productividade/>

e das pesquisas industriais, o custo do hidrogênio verde vem despencando, atraindo os olhares dos Estados e das empresas privadas. Com a atual crise climática, a qual vem expondo à humanidade ao risco existencial, os investimentos em fontes sustentáveis de energia vêm crescendo consistentemente³⁷⁷. Centros de pesquisa e agências internacionais de energia estimam que a partir de 2030, o hidrogênio verde converter-se-á na principal *commodity* energética do mundo, superando o petróleo³⁷⁸. Nesse contexto, as regiões com grande potencial energético renovável possuem uma oportunidade ímpar de protagonizar uma experiência de desenvolvimento socioeconômico, a partir das fontes eólica, solar, hidrelétrica e biomassa, aliadas aos investimentos em produção de hidrogênio verde.

A região Nordeste do Brasil é um verdadeiro oásis das energias renováveis, de acordo com dados da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 2023, a região foi responsável por 82,32% de toda energia eólica e solar produzidas no Brasil, bem como, detém 78% dos projetos nesses setores. A título de exemplo, 95% de toda energia elétrica consumida no Estado do Rio Grande do Norte é proveniente de fontes limpas. Uma das razões apontadas para os excelentes indicadores do Nordeste brasileiro, no tocante às energias limpas, se dá pela alta vantagem competitiva da região no setor, devido às suas condições naturais, com grande incidência solar e de ventos³⁷⁹. Tais condições possibilitaram, desde 2019, a região Nordeste tornar-se exportadora de eletricidade para o restante do país, em detrimento de sua histórica dependência de energia elétrica oriunda das demais regiões. Segundo projeções da Confederação Nacional da Indústria, serão criados cerca de 17 mil novos postos de trabalho no setor de energias renováveis, apenas considerando o sertão nordestino, área semiárida economicamente depreciada³⁸⁰.

Os dados positivos apresentados pelo Nordeste brasileiro, relacionados às energias eólica e solar, tornam-se ainda mais promissores quando incluído o potencial produtivo do hidrogênio verde. Como já mencionado, o H2V demanda um alto volume de eletricidade limpa para a sua produção, se este insumo for ofertado de forma

³⁷⁷

https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-569/Hidroe%CC%82nio_23Fev2021NT%20%282%29.pdf

³⁷⁸

<https://www.infomoney.com.br/politica/comissao-discute-avaliacao-ambiental-de-producao-de-hidrogenio-sustentavel/>

³⁷⁹

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2023/06/energia-limpa-pode-levar-desenvolvimento-verde-ao-nordeste.shtml>

³⁸⁰ <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/ricardo-cavalcante/o-futuro-do-nordeste-e-verde/>

abundante e com baixo custo de aquisição, como vem experimentando o Nordeste, o hidrogênio verde torna-se ainda mais competitivo, em termos de produção em larga escala. A consultoria Clean Energy Latin America (Cela) publicou um levantamento, neste ano, apontando que o Brasil pode se tornar a Arábia Saudita do hidrogênio verde, destacando o protagonismo da região Nordeste. Apontou ainda que o quilo do hidrogênio verde pode ser produzido no país a um custo que oscila entre US\$ 2,87 e US\$ 3,56, valores competitivos, quando comparados com o custo de produção do hidrogênio cinza, poluente, que se encontra na casa dos US\$ 2,93 o quilo. Estabelecendo uma política econômica correta, voltada ao setor de H2V, o custo do produto (por quilo) pode cair para US\$ 1,69 a US\$ 1,86, valores altamente competitivos no mercado internacional. Ademais, considerando um cenário de longo prazo, o Brasil pode ter o hidrogênio verde mais barato do mundo até 2030, sendo potencialmente cotado a US\$ 1,47/kg, a partir do respectivo ano³⁸¹.

Dadas as potencialidades representadas pelo hidrogênio verde, essencialmente na região Nordeste, algumas empresas já se direcionam no sentido de investir na produção em larga escala, dessa fonte de energia renovável. A multinacional francesa Qair International, por meio de sua subsidiária Qais Brasil, iniciará a produção de H2V, em uma planta industrial no Estado do Ceará, a partir de 2024, após realizados investimentos na ordem de R\$ 50 milhões³⁸². A Fortescue Future Industries (FFI), subsidiária da mineradora australiana Fortescue, projeta que sua planta de produção de hidrogênio verde em larga escala, localizada no distrito industrial de Pecém, no Ceará, comece a operar a partir de 2026. A ArcelorMittal, proprietária da Companhia Siderúrgica de Pecém, espera utilizar em seus fornos o hidrogênio verde produzido no polo industrial. A empresa brasileira Vale também considera a utilização do hidrogênio verde para a produção do aço verde³⁸³. No mesmo sentido, representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Federação da Indústria do Estado do Ceará se reunirão com representantes da Associação Brasileira de Energia Solar (ABSOLAR) e da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEÓLICA), para firmar um acordo que vise à ampliação da produção e uso do H2V

³⁸¹ <https://exame.com/esg/o-custo-do-hidrogenio-verde-no-brasil-o-mais-competitivo-do-mundo/>

³⁸²

<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/negocios/com-investimento-de-r-50-milhoes-qair-comeca-a-produzir-hidrogenio-verde-no-ceara-em-2024-1.3420780>

³⁸³ <https://epbr.com.br/o-hidrogenio-verde-vai-pular-o-gas-natural/>

pela indústria nacional³⁸⁴. Também neste mês, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e o Banco Mundial assinaram um memorando de entendimento voltado ao desenvolvimento de economia sustentável na região Nordeste, sobretudo, relacionado à produção em larga escala do hidrogênio verde³⁸⁵.

Apesar do entusiasmo em torno da produção de hidrogênio verde, no Nordeste brasileiro, devem ser feitos alguns apontamentos cruciais para um melhor aproveitamento socioeconômico desse setor em desenvolvimento. Um deles é não cair, novamente, na armadilha da *commodity*, como ocorrido com o petróleo. Apesar de ser uma fonte de energia renovável e sustentável, o hidrogênio verde converter-se-á em uma *commodity* energética, utilizada nos setores de transporte, industrial e comercial, portanto, as regiões que se restringirem a se especializarem unicamente na etapa de produção dessa mercadoria, perderão oportunidades potenciais de desenvolver outros segmentos ligados à indústria de H2V, relacionados à inovação e pesquisa. Nesse sentido, José Aldemir Freire, diretor de planejamento do Banco do Nordeste, destacou que é importante refletir e planejar ações para que o Nordeste não se torne apenas um mero exportador de H2V.

Acrescentou que a região não pode só gerar energia barata e verde para descarbonizar o mundo, e direcionar a produção para as indústrias do Sudeste e da Europa, enquanto compra os bens industriais dessas regiões a preços muito mais elevados. Para o diretor, é essencial o desenvolvimento de um parque industrial verde no Nordeste, de forma que se aproveite o máximo do potencial do hidrogênio sustentável. Além disso, José Wanderley Maragon, secretário de pesquisa e desenvolvimento do Instituto Nacional de Energia Limpa, afirma que a produção das energias renováveis, por si só, não gera tantos empregos, mas o estabelecimento de políticas voltadas ao aproveitamento desses recursos para a indústria local tem potencial de impulsionar o desenvolvimento regional do Nordeste³⁸⁶.

384

<https://exame.com/esg/hidrogenio-verde-organizacoes-se-unem-para-assinatura-de-acordo-acelerador-de-mercado/>

385

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/estados-do-nordeste-firmam-cooperacao-para-polo-de-hidrogenio-verde>

386

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2023/06/energia-limpa-pode-levar-desenvolvimento-verde-ao-nordeste.shtml>

No âmbito governamental, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, argumentou, também neste mês, que o governo brasileiro pretende estimular a indústria doméstica de eletrolisadores, equipamentos fundamentais à produção de hidrogênio verde, não podendo repetir o erro cometido com a energia solar, cujo fornecimento das peças e equipamentos é altamente dependente das importações da China. Para o ministro, o Brasil necessita desenvolver a cadeia industrial de eletrolisadores internamente, por meio das empresas protagonistas nacionais, como a Vale e a Petrobras, dependendo menos de importações e fortalecendo o desenvolvimento industrial nacional. Entretanto, não apontou medidas concretas nesse sentido³⁸⁷.

A armadilha da *commodity* foi historicamente presente no Brasil, desde o açúcar a soja, passando pelo minério de ferro. Não se deve admitir que o país caia, novamente, na *trap* das *commodities*, desperdiçando uma oportunidade única de desenvolver cadeias de produção do hidrogênio verde na região mais debilitada socioeconomicamente, sob pena de ser considerado um dos países mais tolos e estúpidos do mundo.

387

<https://www.infomoney.com.br/politica/brasil-quer-estimular-cadeia-local-de-eletrolisador-para-hidrogenio-verde-diz-ministro/>

O centrão e o voto de minerva – a “nova” república³⁸⁸

*Fábio Campos Rolim Filho³⁸⁹
Águida Cristina Santos Almeida³⁹⁰*

O termo “Centrão” surgiu em 1987 para designar um grupo de parlamentares conservadores e fisiológicos que se opunham a mudanças mais estruturais, defendidas por forças progressistas nas discussões e votações da nova Constituição Federal, aprovada em 1988. Tornou-se célebre a frase do principal líder do Centrão à época, o deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP): “É dando que se recebe”³⁹¹.

Na “Nova” República, durante o período Constituinte, logo ficou evidente para os conservadores (PMDB, PFL, PDS, PTB, PL e PDC) que um núcleo pensante e de centro-esquerda do PMDB – que depois veio a criar o PSDB – iria liderar o processo de elaboração da nova Constituição, tanto na definição das regras decisórias quanto na indicação dos relatores das duas primeiras fases de discussão da Carta Magna. E outra parcela do PMDB assumiria a relatoria-geral, a presidência e a vice-presidência da assembleia constituinte, como de fato aconteceu³⁹².

O grupo ocupa historicamente cerca de 200 cadeiras na Câmara, o que faz com que qualquer governo precise negociar com estes parlamentares com vistas a conseguir a aprovação de medidas e/ou projetos. É um bloco sem o menor interesse em ser oposição, seja qual for o governo, apoiou todos os presidentes desde a redemocratização do país visando negociar vantagens e benefícios de interesse parlamentar³⁹³.

No período constituinte, antes da promulgação da Constituição, os debates nas subcomissões e comissões do congresso foram intensos e revelaram as disputas entre progressistas e conservadores. Como as relatorias estavam em mãos de parlamentares progressistas, estes levavam vantagem e foram poucos os casos em que os conservadores

³⁸⁸Artigo escrito em OUTUBRO de 2023.

³⁸⁹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: fabio.campos@estudante.ufcg.edu.br;

³⁹⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁹¹

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.adusp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/09.pdf

³⁹²

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.conjur.com.br/dl/tudo-centrao-antonio-queiroz-diap.pdf

³⁹³

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.adusp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/09.pdf

derrotaram ou modificaram os relatórios, o que foi criando um ambiente para a união dos conservadores nas fases finais: comissão de sistematização e plenário. Contrariados com os textos realizados no âmbito das comissões e organizados pelo relator da comissão de sistematização, os conservadores resolveram se organizar no Centrão para modificar o regimento interno com o objetivo de mudar substancialmente a proposta constitucional³⁹⁴.

Entre os temas que os liberais gostariam de rever estavam basicamente os direitos trabalhistas, os monopólios das estatais na exploração de atividade econômica em setores estratégicos da economia e o conceito de empresa brasileira de capital nacional. No caso dos ruralistas, o objetivo era evitar a reforma agrária, reduzir os direitos dos povos indígenas e eliminar os avanços previstos no capítulo que tratava do meio ambiente. Os conservadores queriam modificar o título dos direitos e garantias individuais e o Capítulo da Comunicação Social, considerados muito permissivos e até nocivos à preservação dos valores das famílias³⁹⁵.

Podemos considerar que no Brasil, os conservadores se dizem conservadores em casos de projetos de natureza desenvolvimentista e/ou aqueles relacionados à inclusão social, pois a intenção é de manter as baixas camadas sociais reclusas ao mínimo da ação estatal, em alinhamento com a visão liberal, pois é muito mais interessante como político defender aqueles de classe abastada que têm interesses econômicos, principalmente no livre comércio entre países desenvolvidos com o Brasil, mantendo uma concorrência desigual, que o enriquecerá. Vide camadas de baixa estatura social que defendem governos progressistas que agem para além do clubismo do lucro, buscando executar medidas e políticas que promovam a redução da desigualdade social e que preservem os direitos dos trabalhadores.

Não é só desde 1985 que o presidente da Câmara dos deputados fomenta o estresse na relação com o presidente da república, sobretudo, quando esse último possui uma diretriz política progressista. Indo mais detalhadamente na reflexão, desde a redemocratização que o Congresso é liderado por parlamentares conservadores, perfil este que normalmente ocupa a maioria dos assentos do poder legislativo. Voltando ainda mais no tempo, desde a primeira República de 1889 até o golpe de Vargas em 1930, o Brasil teve um total de 15 políticos da elite agrária mineira, paulista, baiana e o partido republicano federal na presidência da câmara dos deputados. Na era Vargas o poder legislativo ficou inoperante entre novembro de 1930 a

³⁹⁴chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.conjur.com.br/dl/tudo-centrao-antonio-queiroz-diap.pdf

³⁹⁵

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.conjur.com.br/dl/tudo-centrao-antonio-queiroz-diap.pdf

novembro de 1933, retornando em 1933 em que houvera 2 presidentes da câmara dos deputados, ambos conservadores. Entre novembro de 1937 até janeiro de 1946 o poder legislativo ficou fechado novamente.

Na segunda República, entre 1945 até o golpe militar de 1964, o país teve um partido que ocupou a cadeira da presidência da Câmara dos Deputados, o qual era conservador e de oposição a Vargas, o partido União Democrática Nacional, e assumiu o poder apenas 2 meses após seu suicídio. Durante a ditadura militar não se pode nem falar de partidos ou políticos progressistas ocupando quaisquer vagas do poder legislativo, judiciário e muito menos executivo, já que só poderia assumir militares ou civis alinhados com o regime.

Desde que se iniciou a redemocratização, em 1989, apenas 4 presidentes do total de 17, representando um pouco mais de 23% das vezes, um partido político progressista ocupou essa cadeira da presidência da Câmara dos Deputados. Tivemos João Paulo da Cunha de fevereiro 2003 a fevereiro 2005, pelo PT; Aldo Rebelo de setembro de 2005 a janeiro 2007, pelo Pcdob; Arlindo Chinaglia de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2009, pelo PT, e Marco Maia de dezembro 2010 a fevereiro 2013 pelo PT, ou seja, tivemos um partido conservador e/ou liberal mais de 76% do tempo, durante mais de 29 anos. Vale salientar que dos 13 anos que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder, descontando 2016 em que Michel Temer assumiu por conta do golpe parlamentar executado, foram 8 anos e 3 meses de presidentes da câmara dos deputados integrantes da coalisão do governo petista, onde houve o maior avanço social no Brasil e a melhora do desempenho econômico desde a década de 1980.³⁹⁶

Pode-se observar que a “Nova” República, de 1989 aos dias atuais, só é nova de papel passado, pois desde antes da promulgação da Constituição de 1988, antes da saída de Vargas da vida para a história, antes da saída do imperador Dom Pedro II do Brasil Império, acumulam-se apenas conservadores liberais determinando o futuro de trabalhadores na nossa nação, onde a inclusão social não é a premissa mais importante e sim o superávit de exportação, cujos produtos são de natureza primária extrativista.

Entrando na seara conclusiva de que uma maioria progressista esteja nos planos para realmente reindustrializar o Brasil, não será possível frente à quantidade de políticos opositores a esta proposta que ocupam as cadeiras legislativas no Brasil. Enquanto tivermos o domínio na política da bancada ruralista e de empresários aliados a banqueiros nacionais e internacionais, financiando a política nacional, para que seus interesses sejam perpetuados, os trabalhadores sejam de classe social baixa ou média, estarão a mercê da ‘boa vontade da

³⁹⁶https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_da_C%C3%A2mara_dos_Deputados_do_Brasil#Refer%C3%AAncias

burguesia e de seus privilégios'. O coronelismo não mudou, antes tínhamos as armas e munições, hoje temos a mídia corporativa, que é subserviente ao capital privado, e conduz a conjuntura de um modo que obscurece os fatos e leva a entendimentos equivocados do porquê das 'coisas serem como são'.

Enquanto a base do PMDB e aliados for maior que a base dos progressistas, não haverá um progresso significativo na gestão da política e na consecução das reformas estruturais que de fato conduzam o Brasil e o seu povo a progressos sociais e econômicos efetivos. Os políticos que chegam a ganhar mais de 41.000 reais não estarão muito preocupados com nosso futuro e sim com os seus, enquanto houver uma Brasília que separa a política do real Brasil da comunidade, do morro, da pobreza, da falta de infraestrutura social, industrial, trabalhista e educacional, nunca, repito, NUNCA, teremos avanços consistentes e estruturais sobre o voto de minerva que a maioria burguesa tem sobre o nosso futuro. Além disso, a Constituição Cidadã aprovada em 1988 seguirá com risco de ser extinguida, como os donos do poder e do dinheiro tanto sonham.

Chute à escada? foi uma rasteira³⁹⁷

*Emanuel Lucas Guerra Sobral³⁹⁸
Águida Cristina Santos Almeida³⁹⁹*

Muito se fala em livre-mercado, como o mercado é bom e como o mercado traz crescimento econômico, mas pouco se fala das consequências de se ter uma economia muito aberta ao comércio internacional sendo um país subdesenvolvido que “levou uma rasteira”, sendo só um país que exporta matérias-primas e importa bens manufaturados. O mantra do livre-mercado aparece com vigor, levantando voz para seus benefícios e prometendo um horizonte de crescimento econômico, mas é expressamente necessário analisar atentamente as consequências de uma economia aberta, **especialmente**, quando aplicada a países subdesenvolvidos, onde não houve só um chute à escada, mas realmente uma rasteira.

O “Chutar à escada” é uma expressão criada pelo economista alemão List⁴⁰⁰, que argumentava que as nações industrializadas tinham chegado ao estágio atual de desenvolvimento por meio de proteção tarifária às suas indústrias nascentes e restrições ao livre comércio, e uma série de medidas de políticas para incentivar o desenvolvimento da indústria, medidas que, a posteriori, ficaram conhecidas como “Política Industrial”. No entanto, depois que se valem dessas medidas para “subirem a escada do desenvolvimento”, a chutam para impedir que as demais economias façam o mesmo.

Na contemporaneidade, a expressão “chutando a escada” “voltou à tona” com o economista Coreano Ha-Joon Chang, que intitulou uma de suas obras “Chutando a Escada: Estratégias de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica”, que critica as hipocrisias da ideologia neoliberal contemporânea, e mostra por meio de uma rigorosa revisão histórica que a maioria das nações ricas e industrializadas utilizaram de política industrial e da defesa à indústria nascente – medidas protecionistas -, para alcançarem a

³⁹⁷ Artigo escrito em Outubro de 2023.

³⁹⁸ Graduando Emanuel Lucas Guerra Sobral do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e participante do Programa de Educação e Tutorial de Ciências Econômicas. E-mail: emanuel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

³⁹⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁰⁰ Georg Friedrich List foi um economista alemão que promovia ideias de promoção da indústria, valendo-se inclusive do protecionismo e defesa à indústria nascente. Autor este que é bastante referenciado no livro do Chang considerado no presente artigo.

condição de desenvolvidos, enquanto hoje recomendam o oposto às nações periféricas, a fim de impedi-las a trilharem a mesma trajetória rumo ao desenvolvimento.

Mas um chute à escada ainda é leve para todo o impacto causado, nessa era neoliberal, sendo mais conveniente chamar de “rasteira”. Estudando Deepak Nayyar⁴⁰¹ e seu capítulo 6 do livro “A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial”, vê-se que o processo de industrialização se associa a uma transformação estrutural da economia. E falando em transformação estrutural, lembra-se da análise do Nayyar, sobre os fatores comuns que colocaram os “Próximos 14”, conjunto de países periféricos de industrialização tardia formado pelos países: Argentina, Brasil, México, Chile, China, Índia, Indonésia, Malásia, Coréia do Sul, Tailândia, Taiwan, Turquia, África do Sul, Egito, onde, nas condições iniciais para o desenvolvimento, é necessário que exista a disseminação de educação na sociedade, coisa que é imprescindível para que haja a construção do mínimo em habilidades à industrialização.

Na trajetória rumo à industrialização, Nayyar destaca ainda a centralidade do papel dos governos como catalisadores ou líderes do processo na busca da industrialização, para corrigir falhas de mercados específicas ou gerais, para governar o mercado com regras do jogo para os agentes, criar estruturas para regulamentar os mercados, criar instituições para melhorar o funcionamento e orientar o mercado interligado em setores, através de políticas industrial e tecnológica e uso das taxas para proteger a indústria nascente, a fim de atingir os objetivos de longo prazo da industrialização.

Mas como pensar nisso hoje, tendo toda essa vanglória para o livre-mercado, e, no caso do Brasil, um foco enorme para o agronegócio, exercido por meio de um superpoder político que se mantém ao longo de toda a história do Brasil até o presente, enquanto a indústria é posta de lado? Como pensar em um retorno ao incentivo às indústrias, quando a tributação para os setores industriais existentes é maior do que para o agronegócio? Como crescer e desenvolver, sendo o agronegócio brasileiro fortemente subsidiado pelo Estado, em detrimento da indústria?

⁴⁰¹ NAYYAR, Deepak. A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 2014.

Em coluna da ⁴⁰²Folha de São Paulo, escrita por André Roncaglia, ele afirma: “Sem um pé de café, a Suíça exporta o bem por um valor 60 vezes acima do nosso – a diferença está na densidade industrial, no valor adicionado às cápsulas de Nespresso, às máquinas para uso residencial e comercial nos serviços sofisticados. **É a indústria que faz o agro ser tech.** A concentração da pauta exportadora em bens primários reduz a densidade tecnológica”.

O texto traz o exemplo de que, nos últimos anos, o Brasil elevou sua participação de 2% para 7% das exportações mundiais de algodão, enquanto perde mercado nas exportações mundiais de tecidos e aumentou as importações de vestuário. Essa regressão produtiva fragiliza as pequenas e médias empresas que exportam bens industriais, destruindo bons empregos. Roncaglia finaliza afirmando que “o agro não pode se anestesiá-lo com os superávits comerciais recorde enquanto nos lega o papel de meros exportadores de bens primários. O complexo agroindustrial pode ajudar o Brasil a superar a maldição dos recursos naturais [ou maldição das commodities].”.

O Consenso de Washington⁴⁰³, quando analisado minimamente, é um projeto de desindustrialização dos países do “resto” e a total impossibilidade ao desenvolvimento aos países do “resquício” (termos da Amsden para os países em desenvolvimento atrasado, sejam aqueles de industrialização tardia ou aqueles que nem tardiamente conseguiram se industrializar), constante no livro “A ascensão do resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.

O Consenso de Washington gera nos países, seu empobrecimento feroz e a contrapartida do enriquecimento dos países já ricos, já que suas políticas colocam os países pobres em posição de destruição dos seus setores industriais não consolidados e a potencialização de suas produções primárias, gerando retrocessos nas estruturas produtivas desses países, lançando-os em “becos sem saída tecnológicos”, como afirma Reinert, em sua obra “Como os países ricos ficaram ricos? E por que os países pobres continuam pobres?”⁴⁰⁴, onde países periféricos, em termos econômicos, ficam presos em atividades que não favorecem a inovação tecnológica ou o desenvolvimento, ou seja,

⁴⁰² Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andre-roncaglia/2023/09/o-futuro-do-brasil-reside-alem-da-porteira.shtml>
- Acesso em 13/10/2023 às 15h29min.

⁴⁰³ O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de políticas econômicas prescritas para os países em desenvolvimento nas décadas de 1980-1990, respaldadas em instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. As políticas incluíam a liberalização econômica, a privatização de estatais, desregulamentação das atividades econômica e a abertura dos mercados.

⁴⁰⁴ REINERT, Erik S. Como países ricos ficaram ricos e como países pobres continuaram pobres. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

em becos sem saída tecnológicos. Muitas vezes isso resulta em uma especialização produtiva em setores de atividades com limitado potencial de crescimento e de inovação, perpetuando uma posição desvantajosa na economia global.

A história e a evidência empírica estão aí para se entender que a abertura comercial é benéfica quando dois países estão no **mesmo nível industrial**, como List afirmou e Chang destacou em seu livro⁴⁰⁵. Utilizando-se de um dos **muitos** exemplos históricos trazidos pelo Chang, “O período de laissez-faire, na história da França, ficou intimamente associado à relativa estagnação industrial e tecnológica do país – fato, aliás, que prova indiretamente a validade do argumento da indústria nascente.”

Alguns podem dizer que esses fatos constituem um debate ultrapassado, que falar em industrialização é passado, mas essa é uma pauta importantíssima e não pode ser deixada de lado, dada a centralidade da indústria na dinâmica da inovação e em termos de rendimento crescentes, em termos de produtividade dentre vários outros atributos presentes somente na atividade industrial.

Principalmente, sendo o Brasil um dos países a levar essa “rasteira”, utilizando-se dessas “ferramentas” neoliberais, das reformas propostas pelo Consenso de Washington e da ideia de livre-mercado que só fazem com que os países ricos fiquem ricos e que os países pobres continuem pobres, deve-se ter em mente que há muito o que ser feito e já passou do momento dos economistas ortodoxos se debruçarem sobre a obra do List e dos demais autores que o seguiram, para que com isso possam compreender as reais implicações em torno das teorias e ideias que defendem como “verdades absolutas”.

⁴⁰⁵ CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 111 p.

China, Huawei, TSMC E SMIC⁴⁰⁶

*Charles Lucio Bezerra da Silva⁴⁰⁷
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁰⁸*

Recentemente a empresa Huawei lançou o seu novo dispositivo móvel, o Mate 60 Pro+ que tem em seu conjunto de hardware um chip de sete nanômetros, lançado pelo Semiconductor Manufacturing International Corporation (SMIC)⁴⁰⁹, uma empresa chinesa que havia sido sancionada pelos EUA, de forma que a empresa não podia ter acesso a tecnologia. O fato explicitado tem o objetivo de retomar o debate acerca de medidas mais rigorosas, se serão ou não aplicadas à China e como a China vem lidando com essas sanções, e driblando de modo a vencer a guerra tecnológica frente aos Estados Unidos.

Os chips são a base da tecnologia moderna assumindo uma posição muito mais importante frente a valiosas commodities, como por exemplo, o petróleo. Isso decorre do fato de que os semicondutores não são apenas responsáveis por garantir o funcionamento de smartphones, carros, máquinas industriais e muitos outros artigos eletrônicos, eles estão presentes em tecnologias inovadoras como as inteligências artificiais, realidade virtual e carros autônomos, sendo fundamentais à dinâmica inovativa atual, bem como na geração de renda e riqueza aos países e capitais detentores dessas tecnologias-

No ano de 2018, em especial no governo Trump havia uma postura frente ao governo chinês, dura e crítica, onde houve motivações políticas que levaram a proibição de comércio com empresas de tecnologia chinesa, com alegações relacionadas a “preocupações com a segurança nacional”. De modo que se sustentou uma narrativa de que o governo chinês poderia pedir acesso a informações confidenciais dos clientes, o que acabou gerando um processo movido pela Huawei contra os EUA, mas não impedindo que o governo estadunidense proibisse a entrada de produtos chineses nos

⁴⁰⁶Artigo escrito em outubro de 2023.

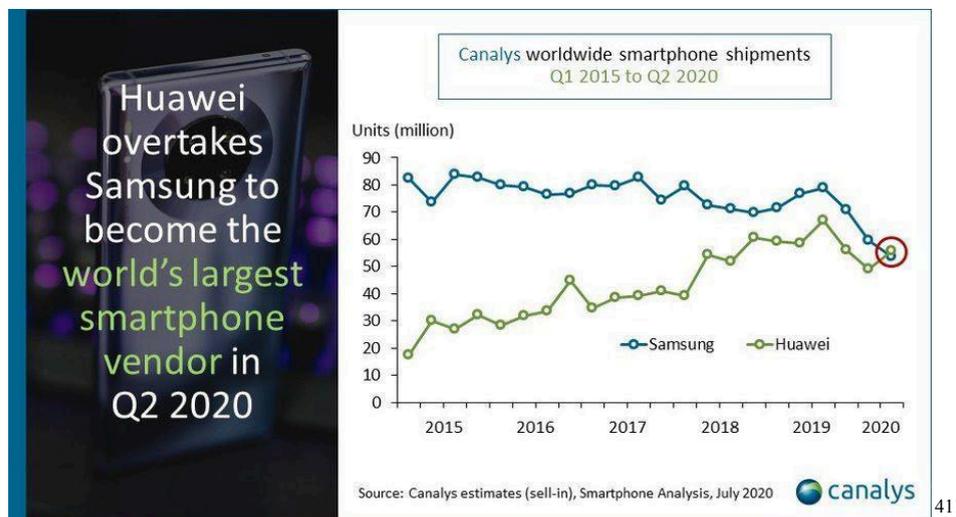
⁴⁰⁷Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

⁴⁰⁸. Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁰⁹ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/governo-trump-adiciona-smic-cnooc-lista-de-supostas-empresas-militares-chinas-24780619>

EUA, quando em 2018 surgiram tarifas alfandegárias sobre 818 produtos chineses, com uma taxa média de 25%⁴¹⁰.



411

Apesar de todas as sanções impostas, em 2020 a Huawei acabou assumindo a liderança global na venda de smartphones, de acordo com dados divulgados pela empresa de consultoria especializada Canalys, a marca chinesa vendeu 55,8 milhões de unidades no segundo semestre de 2020 contra 53,7 milhões de smartphones da sul-coreana Samsung, conforme denotado na figura acima. Considerando que as vendas da empresa de Shenzhen⁴¹², no entanto, seriam o resultado de sua forte presença dentro da China, em vista que as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos atingiram o seu mercado exterior.

Esse crescimento das vendas da gigante chinesa ocorre num cenário de inúmeros impasses que surgiram, logo quando subitamente a Huawei acabou sendo alvo das sanções impostas pelo governo dos EUA, que como vimos proibiram empresas norte-americanas, ou empresas que utilizam “tecnologia de origem norte-americana” de fazerem negócios com a marca chinesa. Além disso, a empresa chinesa também perdeu

⁴¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/05/economia/1530827642_061116.html

⁴¹¹ Disponível em:

<https://www.mobiletime.com.br/noticias/30/07/2020/huawei-assume-a-lideranca-nas-vendas-de-smartphones/#:~:text=Huawei%20assume%20a%20lideran%C3%A7a%20nas%20vendas%20de%20smartphones%20no%20mundo,-label%20Butcher%20%7C%2030&text=E%20a%20Samsung%2C%20segunda%20colocada,%C3%A0%20crise%20do%20novo%20coronav%C3%ADrus.>

⁴¹² Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/huawei-supera-samsung-e-se-torna-lider-mundial-em-celulares,3a34a780531f738a6cffaa5bfae1e5c9y6fqd21p.html>

a licença do Google para abrigar seus serviços (como a Play Store, Google Maps, YouTube e seus outros apps) o que acabou gerando implicações em seu mercado não apenas nacionalmente como internacionalmente.

Outra das dificuldades que surgiram para a Huawei foi a impossibilitada de fabricar seus próprios processadores da linha Kirin⁴¹³, já que eles são produzidos pela TSMC usando tecnologia originária dos EUA, de modo que esses e outros motivos acabaram por aprofundar questões de mercado para a Huawei e a levou a perder o domínio do mercado de 5G. No ano de 2022⁴¹⁴ os EUA, já no governo Biden, deram seguimento ao que começaram a fazer em 2018, na gestão Trump, restringindo e combatendo a influência da China na produção de chips, com claros objetivos de prejudicar a indústria de chips chinesa. Entretanto mesmo com todas essas movimentações imperialistas sobre o governo chinês, em 2023 a China surpreendeu o mercado global, conseguindo produzir o seu próprio chip de 7 nanômetros, o que representa um avanço tecnológico da China, porque como vimos anteriormente, o chip está diretamente ligado a inovações e as principais atividades inovativas de um país.

O novo dispositivo da Huawei pode representar que o seu mercado ainda continua competitivo para as capacidades tecnológicas em nível global, possuindo um chip avançado que foi projetado e fabricado na própria China. Mas aí viria o questionamento, seria essa uma forma de a China mostrar aos EUA que a guerra comercial é um “fracasso”? Segundo o Nikkei Asia⁴¹⁵, a principal comparação seria que entre a SMIC está utilizando o que é conhecido como “processo de 7 nanômetros” para fabricar os chips para a Huawei, o nível mais avançado da China, que é semelhante ao processo usado para os chips dos iPhones da Apple lançados em 2018.

Os mais recentes chips fabricados para a linha de iPhone da Apple são fabricados pela TSMC usando o chamado processo de quatro nanômetros. Antes de prosseguir cabe esclarecer que nano é uma unidade de medida do tamanho do chip e para termos de comparação a espessura de um pedaço de papel é de cerca de 100.000 nanômetros. Deste modo quanto menor em termos do número de nanômetros em termos da dimensão do chip, melhor. As sanções dos EUA visam abrandar o progresso da China em áreas da fronteira tecnológica, como a inteligência artificial e o big data,

⁴¹³ Disponível em:

<https://olhardigital.com.br/2020/11/16/noticias/qualcomm-recebe-autorizacao-para-vender-chips-a-huawei/>

⁴¹⁴ Disponível em:

<https://www.tudocelular.com/celulares/noticias/n198875/estados-unidos-banem-10-empresas-de-tecnologia-incluido-zte-e-kaspersky-lab-veja-lista.html>

⁴¹⁵ <https://asia.nikkei.com/>

tentando bloquear a sua capacidade de comprar ou fabricar semicondutores avançados, considerados os ‘cérebros’ das estruturas tecnológicas atuais.

A estreia dos chips domésticos de 7 nanômetros evidencia o compromisso contínuo da SMIC com a fabricação de chips de última geração desde sua fundação em 2000. No entanto, ao longo desse período, esse objetivo tem parecido elusivo. Cada nova geração de chips representa um avanço nas fronteiras do que os engenheiros podem realizar ao projetar estruturas extremamente precisas em chips de silício. O progresso alcançado pela SMIC em uma geração muitas vezes fica aquém do que líderes da indústria já haviam atingido, impulsionados pelas inovações de físicos e técnicos excepcionais ao redor do mundo⁴¹⁶.

Pode-se concluir que o lançamento do Mate 60 Pro+ é um exemplo entre muitos que ilustra como a China está superando as restrições impostas pelos Estados Unidos, principalmente por meio de seu aprendizado tecnológico contínuo. Essa situação também revela aspectos do capitalismo americano e do imperialismo, pois, em certos casos, podem ser percebidas tentativas de desacelerar o desenvolvimento tecnológico em prol da manutenção da hegemonia global como está posta. Além disso, a China demonstra notáveis avanços tecnológicos em comparação com muitas outras nações, destacando-se por suas iniciativas para se tornar uma nação autônoma.

Isso é evidenciado pelos projetos como o sistema de GPS chinês autônomo, o satélite de sensoriamento remoto, o radiotelescópio FAST (o maior do mundo), e até mesmo sua própria estação espacial. Esses avanços não estão limitados apenas ao campo tecnológico, mas também abrangem conquistas notáveis na pesquisa científica, intensificando ainda mais a competição global e ampliando constantemente os níveis de tensionamento geopolítico.

⁴¹⁶ Disponível em:

<https://www.ocafezinho.com/2023/09/03/novo-huawei-completa-a-ultima-emancipacao-tecnologica-da-china/>

Horizonte inflacionário: a oferta de petróleo no oriente médio⁴¹⁷

*Diuary de Mélo Santos⁴¹⁸
Águida Cristina Santos Almeida⁴¹⁹*

A Guerra da Ucrânia teve início em fevereiro de 2022 gerando catástrofe e perdas humanitárias na região, numa guerra onde a hegemonia americana se mostrou ameaçada pela nova ordem internacional que começou a se desenhar e reivindicar uma nova ordem multipolar. Com o início desse conflito, que sucedeu a pandemia de covid-19 que assolou todo o mundo e causou mortes em massa, as cadeias globais de valor foram desestruturadas, com isso, as empresas não tinham componentes para a produção e se iniciou choques de oferta em todas as economias monetárias de produção.

Com a escalada do conflito e a pandemia ocorreram elevações nos preços do barril de petróleo tipo Brent, o qual chegou a encostar em US\$ 140, no mês seguinte ao início do conflito, nos mercados internacionais com a informação de que a Casa Branca começou a discussão com outros países a respeito da proibição da importação de petróleo russo⁴²⁰. Períodos de incerteza a respeito do futuro geram instabilidade nos mercados internacionais e isso resulta em um estado de confiança baixista, situações tais como conflitos armados, epidemias, catástrofes naturais e demais eventos com alto potencial de impacto estrutural causam grandes impactos econômicos, políticos e sociais, dado que suplantam aquela caracterização de incerteza trazida por Keynes.

Agravando o cenário geopolítico marcado pelo tensionamento entre a China e os Estados Unidos e a guerra na Ucrânia (em curso), no segundo semestre de 2023, mais especificamente no dia 7 de outubro, houve uma retomada no conflito que já perdura setenta anos entre a Palestina e Israel, marcado por décadas de derramamento de sangue e mortes, essa situação tem escalado com o passar do tempo. Ao realizar um recorte dos impactos do conflito nos mercados globais, destaca-se as oscilações no preço do petróleo, de modo que segundo o presidente da Petrobras Jean Paul Prates afirmou em entrevista, o propósito é manter os preços dos combustíveis estáveis⁴²¹ no Brasil (o

⁴¹⁷Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴¹⁸Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

⁴¹⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴²⁰<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/06/petroleo-brent-sobe-18percent-e-chega-a-us-139-com-temo-res-sobre-embargo-russo.ghtml>

⁴²¹<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/petrobras-tentara-manter-precos-dos-combustiveis-estaveis-apesar-do-conflito-em-israel-afirma-prates/>

preço do barril de petróleo tipo Brent chegou a 89 dólares). Assim, ainda segundo o presidente da estatal, a política de precificação adotada pela empresa pode suportar cenários de volatilidade elevada, mas com possibilidade de ajuste nos preços, e comentou sobre o movimento especulativo com o preço do barril, tendo em vista que a região não produz petróleo, porém esse conflito pode gerar sanções e impasses com o Irã que é um dos principais produtores.

O presidente do Irã, Ebrahim Raisi, comunicou à imprensa que o seu país “apoia a legítima defesa da nação palestina”, segundo a agência de notícias iraniana Mehr⁴²². Os investidores mais cautelosos esperam “algum tipo de risco geopolítico”, o vice-conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jon Finer, afirmou no dia 9 do presente mês que Washington afirma que o Irã pode ser cúmplice do Hamas contra Israel, já que forneceu armas, treinamento e demais apoios no passado, porém os americanos não possuem informações que provem a acusação e o Irã, em missão nas Nações Unidas, negou envolvimento no ataque.

No caso de vir acontecer e/ou se comprovar que há ligação direta do Irã com o conflito, existe a possibilidade de intervenção direta dos Estados Unidos, e isso causaria sanções com maior rigidez às exportações de petróleo do país. Porém, é importante ressaltar que as sanções impostas à Rússia pelo ocidente já provocaram uma redução na oferta da commodity e isso causou uma elevação significativa dos preços. Então, caso as sanções se estendam a outro exportador, haverá novos choques de oferta no mercado. Contudo, talvez esse impacto seja modesto em razão de o Irã não possuir uma fatia tão grande do mercado de exportação bruta (no terceiro trimestre correspondeu a máxima de 1,4% da oferta global⁴²³), considerando que já é sancionado pelos Estados Unidos há bastante tempo.

É interessante relembrarmos o passado, usar a história como instrumento de análise da economia e observar os choques causados na década de 1970, na cadeia de petróleo, como resultado da eclosão da Guerra do Yom Kippur (1973), conflito entre árabes e judeus envolvendo a histórica disputa territorial entre Israel e Palestina, levando as nações árabes a realizarem um boicote no mercado aos apoiadores da causa israelense.

⁴²²<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-ligacao-historica-apoio-do-ira-ao-hamas-nao-surpreende-dizem-especialistas-a-cnn/>

⁴²³<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/petroleo-entenda-como-possivel-expansao-da-guerra-de-israel-poderia-impactar-o-mercado/>

O petróleo é uma das mais importantes fontes de energia no mundo atualmente, sendo uma fonte de energia não renovável, apesar dos esforços à concretização da transição verde, o horizonte de abandono do petróleo como importante fonte de energia se encontra distante, de modo que um novo choque do petróleo se desenha como um acontecimento possível.

Assim, os países muito dependentes do petróleo devem se preparar para a iminente crise no mercado e buscar os remédios possíveis para a situação em que poderão vir se encontrar caso ocorra uma escalada nos preços dessa commodity, como por exemplo, realizando políticas para combater a inflação de custos, que pode vir a piorar ainda mais. Desse modo, cabe buscar orientação na literatura de tradição keynesiana que não observa o fenômeno inflacionário de forma restrita e unicausal, oriunda de pressões advindas da demanda, combatida por meio da elevação da taxa de juros, como “pensam” diversos economistas e banqueiros com os óculos da teoria ortodoxa. Assim, não se tratando de uma inflação de demanda, a escalada de juros deve piorar ainda mais a situação econômica e social das economias nacionais, sem tão pouco combater a inflação.

“É preciso ouvir o grito dos pobres”⁴²⁴

*Edilma de Oliveira⁴²⁵
Ágida Cristina Santos Almeida⁴²⁶*

É amplamente reconhecido que a desigualdade na sociedade brasileira ainda mantém laços com o processo de formação da economia nacional, pois a manutenção do poder na mão de uma pequena parcela da sociedade impede o acesso aos recursos e bens à grande maioria, gerando efeitos como a perpetuação da pobreza, da pobreza extrema, da exclusão social, decorrendo em consequências como a favelização, desnutrição, violência, impossibilidade de consolidar um sistema de educação, no mercado de trabalho tem-se desemprego, informalidade e subemprego e a persistência do racismo estrutural⁴²⁷.

Segundo Silva (2005), os diversos estudos sobre esta situação mostram que a pobreza tem mantido a mesma gravidade e resistido às várias políticas públicas. E mais, pobreza e exclusão estão diretamente ligadas em um círculo vicioso, em que uma origina a outra e vice-versa⁴²⁸. Apontando aspectos históricos da questão, Costa (2005) lembra que as evidências históricas mostram que a cultura humana esteve sempre intimamente ligada, desde os seus primórdios, à ideia da distinção e da discriminação entre grupos sociais, mesmo nas sociedades mais homogêneas e simples, e essa situação foi se tornando mais permanente e fortalecida à medida que as sociedades foram se tornando mais complexas⁴²⁹.

No Brasil, a pobreza tem sido caracterizada de diversas maneiras. Traçando-se, porém, um perfil, ela estaria associada a um processo histórico de desvalorização de direitos básicos dos mais carentes. Esta constatação altamente perturbadora resulta em um país com milhões de pobres e uma abordagem da pobreza que se assenta, ainda em oferecer soluções centradas em ajudas emergenciais, mascaradas de subsídios, ao invés de ver no pobre uma pessoa que precisa de uma oportunidade, e/ou de condições

⁴²⁴ Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴²⁵ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: edilma.olliveiraa@gmail.com.

⁴²⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴²⁷ <https://journals.openedition.org/confins/7424?lang=pt>

⁴²⁸ Costa (2005) <https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>

⁴²⁹ Silva (2005) <https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>

facilitadoras de inclusão social. Ou seja, no máximo aceita-se a caridade como remédio, mais não a justiça social (NOGUEIRA, 2011)⁴³⁰.

Podemos citar que no período de 1970 aos anos 2000, o índice de pobreza no Brasil caiu de 68,3% para 24,7% da população. A queda mais contundente, entretanto, aconteceu a partir dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2003. Entre os motivos que explicam essa queda expressiva estão os programas de inclusão social e transferência de renda que tiveram início no final da década de 1990 e foram unificados a partir de 2003 com a criação do programa Bolsa Família, bem como a política de valorização do salário-mínimo e a expansão dos serviços públicos, sobretudo em saúde e educação⁴³¹.

Apesar da melhora experimentada no período de 2003-2015, o Brasil não só continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, como está piorando: em 2020, seguindo uma tendência mundial acelerada pela pandemia do novo coronavírus, a concentração de renda aumentou no país e, com isso, atingiu o pior nível em pelo menos duas décadas. Além disso, programas sociais foram desmontados, a política de valorização do salário-mínimo foi abolida (sendo retomada em 2023).

Em 2021, considerando-se as linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial, cerca de 62,5 milhões de pessoas (ou 29,4% da população do país) estavam na pobreza. Entre estas, 17,9 milhões (ou 8,4% da população) estavam na extrema pobreza. Foram os maiores números e os maiores percentuais de ambos os grupos, desde o início da série, em 2012⁴³². A pobreza no Brasil, é sem dúvidas, um fenômeno absolutamente permanente, triste e lamentável, apesar de o Brasil possuir um PIB considerável. Mais grave que a pobreza é a brutal desigualdade, que persiste ao longo da história do Brasil, remontando a sua formação econômico-social.

⁴³⁰ [INTRODUÇÃO \(puc-rio.br\)](http://puc-rio.br)

⁴³¹ [Pobreza no Brasil: causas, dados, consequências - Brasil Escola \(uol.com.br\)](http://uol.com.br)

⁴³² [Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012 | Agência de Notícias \(ibge.gov.br\)](http://ibge.gov.br)

Os desdobramentos do programa remessa conforme no contexto econômico brasileiro⁴³³

*Fernando de Lima Dionizio⁴³⁴
Ágida Cristina Santos Almeida⁴³⁵*

Recentemente, foi implementado o programa Remessa Conforme, uma iniciativa do Governo Federal, que altera as regras na cobrança de impostos para as compras de produtos importados. Como resultado dessa mudança, as empresas que aderirem ao programa passarão a ter benefícios tributários e aduaneiros, além disso, as compras serão entregues com mais velocidade, com redução dos custos relativos às atividades de deslocamento e armazenamento, o que traz ganhos aos operadores logísticos. Com a implementação do programa Remessa Conforme, o governo federal passou a zerar a alíquota de importação para compras de até US\$ 50 em sites internacionais, estabelecendo somente uma tributação de 17% de ICMS para compras abaixo desse valor⁴³⁶.

No entanto, para compras acima de US\$ 50, a tributação pode chegar a 92%⁵, o que tem gerado críticas de especialistas e consumidores. Diante dessa situação, surge o questionamento: A implementação do programa Remessa Conforme será benéfica para o consumidor? A implementação do programa Remessa Conforme pode ter impactos variados para os consumidores, a depender das preferências e padrões de compra. Por um lado, o programa promete entregas mais rápidas de produtos internacionais, reduzindo os custos relacionados ao deslocamento e armazenamento, sendo vantajoso para consumidores que desejam receber seus produtos de forma mais ágil. Além disso, as empresas que aderirem ao programa podem oferecer benefícios tributários e aduaneiros, o que poderia resultar em preços mais competitivos e descontos para os produtos internacionais, beneficiando os consumidores brasileiros.

⁴³³Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴³⁴Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: fernando.lima@estudante.ufcg.edu.br;

⁴³⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴³⁶Disponível em: <

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/remessa-conforme-entenda-o-que-muda-nas-suas-compras-internacionais/> >

⁵Disponível em: < <https://cndi.org.br/varejosa/aliexpress-passa-a-operar-no-programa-remessa-conforme/> >

Disponível em: <

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/remessa-conforme-empresas-ja-certificadas-no-programa-representam-cerca-de-67-do-volume-de-remessas-enviadas-ao-pais> >

Por outro lado, a tributação é variável e pode ser um ponto de preocupação. O programa estabelece que compras abaixo de US\$ 50 serão tributadas em 17% de ICMS, o que pode ser acessível para muitos consumidores. No entanto, para compras acima de US\$ 50, a tributação pode chegar a 92%, gerando incerteza em relação aos custos finais das compras devido à tributação variável, dificultando o planejamento financeiro e tornando produtos mais caros e menos acessíveis, afetando diretamente os consumidores que frequentemente fazem compras acima desse valor.

Portanto, a avaliação do quanto à implementação do programa Remessa Conforme será benéfica para o consumidor vai depender muito das preferências e dos hábitos de compras dos consumidores. Aqueles que valorizam entregas mais rápidas e estão dispostos a pagar tributos adicionais podem encontrar vantagens no programa, já no caso dos consumidores que fazem compras frequentes acima de US\$ 50, a tributação alta representará um aumento significativo nos custos, tornando o programa menos favorável.

Algumas das principais varejistas que já anunciaram a adesão ao programa são a Shein, Amazon, Shopee, Mercado Livre, AliExpress e Sinerlog. A adesão ao programa é voluntária e as empresas precisam adequar os sites às exigências do programa para obterem a certificação. As empresas que já foram habilitadas no programa representam cerca de 67%⁶ do total de remessas enviadas ao Brasil de janeiro a julho de 2023. A simplificação dos procedimentos alfandegários pode fomentar um maior envolvimento de empresas e consumidores no comércio internacional. Ao reduzir a burocracia, o programa pode aliviar a burocracia às empresas que buscam expandir suas operações globalmente, o que, por sua vez, pode resultar em um aumento no volume de negócios e no crescimento econômico global dessas empresas.

Além disso, essa ação pode intensificar a concorrência no mercado interno, um fator que frequentemente conduz a uma redução nos preços de produtos e serviços. Essa redução de preços é, evidentemente, benéfica para os consumidores brasileiros, mas não necessariamente aos trabalhadores, considerando que o custo da mão-de-obra tende a ser uma estratégia empregada na redução de custos pelas empresas.

Outro aspecto importante a considerar são as implicações da demanda adicional por serviços de logística e transporte, à medida que mais empresas se envolvem no comércio internacional, a demanda por serviços logísticos e de transporte tende a aumentar, o que pode levar à criação de novos empregos no setor. No entanto, pode-se

mencionar que o aumento da produção e consumo de produtos nacionais gera esses mesmos efeitos, com muito mais impacto e dinamismo na economia nacional.

É fundamental que os consumidores estejam cientes das implicações tributárias e avaliem cuidadosamente as vantagens e desvantagens antes de realizar compras internacionais. Além disso, é importante destacar que o programa Remessa Conforme pode ter implicações socioeconômicas mais amplas. Embora facilite o comércio internacional, é preciso atentar para o fato de que ampliar o consumo de importados não contribui para nos integrar na economia global, mas sim para enfraquecer a produção nacional e, conseqüentemente, a economia nacional.

Em síntese, o programa Remessa Conforme trouxe alterações significativas na tributação de produtos importados no Brasil, afetando os consumidores de maneira diversa. Enquanto alguns podem se beneficiar de entregas mais rápidas e tributos menores em compras abaixo de US\$ 50, outros podem enfrentar custos substanciais em compras acima desse valor. A adesão de grandes varejistas ao programa simplifica procedimentos alfandegários, mas também tem implicações socioeconômicas mais amplas. Que o maior ônus sobre os consumidores possa resultar em aumento na demanda por produtos nacionais, fazendo com que a medida se traduza em dinamismo à produção e emprego nacionais.

Uma breve reflexão sobre algoritmos⁴³⁷

*Iago Ricardo Dos Santos Silva⁴³⁸
Águida Cristina Santos Almeida⁴³⁹*

Muito se discute atualmente acerca da revolução tecnológica em andamento, centrada na inteligência artificial (IA). O Fórum Econômico Mundial lançou um relatório intitulado: Relatório sobre o futuro do emprego em 2023: Espera-se que até um quarto dos empregos mude nos próximos cinco anos', o qual analisa o impacto da IA no curto prazo e destaca possíveis benefícios nas áreas de educação e agricultura. Por outro lado, há analistas que afirmam que a IA está fazendo a humanidade para caminhar a cenários já imaginados pela ficção científica, em obras como Os novos vingadores: Os heróis do amanhã, no qual uma IA consegue acesso à internet e termina por visar a dominação global, a famosa 'guerra contra as máquinas'. Mas, possivelmente as máquinas já venceram essa guerra, no sentido da dependência que temos da tecnologia na vida cotidiana, e da grande influência dos algoritmos na nossa vida.

Os algoritmos nada mais são do que códigos matemáticos que determinam o que aparece nas telas dos dispositivos digitais, baseados em critérios como relevância, popularidade e preferência. Os algoritmos são bem úteis para filtrar a enorme quantidade de informações que está disponível na internet, mas por outro lado também podem ser perigosos por restringir a diversidade, a pluralidade e a liberdade de escolha. Os algoritmos têm a possibilidade da criação de 'bolhas' de informação que isolam os usuários de outras perspectivas e opiniões, reforçando preconceitos e polarizações. Dessa mesma forma, também podem manipular os usuários para consumirem mais produtos, serviços ou ideias que lhes são oferecidos pelas plataformas digitais.

Segundo Jean Paul Sartre, o homem é condenado a ser livre' falando que essencialmente o homem está condenado a sempre tomar decisões e aceitar as consequências dos nossos atos, e escolher não fazer nada também é uma escolha. Mas ao contrário do que normalmente se pensa não tomamos conscientemente todas as

⁴³⁷Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴³⁸Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), Grupo do PET. E-mail: iago.ricardo@estudante.ufcg.edu.br;

⁴³⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, Tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

4-[O que é Neurociência? \(pucrs.br\)](http://pucrs.br)

6-Jean-Paul Sartre: a liberdade reside na escolha - netmundi.org

7-[Zygmunt Bauman: Facebook e as armadilhas das redes sociais \(amenteemaravilhosa.com.br\)](http://Zygmunt Bauman: Facebook e as armadilhas das redes sociais (amenteemaravilhosa.com.br))

nossas decisões. Um estudo da Universidade de Duke revelou que cerca de 40% das nossas ações diárias não são decisões conscientes, mas sim ações relacionadas a hábitos, ou seja, ações condicionadas. Isso significa que quase metade do nosso dia é gasto em uma espécie de “piloto automático”, realizando ações que se tornaram tão rotineiras que não exigem pensamento consciente.

Analisando do ponto de vista da filosofia sartriana, é possível observar que esse sistema de algoritmos de recomendação das mídias sociais, termina de forma indireta por tirar o processo racional de escolha. Como resultado, o que é consumido pelos usuários não é escolhido diretamente pelo usuário, mas sim de forma indireta o usuário é influenciado pelo algoritmo de recomendação, e esse sim que filtra o que aparece para o usuário, ou seja, na prática a ‘máquina que toma a decisão no lugar do humano’.

Zygmunt Bauman, em seu livro *Modernidade líquida*, mostra que as redes sociais são um fenômeno típico da modernidade líquida, pois permitem uma comunicação rápida, fácil e superficial entre as pessoas. A crítica de Bauman às redes sociais se devem por serem uma armadilha que ilude os usuários com a sensação falsa de amizade, comunidade e participação. Para ele, as redes sociais não substituem o contato pessoal, o diálogo e a solidariedade, mas sim os banalizam e os descartam. Além disso, as redes sociais são espaços de exposição, competição e vigilância, onde os indivíduos são julgados pelo seu número de seguidores, curtidas e comentários. Mas como ocorreu a ascensão das redes sociais e suas transformações na sociedade?

Segundo Karl Polanyi no livro *A grande transformação*, no capítulo 6, ele fala sobre como o avanço da lógica de mercado faz com que coisas que nunca deveriam ser cogitadas como mercadorias passam a ser tratadas como mercadorias, resultando num profundo processo de desintegração social causado pelo avanço dessa lógica, a qual avança ao mesmo tempo e de forma conjunta com o progresso econômico.

Dentre os elementos que não são mercadorias, mas passam a ser tratados como se assim fosse, Polanyi destaca o dinheiro, a Terra (natureza) e o trabalho (os seres humanos). Dessa mesma forma, baseada na teoria da economia da atenção formulada por Herbert Simon, que enxerga a atenção humana como um recurso escasso e limitado, mais uma dessas coisas que nunca deveriam ter se tornado uma mercadoria, passa a ser tratada desse modo. A partir desse fenômeno é possível observar que a monetização da atenção humana é algo essencial para a ascensão das mídias sociais, e a partir dessa

ascensão, as transformações nas relações sociais e humanas são observadas por Bauman.

A problemática em si não constitui as redes sociais, a necessidade de socialização e uma necessidade humana e umas das características que torna o ser humano único, mas sim a utilização dos algoritmos abusivos feito por essas empresas, que normatizam a exploração da atenção humana, do tempo livre como uma mercadoria, que é algo que nunca deveria ter sido cogitado como mercadoria. E como não fazer nada é uma escolha, também foi uma escolha o que aconteceu com os algoritmos, pois deixamos eles serem usados sem nenhum tipo de regulamentação, de limite e terminamos vivenciando processos de diminuição de ‘liberdade’ de escolha de tomar decisões humanas, como por exemplo na animação japonesa ‘Koi to Uso’, uma obra na qual quando se faz 16 anos, um algoritmo determina seu parceiro ideal e se é obrigado a constituir uma família com seu parceiro.

Ainda não chegamos ao ponto da obra referida, mas seguimos no processo de desintegração social como Polanyi aponta. Contudo, parece que não conseguimos enxergar esses fatos, e outro processo disruptivo está acontecendo enquanto lidamos com a consequência da ascensão dos algoritmos, a inteligência artificial, apesar de ainda não ser possível mensurar seus impactos de modo pleno, mas que com certeza irá trazer mais processos devastadores à humanidade, se não fizermos nada para pelo menos regulamentar e acompanhar gradualmente o processo de consolidação dessa tecnologia e aí emerge sempre a pergunta que não cala: Por que escolhemos repetir os mesmos erros, mesmo com a história apontando o dedo na nossa cara?

Da ideologia meritocrática⁴⁴⁰

*Inácio Cardoso dos Santos Neto⁴⁴¹
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁴²*

Conforme pesquisa realizada na internet, a palavra meritocracia tem uma derivação grega e em grosso modo sugeriria o entendimento de um poder advindo, ou adquirido, dos esforços e mérito próprio empreendido. Seguindo nessa linha, o mais recente livro lançado pelo economista Pedro Rossi em parceria com a Juliane Furno, intitulado Economia para a transformação social, em seu último capítulo, explicita que a ideologia meritocrática repousa, na verdade, sobre um mito convencionado também nas teorias no campo da ortodoxia nas ciências econômicas, as quais embasaram o ideário neoliberal, a saber, o mito de o mercado ser um instrumento bastião da justiça, dando a cada um aquilo que lhe é perfeitamente devido.

Nesse caso há uma explicação estreita que alega que os indivíduos dentro de uma dada economia possuem êxito em suas conquistas (sobretudo na aquisição de bens e serviços) unicamente por conta de seus esforços, de forma a apontar aqueles que não alcançam os mesmos êxitos como “menos esforçados” ou que, de algum modo, não se esforçaram o suficiente para alcançar um mínimo dos bens que satisfazem suas necessidades.

Dessa forma, como bem apontam os autores do livro citado, o discurso meritocrático é um instrumento social para apaziguar e justificar moralmente as discrepâncias sociais tais como foram, no passado, as justificativas dadas por argumentos religiosos ou aristocráticos, desproblematizando formas de produção e organização social tais como o escravismo e o feudalismo. Assim, os mais ricos podem deitar suas belas cabeças cansadas sobre seus travesseiros, de tanto esforço que empenharam, ao fim de cada dia, sabendo que em nada tem a ver com a pobreza de uma parcela imensa da população do seu país, a qual foi preguiçosa o suficiente para manter-se na pobreza, acomodando-se em permanecer no mesmo estado social de sempre, por não terem empenhado esforço suficiente para maiores conquistas.

⁴⁴⁰Artigo escrito em Outubro de 2023.

⁴⁴¹Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

⁴⁴²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

A ideologia e o discurso meritocrático escondem, no entanto, questões importantíssimas que devem ser consideradas. Por exemplo, tal ideologia, ‘assassina’ o ponto de partida de cada uma das pessoas (que é bastante assimétrico) e ‘esconde seu corpo’, semelhantemente como fazem as teorias ortodoxas quando da análise histórica para embasar teorias no campo da economia. O fato é que os pontos de partida dos indivíduos não são, nem aqui, nem em nenhum local do globo, iguais, simétricos.

Nessa perspectiva então e, conforme a notícia do Brasil de Fato⁴⁴³, qualquer uma das 62,5 milhões de pessoas (quase 30% da população brasileira) e de seus filhos, que estavam abaixo da linha da pobreza em dezembro de 2022, poderia tranquilamente competir em qualquer mercado de trabalho que fosse, com o 1% mais rico da população, e conseqüentemente dos filhos dessa classe, que possuem a renda média mensal per capita de R\$ 17.447 ou maior (avaliado no mesmo ano)⁴⁴⁴. Não é esquisito que uma parcela tão grande de brasileiros não queira se esmerar e empenhar mais sacrifícios para alcançar as marcas do 1% da população? Quanto comodismo!

É bem possível que estejam ainda avaliando a utilidade marginal de se ofertar sua força de trabalho em relação à utilidade marginal de permanecer no lazer de estar abaixo da linha da pobreza, afinal não houve nenhum processo histórico e social que os submeteu a um estado de cerceamento, onde trabalham por sua subsistência a pífios salários, ou morrem de fome, como bem pontuou Marx, para exibir o quão ‘elástica’ é a liberdade do trabalhador no modo de produção capitalista.

Além disso, esta ideologia tem uma visão tão nítida, para enxergar o fator capital como um recurso de transferência de renda, tanto quanto um rinoceronte branco na savana, procurando um alfinete sem cabeça. Isso porque, determinados ativos, que por algum “acaso” são apropriados por uma minoria, têm a característica de criar amplas vantagens na absorção de renda e do trabalho de outrem. Dessa forma, a obtenção de recursos não ocorre pelo esforço do indivíduo em ter o dado ativo, mas simplesmente pelo ativo em questão lhe garantir a transferência de um valor com bases legais.

⁴⁴³ Matéria: Extrema pobreza cresce quase 50% e atinge 17,9 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/02/extrema-pobreza-cresce-quase-50-e-atinge-17-9-milhoes-de-brasileiros-em-2021-diz-ibge#:~:text=Com%20o%20aumento%2C%20o%20pa%C3%ADs,brasileiros%20era%20pobre%20em%202021.> acesso em 24/10/2023

⁴⁴⁴ Calculadora de renda: 90% dos brasileiros ganham menos de R\$ 3.500; confira sua posição na lista... - Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/13/calculadora-de-renda-90-brasileiros-ganham-menos-de-r-35-mil-confira-sua-posicao-lista.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 24/10/2023

É o caso de imóveis, proprietários de terra, donos de veículos que recebem renda oriunda de aluguel, detentores de títulos da dívida pública, detentores de ações remuneradas por dividendos de empresas estatais ou privadas. Além da disponibilidade de obtenção de recursos sem o “esforço” meritório, onde será que se encontram predominantemente esses ativos com ampla capacidade de permitir transferência de recursos? Melhor ainda, já que a financeirização tem promovido uma “ascensão social” com a disponibilidade dos mercados de capitais a todos, certamente esses títulos devem estar possibilitando uma mudança massiva na composição da detenção e negociação dos títulos do mercado financeiro. Será?

Segundo o relatório de balanço de março de 2015, divulgado pela B3 referente a negociações apenas em ações, os investidores estrangeiros lideraram a movimentação financeira no segmento Bovespa, com participação de 54%, ante 52% em fevereiro do mesmo ano. Na segunda posição, ficaram os investidores institucionais, que obtiveram participação de 26,26%, ante 26,45%. As pessoas físicas movimentaram 13,61%, ante 13,82%. A situação não parece ter mudado tanto desde os oito anos seguintes, isso porque no relatório de setembro deste ano, as negociações em ações foram realizadas em 59% por investidores não residentes, 24% por investidores institucionais que caracterizam os grandes fundos de investimento, como: empresas, bancos, hedge fundos, fundos de pensão e seguradoras, 12,9% formado por pessoas físicas.

Esses dados também não mudam muito quando a análise se dá na observação da formação de posição de custódia, exceto no que é considerado pelos agentes que se distinguem em sua caracterização e são caracterizados como “outros” apenas. O que dá pra notar é que “o rio continua a correr para o mar”, no sentido de que o capital que inviabiliza o discurso meritocrático gera uma crescente e permanente transferência dos recursos para os grandes empresários nacionais e internacionais que gozam de remunerações que não suaram para obter, ou mesmo que tenham despendido algum suor, sozinhos (ou seja, somente com o seu trabalho) jamais conseguiriam se apropriar de tanto.

Nesse ponto nem sequer foram mencionadas as formas como esses majoritários donos de capitais conquistaram tais ativos porque, lembremos o primeiro elemento que evidencia a farsa que representa a ideologia da meritocracia, que coloca o ponto de partida em “off”, omitindo assim questões de hereditariedade, por exemplo, quando

essas fazem uma diferença imensa em termos das possibilidades que cada um/cada uma vai acessar, dentro dos diferentes estratos sociais e de renda.

A meritocracia, como boa ideologia mascaradora, consegue permear de modo sutil na sociedade na forma em que se há muito comum no boca a boca popular que crê em maior ou menor grau nessa crença, aparecendo de diferentes maneiras, como por exemplo, em parte por trás da crítica a programas de transferência de renda e ou auxílio governamental aos menos favorecidos, sob o argumento de que estaria aliciando os que menos contribuem economicamente (os mais pobres) e estimulando-os ao "ócio", ao passo em que, tributações em super rendas, desestimulam os "grandes esforçados" mais ricos da sociedade a fazerem investimentos e gerarem progresso econômico.

Além disso, hoje em dia, com a difusão da era da informação e das redes sociais, não é incomum a propagação desse mesmo discurso pelos vários influencers, em especial os 'gurus' de motivação, os coachs de diferentes áreas, os grandes vendedores de material financeiro, onde em alguns casos se mistura discurso meritocrático com uma síntese religiosa, que leva a conclusão de que o esforço é praticamente uma garantia divina para o tal 'sucesso'. De fato, há exemplos sedutores e impressionantes de ascensão social de pessoas com renda menor, em condição social desfavorável, para posições sociais melhores, com níveis maiores de renda e status social.

No entanto, esses exemplos não podem servir como uma regra geral uma vez que não daria para "caber" a ascensão individual de todos, ou seja, não é honesto tratar as exceções como regra, para obscurecer a realidade. Esses exemplos são utilizados para impulsionar, por exemplo, trabalhadores uberizados, em condição de precarização, a acreditarem que podem acender socialmente se continuarem a se 'esforçar' avidamente, trabalhando mais e mais horas, arduamente, na esperança ou ilusão de chegar a, por exemplo, 0,25% do rendimento dos donos dos aplicativos aos quais estão ligados, obtêm durante um mês. Quem sabe? Afinal tudo é uma questão de esforço e fé, não é isso?

Podemos fechar a breve reflexão apontando algumas questões aos proponentes do discurso meritocrático. Por que uma bala perdida tem mais probabilidade de atingir a cabeça de um adolescente negro numa favela do que um adolescente branco em bairro nobre? Quantas horas a mais de trabalho, trabalhadores africanos e latino-americanos precisarão trabalhar para chegar perto do menor rendimento dentro do 1% mais rico do

Brasil? Quantas noites uma mãe desempregada, sem marido e com 3 filhos precisará abdicar para ter a mesma retribuição justa do mercado que é dada a uma mulher que vem de uma família de advogados com recursos para pagar toda a sua faculdade de direito? Voltando no tempo, na época do escravismo, qual tipo de esforço seria necessário um filho de escravo realizar para ter uma área latifundiária tão grande quanto a que o filho do senhor de engenho herdaria?

E uma ainda mais interessante, qual questão o filho do favelado deve ignorar primeiro, para que tenha um nível de estudo ótimo tal qual o nível dos estudantes das grandes escolas privadas do país? A fome que sente no momento, a fome que vê seus irmãos e mãe passando, o esgoto a céu aberto que corre em frente a sua casa, ou os fuzis que aparecem, ora em seus sonhos, ora em sua vida real, ora por pessoas da favela, ora por um policial de uma força especial?

Feminicídio no Brasil: a face extrema do machismo⁴⁴⁵

*Maria Gabriella da Silva Valentim⁴⁴⁶
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁴⁷*

Feminicídio é uma palavra nova para uma prática antiga, uma vez que mulheres morrem de formas trágicas todos os dias no Brasil: são espancadas, estranguladas e brutalmente agredidas até o momento em que perdem a vida⁴⁴⁸. Segundo Carla Mereles, feminicídio é uma palavra que define o homicídio de mulheres como crime hediondo quando envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher e violência doméstica e familiar. A lei define feminicídio como “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino” e a pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos⁴⁴⁹.

A principal razão para usar o termo “feminicídio” é que o crime em si é diferente, pois é um crime discriminatório o qual discrimina uma mulher por ser mulher. Essa discriminação vem do machismo e do patriarcado, que é a forma cultural pela qual a sociedade coloca a mulher em uma posição de inferioridade, submissão e subordinação. Segundo essa perspectiva, a maior autoridade é exercida pelo homem, enquanto a mulher automaticamente se torna um ser sem importância que deve dedicar-se a uma vida inteira para servir (principalmente os homens)⁴⁵⁰.

Exemplos de feminicídio são crimes mascarados por costumes e tradições que são considerados práticas educativas, legítimas, como o apedrejamento de mulheres adúlteras em conexão com o pagamento de dotes, mutilação genital e crimes em “defesa da honra”, bem como o assassinato de mulheres pelos seus maridos e parceiros, estupros de guerra, mortes causadas por preconceito racial e mortes causadas pelo tráfico e exploração sexual, que tratam as mulheres como objeto⁴⁵¹.

⁴⁴⁵Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴⁴⁶Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), e do Programa de Educação Tutorial - Economia (PET-Economia) e secretária do Centro Acadêmico de Economia da UFCG (CA - Celso Furtado). E-mail: silvagabriella776@gmail.com;

⁴⁴⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁴⁸<https://www.politize.com.br/feminicidio/#:~:text=O%20Brasil%20tem%20a%20quinta,sendo%204.762%20s%C3%B3%20em%202013.>

⁴⁴⁹<https://www.politize.com.br/feminicidio/#:~:text=O%20Brasil%20tem%20a%20quinta,sendo%204.762%20s%C3%B3%20em%202013.>

⁴⁵⁰<https://www.politize.com.br/feminicidio/#:~:text=O%20Brasil%20tem%20a%20quinta,sendo%204.762%20s%C3%B3%20em%202013.>

⁴⁵¹<https://mercadizar.com/noticias/feminicidio-a-faceta-final-do-machismo/>

O Brasil ostenta uma triste contradição: De um lado, possui as melhores leis do mundo para proteção das mulheres, mas, por outro lado, caracteriza-se por ser um dos lugares mais perigosos para elas viverem⁴⁵². A nossa sociedade ignora que não há lugar seguro para as mulheres neste país, para elas não há separação entre o espaço público e privado: a morte espreita nas suas próprias casas, nos transportes públicos, nas ruas, nos espaços de educação e lazer, em qualquer lugar.

Por trás de cada uma das histórias de mulheres violentadas, está o machismo estrutural. Historicamente, desde cedo, há incentivo para que meninos sejam quem quiserem ser, estudem e trabalhem fora, já a condição feminina é voltada ao espaço doméstico e a submissão ao marido e, conseqüentemente, à manutenção da família tradicional, imposta muitas vezes também através de valores religiosos, que nenhuma relação possui com a espiritualidade genuína. Ensinamos as meninas como devem se comportar para não serem assediadas e agredidas, mas não ensinamos aos meninos como devem tratar e respeitar uma mulher⁴⁵³.

Quer as versões sobre a vítima apresentada ao júri sejam verdadeiras ou fictícias, elas adquirem uma dimensão extremamente manipulada no discurso do tribunal que tende a apontar para questões como infidelidade, ‘falta de vergonha’, com o intuito de hostilizar a vítima e legitimar a atitude do agressor. Nesse momento acaba-se ‘esquecendo’ das mães, parceiras, filhas, profissionais, amigas, tornadas aberrações, femme fatales, responsáveis pela ‘expulsão do paraíso’. É, portanto, ridículo que além de uma pena mais leve, o feminicídio ofereça uma oportunidade de perdão que não existe nem mesmo na defesa do latrocínio!

O que certamente pode-se presumir é que, como sociedade, somos coletivamente responsáveis pelo que acontece nos tribunais de júri, porque somos tolerantes e comprometemos práticas discriminatórias e não estamos dispostos a abandonar os nossos preconceitos. O discurso machista e misógino que é levado ao plenário para prejudicar a reputação das vítimas nada mais é do que o eco exagerado do “conhecimento científico popular”.

Como bem-dito por Ana Lara Camargo de Castro, por lá a morte violenta se pode justificar pelo descontrolo do homem que, coitado, viu-se diante de uma mulher que não estava a exercer o papel social atribuído ao seu sexo biológico. Ela deu causa à própria morte. Faltou-lhe a passividade, a subserviência, a fragilidade, o pudor, o recato,

⁴⁵²<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/437/edicao-1/feminicidio:-uma-carta-marcada-pelo-genero>

⁴⁵³<https://mercadizar.com/noticias/feminicidio-a-faceta-final-do-machismo/>

a suavidade, a beleza, a graça, a indulgência, a misericórdia, a submissão, a doçura, o zelo, a deferência, a adoração. Faltou-lhe se encaixar em todas as expectativas sociais irrogadas à feminilidade⁴⁵⁴.

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). O país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com os países desenvolvidos, o número de mulheres mortas aqui é 48 vezes superior ao do Reino Unido, 24 vezes superior ao da Dinamarca e 16 vezes superior ao do Japão ou da Escócia. Além disso, o Mapa da Violência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que vem aumentando o número de mulheres assassinadas no Brasil. Entre 2003 e 2013, as mortes aumentaram de 3.937 para 4.762. Em 2016, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no país⁴⁵⁵.

“O Brasil é machista, nossas raízes são machistas e nós vivemos esse machismo. A maioria das mulheres que morre no Brasil, morre dentro de casa, pelas mãos de seus próprios familiares e por arma branca. Nós somos o quinto país do mundo no ranking de feminicídio e, com isso, começou a se pensar numa maneira de punir esses agressores. Quando foi feito um estudo, ficou comprovado que o homem agia sob violenta emoção para ‘lavar sua honra’ e saia pelo tribunal de júri pela porta da frente, aplaudido pela sociedade brasileira”, afirma Débora Mafra, delegada titular da Delegacia de Crimes Especializados Contra a Mulher⁴⁵⁶.

É um fato que o Brasil ostenta uma posição alarmante no cenário global de feminicídio, e esta chaga persiste devido ao machismo enraizado em nossa sociedade, mas a solução requer mais do que apenas uma reforma legal; requer uma profunda mudança cultural. Devemos educar sobre a igualdade de gênero, desafiar estereótipos prejudiciais e reconhecer que, como sociedade todos temos a responsabilidade de criar um ambiente onde todas as mulheres possam viver sem medo, com igualdade de direitos e segurança. O futuro das mulheres brasileiras depende do nosso compromisso coletivo em erradicar todas as formas de machismo e criar um país mais seguro e igualitário para todas.

⁴⁵⁴https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/opinion/1509058722_463298.html

⁴⁵⁵<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violenta-s-de-mulheres-no-mundo.htm>

⁴⁵⁶<https://mercadizar.com/noticias/femicidio-a-faceta-final-do-machismo/>

Argentina dá resposta no primeiro turno, mas o receio ainda é real⁴⁵⁷

*Rafael Tavares Requeijo⁴⁵⁸
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁵⁹*

Na obra *A Nova Razão do Mundo*, os autores franceses Dardot e Laval, mostram com clareza, em um de seus capítulos, como um estrato da racionalidade neoliberal tem como objetivo usar as estruturas de Estado para promover mecanismos para expandir ainda mais o sistema de mercado, ou seja, estruturar uma legislação que consolide com mais intencionalidade uma economia de mercado (que foi defendida por Hayek), ampliando no máximo possível o mecanismo de concorrência social, como regente do comportamento de todos os agentes (empresas, governos, pessoas). Contudo, no atual ciclo político argentino, um dos principais candidatos à presidência que se diz ultraliberal pretende ir além. Na sua tese, o Estado não serviria nem para tal estratégia, desse modo sua proposta é de reduzir as estruturas do institucionalismo público a ponto de conceder o mínimo que é obrigado, e em contrapartida entregar o que ainda há de público para que o mercado e o capital externo possam ser os protagonistas.

A Argentina como economia periférica na divisão internacional do trabalho, também apresentou momentos de duras crises e de expansão da sua dependência em relação ao centro, como a maioria dos países periféricos, desde os anos 1980, logo após o período de ditadura militar, o que gerou algumas memórias de resistência (KLEIN, 2017⁴⁶⁰), para que possam ser usadas com o intuito de evitar o avanço das estruturas de opressão. A questão é que se tal memória será forte o bastante para combater a ameaça mais recente, de nome Javier Milei e seus fanáticos anarcocapitalistas, ainda não se sabe.

O economista que se vende como anarcocapitalista Javier Milei conseguiu a atenção de todos quando nas prévias das eleições na Argentina, obteve o maior número de votos, com 30%. Porém, no primeiro turno da eleição o resultado das prévias não se confirmou, com Milei ficando em segundo lugar, a frente da candidata conservadora, que ficou em terceiro lugar, Patricia Bullrich, com o total de 23,83 % dos votos. Desse modo, a possibilidade de Javier se tornar presidente da Argentina e implantar seu plano

⁴⁵⁷,Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴⁵⁸Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia.

⁴⁵⁹Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE, tutora do PET-Economia. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

⁴⁶⁰ KLEIN. Naomi. **Não basta dizer não**: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos. Bertrand Brasil, 2017

de governo extremamente “libertário” ainda é real, por conta do eleitorado de Bullruch ter se caracterizado por uma certa aversão ao candidato do atual governo.

Muito semelhante ao Brasil, a Argentina também sofreu com um processo de golpe militar, que na condução da economia foi diferente do caso brasileiro, por ter enveredado pela aplicação de políticas de enxugamento da estrutura estatal e de uma liberal. Os militares que governaram a Argentina focaram em realizar privatizações e a abertura comercial, o que não surtiu em muitos resultados, pois os níveis de inflação foram piorados (o que foi problemático por ter sido uma promessa do regime reduzir a inflação), sendo que antes do golpe estava em 78% e ao decorrer do regime chegou em 191%⁴⁶¹.

No entanto, mesmo com a retomada do regime democrático, as diretrizes neoliberais do Consenso de Washington continuaram a serem aplicadas, dessa vez ainda com maior intensidade, porque foi proposto medidas mais intensivas, como a dolarização da economia pelo presidente do Banco Central. Contudo, o projeto de conversibilidade foi um fiasco, por ter gerado uma sobrevalorização cambial que acabou abalando as exportações, além de que as reservas foram esgotadas para manter o regime de conversibilidade. Como resultado, em 2001, o país se endividou junto ao FMI, assim corroborando para uma implosão do sistema, pois posteriormente, em dezembro do mesmo ano, quando a Argentina deu um calote no FMI, ocorreu uma grande corrida por liquidez, a eclosão de uma profunda crise econômica e social, que levou a manifestações intensas, que resultaram na queda do governo, com o presidente e o ministro da economia fugindo do país de helicóptero.

Após todo esse período caótico, em 2003, o governo foi transferido para a ala peronista progressista, a qual foi importante por ter agido de forma anticíclica por meio de intervenções diretas do Estado, produzindo alguns resultados importantes, como a renegociação da dívida externa, a nacionalização de empreendimentos estratégicos, além de consolidar programas sociais. Em 2007, Cristina Kirchner assumiu a presidência e promoveu medidas semelhantes àquelas promovidas pelo governo de Nestor Kirchner. Todavia, quando o governo instituiu um imposto de 35% sobre a exportação de soja, começou a ser atacado pela imprensa, ensejando num processo de lawfare contra a presidente, que abalou muito seu governo, além de ter sido impedida de se candidatar.

⁴⁶¹ CORREA. Anne-Dominique. **Na Argentina, a direita faz barulho, mas pouco inova.** Revista Le Monde Diplomatique Brasil. n. 195. Outubro 2023

Desse modo, em 2015, Macri assumiu a presidência com o retorno das pautas neoliberais, como a defesa de uma maior austeridade na gestão dos gastos públicos e da promoção do livre mercado. Todavia, seu governo acabou também sendo ineficaz, por conta dos investimentos privados que foram pautados como promulgadores do crescimento não terem vindo, e o país mergulhou em mais uma crise de escassez de divisas. Em razão da crise de balanço de pagamentos, Macri resolveu endividar a economia em 57 bilhões de dólares, mas perdeu no processo de reeleição. Com a derrota de Macri, assumiu Alberto Fernandez, que se definiu como um “liberal progressista”, e assumiu o mandato com uma dívida herdada do governo anterior e que tinha como meta amenizá-la. Então, foi feito um processo de renegociação, mas a amortização ainda não foi realizada por completo.

No contexto atual, a Argentina apresenta um nível de pobreza no patamar de 40%, a inflação anual está em 116%, além de o ciclo político ter se deteriorado para patamares preocupantes, um exemplo disso foi a tentativa de assassinato de Cristina Kirchner por um indivíduo que tinha relações com grupos neonazistas. Não obstante, nas pesquisas de intenção de voto nenhum candidato da esquerda tinha alguma chance de ganhar as eleições, o que também era muito preocupante, pois a crise presente na economia ainda não foi resolvida, o que demandaria maiores ações do Estado, coisa que dificilmente seria feita pelas alas da direita. Desse modo, fica escancarado o receio da Argentina em continuar na armadilha de eleger dirigentes que não irão estabelecer políticas que possam retirá-la do seu lugar como periferia, que produz e exporta produtos básicos (como farelo de soja).

Fazendo todo esse retrospecto parece que não podia ter como piorar, mas com Javier Milei no poder do executivo federal argentino, caso ele venha a vencer a eleição no segundo turno, o potencial de ser mais intensivo os resultados de precarização do que já foi até agora, é ainda pior. Milei é um economista sem muita credibilidade (pelos próprios consultores de sua área), por um certo tempo foi uma subcelebridade da televisão e do rádio por opinar sobre política e outros temas, posteriormente conseguiu se eleger como deputado federal, principalmente, por ter ganho fama na pandemia ao criticar quarentena, assim obteve espaço para poder se candidatar como presidente. Atualmente, tem uma rede própria de influenciadores para divulgar suas façanhas escalafóbicas (tal qual a milícia digital de Bolsonaro).

Milei também diz ser discípulo de Murray Rothbard, um dos adeptos de Von Mises, o qual é famoso pelas inúmeras publicações criticando as estruturas do Estado, em absoluto, o qual é apontado como ineficiente, ao mesmo tempo que o sistema de mercado, é considerado como o lócus com a máxima eficiência. Também defende o pensamento anarcocapitalista (conceito criado por Mises), esse relata que não vivemos num sistema capitalista, mas sim num corporativismo, por conta de o Estado barrar as estruturas do mercado, ou seja, o capitalismo somente seria alcançado com a abolição do Estado, isto é, para essa linha de pensamento qualquer intervenção do governo é interpretada como ditadura e as medidas que buscam justiça social são traduzidas como comunismo. O próprio Milei já disse: “Deus é libertário e o sistema (político) é a encarnação do demônio”⁴⁶².

Não é somente em termos da linha de pensamento que Milei é ultraliberal, mas também em seu projeto de governo, que engloba realizar o corte de gastos públicos na “motoserra”; promete ainda acabar com o Banco Central; abolir as relações comerciais com a China; criminalizar o aborto; autorizar o porte de arma; prender manifestantes de esquerda; autorizar a venda de órgãos e outras medidas da linhagem da extrema direita.

Fica claro como Milei tem como meta para seu governo ampliar o que tinha sido feito na ditadura e nos governos liberais, um exemplo claro disso é a composição ministerial que propôs, por ter dito que vai acabar com os ministérios que tratam das questões sociais, por ter o interesse de dar prioridade aos ministérios que promovam como objetivo a ordem. Desse modo, só vão restar os seguintes ministérios: Ministério do Capital Humano (produto da junção dos ministérios da educação, saúde, previdência, trabalho e outros mais), ministério das relações internacionais (com foco nas relações com EUA e Israel), Segurança, Economia, Defesa e Justiça.

No primeiro turno das eleições aconteceu algo surpreendente, o candidato que estava em terceiro lugar nas pesquisas, o atual ministro da economia Sérgio Massa, conseguiu se consolidar na liderança, passando os dois candidatos da direita. No dia 22 de outubro ocorreu o primeiro turno das eleições na Argentina, Milei estava muito confiante, com a certeza que já iria ganhar na primeira etapa do pleito eleitoral, mas o que aconteceu foi muito distinto do que estava nas projeções do ultraliberal. A realidade

⁴⁶² HOEVELER. Rejane Carolina. O ancap que pode levar a Argentina ao caos. . Revista Le Monde Diplomatique Brasil. n. 195. Outubro 2023

dos resultados foram que Massa obteve 36,7% dos votos, logo atrás ficou Milei com 29,98% e em terceiro lugar Bullrich, com 23,83% do total de votos⁴⁶³.

Tal resultado foi atribuído à reação de parcela dos eleitores das classes mais baixas, que acabaram ficando com receio de ter no poder um indivíduo que simplesmente coloque o que foi conquistado por meio de luta da classe trabalhadora em total incerteza (destacando, o que foi conquistado e ainda não foi perdido). Segundo o Jornal El País, o que culminou nessa inversão foi exatamente um voto maciço vindo das periferias, que estão temerosas em relação a um futuro governo que simplesmente ignore as demandas que venham das classes menos abastadas. Outro fator importante para o resultado do primeiro turno foi o candidato do partido de Massa para o governo da província de Buenos Aires, Axel Kicillof, que conseguiu ganhar logo no primeiro turno.

No entanto, o segundo turno ainda se mantém com uma incógnita, pois mesmo com a vantagem de números de Massa, Milei agora pode conseguir muitos votos com o apoio da candidata conservadora Bullrich. A questão é saber qual será a adesão de seu eleitorado ao ultraliberal, dado que uma parcela dos seus apoiadores de campanha relatou que não há chance de se aliar com Milei. Portanto, a Argentina ainda se encontra num perigo iminente até 19 de novembro, quando ocorrerá o segundo turno da eleição, pois com o retorno do liberalismo a Argentina, numa agenda neoliberal radicalizada, pode fazer com que cada vez mais a economia se embrenhe em um processo de primitivização que pode não ter mais volta, empregando a terminologia do autor norueguês, Eric Reinert.

⁴⁶³ COELHO. Renato. Resultado de eleições na Argentina surpreendeu observadores e deu novo impulso a candidatura do governista Sergio Massa. Acessado em: 27/10/2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/10/23/resultado-de-eleicoes-na-argentina-surpreendeu-observadores-e-deu-novo-impulso-a-candidatura-do-governista-sergio-massa/>

Ilusão americana⁴⁶⁴

Júlia Farias V. Caminha⁴⁶⁵
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁶⁶

Neste ano, o que especialistas chamam de “quarta onda” da crise de drogas americana chocou todo o mundo, a nova epidemia de overdoses agora causada por uma droga ainda mais viciante que as anteriores, põe como sempre em xeque a capacidade estadunidense de se vender como um sonho a ser conquistado e copiado pelo mundo.

A droga em questão, o Fentanil, é derivado do ópio e tem a característica surpreendente de ser 50 vezes mais potente do que a heroína, ou seja, com pouquíssimos miligramas consumidos pode matar um ser humano rapidamente. Tendo isso em vista, já há cálculos indicando que, somente nos EUA, esse opióide sintético está relacionado com a frequência de *uma morte por overdose a cada 7 minutos*, quase 300 mortes por dia!⁴⁶⁷ O mais triste de toda a situação é a forma ineficaz com a qual, novamente, o Estado americano tenta discutir o assunto e propor resoluções impotentes: através de um endurecimento das políticas da famosa “guerra às drogas”.

Essa situação é complicada, considerando que está em curso a quarta onda da crise de drogas e nenhuma alternativa mais eficiente está sendo levada em consideração para se controlar o problema. Pois, ao invés de ser tratada como uma problemática de saúde pública, física e mental, e observada como um problema estrutural que precisa de medidas estruturais, transversais e permanentes à superação da crise de drogas em si (a qual constitui um sintoma de uma crise muito mais extensa e profunda), o problema da dependência e das redes internacionais de tráfico, as autoridades americanas se reúnem para, em praticamente todo o país, endurecer as leis e as penas para o porte, distribuição e produção do fentanil, uma medida puramente punitivista que acaba por culpar, grande parte, a própria vítima.

Mas não é somente na relação com as drogas que os EUA se revelam como uma farsa vendida como o modelo que “deu e dá certo”:

⁴⁶⁴Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴⁶⁵Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do grupo PET-Economia (Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas). E-mail: juliefarias.uniufcg@gmail.com;

⁴⁶⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁶⁷<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/21/como-epidemia-de-opioides-deu-novo-folego-a-guerra-as-drogas-nos-eua.ghml>;
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/18/fentanil-como-nova-onda-de-overdoses-assola-eua-e-mata-quase-300-por-dia.ghml>

Os cidadãos dos Estados Unidos têm uma expectativa de vida cada vez menor. Esta diminuiu de 78,8 anos em 2019 para 76,9 anos em 2020 e para 76,6 anos em 2021, uma perda líquida de 2,26 anos. Em contraste, conforme mostra um estudo recente, os países com riqueza comparável tiveram “uma redução média menor na expectativa de vida entre 2019 e 2020 (0,57 ano) e um aumento de 0,28 ano entre 2020 e 2021, ampliando a diferença na expectativa de vida entre os Estados Unidos e 19 países pares para mais de cinco anos” (MARQUES, 2023)⁴⁶⁸.

Alguém pode até pensar que embora a expectativa de vida tenha diminuído é possível inferir que a qualidade de vida dessa população talvez “compense” esse indicador ruim, porém, isso não é possível de ser dito seriamente. Em vinte anos o consumo de antidepressivos nos EUA cresceu, pasmem, 400%, segundo o relatório publicado pelos Centros para Controle e Prevenção de Doenças (CCD). O cenário fica ainda mais preocupante ao revelar que 1 a cada 10 americanos começa a tomar esses medicamentos ainda criança, com 12 anos, além do que os antidepressivos são os medicamentos mais prescritos entre pessoas de 18 a 44 anos e o terceiro entre todas as idades⁴⁶⁹. Ainda segundo o relatório, embora o índice de depressão seja alto, aparentemente cerca de um terço da população que sofre com depressão grave não faz tratamento contra a doença.

Aparentemente, os americanos possuem a perspectiva de vida mais adoecida em comparação com as demais populações de democracias ricas, e sua “defasagem na saúde” só aumenta, apesar de o país valer-se de maiores gastos nesta área (cerca de 18% do PIB) do que os demais países estudados (cerca de 9,6 % do PIB). No relatório emitido pela Commonwealth Fund - um grupo de pesquisa americano independente que atua visando acesso à saúde de qualidade - descobriu-se que os EUA possuem “a menor expectativa de vida ao nascer, as maiores taxas de pessoas com múltiplas doenças crônicas e de mortes por causas evitáveis ou tratáveis e as maiores taxas de mortalidade infantil e materna” dentre todos os países da OCDE. Ainda no relatório, destaca-se que o sistema de saúde americano desencoraja a população a buscar os programas, devido ao alto custo para acessá-los.⁴⁷⁰

Ainda listando os problemas de saúde pública, os EUA são o país com a maior percentagem de obesidade no mundo, dado que cerca de 42% da população

⁴⁶⁸ MARQUES, LUIZ. O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

⁴⁶⁹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/consumo-de-antidepressivos-nos-eua-aumentou-400-em-20-anos.html#:~:text=Cerca%20de%20um%20ter%C3%A7o%20dos,afirmaram%20os%20autores%20do%20informe.>

⁴⁷⁰ <https://futurodasauade.com.br/gastos-saude-eua-commonwealth-fund/>

estadunidense em 2017-2018 é obesa, destes 9,2% da população adulta sofre com a obesidade mais grave. Em 2019, a obesidade entre pessoas de 2 a 19 anos chegou ao patamar de 19,3%. Mas não é somente no espaço da saúde que o país possui índices fragilizados, os EUA possuem inclusive dados que demonstram similaridade com países considerados de “terceiro mundo”⁴⁷¹, são eles: Taxa de homicídio; gravidez na adolescência; índices de encarceramento (5 vezes superiores, aproximadamente, aos demais países da OCDE); Índice de Gini, entre outros.

Além do mais, segundo dados publicados por Philip Alston, relator especial da ONU sobre a pobreza extrema e os direitos humanos nos Estados Unidos, o país possui a maior taxa de pobreza na juventude dos países da OCDE, com um quarto dos jovens vivendo na pobreza, comparados com 14% dos jovens nos países da OCDE: “Segundo dados do Credit Suisse, nos anos 2015-2017, entre 4% e 10% dos 10% dos adultos mais pobres do mundo, são cidadãos dos Estados Unidos, o que significa algo entre 20 milhões e 50 milhões de adultos” (p. 346, MARQUES, 2023.).

O que choca nesses dados é a dissonância entre a realidade e a pintura que enfeita a narrativa romantizada do sonho americano. Não é raro se deparar nas mídias com nacionalistas americanos proclamando a dita “América” como uma nação superior a todas as outras, a única que têm capacidade para governar a ordem mundial e deixando implícita a incapacidade de se relacionar com os demais, sem que estes concordem com seu posicionamento, contrariando a narrativa de liberdade que é vendida. Também é conhecimento mútuo o orgulho e o fomento da sociedade americana em se gabar pela possibilidade incessante do consumo, quase como se essa fosse a régua para o bem-estar. Todavia, não poderiam estar tão enganados pela euforia da mercadoria que não lhes dá nada em troca além de prazer momentâneo, ajuntamento de lixo e alienação incessante. O adoecimento coletivo é um indício do fracasso da ideologia hedonista como o elemento da felicidade suprema e do bem-estar.

Diante disso, a estratificação da sociedade americana é tamanha, que é possível observar a existência de pessoas que desfrutam tanto dela que não enxergam as mazelas que destroem aos poucos a ilusão do sistema no qual vivem, ao mesmo tempo em contribuem para legitimar sua autoridade para julgar, subjugar e inferiorizar as sociedades que rejeitam a ideologia americana de organização econômico social como um ideal a ser perseguido.

⁴⁷¹ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42076223>

O acesso à educação e seus obstáculos⁴⁷²

*Karla Vitória de Queiroz⁴⁷³
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁷⁴*

A educação é um tema em permanente discussão dado seu papel na profissionalização das pessoas e na constituição de uma visão cidadã, que pode resultar em melhorias na sociedade em geral. Já dizia Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Porém, atualmente, mesmo com tantos debates, parece que o ensino se torna cada vez mais uma ferramenta para que a elite consiga colocar toda a população num ‘cabresto’, dada sua falha na construção de uma visão crítica da estrutura social e econômica conformada. Devido às desigualdades no acesso à educação e, sobretudo, nas condições de permanência de crianças e jovens na escola, principalmente após a pandemia, os níveis de analfabetismo têm aumentado⁴⁷⁵. Além disso, a flexibilização e a tentativa de tornar a educação mais profissionalizante também são debates que ganharam grande espaço no debate público, permeando a reforma que resultou no novo ensino médio, aprovado no ano 2017, na gestão de Michel Temer.

Novos estudos da Unicef com dados da pesquisa PNAD do IBGE, mostram que de 2019 a 2022, o índice de analfabetismo entre crianças de sete a nove anos, aumentou de 20% para 40%, e entre as crianças de oito anos, o nível de analfabetismo atingiu 8,5% em 2019, os quais passaram para 20,8% em 2022, confirmando as expectativas de quem já esperava por uma piora nos níveis de educação, considerando que o acesso ao ensino se tornou restrito com a pandemia e suas consequências. Além disso, o Brasil foi o quarto país do mundo a manter as escolas fechadas por mais tempo, evidenciando os efeitos sociais de uma crise com várias facetas. Além disso, a caótica gestão da pandemia pelo governo federal, resultou no atraso da vacinação e na perversa criação de uma dicotomia entre salvar vidas ou salvar a economia.

A pandemia do covid-19 também serviu para aprofundar ainda mais as desigualdades educacionais. Um debate em questão durante a crise sanitária era sobre o

⁴⁷²Artigo escrito em outubro de 2023.

⁴⁷³Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET - Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com

⁴⁷⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁷⁵https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/10/analfabetismo-de-criancas-de-7-a-9-anos-dobra-no-brasil-apos-pandemia-aponta-unicef.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

acesso dos estudantes em condição de vulnerabilidade a equipamentos e internet que possibilitassem estudar de forma remota. Num país de estrutura subdesenvolvida e extremamente desigual como o Brasil, parcela significativa da população vive em situação socioeconômica desfavorável. Dessa forma, a pandemia afetou os diferentes grupos sociais de modo distinto, pesando mais sobre os mais pobres, que além de não possuírem recursos e condições adequadas de moradia e alimentação, não puderam fazer o isolamento social porque precisavam trabalhar para se sustentarem e as suas famílias.

Ademais, outra problematização atual que persegue o jovem brasileiro consiste em ter que ‘escolher’ entre estudar ou trabalhar, que antes fosse uma escolha, porque na verdade, não há escolha. Para muitos jovens e adolescentes, o trabalho aparece como única saída antes mesmo de terminar o ensino médio, pois para muitos jovens é preciso abandonar os estudos para contribuírem no sustento da casa. Assim, com a reforma do ensino médio de Michel Temer, que determina o tempo integral nas escolas, a evasão escolar tem aumentado justamente no contingente que precisa trabalhar e tentava conciliar o trabalho com os estudos.

A reforma instituída por Temer trouxe um ensino no qual as disciplinas obrigatórias ou tradicionais tiveram sua carga horária diminuída para que os alunos escolhessem matérias optativas de interesse próprio. Além da flexibilização do currículo, o tempo integral e os itinerários formativos também estão presentes nas mudanças. Dessa forma, as disciplinas tradicionais tiveram sua carga horária diminuída para que os alunos escolhessem matérias optativas de interesse próprio, os chamados itinerários informativos⁴⁷⁶.

Reforma como a instituída na gestão Temer, nada mais são do que maneiras de ruir cada vez mais um meio que a população pobre tem de se informar e reivindicar seu lugar de direito na sociedade. Medidas como a diminuição da carga horária das disciplinas obrigatórias representa uma diminuição no acesso à formação de base desses jovens, e com isso instituindo um ‘cabresto’, para que a sociedade, cada vez mais, possa ser manipulada como ‘fantoche’, ainda mais quando claramente nem todas as escolas possuem recursos e meios suficientes para que os chamados itinerários informativos realmente ofertem algo de relevante a todos os alunos, destacando, mais uma vez, a desigualdade entre os estudantes pobres e ricos.

⁴⁷⁶ <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>

Os itinerários profissionais instituídos pela reforma de Temer também podem ser vistos como uma forma de baratear a ETP (Educação Profissional e Tecnológica), uma vez que o ensino técnico traz em sua bagagem altos custos. Com isso, o NEM (Novo Ensino Médio) tenta instituir esse novo modelo de ensino técnico em escolas que, muitas vezes, não possuem a estrutura necessária⁴⁷⁷.

Em São Paulo (SP), o governador Tarcísio de Freitas encerrou um convênio com a autarquia responsável, o Centro Paula Souza (CPS), conhecida pelos cursos técnicos de renome em São Paulo (Etecs e Fatecs) a fim de substituí-la pela criação do Programa Educação Profissional Paulista, que traz os itinerários profissionais através de escolas regulares estaduais com os cursos técnicos, de forma que são concorrentes das Etecs. Inclusive, a superintendente da autarquia também mostrou preocupação em relação aos motivos apresentados pelo governo para justificar a ruptura de contrato.

O modelo apresentado por Temer, já praticado há dois anos, recebeu diversas críticas, pois foi colocado em questão como essas mudanças poderiam asseverar ainda mais a desigualdade educacional. Dessa forma, a gestão da pasta da educação no governo Lula 3, abriu uma consulta pública buscando estabelecer um diálogo construtivo com a sociedade, no intuito de promover reformas no novo ensino médio. Como resultado, o atual governo elaborou uma nova proposta que foi enviada ao Congresso no dia 24 de outubro⁴⁷⁸.

Entre as principais mudanças, cabem destacar: o aumento da carga horária das disciplinas obrigatórias (língua portuguesa e literatura, inglês, espanhol, arte, educação física, matemática, história, geografia, sociologia e filosofia, física, química e biologia). Com isso, os itinerários formativos ficaram limitados a quatro opções, baseados em pelo menos três áreas do conhecimento, além da organização de parâmetros nacionais referentes aos itinerários.

Dessa forma, torna-se evidente como a desigualdade educacional aparece de múltiplas formas, deixando a mostra o conflito de interesses que está por trás de um discurso da elite, que ignora a necessidade de colocar a educação como eixo relevante de uma estratégia de desenvolvimento, suplantando as segregações de classe, raça e região, tão presentes no modo como se acessa e se permanece na escola. Além disso, problemáticas dessa natureza reforçam a necessidade de um governo que lute pelo

⁴⁷⁷ CORTI, Ana Paula. CÁSSIO, Fernando. *Le Monde Diplomatique Brasil*, setembro 2023.

⁴⁷⁸ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/10/25/entenda-o-que-muda-com-o-projeto-de-lei-do-governo-para-o-novo-ensino-medio.ghtml>

futuro das crianças e dos jovens brasileiros, de forma que disciplinas como história e outros importantes na formação de uma visão crítica e cidadã tenham espaço privilegiado na formação dos estudantes.

As emissões de carbono e seu impacto no meio ambiente em 2022⁴⁷⁹

*Guenold Omoungou Dibangoye⁴⁸⁰
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁸¹*

As emissões de carbono continuam a ser um dos desafios mais urgentes do nosso tempo, considerando a irredutibilidade do modelo de produção e consumo, liderado por um reduzido número de Estados nacionais e capitais. Em 2022, apesar dos esforços globais de várias nações e organizações para reduzir a pegada de carbono, o mundo ainda enfrenta um aumento significativo nas emissões de gases de efeito estufa, levantando o questionamento se há de fato um esforço para essa mudança que deveria ser tratada com a máxima prioridade.

No ano de 2022, o aumento nas emissões de carbono foi consideravelmente preocupante. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC), as emissões globais de gases de efeito estufa atingiram os níveis mais altos da história. Isso se deve, em parte, à retomada da atividade econômica após a desaceleração causada pela pandemia da COVID-19, que retomou ao alto uso de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, dentre outros.

Ademais, o desmatamento durante este ano aumentou consideravelmente, o que ampliou ainda mais a emissão de gases do efeito estufa. De acordo com o G1, o desmatamento nos biomas brasileiros cresceu 22,3% em 2022, superando dois milhões de hectares destruídos somente neste ano. Só na Amazônia, cerca de 21 árvores foram derrubadas a cada segundo, aponta o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD), do MapBiomas. Situação preocupante quando sabemos que a floresta Amazônica é considerada como os pulmões do mundo, devido a biodiversidade, abrigada na floresta e o papel importante que esta desempenha na absorção de carbono, emitido pela atividade humana. Diante desta situação, surge uma observação contundente, a do não respeito às regras ambientais, apesar de que há algumas décadas a questão ambiental ocupa parte do debate público, e do consenso científico já

⁴⁷⁹ Artigo escrito em outubro de 2023

⁴⁸⁰ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia.

⁴⁸¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Disponível :

<https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2023/03/02/emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-subiram-menos-do-que-o-esperado-em-2022.ghtml> ;

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/06/12/desmatamento-nos-biomas-brasileiros-cresce-22percent-em-2022-aponta-levantamento-do-mapbiomas.ghtml>;

consolidado de que o aquecimento tem como causa principal a ação humana, nas formas de produzir e consumir.

Dilema muito complexo, dada a rigidez da estrutura de poder, pois como aponta a ONU e inúmeras outras organizações da sociedade civil, em diferentes países, a preservação do meio ambiente, através de várias políticas tais como o Desenvolvimento Sustentável, a Bioeconomia, dentre outras, representa uma urgência de primeira ordem, frente ao caos que já está posto. A biosfera e todas as formas de vida que nela habitam, estão sofrendo com as mudanças climáticas que acabam matando muitos humanos e seres de diferentes espécies animais, tornando inadiável a necessidade de se aplicar firmemente as regras de respeito ao meio ambiente.

No entanto, é necessário salientar que apesar das emissões de gases de efeito estufa terem atingido o nível mais alto da história, em algumas áreas como a energética, elas subiram menos do que esperado em 2022, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Isso mostra como a aplicação de regras e de políticas estabelecidas a respeito do meio ambiente é importante para lidarmos contra as emissões de gases a efeito estufa, pois nesse caso específico da energia, graças à implementação de novas fontes de energia renováveis, de baixo teor de carbono, evitou-se a emissão de 550 milhões de toneladas de CO₂.

Em conclusão, o ano 2022 foi um ano marcante, devido ao aumento histórico nas emissões de gases de efeito estufa. A retomada das atividades depois da pandemia da COVID-19 foi um fator importante que impulsionou este aumento impressionante, pois as indústrias e os demais setores de produção, focados num mesmo objetivo, o de ampliar a produção a fim de compensar o prejuízo acumulado durante a pandemia, que paralisou ou diminuiu consideravelmente a atividade econômica, fez com que o respeito ao meio ambiente fosse negligenciado pelos donos do poder político e econômico. Por causa dessa negligência, estamos enfrentando a emergência climática, com danos terríveis na vida dos seres humanos e todas as demais formas de vida no planeta.

A emergência climática como um dos sintomas da crise ambiental em curso vai se evidenciando através de desastres naturais, em diferentes países, que acabam ceifando a vida de muitas pessoas. Contudo, em alguns setores, foi registrada uma baixa sobre as emissões de CO₂, isso devido a implementações de novas infraestruturas de energia de baixa emissão de CO₂. Vendo isso, acreditamos que a luta pela salvação do meio ambiente e das vidas das pessoas e das diferentes espécies animais é possível, mas

requer um importante esforço ao mesmo tempo, as ações que vêm sendo tomadas são extremamente superficiais e insuficientes perante o desafio posto e o caos que já está em curso.

Políticas comerciais protecionistas vs. livre comércio⁴⁸²

*Lenilson Guedes Brandão Filho⁴⁸³
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁸⁴*

No atual cenário de complexidades econômicas, as políticas protecionistas emergem como uma abordagem viável e essencial para a proteção dos interesses nacionais e o desenvolvimento sustentável. Embora comumente o livre comércio tenha sido celebrado como o motor para o crescimento econômico, as políticas protecionistas vêm ganhando espaço, e com razão. Em contraste com a premissa do livre comércio, as políticas protecionistas são uma forma de salvaguardar as indústrias locais e os empregos, fortalecendo a economia doméstica. Países desenvolvidos como os Estados Unidos e membros da União Europeia implementaram medidas protecionistas para defender setores estratégicos e competitivos quando estavam se industrializando, contrariando o que defendem para os demais países. Ao adotarem tarifas sobre importações, subsídios a indústrias nacionais e imposição de barreiras regulatórias, esses países buscaram garantir a segurança econômica e a independência em setores da fronteira tecnológica. Com isso, tal estratégia não apenas protege empregos locais, mas também sustenta a inovação e a competitividade no mercado global, consolidado a indústria nacional.

As políticas protecionistas, quando aplicadas de maneira criteriosa e estratégica, não visam isolar as economias, mas sim fortalecê-las, criando condições para um comércio mais equitativo e sustentável no longo prazo, ao dotar o país de uma estrutura produtiva diversificada, moderna e competitiva. Ao invés de serem encaradas como medidas unilaterais, essas políticas podem ser empregadas como um catalisador para a inovação, a diversificação da estrutura produtiva e a redução da dependência excessiva de importações de produtos industriais.

Enquanto os países desenvolvidos impõem barreiras comerciais e criticam nações em desenvolvimento por adotarem políticas protecionistas, é vital reconhecer a hipocrisia subjacente a essa postura. Historicamente, os países desenvolvidos

⁴⁸²Artigo escrito em novembro de 2023.

⁴⁸³Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: lenilson.guedes@estudante.ufcg.edu.br

⁴⁸⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴Disponível em: Chutando a Escada, Chang. 2002

construíram suas economias através de políticas protecionistas, no entanto, hoje, eles desencorajam vigorosamente essa prática por parte de nações em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento, frequentemente desafiados a enfrentar uma competição desleal e a abertura forçada de seus mercados, implementam políticas protecionistas para proteger suas indústrias emergentes.

No entanto, são alvos de críticas e pressões dos países desenvolvidos para abrir seus mercados, ignorando seu próprio histórico de uso de políticas semelhantes no passado. Essa disparidade na abordagem do comércio internacional perpetua um ciclo de desigualdade econômica e dificulta o progresso de nações em desenvolvimento. Em vez de encorajar uma competição justa e oportunidades equitativas, as barreiras comerciais impostas pelos países desenvolvidos mantêm um sistema desequilibrado que beneficia apenas os interesses das economias mais fortes. É crucial reconhecer a necessidade de uma abordagem mais equitativa no comércio internacional. Os países desenvolvidos devem refletir sobre suas próprias práticas passadas e atuais, reconhecendo que a imposição de barreiras comerciais contradiz a busca por um comércio justo e igualitário.

A história econômica revela que as economias mais poderosas do mundo atual prosperaram, em grande parte, devido ao emprego de estratégias protecionistas. No entanto, agora esses mesmos países criticam e penalizam nações em desenvolvimento que buscam proteger seus mercados internos e indústrias emergentes. A imposição de tarifas e restrições comerciais por nações desenvolvidas contradiz a essência do comércio justo e equitativo. Os países em desenvolvimento, ao aplicarem políticas protecionistas, buscam fortalecer setores vulneráveis de suas economias e equilibrar a concorrência global. Entretanto, são frequentemente alvo de críticas e pressões para desistirem dessas estratégias, enquanto os países desenvolvidos praticam o oposto. Essa abordagem de dominação política no comércio internacional perpetua desigualdades e dificulta o avanço econômico de países menos desenvolvidos.

Ao invés de promover a igualdade de oportunidades, as barreiras comerciais impostas pelos países desenvolvidos mantêm um sistema desigual que privilegia apenas seus próprios interesses. A igualdade de oportunidades no comércio internacional requer uma abordagem mais inclusiva e equitativa. Os países desenvolvidos precisam repensar suas práticas, reconhecendo o legado histórico de suas próprias políticas protecionistas,

e buscar estabelecer um ambiente de comércio mais justo, no qual todas as nações possam competir em condições menos assimétricas.

Portanto, é fundamental reconhecer a importância das políticas protecionistas para os países em desenvolvimento. Essas nações devem ter a autonomia para proteger setores econômicos emergentes e garantir a competitividade no mercado global. Ao adotar tais políticas, esses países podem criar bases mais sólidas para o desenvolvimento econômico, afinal, foi o que eles (países desenvolvidos) fizeram no passado.

1929, 2008, quando será o próximo crash? Crises, enredo semelhante, filmes parecidos?⁴⁸⁵

*Axl Bonfim Rached⁴⁸⁶
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁸⁷*

A crise de 1929, também conhecida como A Grande Depressão, teve o seu eixo central na economia estadunidense, ocorrendo devido a junção de diversos fatores que culminaram no colapso que levaria anos para retomar os níveis econômicos anteriores. Entre as causas, já sabidas, compreendem-se de um frenesi de uma superprodução, inserida em um contexto de estímulo ao consumo em massa, regido por um alto movimento especulativo na esfera das finanças. A crise acabou sendo manifestada de forma contundente em outubro de 1929 por uma queda brutal no preço das ações na bolsa de Wall Street, indo, de algo entre 200 e 210 pontos no índice das cotações dos valores nos Estados Unidos, para algo entre 30 e 40 pontos em 1932⁴⁸⁸. E para o povo, que nada tinha a ver com a crise, esta conjuntura representou um desemprego de quase 25% da mão de obra estadunidense, em torno de 12 milhões na época, excluindo ainda a mão de obra rural, que não era contabilizada, embora fosse significativa.

Após este cenário, ao longo do século XX, observou-se que o sistema capitalista pós-guerra 2ª Guerra experimentou diversas crises econômicas, porém, no contexto do pós II Guerra o Estado passou a ser visto como o agente de contenção das mesmas, herança da doutrina keynesiana. Desde o choque do petróleo na década de 1970, passando pelas consequências do choque de juros “volckeriano” no final da mesma década, passando pela intensificação das crises a partir da década de 1990, incluindo as crises de países da Ásia e da América Latina, especialmente, vimos que a visão intervencionista foi dando lugar a um ideal neoliberal, onde as crises são tratadas com “remédios amargos”, como por meio da elevação da taxa de juros, por exemplo, sendo receitados pelo já cristalizado na época Consenso de Washington. Curiosamente, as crises, que antes eram exceção, acabaram se intensificando, tornando-se quase crônicas,

⁴⁸⁵Artigo escrito em novembro de 2023.

⁴⁸⁶Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Centro Acadêmico de Economia (CA - Economia). E-mail: axlrached@gmail.com

⁴⁸⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴Disponível em: Chutando a Escada, Chang. 2002

⁴⁸⁸ História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias, BEAUD, Michel

justamente quando o keynesianismo foi visto como esgotado, dando lugar às ferramentas e táticas neoliberais.

Um cenário similar ao de 1929 só voltou a ocorrer em 2008, em termos da gravidade, profundidade e abrangência de ambas as crises, porém com contexto diferente, e atores distintos. Vimos em países ao redor do mundo, principalmente nos Estados Unidos, países da Europa, e em especial, na Grécia, as consequências de tal crise. Os gregos, por exemplo, afundados e desesperados economicamente, tiveram que se render a medidas de austeridade impostas por seus pares da União Europeia, acentuando a crise social vivida, onde entre 2008 e 2014, o PIB decaiu 25%, o poder de compra viu-se reduzido a 1/3 do que era antes, com 30% da população vivendo abaixo da pobreza, intensificando nos anos subsequentes os problemas advindos desde as reformas neoliberais gregas realizadas na década de 1990.

No documentário “Inside Job”⁴⁸⁹, chefes e integrantes de instituições internacionais como do FMI, bem como de governos afetados pela crise, como o americano, e economistas independentes, afirmaram que a crise de 2008 foi gestada a partir do afrouxamento de regulações no mercado financeiro, conduzido principalmente a partir das políticas neoliberais pró-mercado da dupla Reagan/Thatcher já na década de 1980, nos Estados Unidos e na Inglaterra, respectivamente. Não à toa foram os epicentros da crise, que se espalhou globalmente, afetando a Europa e os países ricos, é verdade, mas que se espalhou de forma mais aguda e perversa na periferia global.

Mais de uma década se passou, e um dos países desta periferia global, atualmente referido como “Sul Global”, ameaça tomar o posto de primeira economia no mundo. A China, o ator em questão, apesar de socialista, atua dentro do sistema capitalista, porém com uma gestão totalmente diferente da mesma, em especial para condução e gestão de crises.

Um dos casos mais emblemáticos foi o da gigante do setor imobiliário Evergrande, em 2021, a qual muitos no Ocidente apostavam ser a nova Lehmann Brothers, banco de investimentos que foi o primeira gigante a falir na crise de 2008, se tornando o “símbolo” do começo da crise. Pelo contrário, conforme demonstrou o especialista em China, Elias Jabbour, o “Dragão Asiático” possui grande capacidade de conduzir e evitar “efeito cadeia” a crises da magnitude da empresa, que no período

⁴⁸⁹ CHARLES, H. Ferguson. Inside Job. [Filme-documentário]. Produção de Charles H. Ferguson e Audrey Marrs, direção de Charles H. Ferguson. Estados Unidos: Sony Pictures Classics (presents), Representational Pictures, Screen Pass Picture. 106 min.

envolvia cifras na casa de US\$ 300 bilhões, muito por conta da sua conta de capitais fechada, bem como por sua moeda não ser conversível⁴⁹⁰. Ainda segundo o referido autor, a especulação imobiliária, originária da crise, acabou sendo o foco de intervenções e de regulações pelo Estado chinês, que percebeu que não intervir permitiria justamente que crises com esta fossem recorrentes, e pior, poderiam chegar a um ponto de serem insolúveis. E mais uma vez, o Estado demonstrou a sua importância. Porém, até quando ele conseguirá suportar amortecer crises?

Pouco anos depois, conforme vimos em 2023, casos como o do Silicon Valley Bank nos EUA⁴⁹¹ e da Country Garden na China⁴⁹² se tornaram cada vez mais frequentes, em que as crises adquiriram um caráter mais “banal”. O mercado financeiro juntamente com a mídia corporativa, espalham medo e receio de um novo 2008, gerando uma histeria que só ajuda “players” do mercado a atuarem na especulação de ativos, ou mesmo na aquisição de empresas à beira da falência, aumentando a fatia de mercado de corporações já gigantes, como ocorreu no caso da Credit Suisse, sendo adquirido pela UBS⁴⁹³. Sejam ajudados pelo Estado ou adquiridos e/ou fundidos por empresas privadas, o mercado atua sempre de forma a garantir que momentos de crise sejam, antes de tudo, momentos de expansão do lucro, conforme explica o filósofo e jurista Alysson Mascaro⁴⁹⁴.

Cada vez mais, portanto, as crises dentro do sistema capitalista lembram a parábola do menino e o lobo, onde o menino mente tanto sobre a chegada do lobo em seu povoado que, desacreditado, quando de fato o lobo chega, ninguém mais nele acredita quando este de fato avisa ao povoado, vindo o lobo e atacando a todos. Estamos vivendo em um sistema capitalista cada vez mais corrompido e exaurido, e que aparenta dar sinais de esgotamento, apesar de lento e gradual, via crises cada vez mais frequentes e sobretudo hiper dimensionadas. A grande questão que se põe é sobre quando será de fato a próxima grande crise sistêmica, e principalmente, o que virá depois desta, de que

490

<https://revistaforum.com.br/global/2021/9/20/elias-jabbour-diz-que-crise-na-china-tem-chance-zero-de-ser-igual-d-e-2008-dos-eua-103599.html>

491

<https://exame.com/colunistas/panorama-economico/o-que-o-colapso-do-silicon-valley-bank-nos-ensina-sobre-os-ciclos-economicos/>

492

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/como-o-country-garden-se-tornou-o-novo-rosto-da-crise-imobiliaria-constante-na-china/>

493

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/resgate-do-credit-suisse-da-falencia-cria-banco-com-dobro-do-tamanho-da-economia-suica/>

⁴⁹⁴ MASCARO, Alysson Leandro. Crise e golpe. São Paulo: Boitempo, 2018

maneira os governos agirão para amortecê-la e sua capacidade para isso, como ocorreu em 1929, em 2008, ou mesmo nos últimos anos, seja com o receituário keynesiano, neoliberal ou “chinês”. O enredo já está dado, porém, o que acontecerá depois do filme, pouco sabemos, ou talvez saibamos, mas não queiramos assistir.

